Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Rafael Assumpção de Abreu

A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar

Rio de Janeiro
2015

Rafael Assumpção de Abreu

A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar.

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Werneck Vianna

Rio de Janeiro

2015

Rafael Assumpção de Abreu

***A boa sociedade*: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Luiz Werneck Vianna (Orientador)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO

_____

Prof. Dr. César Guimarães

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ

_____

Prof. Dr. Renato Boschi

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ

_____

Prof. Dr. Robert Wegner

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

_____

Prof. Dr. João Marcelo Ehlert Maia

Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para os/as professores/as que me ensinaram na escola e na vida. Especialmente para Raquel Kritsch, Ondina V. de Assumpção (*In memoriam*), Werneck Vianna e Luciano Mancha (*In memoriam)*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Werneck Vianna. Quando o conheci, em uma aula sobre Visconde do Uruguai, em março de 2007, iniciei um processo que me levaria a mudar minha perspectiva intelectual e meus objetivos acadêmicos. Nossa relação foi construída paulatinamente, mas, durante todos esses anos, encontrei nele um interlocutor interessado nas minhas questões e uma orientação sempre honesta e generosa.

No "velho IUPERJ" e no IESP, também tive a oportunidade de conhecer professores que me proporcionaram um ambiente excelente para a formação acadêmica. Nesta instituição tive o prazer de acompanhar os cursos de Renato Lessa, além de participar, sob a sua coordenação, do Laboratório de Estudos Hum(e)anos e do Observatório dos Países de Língua Portuguesa (OPLOP). Agradeço, também, ao professor César Guimarães que, responsável pelo Seminário de Tese, em 2011, contribuiu com inúmeros comentários quando eu ainda estava no início da pesquisa. Na banca de qualificação contei ainda com as críticas e sugestões de Ricardo Benzaquen de Araújo e João Marcelo Maia (FGV).

Em 2010, em meio à transição IUPERJ-IESP, assumi a função de representante dos estudantes da área de Ciência Política. Certamente, este era o pior cenário para eu desempenhar tal função, pois não possuo nenhuma qualificação para ocupar cargos de representação. Sendo assim, no Fórum dos Alunos, apenas fui capaz de desempenhar minhas funções por poder contar com o apoio e lealdade de vários colegas, que construíram um ambiente de aprendizado permanente e companheirismo. Seria impossível mencionar os nomes de todos os estudantes que viveram intensamente este período, mas não posso deixar de citar alguns nomes: Fernando Perlatto, representante discente de sociologia à época, Pedro Lima, meu primeiro amigo carioca, o inigualável Jorge Chaloub, Josué Medeiros, Raquel Lima, Pedro Benetti, Maria Isabel MacDowell, Tatiana Oliveira, Mariana Borges, Diogo Correa e Felipe Maia.

Agradeço também aos meus queridos amigos oplopianos: Mayra Goulart, Bernardo Bianchi, Gustavo Cezar Ribeiro, Chiara Araújo e Luís Falcão.

No período em que morei no Rio, encontrei em Arnaldo Provasi Lanzara, Tatiana Prado, Wendel Cintra e Maro Lara Martins, uma amizade que, construída no Bar Cantão, ultrapassou os muros da universidade.

Em minha viagem ao Mato Grosso, contei com a hospitalidade de inúmeras pessoas. Agradeço aos professores Vitale Joanoni Neto, Edison Souza, Luiz Erardi dos Santos e Dario Munhak. Em Cuiabá, me tornei amigo da turma do Hotel Paladium, sobretudo de Andre Alves e Hamilton Suaden, companheiros do Chorinho, entre outros eventos da boemia cuiabana. Mas, provavelmente, sem a ajuda de Evaldo Duarte de Barros Sobrinho e seu pai, Manuel Vicente de Barros Neto, minha vida na capital mato-grossense seria muito mais difícil. Em Sinop, desenvolvi uma relação agradável com os donos do Hotel Recreio, Seu Alemão e família, e com o porteiro Grande.

Agradeço imensamente aos membros antigos e atuais do Grupo de Estudos em Teoria Política (GETEPOL), sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nos últimos anos, apresentei textos e capítulos da tese nas reuniões semestrais do grupo e sempre encontrei leituras, comentários e críticas atentas de colegas/amigos, sem contar a generosidade e a solidariedade que constituem a identidade do GETEPOL. Tenho, portanto, uma dívida incomensurável com Raissa Wihby, Ariana Bazzano, Bárbara Johas, Marcia Baratto, Raniery Parra, Rafael Sanches, Alexandre Fernandes, André Silva, Willian Vieira de Oliveira, Meire Moreno e Bruno Delaluna. Agradeço especialmente a minha querida professora Raquel Kritsch, pelas orientações na minha pesquisa e pela amizade sincera. Andreas Hofbauer, pelas sugestões e críticas ao capítulo 03, embora eu não tenha sido capaz de respondê-lo à altura. Ao meu irmão Álvaro Okura devo muita coisa, mas, neste caso, sou grato por ele não ter me deixado desistir, por duas vezes, quando a angústia me abateu no Mato Grosso. Ao amigo Felipe Calabrez, parceiro de debates intermináveis, em Londrina ou na Praça Roosevelt, e meu professor de política econômica nas horas vagas.

Dona Ceci, Simões e Carol, que me acolheram em 2013, com o amor de sempre e uma paciência admirável para lidar com a minha impaciência e ausências. Cybelle Fontes, prima querida, me ajudou com várias referências bibliográficas.

Carol Branco pela ajuda na reta final, pelo carinho de uma década e pelos momentos de felicidade nos últimos meses.

RESUMO

ABREU, Rafael Assumpção de. *A boa sociedade: história e interpretação sobre a colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

O objetivo central dessa tese é analisar o processo de colonização no norte de Mato Grosso, que se deu a partir do início da década de 1970. Ao estudar as relações entre expansão territorial, colonização e fluxos migratórios, as quais envolvem ações estatais, empresas colonizadoras e novos ocupantes destas regiões, também tomou-se como objeto de investigação outras pesquisas sobre o tema. Deste modo, partindo da análise desse conjunto bibliográfico, propõe-se um debate entre dois modelos interpretativos distintos: 1) a perspectiva que acentua a dimensão do *controle e imposição*, por meio do protagonismo do Estado e empresas e 2) a linhagem que prioriza a combinação entre *territorialização* e a dimensão simbólica animada pela *identidade regional*. Por último, analisa-se o caso da cidade de Sinop (MT), recusando, sobretudo, a centralidade que a perspectiva do *controle e imposição* possui entre os especialistas no tema. Sendo assim, essa proposta consiste em interpretar o processo de ocupação e configuração deste novo mundo urbano a partir dos diálogos entre o que convencionou-se denominar, no decorrer do presente estudo, *os três eixos da colonização*: o Estado brasileiro (suas agências e agentes), a empresa colonizadora (e seu líder colonizador) e parte dos migrantes, majoritariamente oriundos da região Sul do país.

Palavras-chave: Expansão territorial. Colonização. Fluxos migratórios. Mato Grosso.

SUMÁRIO

Introdução.....10.

Capítulo 01. A conquista: imaginário e intervenções em Mato Grosso.....26.

1.1. Bandeirantes e autoridade portuguesa na formação do Mato Grosso.....32.

1.2. O sertão mato-grossense.....40.

1.3. O Estado que tenta marchar para o Oeste.....48.

1.4. Expansão e colonização na Ditadura Militar.....55.

1.5. Conquista, colonização e interpretação.....65.

Capítulo 02. Interpretações sobre a colonização: controle e imposição.....71.

2.1. Territorialismo e capitalismo: o controle sobre espaços e sujeitos.....75.

2.2. Controle e imposição no norte do Mato Grosso.....85.

2.3. A violência na instituição da colonização.....94.

2.4. Colonização, tecnologia e espírito empreendedor.....105.

2.5. Colonização: a coesão impossível e o avesso de Weber.....115.

Capítulo 03. Interpretações sobre a colonização: territorialização e identidade regional.....123.

3.1. Territorialização em movimento.....128.

3.2. Dualidades e identidades: a construção da superioridade regional.....137.

3.3. Modernização e ordem.....148.

3.4. Os “Gaúchos” no norte de Mato Grosso.....167.

3.5. Cultura, ação civilizatória e modernização na fronteira.....180.

Capítulo 04. A formação da *boa sociedade*: o processo de colonização em Sinop.....188.

4.1. O legado paranaense e o passado da empresa Sinop.....195.

4.2. Os três eixos da colonização e os limites do rural.....211.

4.3. A cidade e seus valores.....236.

4.4. *A boa sociedade*, o Estado e o desejo por modernização.....254.

4.5. A história oficial e seus críticos.....263.

Anexos.....273.

Considerações finais.....278.

Referências bibliográficas.....289.

Introdução

O tema central desta pesquisa de tese é o processo colonizador no norte do estado de Mato Grosso durante a Ditadura Militar, entre as décadas de 1970 e 1980. O ponto de chegada desse estudo, assim, é a história da formação da cidade de Sinop, situada 500 km ao norte da capital Cuiabá. No período histórico mencionado acima, a colonização deste território seria conduzida por uma empresa de origem paranaense, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, que atuou na região sob a liderança de Enio Pipino.

Sinop, assim como outras cidades do "nortão mato-grossense", se tornou um importante espaço urbano e econômico para o estado, podendo exemplificar um processo que caracteriza um conjunto de municípios que ficaram conhecidos, não apenas no Mato Grosso, como *cidades do agronegócio*. Por outro lado, a tese pretende mapear e expor os argumentos de dois modelos distintos de interpretação sobre o modo como se formou o novo mundo agrário e urbano nesta região do país. Isto significa que, para o presente estudo, não importa apenas descrever a história da colonização em si, mas debater com as perspectivas que emergem em outras pesquisas sobre o tema e que apontam para diferentes direções acadêmicas e políticas.

Quando ingressei no doutorado, no entanto, não imaginava este recorte histórico e geográfico, nem dominava a perspectiva que, posteriormente, seria adotada para a realização deste trabalho. Tentarei esboçar, brevemente, nesta introdução, a trajetória que me levou a construir esta delimitação espacial e temporal, e que determinou o modo como passei a interpretar o fenômeno em questão.

Em 2009, esbocei um projeto de pesquisa que consistia em realizar um estudo sobre o modo como o Estado, a partir de um centro político, econômico e cultural, teria protagonizado os processos de transformação em regiões "distantes" do território brasileiro. Neste momento, pensava em trabalhar com o tema da centralidade do Estado em análises históricas sobre as formações nacionais no continente europeu, aplicadas ao contexto brasileiro. Minha visão estava fortemente influenciada pela abordagem *modernista*, no âmbito do que se denomina *teorias do nacionalismo* na Europa, conhecida internacionalmente, sobretudo, por conta da obra clássica de Ernest Gellner, "Nações e nacionalismo". Segundo os chamados *modernistas*, o processo de formação das nações, cuja finalidade seria a de atender aos objetivos da modernização e,

especificamente no caso de Gellner, da industrialização, contaria com o protagonismo da força estatal, algo que poderia ser comprovado no movimento de universalização do sistema educacional em territórios nacionais.

O ponto importante, em minha tentativa de conciliar o olhar dos *modernistas* com um estudo sobre a *fronteira brasileira*, partiria de considerações sobre a capacidade e relevância do Estado, em meio ao seu próprio processo de formação, na configuração de novos mundos sociais, ao instituir, gradualmente, elementos modernizantes em cenários "atrasados" no interior do país. Neste caso, minha primeira proposta foi a de tentar transformar estas questões teóricas e mais gerais em uma pesquisa sobre a Campanha Marcha para o Oeste durante o Estado Novo, portanto, sobre o projeto de expansão e ocupação do território brasileiro articulado no governo getulista de 1937 a 1945. Este período histórico, inclusive por conta da linguagem política da época, que sempre abusou dos termos "nação" e "nacionalismo", parecia fornecer o percurso mais óbvio. Deste modo, eu acreditava que, no interessante debate produzido pelos intelectuais que Guerreiro Ramos denominou a *inteligência de 1930*, encontraria elementos para sustentar as minhas intenções em torno de um suposto percurso de imposição dos ideais de nação em territórios e populações distantes dos grandes centros do país.

No entanto, nos diálogos que mantinha com meu orientador Werneck Vianna, eu realizava um exercício um tanto quanto curioso: tentava sustentar meus argumentos sobre as ações do Estado Novo no *Oeste* brasileiro, mas, contraditoriamente, recorria ao tema do agronegócio, da formação de uma nova elite política local – exemplificada na ascensão do grupo de Blairo Maggi - e às questões que envolvem o processo de formação das novas cidades no norte do estado de Mato Grosso, quando me era exigido argumentos para sustentar meu projeto de pesquisa. Mas, em uma dessas conversas, ao chamar a atenção para o fato de que, recorrentemente, os meus exemplos tratavam de um processo mais determinante para a atual configuração do estado de Mato Grosso, Werneck sugeriu que este deveria ser meu recorte histórico. Neste caso, do ponto de vista da história política, a mudança consistiria em abandonar Vargas e passar a trabalhar com o Brasil pós-1964.

Assim, percebi que minhas perguntas não coincidiam com o período histórico a ser estudado: os exemplos sobre os quais eu tentava sustentar meus argumentos, sempre quando me era solicitado um caso ou evento sobre as transformações modernizadoras

no estado de Mato Grosso, residiam na descrição da fisionomia contemporânea da região, que dialoga mais intensamente com os processos de colonização e fluxos migratórios iniciados no contexto pós-1970. Isto não era resultado de uma ignorância completa a respeito da história regional mato-grossense do século XX. Mas, talvez por ingenuidade, eu olhava e pensava em um processo posterior, ao mesmo tempo em que achava que não deveria abrir mão dos discursos, das práticas políticas e da produção intelectual que, de algum modo, decantou na Era Vargas.

Embora a inclinação em "mudar o rumo" fosse mais sensata, no sentido de tornar as perguntas e questões de pesquisa mais factíveis, meu receio residia em uma total falta de experiência para realizar estudos mais empíricos. Neste caso, o diálogo com o pensamento social e político brasileiro, após alguns anos de estudo no "velho IUPERJ", me proporcionava um ambiente e uma saída mais confortável. Mas, após um breve vacilo diante das sugestões de mudança, concordei com a proposta. A vantagem, agora, é que eu poderia lidar com um processo histórico sobre o qual eu tinha mais informações, embora isso não significasse domínio acadêmico sobre o assunto.

A minha proximidade superficial com o tema estava relacionada com o período em que morei com a minha família na capital Cuiabá, entre 1994 e 2002. Naquela época, entrei em contato com reportagens e com histórias de vida de amigos, conhecidos ou colegas de escola e de bairro, que envolviam as cidades do chamado "nortão" de Mato Grosso, como, por exemplo, Sinop, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Tangara da Serra e Alta Floresta.

O próximo passo, então, foi o de formular uma nova intenção de pesquisa: analisar, de um modo geral, os programas de colonização na região no período pós-1970, portanto, aqueles realizados em um momento histórico que contou com uma atuação mais efetiva do Estado brasileiro em Mato Grosso - época, por exemplo, da construção do trecho Cuiabá-Santarém da BR-163, obra vinculada ao Plano Nacional de Integração (PIN), que nasceu, em 1970, durante o governo Médici. O objetivo principal seria o de comprovar a centralidade das instituições e agentes estatais na configuração deste novo mundo social. O tema da modernização, assim, seria tratado como resultado de uma dependência das forças sociais - inclusive da iniciativa privada que conduziu diversos empreendimentos colonizadores – em relação à vontade e aos desígnios da ação e do pensamento estatal-militar.

Com esta formulação em mente, escrevi um texto para a banca de qualificação do projeto de tese, realizada em março de 2011. O projeto foi escrito após uma breve pesquisa e leitura de uma bibliografia que trata do tema mencionado acima, além das clássicas análises da sociologia brasileira sobre a questão agrária no período da Ditadura Militar. Mas, por outro lado, o trabalho apresentado na ocasião ainda estava muito preso aos debates sobre a formação do estado mato-grossense, em meados do século XVIII, e às ações estatais durante a Primeira República e Estado Novo. Por isso, a banca formada por Ricardo Benzaquen de Araújo e João Marcelo Maia, além de Werneck Vianna, teceu críticas à ausência de um debate teórico mais apropriado e de uma hipótese de pesquisa mais adequada. Por outro lado, como resultado da produção deste texto e, mais uma vez, por conta das conversas com o orientador, intensifiquei meus diálogos com a linguagem do Estado territorialista, uma importante chave explicativa de certa tradição intelectual brasileira, principalmente aquela que prioriza a dimensão do legado ibérico, para se compreender as ações estatais no processo de domínio, expansão e modernização do território nacional. No presente trabalho, preservei esta reconstrução histórica, que é apresentada no capítulo 01. Além de abordar o tema da conquista do território, no século XVIII, e das descrições realizadas sobre Mato Grosso por meio da categoria *sertão*, nesta parte apresento os discursos e as práticas políticas do Estado brasileiro – no período imperial, na Primeira República e Estadas Novo - que visavam intervir na região. Em um outro tópico, abordo de modo introdutório o tema da colonização no norte do estado do ponto de vista de sua relação com o projeto de expansão para a Amazônia, organizado pelo governo militar.

Mas, ainda em julho de 2011, realizei uma breve viagem, de dez dias, para Cuiabá, com a intenção de encontrar os tais documentos sobre os programas de colonização e realizar uma pesquisa bibliográfica na UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). No segundo caso, o destino era certo: o programa de mestrado do curso de história possui duas linhas de pesquisa que são responsáveis por uma imensa e intensa produção acadêmica sobre o tema: “Territórios, temporalidade e poder” e “Fronteiras, identidades e cultura”. No primeiro caso, o resultado não foi muito satisfatório: ao visitar o INCRA-MT e órgãos do governo estadual, descobri que o modelo de documentação que eu buscava não existia ou tinha sido, de alguma forma, eliminado pelo tempo. No caso do INCRA-MT, conheci um antigo funcionário que era um dos poucos a dominar o tema da colonização na agência estatal. Ele me relatou que boa parte da documentação foi

queimada após uma chefia decidir que o órgão federal precisava de mais espaço - no moderno Centro Político e Administrativo de Mato Grosso, lugar que reúne uma série de instituições públicas em Cuiabá. Este funcionário, gentilmente, apontou aquilo que considerou ser um erro central na minha abordagem e me aconselhou a fazer o inverso: *você está fazendo errado! Inverte essa coisa aí*. Ou seja, segundo Seu Cajango, eu deveria escolher algumas cidades do norte do estado e, a partir daí, tentar contar e explorar as suas histórias.

A impossibilidade de realizar uma pesquisa documental apresentou, para o trabalho, uma importante dificuldade. Ao retornar para o Rio de Janeiro, comecei a pensar em um calendário para visitar algumas cidades, que logo defini que seriam Sinop e Lucas do Rio Verde. A primeira por se constituir em um importante exemplo de colonização particular e, a segunda, por representar, como eu acreditava naquele momento, um caso clássico de colonização oficial. Por conta de questões profissionais e pessoais, tentava encontrar uma forma de realizar essas viagens durante meus períodos de férias subsequentes.

Ainda em 2011, ao participar e apresentar meu texto de qualificação em uma reunião do Grupo de Estudos em Teoria Política (GETEPOL), sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Raquel Kritsch, com o apoio de vários amigos/as e colegas de grupo, argumentou, ao lado de inúmeras críticas importantes ao projeto de pesquisa, que meu roteiro de viagem precisaria ser mais extenso. Ou seja, além das dificuldades que eu já havia encontrado para realizar minhas intenções iniciais, e diante da sugestão de Seu Cajango, eu deveria partir para uma experiência mais profunda e passar um período maior no Mato Grosso. Tentar, portanto, realizar um trabalho de campo. Assim, sustentava Raquel, eu poderia flertar com a possibilidade de compreender estes lugares a partir de dimensões que não estão resumidas em documentos oficiais. Ao contrário, portanto, de uma postura mais pragmática de visitar rapidamente lugares e cidades, recolher documentos, materiais e discursos, retornar para o Rio de Janeiro e produzir um "veredicto final", o GETEPOL defendia a opinião de que eu deveria vivenciar, com alguma intensidade, o cotidiano do interior mato-grossense.

Levando em consideração mais esta sugestão, e diante dos riscos e dificuldades que enfrentava com a pesquisa, cheguei à conclusão de que a manutenção do projeto de tese exigia um conhecimento maior sobre a região norte do estado. Assim, em abril de 2012,

viajei novamente para Cuiabá, mas, agora, com o objetivo de permanecer o restante do ano em Mato Grosso. O roteiro - ou, então, a ausência de um plano bem delimitado - consistia em passar um período na capital, de modo a estudar com mais afinco as pesquisas sobre a história da colonização e partir, depois, para Sinop, na tentativa de encontrar e produzir um material para a pesquisa e, posteriormente, seguir para Lucas do Rio Verde.

Em Cuiabá, o professor Vitale Joanoni Neto, do departamento de história da UFMT, abriu as portas para que eu pudesse consultar as pesquisas produzidas por professores e estudantes. Minha estadia em Cuiabá durou cerca de 70 dias, período que me deu a oportunidade de estudar e analisar a produção local sobre o tema da colonização. Com o passar do tempo, das leituras e fichamentos, comecei a perceber a existência de um padrão interpretativo em grande parte dos livros, dissertações e teses produzidas: a partir de um marco conceitual que remonta aos trabalhos clássicos sobre a questão agrária, ao processo de expansão territorial no Brasil e à aliança entre os militares e os empreendimentos capitalistas[1], os historiadores locais e especialistas no tema da colonização no norte de Mato Grosso, encontravam respostas e conclusões análogas. Percebi, então, que abordagens, conceitos e uma linguagem determinada pelos primeiros trabalhos, escritos no decorrer da década de 1970 e 1980, determinavam a interpretação construída posteriormente. Não há, por exemplo, um debate crítico entre todos estes autores e pesquisadores. Pode-se afirmar, portanto, que é uma produção crítica que atua em conjunto contra os fenômenos da colonização e seus principais atores.

Se o Estado Novo revelava as intenções de uma força estatal na configuração e expansão no território brasileiro, ação limitada pelas condições práticas e históricas, a Ditadura Militar alcançaria maior sucesso ao se projetar ambiciosamente em direção à região amazônica. Neste segundo momento, por outro lado, os militares estabeleceriam uma sólida aliança com o capital, determinando as características principais do projeto executado – realizando, portanto, o que Otavio Velho denominou *capitalismo autoritário*. A formação das cidades, os processos de territorialização, segundo esta perspectiva, deveriam ser interpretados a partir de seus mecanismos de controle e

[1] Esses autores e obras estao devidamente citados no decorrer da tese. Mas, no caso, penso , sobretudo, nos trabalhos de Octavio Ianni, Otavio Velho, José de Souza Martins, Joe Foweraker, Bertha Becker, José Vicente Tavares dos Santos, Regina Guimarães Neto, entre outros.

imposição, responsáveis, inclusive, pela consolidação e enraizamento de uma mentalidade capitalista e empreendedora nos espaços de colonização. A exposição dos argumentos desta vertente explicativa é tema de todo o capítulo 02. Este é um momento do texto da tese em que tento demonstrar de que modo os trabalhos que tratam da colonização em Mato Grosso dialogam com as abordagens que fundamentam suas análises na dimensão territorialista do Estado brasileiro e com aquelas que tratam de uma posterior aliança da força estatal com o capital, produzindo uma peculiar resolução da questão agrária no período da Ditadura Militar.

Em um primeiro momento, no entanto, constatar a existência deste padrão de análise e pesquisa, causou certa frustração: identificar o protagonismo do Estado brasileiro - em muitos casos, ao lado de empreendimentos capitalistas - no processo de formação das cidades e territórios, era justamente a minha intenção quando resolvi viajar para o Mato Grosso. Assim, era como se eu estivesse percorrendo um caminho já intensamente trilhado, inclusive pelos historiadores mato-grossenses: ao olhar para uma série de trabalhos realizados foi possível notar que um amplo mapeamento - portanto, estudos sobre os diversos programas de colonização e formação de cidades no norte de Mato Grosso – estava sendo produzido por inúmeros pesquisadores desde meados da década de 1980.

Mas, em meio a esse impasse, permaneci em Mato Grosso. Na segunda semana do mês de julho de 2012, viajei para Sinop, onde também passei mais de 70 dias. Meu primeiro contato na cidade, com quem já havia trocado algumas mensagens pela internet, foi com o professor Edison Souza, historiador da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e autor de uma dissertação e uma tese sobre a formação de Sinop. Edison, além de uma paciente e longa conversa, me recomendou visitar o Museu Histórico de Sinop para conhecer o professor Luiz Erardi dos Santos, autor de “Raízes da História de Sinop”, livro de grande circulação na cidade, e diretor do museu sinopense. Os dois professores foram muito receptivos, e com eles estabeleci um bom diálogo. Luiz Erardi, por conta de seus arquivos no Museu, ainda me forneceu materiais de pesquisa, como, por exemplo, alguns números do jornal produzido pela Colonizadora Sinop no decorrer da década de 1980.

O interessante, ao entrar em contato com estes dois especialistas locais, foi constatar que, apesar de algumas aproximações, eles representavam dois modos distintos de

interpretar o processo de colonização. Enquanto Edison Souza, de perfil mais acadêmico, doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF), acompanhava fielmente as diretrizes do modelo interpretativo mencionado anteriormente, Luiz Erardi dos Santos, embora esboçasse algumas críticas à Colonizadora, sobretudo em aspectos que a empresa não obteve o sucesso esperado, poderia ser classificado como pertencente a uma literatura que sempre priorizou o tom elogioso em torno da expansão efetuada pelo processo colonizador. Ao começar a estudar o tema da colonização, rapidamente se percebe que este tipo de olhar é um inimigo compartilhado pelos pesquisadores que trabalham com a interpretação crítica tradicional – um adversário comum que se posicionaria ao lado do "Estado" e do "capital". No meu caso, o interessante, ao estabelecer estes contatos, foi perceber que posturas como a de Luis Erardi, que pensam nos fracassos e falhas da Colonizadora, do colonizador e do Estado, poderiam abrir outras possibilidades de se pensar o processo de colonização - ao contrário, portanto, do modelo acadêmico hegemônico, que praticamente trata o Estado e o "capital" como atores infalíveis na condução de seus objetivos.

Em Sinop visitei também órgãos municipais em busca de dados, fotos e as mais variadas informações; frequentei a biblioteca municipal e da UNEMAT; e estabeleci contatos e conversas com moradores antigos e com trabalhadores, como no caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop. Frequentei, também, eventos patrocinados pelo Sindicato dos Produtores Rurais e visitei algumas vezes a sede da SINDUSMAD (Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso), entre outras instituições.

Um trabalho de campo, no entanto, é feito de vários percalços e erros. Embora eu tenha passado cerca de dez semanas na cidade, minha percepção era a de que o tempo se esgotava rapidamente. Em algumas semanas, a sensação era a de que nada acontecia: conversas que não rendiam para a pesquisa e encontros e visitas que pareciam se assentar em uma esfera superficial e enganosa. Em outros dias, as informações brotavam de todos os lugares: a confirmação de uma pista quando você menos espera ou, então, uma conversa que surge do acaso, mas que produz mais elementos do que muitas outras que foram agendadas. Às vezes, um garçom de um bar ou restaurante, por exemplo, fornecia uma informação ou indicação com mais precisão do que um funcionário público. Creio que estas questões deveriam ser óbvias para um doutorando,

mas não posso negar que apenas percebi várias delas no momento em que realizava a pesquisa de campo.

Meu cotidiano em Sinop, portanto, também foi permeado por uma série de dificuldades: documentos, jornais e materiais históricos não encontrados e pessoas que se recusavam a conversar com o tal "pesquisador do Rio de Janeiro", por exemplo. Certa vez, passei alguns dias tentando marcar, por telefone, uma entrevista com um antigo pioneiro da cidade que insistia em não me atender. À época, eu acreditava que uma abordagem formal, ou seja, me apresentar como um "doutorando de um instituto da cidade do Rio de Janeiro", facilitaria o acesso e circulação entre lugares e pessoas, ao dar algum grau de autoridade à minha identidade. Depois de muito insistir, ele aceitou me encontrar em um lugar público, no centro da cidade. Quando ele me conheceu, finalmente revelou o motivo de sua postura. O que o afugentava era justamente a relação com o Rio de Janeiro: *com essas coisas de sequestro que acontecem por lá, vai saber... a gente fica com medo*, disse o senhor. Ele aceitou conversar, enfim, mas logo avisou que rejeitava o uso de gravador.

Conversas e entrevistas deste tipo sempre representaram um problema para a minha pesquisa, tanto em Sinop quanto em Lucas do Rio Verde. Um dado interessante, relatado em alguns trabalhos, é a facilidade encontrada por pesquisadores que são oriundos da região Sul do país, ao se aproximar de seus conterrâneos nessas cidades formadas pelos fluxos migratórios dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nestes casos, os pioneiros, por exemplo, geralmente são mais receptivos. Na minha experiência, no entanto, era muito comum, em diversas situações, ter de lidar com a desconfiança alheia. Uma outra ocasião pode ilustrar o tipo de dificuldade encontrada: quando estava em Lucas do Rio Verde, em uma noite agradável no início da estação de chuva, aproveitei para conhecer um restaurante que serve vinhos produzidos na região Sul. Em poucos minutos, iniciei uma conversa com um senhor que ocupava um lugar próximo ao meu, que se identificou como produtor rural. Ele percebeu que eu não era da cidade. Nestes lugares, rapidamente as pessoas se dão conta de que estão conversando com alguém que é de "fora". Quando me identifiquei, agora sem toda aquela formalidade de "pesquisador do Rio de Janeiro", prontamente o produtor rural questionou: *ah, entendi. Então você é ambientalista ou marxista?* Certamente, nenhuma das duas opções era adequada para uma aproximação. Tentei, por um momento,

explicar que não era este o caso: *um pouco ambientalista, seguramente, mas, marxista, marxista mesmo, eu nunca fui*, tentei argumentar. Mas ele não considerou de modo sério a minha resposta. Um outro senhor, que acompanhava o produtor rural, inclusive, manifestou seu incômodo com a minha interação.

Uma das experiências mais frustrantes foi com a Colonizadora Sinop, que hoje atua na cidade construindo e vendendo empreendimentos imobiliários. O setor responsável pela memória da empresa é o de "marketing", e os funcionários deste departamento foram os que me receberam em diversas ocasiões. As minhas tentativas de entrar em contato com parte dos documentos esbarravam no argumento de que os arquivos sobre a história da Colonizadora e da cidade estavam passando por um processo de reestruturação. Assim, apenas na terceira visita consegui recolher alguns materiais de propaganda e relatórios da empresa. Estes documentos não estavam catalogados e muitos se encontravam incompletos. Com vários deles tive de fazer um esforço enorme para descobrir o ano de sua publicação. Os funcionários do setor de marketing, ao contrário do que se pode imaginar, me receberam sempre de forma educada e atenciosa, mas não possuíam nenhum conhecimento e nem treinamento para lidar com esse tipo de material e com visitas e pedidos de pesquisadores. Uma preocupação com os documentos da colonização, ao que tudo indica, nunca fez parte da política da Colonizadora Sinop: *a empresa não se preparou para lidar com a sua própria memória*, foi o que escutei em diversas ocasiões.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas e os erros cometidos, o cotidiano sinopense, o dia-a-dia da pesquisa e da cidade, acabou por proporcionar novas visões e perspectivas sobre o processo de colonização e formação daquela sociedade. A história local, assim, passou a apresentar elementos e características mais complexas, que pareciam não se esgotar no modelo interpretativo que apresentei anteriormente. Ao tentar, portanto, estabelecer um distanciamento em relação à perspectiva tradicional, ou melhor, hegemônica, algumas questões se tornaram necessárias: até que ponto a empresa colonizadora carregava, ao lado da dimensão dos negócios, um ideal de missão política? Os erros e fracassos da Sinop não demonstravam, também, limitações nas tentativas de colocar em prática mecanismos de controle e imposição aos outros envolvidos no processo? Como explicar, então, o fato de que parte dos migrantes não apenas

legitimaram, mas, também, compartilhavam de diretrizes e valores que embasavam os projetos da Colonizadora e do Estado brasileiro?

As semanas em que passei no território sinopense, portanto, foram marcadas por um profundo aprendizado e, também, por um processo de adaptação. Algumas questões aparentemente irrelevantes produziram resultados curiosos e importantes. Passei a tomar certos cuidados em relação, por exemplo, ao modo como me apresentava e falava com as pessoas. Isto envolveu até mesmo detalhes estéticos. Em pouco tempo, percebi que a minha aparência de estudante de algum curso de ciências humanas atrapalhava em minhas tentativas de aproximação, por conta de estereótipos, preconceitos, etc. Resolvi, então, cortar o cabelo e prestar mais atenção no modo como me vestia em algumas ocasiões. É interessante observar como essas pequenas coisas são capazes de produzir efeitos e mudanças que podem determinar a experiência no campo a ser pesquisado. No pequeno hotel em que fiquei hospedado, os olhares desconfiados no momento de minha chegada, se transformaram em abraços na minha despedida. Algumas pessoas, portanto, deixaram de me classificar como "o ambientalista", ou "o marxista", e passaram a dialogar comigo portando um sentimento de orgulho, pois consideravam que estavam falando com o pesquisador que iria contar, no Rio de Janeiro, a história da cidade. O resultado não esperado, neste processo, foi um certo sentimento de culpa que passei a carregar, pois sabia que, se eu começava a desenvolver uma postura crítica diante da interpretação hegemônica da colonização, dificilmente produziria um trabalho elogioso ao que aconteceu no norte de Mato Grosso.

De todo modo, ao frequentar instituições, conversar com pioneiros e moradores, e tentar viver e desenvolver experiências na cidade, a cada dia se tornava mais difícil trabalhar com as definições rígidas que conheci por meio de livros e da linguagem acadêmica. No caso dos pioneiros e de outros moradores, e do próprio processo de formação da cidade, comecei a perceber que as histórias que se entrelaçavam em torno de Sinop eram dotadas de complexidades não reproduzidas pelas categorias tradicionais, como no caso de uma suposta criação do "colono modelo", que segundo a literatura hegemônica seria resultado direto de um projeto e de uma imposição estatal e empresarial. Não sabia ainda, no entanto, como articular todas estas questões na minha pesquisa de tese. Mas, por outro lado, não conseguia mais sustentar um estudo baseado na "perspectiva

gellneriana", ou, até mesmo, em uma narrativa de longo alcance pautada na chave explicativa do Estado territorialista.

No período em que passei em Sinop, ainda continuava com as minhas leituras, selecionadas a partir do levantamento bibliográfico que realizei em Cuiabá. Por conta do grande volume de pesquisas realizadas, elaborei uma lista de prioridades que se iniciava com as publicações que julgava mais importantes até aquelas que, à época, classifiquei como secundárias. No início deste processo, portanto, priorizei o estudo de pesquisas realizadas pelos professores do departamento de história da UFMT, independentemente dos casos analisados. Em um segundo momento, estudei os trabalhos que estabeleceram marcos conceituais reproduzidos em pesquisas subsequentes. Em um terceiro, comecei a ler dissertações e teses que realizaram estudos de caso sobre cidades importantes da região, mas, sobretudo, aquelas que tratavam da formação de Sinop. Durante a minha estadia nesta cidade, tentava também reservar alguns momentos para entrar em contato com outros trabalhos que me interessavam. Ler pesquisas sobre Lucas do Rio Verde, por exemplo, era também um dos meus objetivos.

Neste último caso, a leitura da dissertação e da tese de Betty Rocha, sobre Lucas do Rio Verde, acabou por se tornar crucial para o andamento posterior da análise que eu tentava realizar. A novidade, com esta autora, reside na centralidade concedida aos grupos que protagonizaram os fluxos migratórios para a região. De tal modo, percebe-se que a dimensão da identidade regional é um aspecto primordial para se compreender o processo de territorialização realizado naqueles contextos. Os "sulistas", portanto, não poderiam ser interpretados como espectadores passivos das ações do Estado e do "capital", mas atuavam também como construtores na formação das cidades, a partir de um autorreconhecimento de que seriam portadores de características essenciais para os empreendimentos realizados no norte de Mato Grosso. Sendo assim, a autora produziu uma inversão de perspectiva para mim - se comparada com as análises hegemônicas -, ao dar voz aos pioneiros que se consideravam, em Lucas, dotados de atributos - de um espírito empreendedor, por exemplo - que alimentariam a modernização local.

Betty Rocha, em sua pesquisa, foi fortemente influenciada pelo trabalho de Rogério Haesbaert, sobre o deslocamento de gaúchos para o município de Barreiras, estado da Bahia. De tal modo, segui a trilha revelada no trabalho de Rocha e me interessei pela tese deste geógrafo. O estudo de Haesbaert, portanto, se tornou uma referência

importante para a minha pesquisa, pois demonstra de que modo a questão da identidade regional determinou uma nova configuração social que, a partir dos anos de 1980, se constituiu em uma área de reprodução do agronegócio na região oeste do estado baiano. Sendo assim, passei a vislumbrar a possibilidade de trabalhar com um outro modelo interpretativo, que pode ser identificado como aquele que estabelece uma junção entre os processos de territorialização e a identidade regional em contexto brasileiro. Além disso, esta perspectiva - marginal no debate - impõe, a meu ver, questões e críticas à abordagem hegemônica da colonização, ao criar fissuras no argumento de que o desenvolvimento de uma mentalidade capitalista se estabeleceria por meio de imposições do Estado e dos empreendimentos colonizadores. Os argumentos desta outra interpretação estão reunidos no capítulo 03. De tal modo, nesta parte da tese, apresento o percurso adotado por Rogério Haesbaert em sua pesquisa no município de Barreiras para, posteriormente, apresentar a pesquisa de Betty Rocha em Lucas do Rio Verde.

No fim do mês de setembro de 2012, entretanto, ainda não imaginava a possibilidade de estabelecer, em minha pesquisa, este quadro marcado por dois modelos interpretativos sobre os processos que modificaram a fisionomia de parte do território brasileiro. Apenas quando retornei ao Sudeste, no final do mês de novembro do mesmo ano, comecei a alterar a estrutura da tese e de seus capítulos, de modo a incluir tal divisão. Então, no dia 24 de setembro, resolvi sustentar meu plano inicial e passar um tempo em Lucas do Rio Verde, onde tentei, durante 35 dias, reproduzir, mas não com a mesma intensidade, a trajetória de experiências e pesquisa realizada na “Capital do Nortão”. Enquanto estava em Lucas, decidi que dedicaria meu capítulo final ao caso sinopense, portanto, à colonização empresarial de origem paranaense. Mesmo assim, este outro exemplo colaborou para que eu pudesse formular e reformular alguns pontos importantes da pesquisa de tese.

De tal modo, em Lucas do Rio Verde, pude aproveitar mais uma oportunidade de conversar com pioneiros, moradores da cidade e professores. E, também, visitar instituições locais, como a biblioteca municipal, a prefeitura e o nascente Museu Histórico local. Neste último caso, encontrei em Dario Munhak, professor da rede municipal e diretor do museu, uma fonte importante para compreender a formação deste município. Dario me deu acesso aos documentos que estão arquivados no Museu Histórico de Lucas do Rio Verde. Além disso, seu domínio sobre o processo de

formação da cidade me ajudou a conhecer alguns equívocos cometidos por outros pesquisadores e as limitações que as categorias rígidas - para tratar do tema dos pioneiros e do desenvolvimento de uma elite e classe média local – podem impor a um trabalho acadêmico sobre a região.

Quando retornei de minha viagem ao Mato Grosso, ainda precisava organizar, não apenas a estrutura da tese, mas também todo o material e anotações realizadas durante os sete meses de trabalho em Cuiabá, Sinop e Lucas do Rio Verde. Apenas posteriormente, comecei a escrever pensando em um ponto crítico apresentado acima: as histórias e interpretações analisadas indicavam que o processo em questão não caberia em grandes narrativas que envolvem apenas o Estado e o "capital", mesmo que estes sejam personagens centrais para se compreender a formação destas cidades. Assim, também passei a considerar que a tentadora proposta de produzir uma *teoria geral da colonização*, poderia se transformar em uma armadilha. Consequentemente, tentar, simplesmente, deslocar as pesquisas de Betty Rocha e Rogério Haesbaert para explicar os fenômenos que compõe o caso de Sinop, nunca representou uma alternativa viável: a lógica e a tecnologia de colonização utilizada por uma empresa colonizadora, o papel desempenhado pelo Estado brasileiro em Sinop, para além de suas funções tradicionais e oficiais, algo não retratado nos trabalhos destes autores, demonstravam a necessidade de se tentar desenvolver uma terceira possibilidade de interpretação.

Sendo assim, deveria me debruçar sobre o caso de Sinop, de modo a retratar suas especificidades, embora apresente muitos pontos de contato com outros processos colonizadores. Em um primeiro momento, resgatei os elementos fundadores da tecnologia de colonização desenvolvida pela empresa de Enio Pipino na Gleba Celeste (território que reúne as cidades de Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia), que remonta ao processo de formação de cidades no norte do Paraná, sobretudo a partir das ações da colonizadora que construiu, por exemplo, a cidade de Londrina. A história da empresa Sinop, que se inicia no interior paranaense, estabelece uma distinção importante em relação ao caso de Lucas e de Barreiras. Tanto a Colonizadora quanto seu líder, Enio Pipino, exerceria um protagonismo que poderia – ou, então, deveria - determinar os rumos do projeto e dos migrantes sulistas. Neste caso, em um primeiro momento, as ideias de imposição e controle, que pertencem ao vocabulário organizado pela interpretação hegemônica, parecem ganhar força.

Por isso, ao abordar a história da colonização, tornou-se central para a pesquisa demonstrar de que modo a empresa e o colonizador tentaram impor diretrizes para a reprodução da vida econômica dos indivíduos migrantes, no sentido de obter sucesso no desenvolvimento de um mundo rural no cerrado mato-grossense. Essa contextualização, por um lado, permite entender os primeiros passos do processo de modernização agrícola na região, por meio dos documentos que comprovam a realização de experiências para o plantio de diversas culturas. Mas, por outro, ajuda a perceber que os objetivos de Enio Pipino foram limitados pelas condições da época e por erros cometidos, como no exemplo da criação de uma usina de álcool de mandioca. Neste último caso, o fracasso seria determinado, inclusive, pela não adesão dos migrantes-produtores rurais.

Se desde a colonização paranaense era possível perceber que a ideia de modernização que guiava esses empreendimentos atribuía à urbanização uma importância central, questão que nos permite entender a relação posterior entre o surgimento do agronegócio e a formação de cidades no interior do país, no caso de Sinop, os fracassos acumulados no âmbito rural, acabaram por estabelecer um protagonismo dos migrantes que atuavam economicamente a partir da cidade – madeireiros e comerciantes, por exemplo. Estes indivíduos, majoritariamente de origem sulista, não apenas aderem aos pressupostos da colonização, mas, também, determinam os seus rumos, tanto do ponto de vista material quanto na dimensão dos valores sobre os quais a cidade é construída.

Em relação à atuação do Estado, não apenas no plano institucional-oficial, mas em aspectos simbólicos e no apoio concedido à formação da cidade, sobretudo durante o governo do presidente Figueiredo, tento demonstrar de que modo os primeiros moradores da cidade se aproximavam dos representantes estatais, ao compartilhar um desejo pela modernização de Sinop. Deste modo, elementos que formam os valores do empreendedorismo, da livre iniciativa e de uma determinada ética do trabalho, que se organizam posteriormente em torno do *ideal do pioneirismo*, não podem ser compreendidos como criações derivadas dos projetos e planos do Estado e da empresa colonizadora, pois são afirmados, desenvolvidos e divulgados pelos indivíduos que "sobrevivem" ao deslocamento territorial e ajudam a formar a cidade e seus valores.

Assim, embora os casos do norte de Mato Grosso revelem um conjunto comum de políticas, projetos e fluxos migratórios, parece ser mais factível ter em mente processos

e histórias específicas. Todas estas questões embasam, portanto, minha hipótese de pesquisa sobre o caso de Sinop, que constitui todo o pano de fundo do capítulo 04. Para se compreender, portanto, este processo de colonização, é preciso analisar os contatos, aproximações, rupturas e distanciamentos que envolvem os *três eixos da colonização*: a colonizadora (e o colonizador), o Estado brasileiro (suas agências e agentes) e parte dos migrantes, sobretudo aqueles que aderem, ou, então, ajudam a construir as diretrizes e valores centrais para a formação da (boa) sociedade sinopense.

Capítulo 01

A conquista: imaginário e intervenções em Mato Grosso

Ao olharmos a situação do Centro-Oeste brasileiro nos dias atuais, parece ter-se dissipado, mesmo que em parte, a concepção tradicional do imaginário brasileiro, estruturada na dualidade *Litoral* (a costa) e o *sertão* (seu interior). O sentido do progresso e da civilização na formação do Brasil, para ficarmos com os termos tradicionais de nossa intelectualidade, mostra-nos uma gradual superação da dicotomia, sempre pendendo para a expansão da chamada *mentalidade litorânea*[2]. Nosso *Oeste*, a começar por sua importância atual na economia nacional, em um mundo agrário modernizado, transformado agora em *business*, e na arquitetura e inovação de gostos e costumes que atingiram suas capitais e principais cidades, parece confirmar, portanto, a promessa do caipira Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, convertido em fazendeiro rodeado por tecnologias em sua *segunda fase*.

A abertura da BR-163 no trecho Cuiabá-Santarém, no período do governo militar, simbolizou uma intervenção marcada pela realização de velhos desejos que vislumbravam a relação entre projetos nacionais, programas estatais de ocupação do território e deslocamentos populacionais intensos. Mato Grosso, situado em uma região conhecida como nosso antemural no período colonial teve nesse recente processo de ocupação de sua última fronteira, no norte do estado, um dos mais significativos movimentos de consolidação de um modo peculiar de formação de um território nacional. Segundo inúmeras análises, por exemplo, este desenvolvimento no norte do estado desvendaria um percurso de fundo, em meio às rupturas e rotinas político-institucionais, que diz muito sobre a expansão das manifestações do capitalismo no Brasil e que seriam protagonizadas em larga medida pela atuação do Estado sobre os espaços e suas populações.

O território do estado de Mato Grosso, ou o que restou, ao centro, da faixa que reunia o sul do Mato Grosso do Sul (desmembrado em 1979) e o norte do estado de Rondônia (desmembrado em 1943), é significativo para a compreensão deste processo.

[2] A imagem de uma mentalidade litorânea em correspondência com o ideal de civilização, que deveria ser expandido, homogeneizando a população e suprimindo o atraso sertanejo, é uma concepção corrente no pensamento social brasileiro. Oliveira Vianna, por exemplo, fez sua defesa da modernização "pelo alto", como uma forma de popularizar o ideal de civilização compartilhada pelas elites políticas litorâneas. Ver, Oliveira Vianna, 1999.

Historicamente, o estado é conhecido por ser pouco povoado. Vastas são, ainda, as regiões desocupadas, e grandes as suas reservas florestais. Seu crescimento populacional, proporcionalmente, parece acompanhar o desenvolvimento natural do país, nas últimas décadas, com um aumento relativamente acentuado: no período de 1960 e 1970, ainda quando o território do estado contava com a porção do Mato Grosso do Sul, a população girava em torno de, respectivamente, 910 mil e 1.623 milhões de habitantes. Ainda segundo os dados do IBGE, na década de 1980 a população de Mato Grosso, correspondente, agora, ao seu território atual, era de aproximadamente 1.138 milhões. Em 1996, 2.235 milhões; em 2007, 2.800 milhões de pessoas[3], atingindo o índice de quase 3 habitantes/Km²; e, segundo o Censo de 2010, o estado contaria com uma população de 3.035.122, chegando a uma densidade demográfica de 3,36 habitantes/Km².

Para os padrões de densidade demográfica de outros estados, mesmo Goiás e Mato grosso do Sul, territórios que compõe a região Centro-Oeste (além do Distrito Federal), estes números ainda são inferiores, mas indicam um constante crescimento. Os dados e informações, por outro lado, tornam-se mais interessantes quando consideramos o fato de que o aumento deve-se mais aos fluxos migratórios, principalmente a partir da década de 1970, do que a um incremento e desenvolvimento natural das populações locais. O deslocamento de pessoas neste período, principalmente até meados da década de 1990, coincidiu com a expansão da fronteira agrícola na região.

Contingentes populacionais oriundos das regiões Sudeste e, principalmente, Sul, contemplados por projetos de colonização no estado, contribuíram para uma alteração profunda na economia local, com a modernização de sua agricultura. Hoje, a produção de *commodities*, sobretudo a soja, atinge patamares importantes entre as exportações do país, elevando o PIB estadual a índices relevantes, com um acréscimo de 115% entre 1995 a 2007, que rendeu a Mato Grosso o maior crescimento entre os estados do país durante este período. Com um crescimento de 315% do Produto Interno Bruto desde 1985 e atingindo o posto de 7º colocado no ranking *per capita* nacional, Mato Grosso é descrição importante nos capítulos da história sobre o desenvolvimento no atual Centro-Oeste brasileiro.

---

[3] Fonte: IBGE, Contagem de População 2007 e síntese do estado de Mato Grosso após a contagem do Censo de 2010 (http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt Acessado em 10/04/2015).

O estado mato-grossense processou, assim, ao longo de sua história, a substituição de uma economia baseada na exploração garimpeira, no século XVIII; nos engenhos e nas usinas de produção açucareira, nos séculos XVIII e XIX; no plantio e no cultivo de erva-mate, em todo o período da Primeira República; e na extração e comercialização da poaia e exploração da borracha, no século XIX e primeira metade do XX, para - além da manutenção da pecuária, atividade existente desde o século XVIII - o agronegócio, que se constituiu e se firmou como o carro-chefe da economia na região.

O desenvolvimento acima mencionado é, concomitantemente, acompanhado por um processo intenso de urbanização e de criação de municípios, sobretudo, no período pós–1964. Após a divisão do estado, em 1979, Mato Grosso contava com 36 municípios. Hoje, são 141 ao todo. Este processo de municipalização, que demonstra uma reestruturação político-administrativa em seu espaço territorial, possui forte correspondência com a produção econômica contemporânea. O processo de urbanização no estado, como se costuma afirmar, origina-se em uma redefinição no campo, ou seja, a modernização da agricultura e urbanização são processos complementares. Este desenvolvimento - segundo geógrafos, economistas e sociólogos brasileiros - revelaria pelo menos dois fatores: em primeiro lugar, *muitas cidades nasceram para atender demandas do agronegócio. (...) por meio da análise da origem dos maiores municípios produtores de soja, constatamos que a maior parte dos municípios surgiram recentemente e desmembraram-se de antigos municípios de mineração (...)*[4].

Em segundo lugar, as alterações descritas acima são acompanhadas por uma redefinição da elite política do estado. Os chamados "sulistas", migrantes que assumiram o protagonismo na produção agrária, passaram a compor, em maior ou menor grau, os quadros políticos em novos e velhos municípios, principalmente naqueles que tem sua economia baseada na exportação de *commodities*. Exemplo importante deste quadro foi a eleição e reeleição para governador, em 2003 e 2007, de Blairo Maggi, dono da empresa de sementes Grupo Amaggi. Este fato consolidou, em grande medida, uma alteração, mesmo que de modo gradual e negociado com as velhas elites políticas, nas estruturas de poder no estado. De todo modo, a ascensão dos produtores, os *reis da soja*, na política local, fez correspondência com a solidificação na região de uma nova elite econômica.

[4] Silva; 2009, 88.

Este processo, portanto, gerador de um movimento reorganizador do estado de Mato Grosso, tanto política quanto economicamente, além de condicionar a população, rural e urbana, a uma nova lógica, revela também uma reorganização na hierarquização socioeconômica. Entre os migrantes, os chamados "sulistas" galgaram posições que, na maior parte das vezes, populações oriundas do Nordeste, por exemplo, não conseguiram alcançar.

O desenvolvimento do agronegócio no Brasil, contudo, não se restringe ao Mato Grosso e nem ao Centro-Oeste. Fala-se, inclusive, na emergência de uma sociedade do agronegócio, *uma sociedade que existe ou se está produzindo dentro e em torno do agronegócio*[5]. Contudo, aspectos importantes podem ser retirados desse processo se nos concentrarmos no estudo do caso mato-grossense. O exemplo do agronegócio no Mato Grosso reflete uma consequência do modo pelo qual se deu tal desenvolvimento na região, composto pelos fluxos populacionais que possuíram, no caso, uma rota específica, resultando em uma redefinição urbana e rural de seu espaço.

As recentes análises sobre este desenvolvimento apontam para uma expansão do capitalismo no Brasil, que teria na modernização das novas fronteiras agrícolas um de seus alicerces. A nova reorganização do uso do território, de tal modo, assinalaria, segundo inúmeros estudos, uma intervenção do Estado central, sobretudo a partir do governo militar, com fortes estímulos de ocupação e colonização do território mato-grossense[6].

Gislaine Moreno, no livro "Terra e poder em Mato Grosso", uma pesquisa sobre as políticas de distribuição de terras no estado, mostra como a partir do decreto-lei de 1971, houve uma mudança significativa, com uma nova jurisdição que determinava que mais de 60% das terras estaduais passariam para o domínio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O decreto e seu instituto executor refletiam a efetivação do Programa de Integração Nacional (PIN), que tinha como foco central a integração da região amazônica com o restante do território brasileiro.

Estrategicamente, o Centro-Oeste representava uma região importante para atingir os objetivos, modernizantes, do PIN. O Estado teria operado, assim, após tomar para a

[5] Heredia, Palmeira e Leite; 2009.
[6] Ver, Moreno; 2007.

União a jurisdição de uma parte significativa do território do estado de Mato Grosso, uma série de programas de colonização oficial e particular. Em suma, programas que visavam o povoamento e a expansão da propriedade capitalista e da empresa rural.

Em relação, especificamente, ao agronegócio, do modo como o conhecemos e definimos hoje, *são os enormes investimentos que põem em evidência que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem mas também sua expansão*[7]. Ou seja, as pesquisas demonstram uma intervenção significativa do Estado nas transformações que ocorreram em regiões, como no caso do Centro-Oeste e Mato Grosso.

Poder-se-ia, deste modo, argumentar que o autoritarismo brasileiro determinou uma forma de intervenção estatal mais efetiva, ao contribuir para a ocupação de áreas que denunciavam a não *coincidência entre as fronteiras econômicas e as fronteiras políticas*, como já afirmava Getulio Vargas em seus discursos sobre a campanha Marcha para o Oeste. Esta não coincidência, contudo, não implicaria em um ordenamento de um território vazio, como o nosso antemural totalmente desabitado. A dominação estatal e empresarial, efetuada nos idos dos anos 1970, por outro lado, também desencadeou um processo de desapropriação de terras, de substituições de populações; não só as indígenas, mas, também, a população local e cabocla ali existente, resultado de migrações anteriores, e de um processo de construção e configuração de um mundo social que remonta ao século XVIII.

Se podemos hoje, portanto, averiguar os resultados que refletem políticas e ações do período da Ditadura Militar, este processo permite compreender um percurso mais amplo que diz respeito à própria formação nacional brasileira. É preciso ressaltar, contudo, que ao pensar na história da região mato-grossense, trabalhamos com as interpretações sobre o modo como o território Oeste foi ocupado e, por outro lado, com as disputas intelectuais e políticas a respeito dos elementos que teriam guiado as práticas realizadas para a configuração de seu mundo social.

Quando em uma simples apresentação da história da região, por exemplo, tratamos dos debates sobre a expansão do território no século XVIII, ao mencionar os argumentos que refutam o protagonismo dos bandeirantes diante da atuação do *territorialismo*

[7] Heredia, Palmeira e Leite; 2009, 41.

português, compreendemos, mesmo que superficialmente, os parâmetros que alimentam uma abordagem de longo alcance sobre as intervenções e transformações posteriores, sob o prisma unilateral do *territorialismo estatal brasileiro*. De tal modo, ao fazer um balanço histórico despretensioso, objetivo deste primeiro capítulo, gostaríamos de deixar algumas janelas abertas para uma abordagem mais crítica que terá lugar no capítulo posterior.

O tema mencionado acima nasce acompanhado das construções mentais sobre a região. Aos resultados materiais e políticos, portanto, acrescenta-se uma base que reside na esfera dos valores. Assim sendo, se não podemos falar de uma ação da autoridade pública capaz de nela se fazer esgotar os processos constitutivos do estado mato-grossense até a segunda metade do século XX, as tentativas de intervenção na região refletem as visões e as ações que o *centro* possui sobre a geografia em questão, como no caso da dicotomia litoral-sertão, capaz de articular as esferas do poder e da cultura. Pode-se perceber, com as representações do litoral e o do sertão, que já havia uma demarcação das formas de compreensão sobre o território e a população mato-grossense.

Os projetos e as ações do Estado brasileiro, deste modo, devem também ser analisados, mesmo que não sejam determinantes - como no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX -, de modo a compreender as intenções em relação à região. Ou seja, é importante mencionar a percepção de que as ações de Rondon e a ideia de "espaços vazios" prepararam o terreno para as políticas de colonização e povoamento que se iniciam nos anos de 1940 e que se consolidam no pós-1964. Assim, em último lugar, devemos abordar o período que representa o apogeu desta lógica, portanto, aquele que nos remete aos anos de 1960, 70 e 80.

Sendo assim, neste capítulo, tentaremos apresentar um quadro geral sobre o Mato Grosso que será divido em três partes: bandeirantes e autoridade portuguesa; as descrições sobre o sertão mato-grossense; e os projetos estatais de ocupação na região. Acompanharemos, deste modo, uma caminho tradicional para se alcançar o tema das colonizações e, portanto, da formação das cidades no norte do estado no período pós-1970. Este olhar nos levará, inevitavelmente, a entrar em contato com a concepção que trata os processos de configuração desse novo mundo social como resultado do

protagonismo estatal brasileiro, ponto que abordaremos de modo mais detalhado no capítulo 02.

1.1 Bandeirantes e autoridade portuguesa na formação de Mato Grosso.

Sobre história de Mato Grosso, tradicionalmente, afirma-se que o seu descobrimento se deu por meio das bandeiras paulistas que, em busca de índios para escravizá-los, atingiram o rio Coxipó, em 1718, com a bandeira de Antonio Pires de Campos. Em 1719, com a bandeira liderada por Pascoal Moreira Cabral, consolidou-se a fixação no território após encontrar uma mina aurífera nas margens do mesmo rio. Com esta descoberta, *a função de caçar índios ficou relegada a segundo plano, cedendo lugar às atividades mineradoras*[8]. A região anexada à Capitania de São Paulo, apenas se desmembraria em 1748 por conta das circunstâncias de disputas no território com o governo espanhol.

As conhecidas bandeiras paulistas podem ser definidas como expedições de grupos oriundos da capitania de São Vicente pelo interior do Brasil, portanto, em via oposta ao litoral. Essas expedições atendiam primordialmente a objetivos econômicos. Assim, comumente relatado, as bandeiras foram divididas segundo as suas atividades: *bandeira de apresamento*, cujo objetivo era o de escravizar e tornar mão-de-obra a população indígena; a *bandeira mercantil*, que consistia na busca por produtos naturais comercializáveis; e, por último, o *sertanismo de contrato*, que atuaria na proteção aos grandes proprietários de terra e das propriedades coloniais da Coroa portuguesa[9]. Acrescente-se a esta tipologia o que se chamou de monções, importantes no caso da conquista do Oeste, pois eram *expedições que, vindas de São Paulo, através de rios, atingiam as zonas mineradoras*, providenciando o abastecimento e o comércio na nova região[10].

Logo após a descoberta de Pascoal Moreira Cabral, a notícia teria se disseminado, gerando, assim, um amplo deslocamento de pessoas em busca das riquezas na *terra do ouro*. De tal modo, na atual capital do estado, *com a propagação de que constituíam os*

[8] Siqueira, Costa e Carvalho; 1990, 11.
[9] Ibidem, 10.
[10] Ibidem, 13.

veios mais fartos da área, a migração oriunda de todas as partes da colônia tornou-se mais intensa, fato que fez Cuiabá, no período de 1722 a 1726, uma das mais populosas cidades do Brasil na época[11].

Neste ínterim, o bandeirante Moreira Cabral havia se tornado o Guarda-Mor Regente da região. Mas, posteriormente, foi deposto pela Metrópole, que nomeou Fernando Dias Falcão, em 1724, para o cargo. Sob a autoridade de Rodrigo César de Menezes, que governava a capitania de São Paulo à época, e após uma disputa com o poderio local dos irmãos Leme, a Coroa portuguesa conseguiria garantir seu domínio político, passando a cobrar altos tributos sobre a riqueza aurífera da região. Deste modo, em 1727, quando Cuiabá passou a categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus, consolidou-se o poder da Coroa com o aumento de suas taxas tributárias. Isto teria como resultado, na então rápida ascensão da região inaugurada pelos bandeirantes paulistas, efeitos *maléficos para a população da região que a abandonou em mass*a[12].

Desse ponto de vista, coube aos bandeirantes paulistas a expansão da fronteira do extremo Oeste, área de disputa entre espanhóis e portugueses, em meio à busca de minérios auríferos e índios para a escravização, ação geralmente considerada quase como uma obra da aventura e do acaso. Em uma *fronteira mal controlada*[13] pelo governo metropolitano, o esforço aventureiro do bandeirantismo seria o maior responsável pelo alargamento do território. No caso de Mato Grosso e das *minas de Cuyaba*, o Estado português apenas surgiria como um personagem relevante, a partir do momento em que se comprovam o potencial mercantil do ouro e a consequente necessidade de se reconstituir o controle e a autoridade. Podemos citar uma passagem retirada do livro de Moreno, que representa o resumo tradicional desta questão:

Durante a primeira metade do século XVIII, a estrutura de poder em Mato Grosso restringiu-se, portanto, aos sítios auríferos, fruto do próprio processo de expansão da fronteira implementada pelos bandeirantes paulistas. O centro de decisão e controle e fiscalização da produção irradiava da capitania de São Paulo, da qual Mato Grosso fazia parte (1719-1748). Uma vez comprovado o potencial aurífero da região, a coroa portuguesa utilizou-se de variados esquemas político-administrativos para exercer um controle maior sobre as minas recém-descobertas. Para tanto,

[11] Ferreira; 2001, 37.
[12] Siqueira, Costa e Carvalho; 1990, 18.
[13] Robert Wegner explica de que modo, por exemplo, a noção de fronteira mal controlada foi analisada por Sergio Buarque em seus estudos sobre os bandeirantes: "As bandeiras se iniciam quando a fronteira, mesmo que não de forma avassaladora, foge ao controle. É como se no século XVI tivéssemos uma fronteira controlada e a partir do seguinte uma *mal controlada* – ou seja, que se pretende controlar, mas sem eficiência" (Wegner, 2000, 136).

necessitou enfraquecer as lideranças locais, até então exercidas por Pascoal Moreira Cabral, um dos descobridores das jazidas, assim como as dos "irmãos Leme" que detinham poder econômico e ascendência política sobre a população mineira, afora grande prestígio na cidade e capitania de São Paulo[14].

Compreende-se assim, que a relação entre a conquista do Oeste brasileiro pelos bandeirantes com o governo metropolitano, apenas seria obra de uma supressão da *espontaneidade americana* dos aventureiros paulistas. Deste modo, por um lado, a ação de Portugal daria aos eventos no Centro-Oeste um aspecto de conquista interrompida, enquanto que, por outro, desenvolveu-se, a partir daí, a imagem do bandeirante como herói da história nacional em contraposição ao colonizador português; uma *raça de gigantes*, apesar de suas ações violentas e dos aprisionamentos dos povos indígenas.

Um dos nomes expoentes na valorização dos bandeirantes foi Cassiano Ricardo, na sua clássica obra "A marcha para Oeste", publicada pela primeira vez em 1940[15]. Para o escritor, a singularidade das bandeiras paulistas esteve relacionada ao isolamento de São Paulo das instituições políticas e dos aspectos constitutivos da vida social do período colonial no Brasil litorâneo. As bandeiras, portanto, em um ato de subversão ao domínio português, embrenharam-se na mata em direção ao Oeste brasileiro. Parece ser, portanto, o objetivo de Cassiano Ricardo, afirmar que a conquista do Oeste no período colonial, como ação exclusiva das bandeiras paulistas, foi a única atividade realmente capaz de *destrancar o sertão*, a despeito da presença da autoridade metropolitana. A radicalização desse seu argumento reside na sentença: *quando entra no sertão a primeira bandeira cessa a história de Portugal e começa a do Brasil*[16].

A história do Brasil, assim, que se iniciara por meio de em um esforço hercúleo dos bandeirantes em suas aventuras no sertão, demonstraria uma singularidade dos paulistas em oposição ao agir da Metrópole no período, sendo, portanto, responsável pela conquista de um território que era antes de domínio espanhol. Ou seja, de somar *mais Brasil ao Brasil pela posse da distância*[17]. Inclusive, residiria aí sua justificação para uma *colonização aos saltos*, pois, *a marcha para Oeste tinha que ser feita aos saltos, na sua ânsia de conquistas de posições e de marcar a terra com sinais muito rápidos de*

[14] Moreno; 2007, 34.
[15] Utilizaremos aqui a edicão de 1959.
[16] Cassiano Ricardo; 1959, 249.
[17] Ibidem, 62.

posse e conquista[18]. Segundo esta interpretação, Cassiano Ricardo conclui que a obra bandeirante foi responsável não só pela criação de um território original, mas, também, pela constituição de um *ser americano* no hemisfério sul do continente.

Assim, o significado que é dado por Cassiano Ricardo às bandeiras ultrapassa os simples aspectos econômicos que as motivavam. Fala-se, aqui, portanto, em origem da singularidade brasileira, do desenvolvimento de uma *americanidade* no hemisfério sul, responsável pela conquista do território e pela gênese da tradição nacional. Ademais, cria-se a forte imagem de que foram os bandeirantes os encarregados em povoar o país e seu Oeste: *a bandeira vai à frente, as migrações vão atrás, as cidades brotam do ouro como um mundo mágico. (...) enquanto o grupo da criação de gado rarefaz a população, a bandeira planta e condensa, unifica e coordena os primeiros núcleos demográficos que formarão a infraestrutura de uma nova sociedade*[19].

Parte da historiografia, entretanto, que aborda o tema da formação da fronteira Oeste em Mato Grosso, busca relativizar o protagonismo dos bandeirantes, demonstrando tanto a relevância das ações do Estado português em assegurar o território quanto na imposição de uma determinada lógica de povoamento da região no período.

Em 1972, David Davidson, um jovem pesquisador orientando de Richard Morse, publicou um artigo, em uma coletânea organizada por Dauril Alden, "Colonial roots of modern Brazil", intitulado "How the brazilian West was won: freelance and State on the Mato Grosso frontier, 1737-1752". Este trabalho era fruto de sua tese defendida em 1970, "River and Empire: the Madeira route and the incorporation of the brazilian far west"[20]. Davidson, já no início do artigo afirma que, *há muito tempo a historiografia brasileira tem por dogma que a conquista do Oeste brasileiro, ao contrário da gradual ocupação das fronteiras coloniais do norte e do sul, em grande parte sob a supervisão do Estado, foi principalmente uma realização dos intrépidos bandeirantes de São Paulo*[21]. Para o pesquisador, esta concepção a respeito das ações desempenhadas pelos bandeirantes obscurecia o papel determinante do Estado português na formação da fronteira Oeste.

---

[18] Ibidem, 71.
[19] Ibidem, 79.
[20] Robert Wegner menciona em seu livro o fato de que Sergio Buarque de Holanda participou da banca examinadora do projeto de tese de David Davidson, orientando de Richard Morse (Wegner; 2000, 120).
[21] Tradução livre: Davidson; 1972, 61.

Segundo David Davidson, se a corrida do ouro por parte dos paulistas teria assegurado o território de Mato Grosso a Portugal, a historiografia brasileira, por outro lado, não avaliou corretamente as disputas geopolíticas entre Portugal e Espanha em torno dessas terras. Os bandeirantes, assim, não garantiriam sozinhos os territórios para a colônia portuguesa, embora a Metrópole tenha utilizado esta ocupação como argumento para a legitimação da posse daquelas terras. Deste modo, configura-se a tese de Davidson: a questão de Mato Grosso combinou esforços interdependentes do Estado e de bandeirantes para obter sucesso na garantia de posse da região, que apenas se concretizou com o empenho diplomático de Portugal que resultou no Tratado de Madri de 1750[22].

O processo, portanto, pelo qual se pode afirmar que o Oeste brasileiro foi conquistado, é definido por David Davidson segundo a intersecção de eventos nacionais e internacionais armados a partir da relação entre quatro elementos: os Estados de Portugal e Espanha e seus respectivos grupos de *freelances*, os mineiros paulistas e comerciantes em Mato Grosso, de um lado, e as missões jesuíticas nos territórios de Moxos e Chiquitos[23], por outro.

Outro pesquisador, Otavio Canavarros, em seu livro "O poder metropolitano de Cuiabá", reconheceu a força dos argumentos históricos de David Davidson sobre a atuação do Estado português no processo[24]. O objetivo de Canavarros foi o de estudar as ações políticas de Portugal na fronteira Oeste por meio de uma documentação que revela a finalidade da Metrópole em assegurar a conquista do território ocupado antes pela Espanha. Para o autor, foi *uma deliberada política de conquista de territórios de soberania duvidosa ou indefinida, pela qual a Coroa Portuguesa, ora tentando direcionar os mineiros, ora servindo dos seus préstimos e achados, na maior parte das vezes, procurou surpreender os Bourbons e seus funcionários das Índias de Castela com o fato consumado da posse*[25].

Deste modo, segundo Canavarros, para o Estado português, os aspectos políticos justapostos aos aspectos econômicos, tiveram por meta assegurar a soberania nas fronteiras no extremo-Oeste, para assim estabelecer o conceito de *antemural da colônia*,

[22] Ibidem, 63.
[23] Ibidem, 64.
[24] Canavarros; 2004, 38.
[25] Ibidem, 11.

zona protetora que facilitaria a consequente expansão no interior de seu território. A finalidade política, portanto, segundo esta visão, superou a finalidade fiscal. *Na verdade, desde a exaustão dos veeiros cuiabanos, no inicio da década de 30 do século XVIII, parece ter havido uma inversão nas prioridades portuguesas em relação aos sertões de Cuiabá, ou seja, uma mudança na percepção da função da região na ótica de Lisboa*[26].

Além disso, outro historiador, Jovam Vilela da Silva, demonstra que a consolidação da fronteira no Oeste estava calcada em uma política portuguesa de dominação territorial e de povoamento, incluindo, inclusive, o nativo neste planejamento. Os nativos foram, pacificamente ou não, utilizados nas milícias e tropas de proteção da fronteira e nas políticas de povoamento, o que pode ser confirmado pelas Instruções Régias: *é importante salientar que as Instruções Régias passadas aos governadores de Mato Grosso denotam a postura da coroa lusitana com relação à sua política de povoamento. Desde os primórdios da conquista das terras americanas, as autoridades portuguesas vinham encaminhando o processo de incorporação territorial de modo bem semelhante, enfim, utilizando o nativo como "muralhas dos sertões", forma idealizada depois do Conselho Ultramarino*[27].

Este procedimento complementava-se, então, com uma política de incorporação dos nativos na construção de uma configuração social luso-brasileira na região. Se por um lado, utilizou-se de casamentos interétnicos, o Diretório dos Índios, em seu sexto parágrafo, determinou a obrigatoriedade do estudo da língua portuguesa entre os nativos, proibindo-lhes o uso de seus idiomas. Segundo o Diretório, *adultos, meninos e meninas deviam usar tão somente a língua portuguesa em suas comunicações e conversas, e isto para o nativo era bom por radicar em seu âmago "o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe*"[28].

Estas determinações, coordenadas pelas mãos de Pombal, visavam claramente atribuir algum grau de *cidadania* aos nativos integrados. Estes, assim, possuindo nome e sobrenome, *como se fossem brancos*, constituíram-se em personagens centrais nas estratégias para assegurar o domínio territorial português e o povoamento da região, em

[26] Ibidem, 12.
[27] Silva; 2005, 255.
[28] Ibidem, 262.

meio à disputa com os espanhóis. A estas estratégias, soma-se a formação de vilas e novas povoações como um modo de incorporar as novas formas societais luso-brasileiras que ali estavam a se constituir. Podemos recorrer, mais uma vez, a uma longa citação de Jovam Vilela da Silva:

> Na capitania de Mato Grosso a estratégia foi ampliar a ocupação através da fundação de novas povoações em locais estrategicamente determinados. A primeira e urgente disposição política foi a da criação da capitania em 1748 e da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, como posto avançado e Anti-Mural da América portuguesa no vale do rio Guaporé. Além da transformação de Pouso Alegre em Capital com novo nome, nas cercanias dos rios Galera, Alegre e Sararé existiam as minas de São Francisco Xavier, Pillar, Santa Ana, São Vicente Pereira e o marco do Jauru, todos no distrito de Mato Grosso[29].

Este processo, portanto, segundo parte da historiografia, teria se intensificado a partir da nomeação, em 1750, de Pombal como ministro da Corte. Marquês de Pombal, ao formular soluções estratégicas e de segurança, como no caso da reformulação dos métodos de fiscalização da produção aurífera na colônia, de modo a tentar intervir no vínculo entre a Grã-Bretanha e a produção de ouro brasileira, compreendeu que a solução em torno da segurança territorial passaria por uma lógica específica de povoamento.

A preocupação em torno da ocupação territorial, como analisado por Kenneth Maxwell, resultaria em uma das prioridades da política pombalina. Maxwell chama a atenção para a correspondência entre Pombal e Gomes Freire, nomeado comissário para o sul da colônia. Em uma dessas cartas, o projeto e a justificativa a respeito da política pombalina de povoamento são claras: *toda a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita: ... este número e multiplicação da gente se faz indispensável agora na raia do Brasil para a sua defesa...*[30]. Ao lado da fiscalização sobre o ouro colonial, a política de povoamento tornou-se marca constitutiva da era de Pombal. Duas áreas de atuação que, talvez, possam ser aglutinadas segundo a prerrogativa da segurança e do protecionismo territorial. Vejam o que diz Maxwell:

> Assim, no primeiro ano da posse de Pombal no elevado cargo, definiam-se claramente as prioridades do novo governo, em sua política mercantil e imperial. Os produtos vitais do sistema comercial luso-brasileiro, açúcar, fumo, e ouro, seriam protegidos por disposições legais e defendidos os interesses estabelecidos. Enérgica tentativa foi feita para racionalizar a máquina arrecadadora do tributo básico – o quinto real. Os devedores coloniais foram protegidos contra

[29] Ibidem, 265.
[30] Maxwell; 1985, 31.

execuções sumárias. Casas de inspeção foram criadas para regular os preços dos produtos fundamentais da colônia. E, o que é básico para todo conceito do futuro território americano: a segurança da colônia seria garantida por sua população – o que não poderia ser feito mediante a imigração de massas europeias, porém pela libertação e europeização dos indígenas[31].

A relação entre segurança e povoamento, considerado por Maxwell como essencial para a compreensão conceitual do processo de formação do território colonial, ou seja, a implementação das políticas de povoamento, que primeiro aparecem como uma preocupação dirigida ao território do Grão Pará e Maranhão, são estendidas e ampliadas segundo um procedimento geral de segurança territorial na colônia. No caso mato-grossense, nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, bem como, no município de finalidade mineradora, Cuiabá, a *europeização dos indígenas* garantiria a posse da terra. Deste modo, segundo Jovam Vilela da Silva, realizou-se um processo de integração social, econômica e política dos nativos no seio de uma estrutura política e burocrática portuguesa em gestação. Creio ser relevante citar mais um trecho de Vilela da Silva que demonstra a importância da incorporação dos nativos na política de povoamento dos lusitanos:

A introdução do Diretório mostra a preocupação da Coroa portuguesa em dar ao nativo no contexto da sociedade civil certa distinção como cidadão. No aspecto quantitativo do enfoque do Diretório, os nativos integrados no sistema social, econômico e político luso-brasileiro, fossem por descimento, retirado da corda, em seus próprios domínios territoriais, o que se pretendia era tê-lo falando português na qualidade de vassalo, garantindo uma fronteira possível. No aspecto qualitativo o enquadramento da lei buscou melhorar, dentro da visão cristã e civilizadora da época, a participação deste nativo no contexto da sociedade com o mínimo de preconceito possível[32].

Pode-se concluir, assim, que o modo como o Oeste brasileiro foi conquistado não se assemelha à história contada por Cassiano Ricardo, de uma rígida distinção entre as ações bandeirantes e a intervenção da autoridade portuguesa na região. Desse ponto de vista, pode-se pensar em uma formação social no Mato Grosso que resultou de duas lógicas - a aventureira e a coordenação estatal portuguesa - complementares. Assim, a primeira vista, a configuração do mundo social mato-grossense é dependente, sobretudo, da política de povoamento do Estado português, fato que não nos permitiria compreendê-la segundo um deslocamento populacional de luso-brasileiros da costa colonial. Ao que parece, como consequência, direta ou indireta, esta fronteira - que passa pela opção de um povoamento que incorporou os nativos, e cuja formação sofre, ao entrarmos no período pós-independência, com um distanciamento espacial e

[31] Ibidem, 32.
[32] Silva; 2005, 265.

temporal em relação a um desenvolvimento mais propenso e próximo dos valores atribuídos à mentalidade litorânea - tem como característica permanente, a de sertão em oposição à civilização.

1.2. O sertão mato-grossense.

Ao nos depararmos, portanto, com a consolidação de um processo que tem como consequência histórica a formação de uma região em permanente isolamento em relação aos grandes centros do país, é importante apresentarmos um debate de fundo que discuta não apenas os elementos históricos da formação de Mato Grosso, mas, também, questões relacionadas à construção de um imaginário sobre a região. Isto diz respeito, consequentemente, às formulações vinculadas aos *centros* intelectuais, políticos, econômicos e sociais que, mesmo transcendendo a própria formação estatal, de algum modo estabelecem diálogos com os projetos institucionais, projetando normativamente a influência e a intervenção em regiões não centrais do Brasil.

Ao analisar os primeiros momentos da formação da fronteira do Oeste brasileiro, ou seja, uma conquista que combinou a ação dos bandeirantes paulistas e da Coroa Portuguesa é possível perceber a importância da generalização presente no imaginário brasileiro que institui a dualidade litoral (civilização) e sertão, e a consequente precedência e dominação de um sobre o outro.

A noção universalizada de sertão, portanto, e sua articulação com os processos de intervenção, nos ajudará a compreender os movimentos de ocupação dos *espaços vazios* conduzidos no interior do território, especificamente, nos *sertões* mato-grossenses. Possibilitará, portanto, a compreensão sobre o modo como a construção de um imaginário sobre a região, enquanto um *outro* lugar, sempre esteve presente nas dinâmicas de ocupação e colonização na região.

Estamos a afirmar, como demonstra o que foi dito acima, que a construção do conhecimento sobre o tema *sertão e litoral no Brasil*, se impôs enquanto uma narrativa que não apenas reafirmava a incongruência entre os dois polos, mas, também, esteve dotado de um conteúdo político. Ou seja, foi sempre uma narrativa que reproduziu o significado de *sertão* e de *litoral* (enquanto o lugar da *civilização*) - mesmo que

atualizando seu conteúdo -, mantendo a capacidade de universalizar diversas regiões sob uma única categoria (os sertões brasileiros), ao mesmo tempo em que pensava a dissolução da dualidade por meio da necessária intervenção de um sobre o outro. O importante, aqui, é entender este percurso, cujos reflexos são perceptíveis geográfica e culturalmente.

Ao analisar o debate sobre sertão e litoral, deve-se ter em mente uma questão que parece ser crucial: de que modo, diversas regiões, cujo conteúdo histórico e um arcabouço de experiências distintas, são generalizadas por meio da categoria *sertão*? E, consequentemente, de que modo *sertão* é elemento crucial para se compreender o desenvolvimento da concepção de *civilização* no Brasil?

Ainda no período colonial, como demonstra Janaina Amado, a utilização da categoria *sertão* pela Coroa portuguesa, para designar regiões auríferas como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, manteve sua validade mesmo após a descoberta do ouro, da explosão demográfica nestas regiões e da implantação da burocracia estatal portuguesa[33]. O ponto alto, contudo, da recorrência desta definição, era a universalização por meio da categoria *sertão* de características que seriam atribuídas as mais variadas regiões: além do aspecto tradicional da língua portuguesa, do sertão como definição para terras distantes, longínquas e desabitadas, essas regiões se assemelhariam em um sentido negativo, portanto, o de terras sem lei, fé ou rei; habitadas por selvagens, como oposto, enfim, das regiões litorâneas, mais afeitas e próximas aos valores da civilização ocidental.

Nesse sentido, *sertão* foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes da chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados -, acrescentando-lhes outros, ao ser reproduzida no território novo de uma forma específica e adequada a uma situação histórica particular: a da conquista e consolidação da colônia brasileira[34].

---

[33] Amado; 1995, 147.
[34] Ibidem, 148.

Assim, a correlação entre sertão e áreas despovoadas implicou na maior parte das vezes em considerar o termo *desabitadas* como sinônimo de regiões onde estavam ausentes os valores da civilização. No início do século XIX, por exemplo, Saint-Hilaire fez a seguinte afirmação - conforme apresentado por Amado - em seu relato "viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás": *(...) Saint-Hilaire (1937;378) usou "sertão" em mais de um livro, sempre designando "as áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo 'despovoada', refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada até em excesso"*[35].

Estas referências aos significados atribuídos aos sertões receberiam contornos decisivos na passagem determinada pela Independência, naquilo que diz respeito à relação com o mundo litorâneo. Os termos correlatos, sertão e "regiões desabitadas" em contraposição ao litoral, povoado e civilizado, indicavam não só o fracasso e atraso como resultado da distância em relação à costa, mas, principalmente, a necessidade de se ter como guia um modelo ideal de nação e civilização que viria de fora. Era preciso, então, como ocorreu no caso de Mato Grosso, nos projetos de intervenção do Estado que se formava naquele contexto, de decisões que favorecessem a construção local da réplica desse modelo, como também, censurar as populações locais por conta da permanência de hábitos que eram considerados a perpetuação do atraso[36].

Desta forma, a construção da dualidade litoral-sertão no imaginário brasileiro, que perpassava tanto o período colonial quanto o posterior a 1822, demonstrava o sentido com o qual fora estabelecido um projeto de nação: assim, o modelo que se constituía para essas regiões era visto como a única forma possível de se atingir o progresso e a civilização. É por conta dessa necessidade que, como demonstrou Galetti, o Mato Grosso, a região de fronteira, era fonte de preocupações no período pós-independência - justamente por sua situação de vulnerabilidade que estabelecia uma ameaça para a unidade política: *nesse delicado contexto de construção da unidade política da nova nação e da preservação de sua base física, a fronteira do Brasil em território mato-grossense e o fato de que grande parte dele tenha permanecido como sertões – na sua*

[35] Ibidem, 148
[36] Volpato; 197, 89.

acepção de terras interiores incultas e sob domínio de povos indígenas – era uma das fontes de preocupação do poder imperial[37].

No período do Brasil Império, portanto, a analogia entre litoral e civilização demonstrava também sua força em relação às definições e os projetos de intervenção sobre os *sertões*. Ou seja, ao mesmo tempo em que se reproduzia o sentido negativo atribuído aos sertões, a ideia de que estas regiões poderiam ser incorporadas pela possibilidade de desenvolvimento econômico foi compartilhada pelas elites políticas do Estado nacional. Mais uma vez, mencionando o caso de Mato Grosso, a efetivação deste projeto das elites fundamentalmente necessitaria da intervenção e disseminação da mentalidade litorânea, já que a decadência da região, após o *boom* do ouro, era atribuída não apenas à distância da região em relação ao desenvolvimento na costa, mas, também, à ausência de um espírito empreendedor entre os habitantes mato-grossenses: *no caso de Mato Grosso, o sertão-barbárie era sinônimo de um lugar onde uns poucos homens de luzes, em geral afinados com os desígnios da ordem imperial, lutavam contra as adversidades de um meio não civilizado*[38].

Outra questão importante no período imperial foi o modo como a dicotomia determinou os limites no imaginário brasileiro a respeito das possibilidades para a construção político-institucional à época. Ivo Coser, por exemplo, ao analisar pormenorizadamente a equiparação das antíteses sertão e litoral com barbárie e civilização, demonstra que no debate sobre centralização e descentralização, Visconde do Uruguai operou sua defesa por meio do diagnóstico sobre um Brasil marcado pela dualidade.

A pesquisa desenvolvida por Coser consistiu em descrever a hierarquização presente na dualidade, pendendo sempre para o termo civilização, ou seja, *é a partir do conteúdo desta que foi pensada a evolução da sociedade brasileira*[39]. Coser demonstra que havia uma clara distinção para Uruguai entre as regiões, e o sertão designaria aquela sem vínculos com a parte da civilizada costa brasileira. As associações que decorrem do diagnóstico de Uruguai consistem na relação entre litoral, civilização, urbanidade, disciplina e vínculos fundados no interesse; por outro lado, em oposição, seriam traçadas as associações entre sertão, barbárie, dispersão, imprevisibilidade, sem um

[37] Galetti; 2000, 148.
[38] Ibidem, 153.
[39] Coser; 2008, 151.

vínculo fundado nos interesses. Para Uruguai, portanto, o movimento necessário para a diluição da dicotomia seria a *introdução lenta da civilização no sertão bárbaro para introduzir uma disciplina interior nas massas ociosas sujeitas a caprichos e a paixões violentas*[40].

Uma das passagens mais importantes para compreender a força que exerceu a dualidade parece ser aquela em que Ivo Coser trata do recuo dos federalistas quanto às medidas descentralizadoras, ou seja, em meio à disputa em torno dos projetos de centralização e descentralização, a dicotomia – a impossibilidade de realização plena no sertão dos pressupostos federalistas – fez com que a elite política do Estado, federalistas e seus opositores, se reconhecessem como um *centro civilizador unificado*[41].

Como podemos observar no estudo de Ivo Coser, a capacidade de articulação entre uma imagem do sertão, desprovido de valores civilizados, e o necessário controle, por parte de um centro político, da mentalidade litorânea sobre a outra parte do território, no limite, guiou os pressupostos políticos-institucionais no período imperial. No caso, assim como no período colonial, a imagem do sertão seria desenhada por seus aspectos negativos. Em relação à Mato Grosso, a designação de sertão, no Império, não apenas acentuava a sua dependência para com o Estado central, mas, também, instituía um modelo de nação e civilização a ser perseguido, transportado pelos representantes do Imperador provenientes da Corte.

Consequentemente, a região de Mato Grosso, na segunda metade do século XIX e início do século XX, permaneceria sendo descrita nos relatos de viajantes como o inverso do mundo existente no litoral, *um lugar aquém do mundo civilizado, moderno, desenvolvido*[42]. Estas descrições compactuavam com as formas tradicionais de definir o sertão, tanto na versão colonial-portuguesa quanto em sua apropriação posterior nos discursos que circundavam o debate sobre Estado e nação no Brasil.

---

[40] Ibidem, 165.

[41] "Limpo de Abreu, quando ministro da justiça, propôs que o júri, da maneira pela qual o Código do Processo havia determinado, deveria ficar restrito somente às cidades mais populosas. (...) as cidades populosas seriam o espaço social mais adequado para que a descentralização, prevista no Código do Processo, fosse aplicada (...). Os federalistas, a partir da eclosão das revoltas regenciais, buscam restringir o princípio de descentralização presente no Código do Processo. A ideia de interesse, para eles, estaria mais assentada nas regiões mais civilizadas. (...) podemos, portanto, considerar que, quando os federalistas restringem os mecanismos descentralizadores às regiões mais civilizadas, a lógica política presente na sua operação consiste em subordinar o aspecto participativo ao tema do interesse" (Coser; 2008, 177).

[42] Galetti; 2000, 32-34.

Mas, por outro lado, como demonstra nosso exemplo, essa concepção do litoral como portador de um modelo de civilização e de nação, não implicou em transformações significativas para as regiões designadas como *os sertões brasileiros* no período imperial do século XIX. Ou seja, como afirmou Xavier, entre outros: *o modelo que se constituía para essas regiões era visto como a única forma possível de se atingir o progresso e a civilização. Durante esse período, a proposta de desenvolvimento elaborada para Mato Grosso, embora não houvesse condições reais para a sua implantação, era a ferrovia, a navegação a vapor, ou qualquer outro meio que fomentasse a comunicação da província com o centro*[43].

Este período, da segunda metade do século XIX e início do século XX, que já abarca a ascensão republicana, no entanto, é geralmente caracterizado por uma inversão no significado de sertão, transformado numa *categoria essencial para o entendimento de "nação" no pensamento brasileiro*[44]. Nísia Lima[45], ao estudar este momento histórico, propõe uma perspectiva sobre o dualismo litoral/sertão, onde o pensamento social o entenderia como importante capítulo do processo brasileiro de *nation-building*. Esta alteração na perspectiva, de um olhar mais otimista sobre os sertões e o sertanejo, por outro lado, seria também composta por projetos e ações *racionalizadoras da vida* na Primeira República, tanto no mundo urbano quanto rural, que gradualmente atingiram os sertões por meio das empreitadas de Rondon e das missões civilizatórias dos sanitaristas e higienistas.

Ao apresentar o tema como dotado de duas visões, uma negativa e uma positiva sobre o sertão, a autora identifica uma corrente que, ao tratar da possibilidade de incorporar o sertão, passa a rechaçar as visões racialistas e as que viam a aproximação dos polos da dicotomia prejudicada por consequência do clima e da natureza indomável. Segundo a autora, as concepções desenvolvidas por Euclides da Cunha, por Rondon e pelo Instituto Oswaldo Cruz em suas missões, aglutinariam aspectos comuns sobre os

---

[43] Xavier; 2006, 21.
[44] Amado; 1995, 150.
[45] Nísia Lima, em seu estudo sobre a dicotomia litoral e sertão, defende a tese central de uma continuidade entre as expressões intelectuais do final do século XIX e início do século XX e os estudos produzidos no interior do processo de institucionalização das ciências sociais, de 1930 a 1964, comparando a dicotomia brasileira com outras representações dualistas da ordem social, como tradição e modernidade, situação e contrato, aristocracia e democracia, rural e urbano.

sertões, apesar de não necessariamente caracterizarem representações sobre um lugar específico.

Mesmo em se tratando de um período da *virada positiva sobre o sertão e o sertanejo*, ainda havia a compreensão de pensá-los por meio de uma generalização de lugares, homens e paisagens, como um *outro* único distante da civilização. Esta questão pode ser mais bem compreendida pela articulação entre a noção do sertão enquanto doença, isolamento e abandono. Formou-se, assim, o conhecimento sobre o interior do país a partir de diagnósticos que universalizavam suas características[46].

As missões civilizatórias constroem, assim, uma perspectiva de uma intervenção mais efetiva sobre o interior do país. Por outro lado, mesmo Euclides da Cunha e Marechal Rondon, que nutriam uma imagem mais positiva do *homem sertanejo*, sustentavam suas ideias por meio de uma noção de um ideal de civilização que, mesmo de forma articulada, deveria derramar-se sobre os chamados sertões. Com Rondon, por um lado, ao liderar a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, já era nítido perceber uma convergência entre as suas ações e os propósitos intervencionistas, em um projeto que visava integrar os sertões, incorporando-os ao mundo civilizado, por intermédio das comunicações.

Euclides, por sua vez, ficaria entre a imagem do *sertanejo como um forte* e o processo civilizatório irreversível. João Marcelo Maia, que analisa a questão por meio da noção de *barbárie transfigurada*, apresenta um Euclides que, ao se opor à civilização de copistas do litoral, pensou as possibilidades de intervenção como *moldura moral, de regulação da barbárie, pela sua rotinização e racionalização, e não pela sua simples eliminação*[47]. Maia demonstra, contudo, que com Euclides, por meio dos mecanismos de *rotinização* e *racionalização*, não se tratava de uma defesa de um particularismo sem diálogo com os pressupostos da civilização ocidental: *não é essa, decerto, a família*

---

[46] "Em seu conjunto, os relatórios e as demais fontes utilizadas revelam que, para os cientistas de Manguinhos, os sertões brasileiros encontravam-se no extremo Norte, no Nordeste, em áreas centrais do Brasil e até mesmo no Sul, na nova frente de expansão do café. Essa localização geográfica poderia, no entanto, ser ampliada a partir da identificação do sertão com o quadro de patologias do país. A despeito das afirmações fundadas em determinismos de tipo climático e racial, a imagem mais forte associada às viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz é a que se difundiu a partir do impacto da divulgação, na imprensa leiga, das conclusões da viagem científica liderada por Belisário Penna e Arthur Neiva. Um sertão caracterizado pelo atraso, pelo abandono e, naturalmente, pela doença" (Lima; 1998, 86).

[47] Maia; 2008, 149.

euclidiana. Não há, em Euclides, aversão ao mundo da civilização ocidental central, mas desconfiança da tradução "litorânea" que ela ganhou no Brasil[48].

Por mais que com Euclides encontramos uma vertente que trabalha com a recusa da tradução de civilização presente na mentalidade litorânea brasileira, a presença e permanência em sua obra da civilização ocidental como referência e modelo em uma perspectiva de integração dos sertões, *ajudou a desencadear, nesse mesmo movimento, uma mobilização de atores que tentam estancar o arruinamento de pessoas e paisagens*[49].

Voltando, mais uma vez, ao trabalho de Nísia Lima, podemos pensar e aglutinar as pesquisas, os discursos e as intervenções do Instituto Oswaldo Cruz, de Rondon e de Euclides da Cunha, enquanto missões civilizatórias que, a partir de representações comuns sobre diversas regiões definidas por meio da categoria *sertão*, contribuiriam na formulação de narrativas para uma gradual intervenção, desempenhando, portanto, o papel de projetos intervencionistas que alimentariam as intenções da autoridade pública para estas regiões: *a caatinga na narrativa de Euclides, os charravascais de Mato Grosso, nos relatórios de Rondon, o contraste entre a força da natureza e a fragilidade do homem nos textos dos relatórios do Instituto Oswaldo Cruz trazem à tona representações comuns sobre os diferentes sertões*[50].

Sendo assim, o que podemos denominar de uma articulação entre o poder e a cultura no andamento histórico da dicotomia litoral-sertão no Brasil, sempre implicou uma relação de dominação entre os termos. As viagens ao interior, afirma Lima, *organizadas por geólogos, engenheiros, militares e cientistas de instituições de saúde pública, atenderam a objetivos estratégicos do Estado (...)*[51], ainda na Primeira República. As representações comuns sobre o sertão, portanto, que possuem um percurso que se inicia no período colonial e, como procuramos demonstrar aqui, persistem pelo menos até os discursos científicos e literários na Primeira República, são criadas e recriadas, produzidas e reproduzidas, reiterando características e atributos ao sertão em oposição à mentalidade e a vida litorânea, detentora do ideal de civilização - apesar das nuances,

---

[48] Ibidem, 153.
[49] Wegner; 2000, 04.
[50] Lima; 1998, 88.
[51] Lima; 1998, 208.

como no olhar mais otimista da perspectiva da incorporação e da integração do sertão por meio do tema da questão nacional e da nacionalidade.

De algum modo, em meio aos processos constitutivos do Estado nacional brasileiro, as imagens da dualidade brasileira e as representações do chamado *sertão*, forneceram um quadro esquemático, como pano de fundo estabilizador, que foi capaz de instituir um padrão para a expansão intervencionista – mesmo que para além das instituições estatais.

Para os propósitos desta pesquisa, convém acentuar a relação, presente desde o período colonial, entre sertão e terras desabitadas. Esta marca parece se fortalecer no simbolismo sobre a conquista do Oeste que, gradualmente, torna-se uma realidade sobre a ocupação desses espaços. A relação de dominação que procuramos demonstrar, neste breve quadro sobre a dicotomia brasileira, no qual o sertão é pintado muitas vezes como um grande vazio, permeia os processos posteriores de ocupação nestes contextos territoriais, dos quais Mato Grosso é um exemplo importante.

1.3. O Estado que tenta marchar para o Oeste.

O debate em torno da dicotomia litoral-sertão nos auxilia na compreensão dos projetos nacionais para regiões como o Centro-Oeste. Nísia Lima, como mencionamos anteriormente, estava atenta para a dimensão que a relação entre litoral-sertão adquiriu para o pensamento social brasileiro, qual seja, como um dos elementos constitutivos do processo de construção da nação. Como bem observou Robert Wegner, com Lima percebe-se que o sertão e o sertanejo foram absolvidos de uma condenação pessimista, por intermédio da aliança entre a medicina e o projeto nacional[52]. A efetivação da proposta de construção nacional, portanto, poderia realizar-se por meio das políticas públicas de saneamento no interior brasileiro.

A ideia, contudo, de construção nacional, não ficaria restrita à esfera das políticas e dos discursos médicos, da doença e da cura. Perpassaria, também, pelo desejo de povoar e produzir em *áreas desabitadas*. É neste campo, portanto, que se assentam os projetos de

[52] Wegner; 2000b, 05.

ocupação do território – distante – brasileiro. Isto nos permite entender que, do ponto de vista do Estado brasileiro, existe uma linha de continuidade sobre a necessidade de expandir as lógicas econômicas e os modos de existência social pelo interior do país. A concepção de colonização, consequentemente, deve ser compreendida nesta chave.

Neste ponto, pode-se, sim, afirmar, que a produção de um conhecimento e uma futura – e necessária - ocupação sempre esteve no horizonte de articulações em torno de um projeto estatal-nacional. Deste ponto de vista, em relação à concepção de Estado brasileiro, podemos argumentar menos sobre a diferenciação entre Estado e sociedade, do que sobre o modo como a autoridade pública central se constituiu atuando encampada por valores e concepções que a distingue de determinados territórios, aproximando-a de outros. Neste caso, a ideia de *centro* e *centralização* assume um significado que une as esferas política, econômica e cultural em torno de uma concepção sobre o modo como território nacional *deve ser* configurado. Estas questões serão enfrentadas – e problematizadas – no decorrer da tese.

Em relação aos projetos de colonização e povoamento no estado de Mato Grosso a partir dos anos de 1940, é possível perceber, por um lado, a realização dos projetos estatais e nacionais, que revelam práticas para a resolução de questões próprias de regiões e populações atendidas pelos programas, enquanto que, por outro lado, os projetos de colonização remetem a processos cuja gênese se reflete em um ideário – e mesmo em ações – que é anterior. Ou seja, essas políticas não se restringem a uma lógica autoritária de períodos históricos específicos do Estado brasileiro, mesmo se considerarmos que sua faceta autoritária definiu suas características mais marcantes. Mas constituem o apogeu de um plano longínquo de dominação estatal sobre o território nacional, como algo próprio da constituição do Estado nacional brasileiro.

Anteriormente ao período Vargas, a Comissão Rondon, criada em 1907 pelo presidente Afonso Pena, pode ser interpretada segundo o objetivo de permitir uma *maior presença do governo central*. Esta presença, por sua vez, caracterizada pela produção de um conhecimento *de cunho científico, geográfico e econômico* sobre a região por onde a Comissão passava, refletia as intenções políticas de explorar e ocupar as áreas distantes: *assim sendo, se entendermos como atribuições de uma "Frente Pioneira": penetrar, explorar e ocupar uma determinada região, naturalmente pode-se enquadrar a*

Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas dentro desta categoria[53].

Perceber a expedição como frente pioneira, demonstra não só um entendimento construído pela autoridade pública, na sua relação com o território, mas fornece indícios para a compreensão do domínio e controle que permeiam os programas de colonização e povoamento nos períodos subsequentes. Se por um lado, um olhar superficial sobre o estado de Mato Grosso na Primeira República demonstra que as políticas de concessões de terra realizavam-se de forma descentralizada, exercida pelo poder estadual, envolta por mecanismos de burla e acusações de corrupções por grupos políticos opostos, o decreto que criou o "Serviço de Povoamento do solo Nacional", de 1907 – mesmo ano da Comissão Rondon -, já buscava promover, de maneira coordenada, a ocupação do território, priorizando, contudo, a imigração[54].

Na esfera normativa, a legislação federal consubstanciava uma diretriz para as unidades da federação para a combinação de uma política de colonização e de concessão de terras. Segundo Gislaine Moreno, entretanto, até 1924, a política de colonização, atendendo aos interesses das elites políticas locais, de especuladores e da concentração fundiária, serviu-se das formas de controle para limitar a entrada de colonos imigrantes e a expansão da pequena propriedade[55].

Os conflitos de terras e as dificuldades de consolidar as políticas de colonização, marcadas por disputas entre as elites políticas locais, teriam uma resolução parcial após a constituição do regime de 1937. Nos anos de 1940 acentuaram-se os projetos do Estado central para a região, principalmente no sul do estado, como na quebra do monopólio do território de um dos arrendamentos mais importantes, a concessão da multinacional Companhia Mate-Laranjeira, com a fundação do Território Federal de Ponta Porã: os objetivos declarados eram os de abrir as regiões de fronteiras através da colonização para garantir a segurança nacional[56].

O Território Federal de Ponta Porã, que acabou com um controle privado e estrangeiro existente desde 1892 da Companhia Mate-Laranjeira, fazia parte do conhecido

[53] Domingues; 2010, 18.
[54] Moreno; 2007, 80-81.
[55] Ibidem, 86.
[56] Foweraker;1982, 134.

programa de Estado, a Campanha Marcha para o Oeste, que complementava a intervenção do Estado Novo no Mato Grosso ao lado da interventoria comandada por Júlio Müller e do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), que modificou a condução dos organismos técnicos e burocráticos estaduais. Neste contexto, exatamente no ano de 1943, além de Ponta Porã, foi também criado o território Federal de Guaporé, no atual estado de Rondônia. No planejamento vinculado ao primeiro, posteriormente, criou-se a Colônia Federal Agrícola de Dourados, seguida pela emergência de vilas e cidades no território sul do estado[57]. Além disso, como se sabe, para a ocupação deste território já havia uma preferência pelos migrantes do sul: *o projeto getulista impunha o estabelecimento de trabalhadores civilizados, ou seja, desejosos de progredirem (...). Os colonos preferidos foram os migrantes da região sul do Brasil, pois possuíam, segundo a visão reformista de Vargas, uma mentalidade empresarial, europeia (...)*[58].

A Marcha para o Oeste, nas palavras de Péricles Melo Carvalho, diretor de serviço no Departamento Nacional de Imigração, teria como justificativa oficial a conquista do interior do país, centralizada no Estado, incorporando o interior do Brasil às conquistas dos trabalhadores dos grandes centros urbanos: *o amparo ao trabalhador nacional, marcando umas das páginas mais significativas que o Estado nacional imprimiu na história de nosso povo, contribuiu na fase de sua concretização, ainda para um revigoramento da corrente migratória dirigida no sentido inverso da marcha que a verdadeira civilização indicava*[59].

A Marcha para o Oeste, portanto, a conquista do interior, sugeria um processo de nacionalização das conquistas dos grandes centros do Brasil, ao fazer parte de um planejamento mais amplo, de um programa político, cuja intenção maior era a consolidação do projeto modernizador, ou melhor, civilizador do Estado naquele momento, como mencionado por Péricles Melo Carvalho: *a difusão do ensino e as leis de nacionalização, marcham na esfera educacional uma fase altamente patriótica que o*

---

[57] Povoas; 407.
[58] Siqueira; 255.
[59] Péricles Melo Carvalho, "A concretização da Marcha para o Oeste", Cultura Política nº 8, outubro de 1941, 18.

governo, através do ministério da educação, lança na enorme área territorial para fixar e desenvolver os centros incultos do 'hinterland'[60].

Apesar da constatada operação intervencionista do Estado brasileiro no período, parte da literatura sobre o tema considera a Marcha para o Oeste de Vargas muito mais como retórica, do que um programa que foi capaz de consolidar práticas e mudanças concretas. Otavio Velho, por exemplo, afirmou que, apesar de toda a retórica sobre a fronteira vinculada à Marcha, os discursos não se refletiram na política estatal. A retórica, neste caso, diz Otavio Velho, *era ela mesma parte dessa política, como um substituto de medidas concretas*[61].

É certo que o projeto do Estado Novo para o oeste brasileiro não significou mudanças profundas e permanentes. Se pensarmos no tema que é específico desta tese, a colonização dos territórios de Mato Grosso no pós-1970, pode-se afirmar que estes espaços ainda eram totalmente distantes dos objetivos estatais nos anos de 1940. Mas podemos, por outro lado, descrever algumas tentativas daquela época, que permanecem como exemplo a ser seguido em períodos posteriores.

Como mencionamos acima, as interventorias e a política de modernização nas instituições políticas estaduais, pelo DASP, por exemplo, efetuaram um processo de dominação a favor do Estado central. Isto, entre outras coisas, possibilitou uma intervenção estatal que alterou, mesmo que em parte, o cotidiano de populações, inclusive nas cidades. Como exemplo, pode-se mencionar o que ocorreu em Matogrosso: sob a interventoria de Júlio Muller, alterações drásticas foram feitas no espaço urbano de Cuiabá, com o intuito, por exemplo, de modernizar a arquitetura urbana. A consequência mais imediata foi o deslocamento de populações locais tradicionais para espaços afastados da região central da cidade[62].

O processo de centralização operado pelo Estado Novo, portanto, era uma tentativa de combinar uma ingerência tanto nas instituições políticas locais quanto na coordenação sobre os modos de conceber e ocupar os territórios nacionais, como no caso exposto da Marcha para o Oeste. A retórica, assim, ajustava-se às práticas nos experimentos do Estado central em moldar os mundos sociais distantes do centro-litoral nacional.

---

[60] Ibidem, 19.
[61] Velho; 1979, 151.
[62] Pedraca; 2007.

Esta intenção estaria presente, por exemplo, na Expedição Roncador-Xingu, organizada pela Fundação Brasil Central. Em sua pesquisa sobre a FBC, João Marcelo Maia[63] constata que a Fundação Brasil Central tinha por objetivo a colonização, a fim de solidificar o processo de territorialização estatal iniciado pela Expedição Roncador-Xingu. Para este autor, essas medidas políticas e administrativas, que buscavam a ocupação na região, estavam em constante diálogo com as ideias referentes à imaginação brasileira sobre os espaços constitutivos do território brasileiro.

Por outro lado, entretanto, mencionar a articulação entre as ideias e as práticas nos anos de 1940 não significa afirmar que as representações sobre o interior brasileiro decantaram nos projetos do Estado nacional de forma inaugural naquele contexto. Mas, sim, que no gradual aumento da intervenção estatal, a reprodução desses significados, que remontam a períodos anteriores, como no caso analisado anteriormente a respeito da categoria *sertão*, tem de ser encaradas como parte constitutiva dos projetos e das políticas que puderam se afirmar de uma maneira mais vigorosa durante a segunda metade do século XX.

O projeto da FBC, que incluía uma política de povoamento e de formação de cooperativas agrícolas, nos moldes do que foi realizado em Dourados, apesar de deixar como legado algumas cidades fundadas na região, teve em 1967 o seu fim sem realizar com sucesso os seus objetivos. Do mesmo modo, a cooperativa no sul do estado mato-grossense, sucumbiu em meio às dividas contraídas pelos agricultores, resultando no abandono da região por parte dos trabalhadores rurais. Isto teve como efeito, também, a venda e a consequente concentração de terras por parte dos proprietários bem sucedidos no empreendimento rural em questão, além da especulação fundiária que ditou os rumos da lógica de ocupação.

Na relação entre essas políticas e as populações indígenas, contudo, é possível constatar uma alteração nos modos de vida locais. Em 1946, a instalação de um núcleo da Fundação Brasil Central e de uma base aérea da FAB, na confluência do rio Kuluene com o rio Xingu, região ocupada por tribos Karib, *provocou uma depopulação muito grande desses povos, chegando à quase dizimação dos Naravute, cujos poucos sobreviventes foram integrados aos Kalapalo*[64]. Mesmo com a proposta do indigenismo

[63] Maia; 2012.
[64] Moreno; 2007, 279.

protetor dos irmãos Villas Boas, realizado por meio dos Postos Indígenas ao lado das políticas de colonização, o resultado final dessas intervenções foi o desaparecimento de aldeias, com a disseminação de doenças ou até mesmo pelo extermínio armado.

Isto demonstra que apesar das mudanças político-institucionais no período de 1946-1964 em relação ao Estado Novo, o marco diretivo para as políticas de colonização e povoamento eram aqueles iniciados com a Campanha Marcha para o Oeste. Embora a prerrogativa passasse para as mãos da legislação estadual, manteve-se a regulamentação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, com seus 300.000 hectares, e iniciou-se a demarcação de terras para a colonização em área extensa no planalto do Bodoquena (atual região do Mato Grosso do Sul). No território sul do atual Mato Grosso, foi implementada a colonização no Vale do São Lourenço e do Alto do Jauru, região que atraiu lavradores catarinenses[65].

Mesmo considerando os fracassos em torno das tentativas da Campanha Marcha para o Oeste, de se impor no território, é possível perceber que, do ponto de vista estatal, as diretrizes para os projetos de ocupação foram concebidos gradualmente e, no caso específico do Estado Novo – ou, mesmo se retornássemos ao período da Primeira República -, os discursos e os primeiros programas, sobretudo na região que hoje se situa no Mato Grosso do Sul, forneceram as bases para uma atuação posterior. Mas, por outro lado, a atuação política oficial, como tentaremos demonstrar posteriormente, não implicou em algo capaz de explicar totalmente a formação das configurações sociais contemporâneas, principalmente no "nortão mato-grossense".

Para continuarmos com a descrição tradicional sobre o percurso expansionista da autoridade pública brasileira – e para entrarmos em um período importante para a pesquisa desta tese -, no próximo tópico abordaremos os projetos, ações e os programas de colonização no decorrer da Ditadura Militar pós-1964. É neste contexto, portanto, que se inicia a ocupação da região norte do atual estado de Mato Grosso.

[65] Ibidem, 107-8.

1.4. Expansão e colonização na Ditadura Militar.

O golpe militar, que decretou o fim da democracia pós-Estado Novo, implementou um ambicioso projeto de colonização no país visando a ocupação da Amazônia Legal. Ao contrário do que se poderia supor, em se tratando da tomada do Estado – novamente - pelo autoritarismo, as colonizações particulares não são afastadas das políticas de colonização, mas ao contrário, tornaram-se parte constitutiva do modelo então posto em prática.

A Ditadura Militar, assim, desde o seu início, incentivou a expansão de uma determinada tecnologia no planejamento de cidades e ocupação de territórios. Deste modo, estabeleceu uma linha de continuidade, na questão dos empreendimentos privados de colonização, entre uma política difundida pelas unidades federativas, como no caso paranaense[66], durante a Primeira República e a democracia de 1946-1964, e as diretrizes inscritas no Estatuto da Terra dos militares.

Segundo a Lei N° 4.504, de 30 de novembro de 1964, "Colonização" é definida como *toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas*. A incorporação da colonização particular, por outro lado, não significou uma ação livre e desprovida de orientação por parte da iniciativa privada. O caminho traçado é induzido, em alguns momentos, ou apoiado, em outros, pelo avanço estatal. É por isso, portanto, que boa parte dos estudos brasileiros sobre o tema da colonização durante a Ditadura Militar priorizará a relação entre o âmbito privado e público para a implementação de projetos de colonização e ocupação do território durante o governo dos militares.

Mas, por outro lado, embora a legislação do Estatuto da Terra seja de 1964, as políticas voltadas à Amazônia iniciaram-se apenas no final desta década e início da próxima. De 1966 a 1971, três programas e diretrizes do Estado central convergiram com a proposta de colonização: a criação da SUDAM, o PIN e o decreto-lei de 1971. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia substituiu a SPVEA[67] em outubro

---

[66] O histórico da colonização privada no estado do Paraná, ainda na década de 1930, será explorado no último capítulo desta tese.

[67] A criação da SUDAM é uma variação sobre uma legislação sancionada por Getulio Vargas, em 1953, que criou a SPVEA.

de 1966. Segundo as novas diretrizes, para contemplar o plano de *valorização da Amazônia*, a SUDAM teria as seguintes disposições, entre outras:

> i) que as atividades na região seriam fundamentadas em pesquisas e levantamentos efetuados sobre seu potencial econômico; ii) que deveria proceder à seleção de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento, onde pudessem estabelecer-se polos de crescimento cujos efeitos se irradiassem por uma área maior; iii) visar a formação de grupos populacionais estáveis, tendente a um processo de autossustentação; vi) a adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos; v) a aplicação conjunta de todas as verbas federais, assim como das provenientes do setor privado e de fontes externas; vi) propiciar a criação de uma política de incentivos fiscais e creditícios, visando incentivar os investimentos nacionais e estrangeiros a realizar empreendimentos na região e nela reinverter os lucros obtidos[68].

Em relação às diferenças entre a SPVEA e a SUDAM, Cardoso e Müller apontam que, enquanto a primeira previa uma associação entre o capital privado e o estatal, a segunda pretendia *preparar o terreno para o estabelecimento do capital privado, restringindo-se aos investimentos de infraestrutura, pesquisa e planejamento, que requer um montante de capital bem maior e com retorno a prazos mais longos*[69].

A transição entre as duas superintendências significou também uma mudança que teve consequência direta para as colonizações privadas subsequentes. O órgão sob o comando de Vargas ainda era centralizador em relação à concessão de serviços, enquanto as diretrizes que passaram a orientar os novos organismos dos militares estabeleceram uma aliança sob a qual a infraestrutura urbana seria responsabilidade das empresas – algo que coincide com a atuação e interação entre poder público e privado nos períodos de autonomia estadual. Isto, porém, como veremos adiante, não impediu atuações pontuais do Estado Federal, em diversos âmbitos nos empreendimentos privados, cruciais para a manutenção desses projetos.

Em julho de 1970, a Ditadura Militar lançou o Plano de Integração Nacional (PIN), com um orçamento de 2 bilhões de cruzeiros. A primeira etapa do PIN - e uma de suas principais atribuições - foi a construção das rodovias Transamazônica e o trecho Cuiabá-Santarém da BR-163. As estradas nesta região possuem uma centralidade para se compreender a ocupação planejada. Obviamente, os deslocamentos populacionais espontâneos – de grileiros, posseiros -, as grandes fazendas, a expansão da igreja

---

[68] Lei N° 5.173, de 27 de outubro de 1966, sancionada pelo presidente Castelo Branco.
[69] Cardoso e Müller; 1978, 114.

Católica, como alertou Otavio Ianni[70], não dependeram das rodovias para se instalarem nesta porção do território; mas, estrategicamente, as estradas federais foram imprescindíveis para a imposição de uma determinada lógica e tecnologia que configurou aquele espaço social[71].

O quadro estatal da ocupação[72] se completa com o Decreto-Lei de 1971, com o qual o governo Médici legisla sob as terras devolutas situadas nas margens das rodovias federais: *são declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2°, da Lei n° 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das rodovias já constituídas, em construção ou projetadas*: em seu item 10, o Decreto contemplou, obviamente, a BR-163, de Cuiabá-MT a Santarém-PA, região onde se situa os municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde, por exemplo.

De tal modo, é possível perceber que, com a Ditadura Brasileira, o Estado projetaria, com mais força, os programas colonizadores em Mato Grosso. A concentração, portanto, em políticas no norte do estado era parte de um planejamento que visava alcançar, por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), a Amazônia brasileira. A perspectiva exposta no PIN compunha um programa, já de alguma maneira idealizado pela geopolítica de Golbery do Couto e Silva ao tratar da necessidade de povoamento da região[73], que combinava a integração econômica, por meio das políticas de colonização, e o desenvolvimento da segurança nacional. Assim, segundo Bomfim, *em nome, pois, da segurança nacional, seus vazios deveriam ser ocupados e dinamizados economicamente. Na retórica sobre o "Brasil potência", a Amazônia, como fronteira de recursos, passava a ser vista como o grande cenário de vantagens comparativas do Brasil em relação ao mundo, sendo valorizada também a região, afinal, pela suposta disponibilidade de terras*[74].

O general Golbery, um dos principais nomes da Escola Superior de Guerra (ESG), foi um dos teóricos a desenvolver a doutrina da segurança nacional brasileira, conciliando-a

---

[70] Ianni; 1979, 67.
[71] Nas palavras de Foweraker, "a estrada, porém, é um elemento claramente catalisador na transição da produção não-capitalista para a capitalista, e contribui para retirar as fronteiras de seu relativo isolamento". (Foweraker; 1982, 75).
[72] Essas diretrizes, por outro lado, impulsionam uma série de programas: PROTERRA, POLOAMAZÔNIA, RADAM, todos esses no período do governo Médici.
[73] Bomfim; 2010, 16.
[74] Ibidem, 15.

com uma forma específica de conceber a expansão econômica. Em 1967, com a publicação de "Geopolítica do Brasil", Golbery expressa suas principais diretrizes que, posteriormente, dialogariam com as políticas de ocupação da área entre o norte do estado mato-grossense ao estado do Pará. Segundo o militar da ESG, para *inundar de civilização a hileia amazônica*, seria preciso aproximar as políticas de desenvolvimento espacial dos critérios de eficiência econômica[75].

Consequentemente, a colonização, como resultado de uma geopolítica estatal, *pressupunha a ação do homem sobre o território através de uma estratégia pré-concebida e não um processo de ocupação natural ou espontâneo*[76]. Para Golbery, portanto, a ocupação da Amazônia deveria ter como pressupostos o avanço estatal, a eficiência dos empreendimentos econômicos e uma colonização planejada, em oposição às formas espontâneas de inserção e reprodução no território a ser *conquistado*.

O ponto importante em Golbery, na oposição entre ocupação planejada e ocupação espontânea, é que o avanço do Estado brasileiro deveria estabelecer uma junção entre a segurança nacional e o desenvolvimento econômico. Neste caso, o tema da segurança deveria ser acompanhado pelos projetos de colonização, por meio da compreensão de que o sucesso do processo dependeria de uma produção do controle e da dominação como obra também dos empreendimentos conduzidos pelos colonizadores-empresários. Em relação aos pressupostos da geopolítica de Golbery, no próximo capítulo avaliaremos, criticamente, as consequências de se pensar as configurações sociais derivadas dos projetos de colonização como resultado direto apenas das lições da Escola Superior de Guerra.

Mas, por enquanto, de modo introdutório, pode-se afirmar que a dimensão da geopolítica para a região amazônica revelava as intenções do Estado, de um plano de coordenação do território em questão. Por outro lado, é interessante notar a reprodução das concepções sobre a Amazônia brasileira, que sempre remetiam ao tema da ocupação e da coordenação do deslocamento dos excedentes populacionais para a região: ainda em meados da década de 1970, um documento do Ministério do Interior, descrevia a necessidade de priorizar a intervenção na região, tendo como um de seus motes o

[75] Becker; 1982, 211.
[76] Doula e Kikuchi; 2005, 02.

deslocamento populacional de regiões saturadas e o estabelecimento de espaços vitais para a sobrevivência dessas populações[77].

O norte mato-grossense, deste modo, era a rota para se chegar a Amazônia. E isto foi realizado pelos decretos (1971 e 1975) que transferiram para a jurisdição federal 60% do território do estado. Num primeiro plano, o projeto organizado pelo governo militar para Mato Grosso, sob a coordenação do INCRA, visava a difícil regulamentação fundiária, objeto de disputas e conflitos na região. Obviamente, a administração dos problemas em torno das terras mato-grossenses, apontava para um maior controle e vigilância do Estado Central em um território conhecido pelas contendas envolvendo esta questão.

Os projetos de colonização, portanto, eram caracterizados por essa perspectiva dos militares, *com suas estratégias de colonização baseadas no controle, vigilância e formação de uma sociedade "ordeira e trabalhadora"*[78]. Assim, a relação entre os programas de colonização e a população do Sul do país em meados dos anos de 1970, estava intrinsecamente conectada com as propostas do Estado, de uma ocupação racional e ordenada do território mato-grossense. E mais do que isso, em alguns casos, parte dos agricultores sulistas conduzidos aos projetos de colonização, faziam parte de um excedente criado pelo desalojamento de produtores rurais de áreas indígenas, como no exemplo de Ronda Alta no Rio Grande do Sul. À ocupação do território no Centro-Oeste brasileiro coube a resolução para os problemas de terras envolvendo agricultores e populações indígenas[79], como fora proposta na mencionada retórica geopolítica dos atores e órgãos da Ditadura Militar para a resolução dos conflitos e dos excedentes populacionais no na região Sul do país. Por objetivos semelhantes, por exemplo, foi criado, em 1981, o projeto de colonização em Lucas do Rio Verde, sob a coordenação do INCRA, que teve como um de seus objetivos a resolução dos conflitos agrários e a luta pela terra no Rio Grande do Sul.

Assim, como demonstram alguns estudos sobre os programas de colonização, primeiramente, no início da década de 1970, as políticas foram pensadas e dirigidas às populações rurais excedentes do nordeste por consequência da concentração fundiária.

---

[77] Idem.
[78] Souza; 2006, 07.
[79] Ibidem, 09.

Mas, como podemos ver, posteriormente, houve uma reorientação que se concentrou nos pequenos produtores do sul, cujo objetivo era o de atender, em última instância, as demandas das pequenas e médias empresas rurais.

De tal modo, entre o final da década de 1960 e meados de 1980, inúmeros foram os programas de colonização organizados ou induzidos pelo Estado brasileiro. O quadro abaixo destaca alguns dos principais projetos, em Mato Grosso, no período mencionado[80]:

Município	Empresa ou órgão	Implantação
Juara e Novo Horizonte do Norte	Imobiliária Mato Grosso Ltda. (IMAGROL)	1969
Canarana	Cooperativa 31 de Março Ltda.	1971
Sinop e Vera	Colonizadora Sociedade Imobiliária Norte do Paraná	1972
Colíder	Colonizadora Líder	1973
Água Boa	CONAGRO	1975
Alta Floresta	Colonizadora INDECO	1976
Nova Canaã do Norte	Colonizadora Líder	1976
Sorriso	Colonizadora Feliz	1977
Marcelândia	Colonizadora Maiká	1977
Nova Mutum	Colonizadora Mutum Agropecuária S/A	1978
Juruena	Colonizadora Juruena Empreendimentos Imobiliário Ltda.	1978
Brasnorte	Colonizadora Cravari	1978

É possível constatar no quadro acima que, ao lado dos programas governamentais de ocupação, os planos colocados em prática também contemplaram as iniciativas particulares com o Programa Federal de Colonização Particular, que se dividia, grosso modo, em: *colonização empresarial, destinado à implantação de projetos agropecuários, agroindustriais, agrominerais e outros, e em colonização de povoamento, vinculando a política fundiária aos interesses da política econômica, francamente favorável ao estabelecimento de grandes empresas capitalistas nas áreas de fronteira*[81].

[80] Este quadro foi retirado de Lovato; 2009, 07-8.
[81] Moreno; 2007, 156.

Grande parte dos especialistas no tema destacam que, em meio a essa combinação, de pequenos e médios produtores e de grandes projetos agroindustriais, a segunda forma de ocupação obteve mais sucesso, reduzindo, muitas vezes, o processo em seu ponto de chegada na ascensão das *empresas-latifúndio*: *com a expansão territorial dos latifúndios, agora como empresa-latifúndio, representando a face agrícola do monopólio, o espaço perde seu papel atenuador de contradições, tornando-se objeto de disputa, passando a dominar o caráter de oposição da pequena produção em relação ao latifúndio-empresa, e não mais o de complementaridade*[82].

Este processo, entrelaçado por inúmeras contradições, como no exemplo dos pequenos produtores e das grandes empresas-latifúndio, teve como resultado final a combinação de novos usos da terra, a criação de municípios e a emergência de uma nova classe dirigente, econômica e politicamente. A título de exemplificação, podemos mencionar dois casos retirados da tabela acima que, posteriormente, serão tratados de modo mais detalhado: Sinop e Lucas do Rio Verde. Os dois municípios ao norte do estado demonstram a articulação e a complementaridade entre as políticas do Estado e as ações privadas no povoamento e desenvolvimento da região. A escolha desses dois exemplos não é aleatória, pois, seguem a trilha aberta pela construção da BR-163 Cuiabá (MT)-Santarém (PA), obra executada pelo 9° Batalhão de Engenharia e Construção, deslocado do Rio Grande do Sul para Cuiabá, em 1971, para efetuar a expansão da BR-163.

O município de Sinop foi resultado de uma colonização coordenada pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. A empresa, cuja sigla seria posteriormente o nome da cidade, era comandada por Enio Pipino, político paulista que depois se tornou empresário de projetos de colonização no estado paranaense. A ocupação do território de Sinop, a 500 Km da capital de Mato Grosso, iniciou-se em 1971, implantada em uma área de 645 mil hectares. Os primeiros movimentos para a região nesta época foram conduzidos por um grupo de 400 homens, com Enio Pipino à frente, para estudar e planejar os lotes de ocupação.

Posteriormente, em 1979, Sinop teve reconhecido o seu status de município, desmembrando-se da área distrital de Chapada dos Guimarães. Considerada uma das principais cidades do norte mato-grossense e com uma população de cerca de 113 mil

[82] Bomfim; 2010, 28.

habitantes, na área urbana e em seu entorno registra-se hoje como principais atividades econômicas o comércio, a indústria, a agricultura, pecuária e, desde o início da colonização, a indústria madeireira[83].

O projeto de colonização envolvendo o município de Lucas do Rio Verde, em 1981, mais próximo de Cuiabá, a 332 km, contou com uma forma peculiar de condução: por conta das circunstâncias, o protagonismo foi dividido por uma cooperativa organizada no interior de São Paulo, no município de Holambra, e pelo INCRA, que articulou e utilizou o território para receber agricultores de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, envolvidos em conflitos nas áreas indígenas daquele estado, que se organizaram no acampamento Encruzilhada Natalino. Além disso, os sulistas-posseiros que se encontravam na região, antes do início do projeto, conseguiram se articular politicamente, de modo a conseguir a manutenção de suas terras, tornando-se, portanto, importantes atores na constituição da cidade de Lucas.

Ainda em 1976, a Coordenadoria Regional do INCRA iniciou a organização do território, da Gleba de Lucas do Rio Verde, que envolvia uma área de 210 mil hectares. Em 1981, iniciou-se o fluxo dos migrantes do sul do país por meio do decreto que transformou o território em região de assentamento. Porém, a migração dos gaúchos de Ronda Alta não consolidou a nova apropriação da terra, por conta do abandono da região de muitos desses agricultores que venderam suas propriedades e deixaram o local. A ocupação, contudo, seguiu-se com a permanência, sobretudo, dos colonos vinculados à Cooperlucas e, também, com a chegada de outros migrantes dos estados da região Sul, do estado de São Paulo e, em menor grau, de Minas Gerais. A regulamentação fundiária do INCRA seguiu-se até meados de 1987 e, em 1988, Lucas do Rio Verde recebeu o status de município. Entre as suas atividades econômicas, destaca-se hoje a agricultura da soja, seguida pelo milho e o arroz, além da pecuária e da suinocultura[84]. Posteriormente, com a consolidação de um parque agroindustrial na cidade, Lucas do Rio Verde passou a conviver com uma nova onda migratória, mas agora, proveniente das regiões Norte e Nordeste do país.

As formas, assim, articuladas entre o Estado e a ação privada e espontânea de ocupação, atingiram seu auge nas décadas de 1970 e 1980, com a expansão da fronteira norte do

[83] Ferreira; 2001, 628-29.
[84] Ibidem, 502-03.

estado de Mato Grosso. A expansão da fronteira deve ser entendida, obviamente, como um processo de modernização decorrente do aumento da capacidade do capitalismo brasileiro em se expandir pelo território nacional. Este processo possui, no entanto, uma série de consequências que acabam por não se restringir na relação entre um projeto de construção nacional e as políticas do Estado Central de ocupação do território. Um exemplo importante seria o encontro entre os novos e os velhos habitantes, algo que amplia nossa percepção sobre as dimensões violentas desses processos, que diz respeito não apenas a reiteração de formas de exclusão, mas também, de uma incorporação de outros grupos em meio a um processo de mudança social e de novas formas de se pensar e construir os territórios durante a invasão do sertão e da derrocada de concepções e formas de vida própria ao mundo sertanejo.

Uma miríade de conflitos e encontros resultaram, portanto, destas ocupações na região, por intermédio dos projetos de colonização. Populações indígenas, posseiros, seringueiros, camponeses e lavradores, entre outros, estabeleceram inúmeros obstáculos, resistências e contatos com os novos colonos e com a expansão do processo de modernização urbana e rural.

Por um lado, por exemplo, comprovadamente, a expropriação e alteração dos territórios indígenas decorrem desses novos movimentos de ocupação, inclusive anteriores ao período da Ditadura Militar, como mencionamos acima. Contudo, a partir da década de 1970, *o último reduto dos povos indígenas foi incorporado ao processo de expansão do capital, secundado por uma política oficial indigenista favorável à expropriação. Assim, a inserção das sociedades indígenas à sociedade brasileira tem custado a posse de seus territórios livres, transformados em "reservas", "parques" ou pequenas frações de terras demarcadas no território capitalista*[85].

Os encontros, de modo semelhante, entre as colonizadoras, novos colonos, e antigas populações existentes em Mato Grosso, demarcavam a fronteira de um movimento de incorporação econômica, pela lógica modernizadora, da região. Ou seja, como definiu José de Souza Martins, em seus estudos sobre o contexto rural paulista, este processo representa o encontro entre as frentes de expansão, protagonizadas pelo ocupante e o posseiro, e as frentes pioneiras, cujos aspectos são definidos por seus empreendimentos

[85] Moreno; 2007, 280.

econômicos, capazes de alterar a produção própria das frentes de expansão para uma produção da mercadoria[86]. Disto, convém ressaltar, decorrem os choques entre as duas formas econômico-sociais e culturais de expansão, que são caracterizadas, por Martins, por meio dos movimentos messiânicos: *o messianismo negador da situação encontra-se aí como meio de expressão de esquemas de pensamento elaborados na sociedade e na cultura da frente de expansão. A negação ocorre, portanto, num nível "exterior" à sociedade moderna*[87].

Em Mato Grosso, é verdade, o movimento que caracterizou as frentes pioneiras arquitetadas pelos programas de colonização, produziu um processo intenso de *desterritorialização* tanto das sociedades indígenas, quanto das comunidades tradicionais, enquanto novas formas de ordenamento do território foram concebidas e construídas. Em relação às populações tradicionais e os posseiros, além dos conflitos, houve, a cada novo assentamento, um deslocamento para o norte, com novas ocupações de territórios fora dos padrões articulados pelo Estado e por empresas, o que poderia ser caracterizado como (os últimos) focos de resistência.

A colonização e a criação de municípios, como Sinop e Lucas do Rio Verde, ao norte de Mato Grosso, produziram outros contatos, ora resultando em fugas das terras desta jurisdição estadual, ora algum tipo de incorporação. Por outro lado, a frente pioneira foi dependente das novas frentes abertas pelos posseiros que desbravaram terras incertas, que posteriormente serviriam para a instalação dos modos modernizantes de desenvolvimento das *novas* terras mato-grossenses. Nesta relação de conflito e dependência, a frente pioneira, portanto, representou um processo de expansão e ocupação que se afirmava a partir de um modelo considerado como civilizado, em comparação com outros existentes nessas regiões.

De tal modo, tradicionalmente, o colono sulista (e, algumas vezes, paulista), na relação entre os programas estatais, apropriação de territórios e o consequente processo de municipalização na região, foi retratado, oficialmente, como o desbravador, o empreendedor corajoso, o novo bandeirante do século XX. De modo complementar, no cotidiano da colonização, na esfera das subjetividades produzidas pela fronteira norte de

[86] Martins; 1975, 46.
[87] Ibidem, 48.

Mato Grosso, os novos migrantes teriam de lidar, também, com a esperança e a desilusão, entre idas e vindas, sucessos e fracassos nos novos negócios[88].

Sendo assim, a produção acadêmica sobre o tema, que nasce quase que concomitantemente aos primeiros projetos de colonização, se organiza de modo a combater a expansão do capital e suas consequências. Uma das questões centrais, neste caso, é a articulação de um denuncismo contra o imaginário criado pela propaganda das empresas colonizadoras, de um sonho a ser realizado na fronteira do *Oeste* longínquo, que teria sido capaz de capitalizar a força migratória na realização dos projetos de povoamento[89].

Diante dessas relações, entre o Estado brasileiro e o capital privado, as décadas de 1970 e 1980 teriam proporcionado o melhor momento de imposição de um projeto que remontaria, pelo menos, à década de 1920 e ao sonho aglutinado na Marcha para o Oeste do Estado Novo. Bem, mas estas considerações não resultam em conclusões permanentes sobre um cenário conhecido hoje pela opinião pública, pelas universidades e por nossas disputas políticas - por conta de sua produção econômica caracterizada, sobretudo, pelo agronegócio. Esse processo gerou uma produção de conhecimento sobre os mais diversos programas de colonização, analisados, muitas vezes, individualmente, mas contendo no horizonte possibilidades de generalização, em tentativas de se produzir uma *teoria geral da colonização* a partir dos anos de 1970.

1.5. Conquista, colonização e interpretação.

Para o imaginário americano, sobre a expansão da fronteira e formação de territórios nacionais, o tema da conquista do Oeste nos Estados Unidos assumiu um papel preponderante, como um exemplo bem-sucedido de movimento de pioneiros. Confrontado com o caso brasileiro, foi significativa a comparação que partiria da semelhança das regiões, por possuírem áreas extensas, e da diferença entre o sucesso e progresso, de um lado, e o fracasso e atraso, de outro[90].

---

[88] Lovato; 2009.
[89] Guimarães; 1986.
[90] Ver, Velho; 1979, 15.

A concepção de uma expansão para o Oeste afortunada e feliz, no caso dos norte-americanos, de desenvolvimento, ao mesmo tempo, livre e abundante, culminou na clássica teoria da fronteira norte-americana desenvolvida por Frederick Jackson Turner, de 1893, no trabalho intitulado "The significance of the frontier in american history". Neste seu escrito, Turner condensou o significado da fronteira e o processo da formação da nação americana. A expansão para o Oeste segundo a tese de Turner, como afirmou Otavio Velho, *envolve não só a fronteira per se, mas implica em uma "tese" geral sobre a sociedade norte-americana vista a partir da perspectiva da influência da fronteira sobre a sociedade*[91].

Assim, a existência de terras livres e sua conquista explicariam o desenvolvimento norte-americano[92], bem como, a formação da nacionalidade – compósita - americana estaria intrinsecamente relacionada à expansão e colonização da fronteira[93]. Ou seja, é no movimento de conquista do Oeste que se compreende a formação da nação norte-americana; no contato, portanto, com a fronteira, que se desenvolve o processo de *americanização* do imigrante pioneiro[94]. Em consequência, estes resultados adquiridos na fronteira culminariam na própria emergência da democracia americana[95], enquanto potência efetiva: é na conquista do Oeste, no contato proporcionado na e pela fronteira, que são introduzidos os valores democráticos: *sendo assim, para Turner, os valores da nação americana, a democracia e o individualismo, são alimentados pela fronteira e não pelo ideário dos imigrantes anglo-saxões*[96].

Foi por meio da relação entre fronteira, americanização e democratização, que Robert Wegner, em seu "A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda"[97], tratou Turner como um interlocutor importante dos escritos de Sergio Buarque sobre as bandeiras e as monções na conquista do Oeste brasileiro. Wegner

---

[91] Ibidem, 16.
[92] Turner; 2010, 01.
[93] Ibidem, 14.
[94] Nas palavras de Turner: "Thus American development has exhibited not merely advance along a single line, but a return to primitive conditions on a continually advancing frontier line, and a new development for that area. American social development has been continually beginning over again on the frontier. This perennial rebirth, this fluidity of American life, this expansion westward with its new opportunities, its continuous touch with the simplicity of primitive society, furnish the forces dominating American character. The true point of view in the history of this nation is not the Atlantic coast, it is the Great West". (Turner; 2010, 01).
[95] Ibidem, 20.
[96] Wegner; 2000, 98.
[97] Wegner; 2000. Sobre Turner, especialmente capitulo IV. Sobre a relação entre Turner e os estudos de Sergio Buarque sobre as bandeiras e monções, ver capítulo V.

chama a atenção para a questão de que a relação entre a fronteira e a esfera dos valores, não seria apenas fruto da busca livre por terras, mas, também, pelo contato com a simplicidade da sociedade primitiva[98].

E é neste intercâmbio que Wegner estabelece o diálogo entre Turner e Sergio Buarque, ao tratar a fronteira como um aspecto dinamizador da dualidade iberismo e americanismo no Brasil, acentuando a função espontânea dos paulistas bandeirantes. Segundo Wegner, é possível perceber uma diferença central entre a perspectiva de Buarque de Holanda no livro "Raízes do Brasil"[99] e em seus escritos sobre o Oeste[100]: *nos textos de Sergio Buarque que abordam a conquista do Oeste detecta-se uma nova configuração da relação* [entre a tradição ibérica e os valores vinculados ao americanismo], *que agora aponta para uma possível via de continuidade*[101].

A comparação elaborada por Wegner, entre Turner e Sergio Buarque, em torno dos dois casos de *conquista do Oeste*, residiria naquilo que é por ele apresentado como uma dinamização do legado europeu, e sua consequente americanização, tanto no caso interpretado por Turner[102] quanto na análise do historiador brasileiro. Ocorreria, assim, por parte de Sergio Buarque, uma generalização da experiência da fronteira por todo o continente americano, onde as dessemelhanças ficariam a cargo, no caso brasileiro, de uma maior plasticidade que caracterizaria os homens portugueses, capazes de uma adaptabilidade moral e cultural maior em relação ao nativo, ao contrário do que teria acontecido aos puritanos anglo-saxões[103].

Deste modo, depreende-se tanto dos estudos históricos de Sergio Buarque de Holanda quanto da interpretação de Robert Wegner, que as bandeiras paulistas operaram um processo de conquista do Oeste que, além de dinamizar o legado europeu em solo

---

[98] Ibidem, 98.
[99] Buarque de Holanda; 1995.
[100] Robert Wegner, em seu estudo, se dedica principalmente a analisar as obras de Sergio Buarque de Holanda que trataram do tema das bandeiras: Monções (1945), Visão do paraíso (1958), além de Movimentos da população em São Paulo (1966), presente entre os textos publicados na História Geral da Civilização Brasileira, e o livro póstumo O extremo Oeste (1986). Para mais detalhes ver: Wegner; 2000, 13.
[101] Ibidem, 18.
[102] Ibidem, 113.
[103] "Podemos depreender dessa construção nativa que Sergio Buarque concebe as duas experiências como sendo da mesma natureza, embora com uma forte variação de intensidade dos contatos entre o adventício e o nativo e de adaptação daquele a este último" (Wegner; 2000, 122).

americano, como fez crer Turner, foi demarcado por sua singularidade: maior adaptação ao meio e ao nativo e um *acerto de contas* com a herança ibérica.

É possível perceber na tese de Wegner que, para Sergio Buarque, o processo de conquista do Oeste efetuado pelos bandeirantes fez emergir uma nova mentalidade, ou seja, a formação de uma mentalidade capitalista, que dinamizou o legado ibérico com a introdução de elementos vinculados fortemente com os aspectos disciplinadores da expansão da mentalidade moderno-racional: *por meio da dinâmica da conquista do Oeste forma-se uma mentalidade compatível com o moderno capitalismo, sem, contudo, um completo rompimento com os valores e costumes associados normalmente a um mundo pré-burguês*[104].

É preciso indagar, contudo, se esta *nova mentalidade moderno-racional* que se desenvolve a partir da conquista do Oeste resultou em uma expansão dessa mentalidade, que a assentaria no próprio Oeste brasileiro. Ou seja, se teve como consequência *lá* o desenvolvimento de uma sociedade em vias de modernização em congruência com valores muito mais afeitos às visões de mundo próximas ao *moderno capitalismo*. Disto resulta o questionamento se teríamos, ou não, aqui, uma diferença crucial em relação ao movimento de expansão que ocorreu na sociedade norte-americana. Assim, cabe a pergunta: é no contato com a fronteira Oeste, seu lugar de origem, a emergência desta nova mentalidade, mas, os seus resultados ficaram restritos ao lugar originário desta rota e das bandeiras, ou seja, São Paulo?

Se a resposta for positiva, deveríamos levar em conta os estudos históricos mencionados anteriormente, principalmente sobre a lógica de ocupação do território de Mato Grosso, que demonstram o modo como o Estado português constitui-se em personagem central para trama. Isso nos possibilita pensar a conquista do Oeste como fruto de uma lógica que combinou a ação aventureira e a ação coordenada e controlada pela autoridade, ao contrário, por exemplo, da rígida oposição entre bandeiras e autoridade portuguesa estabelecida por Cassiano Ricardo.

A ingerência do Estado português, que permite uma reinterpretação sobre o legado bandeirante na formação de Mato Grosso, sobretudo, por conta da orientação lusitana para o povoamento da região, implica em uma necessária compreensão da lógica que

[104] Ibidem, 185.

guiava as ações da autoridade pública naquele contexto. Ou seja, a ocupação e o povoamento da região seria uma consequência do esforço de um Estado detentor de uma característica crucial, o *territorialismo*.

Este ponto seria relevante na medida em que auxiliaria os pesquisadores sobre a história de Mato Grosso a compreender, por exemplo, a importância do debate em torno da categoria *sertão*: por meio da crucial atuação portuguesa, uma formação social caracterizada pela distância dos *centros civilizados* necessitaria, então, da eterna reiteração da ação estatal para o estabelecimento de uma congruência entre as regiões brasileiras.

Segundo essa compreensão, portanto, não apenas na passagem do período colonial para a constituição do Império brasileiro, por conta dos movimentos para a manutenção da unidade territorial, em meio às revoltas separatistas, o territorialismo que orientou os portugueses persistiria na constituição do Estado nacional - e nas interpretações sobre este processo que reconhecem a herança portuguesa nos primeiros movimentos de formação do Estado brasileiro.

Com a interpretação sobre a perenidade da característica territorialista do Estado, caberia, então, indagar, nos movimentos subsequentes de ocupação do Mato Grosso, de que modo devem ser analisadas as novas relações entre a política, cultura e economia. As intervenções da Ditadura Militar no estado mato-grossense e no espaço amazônico - que definem uma reorientação neste movimento, onde a lógica de povoamento combina-se a uma política fundiária favorável ao estabelecimento de grandes empresas capitalistas -, parecem ter produzido, na maior parte das análises e pesquisas, questionamentos e conclusões conceituais semelhantes sobre a orientação estatal. Ou seja, ao olharmos para uma extensa produção acadêmica sobre a colonização no interior do Brasil, especialmente em Mato Grosso, durante as últimas décadas do século XX, a sensação é de que estamos limitados pela constante reiteração e renovação da concepção de Estado territorialista, mas agora em meio à expansão capitalista realizada por este processo.

De tal modo, consequentemente, é como se os processos derivados de sociabilidades em movimento, como aqueles percebidos por Sergio Buarque de Holanda na interpretação de Robert Wegner, perdessem a relevância e o protagonismo ou, então, fossem

fortemente determinados, na reprodução de sua existência, pelo poder criador da instituição estatal.

Este será o tema do próximo capítulo: tentaremos demonstrar de que modo a tradição de se compreender a expansão pelo interior do Brasil por meio da linguagem do Estado territorialista - um dos principais legados ibéricos no tema da nossa conquista do Oeste - influenciou as pesquisas e interpretações sobre o deslocamento, pelo interior do país, do *capitalismo autoritário* - se quisermos nos lembrar de uma expressão usual. Este olhar, por sua vez, teria, consequentemente, condicionado as produções acadêmicas mais localizadas, ou seja, sobre casos específicos de colonização e povoamento no norte mato-grossense, principalmente a partir da década de 1970.

Capítulo 02

Interpretações sobre a colonização: controle e imposição

Até meados dos anos de 1980, contam os moradores mais antigos de Sinop, na esquina da Rua das Primaveras, entre a Avenida dos Mognos (atual Av. Governador Julio Campos) e a Rua das Nogueiras, funcionava a antiga rodoviária da cidade. O terminal para os ônibus intermunicipais, um lugar de passagem, recebia pessoas de diversos lugares, de regiões das mais remotas do estado de Mato Grosso: garimpeiros, aventureiros, homens e mulheres em busca de trabalho, indivíduos tentando a sorte na "capital do nortão", ou apenas pessoas atingidas pela malária em busca de um tratamento decente.

O mais interessante nos depoimentos sobre a antiga rodoviária é a descrição do local e o nome com o qual fora batizada: o lugar de paragem dos ônibus era cercado por bares e bordéis; suas histórias são aquelas que nos dão a dimensão de uma aura de violência e imprevisibilidade, própria das regiões de garimpo: brigas sem grandes motivações ou então vinganças e acerto de contas, de forasteiros que fazem seu nome na valentia do confronto, que gastam suas pedras de ouro com bebidas e nos prostíbulos com total desprendimento, inconcebível para aqueles que acreditam numa conduta determinada pela disciplina e dotada de uma *urbanidade*.

Este lugar, assim, receberia o nome de *Peixotinho*: a referência direta era Peixoto de Azevedo, uma cidade formada pelo garimpo, a 200 km ao norte de Sinop. O batismo de um pequeno espaço, degradado e violento, com o nome de Peixotinho, indicava que para a recém-formada sociedade sinopense, a rodoviária era ao mesmo tempo uma fenda no espaço que permitia a entrada do *outro*: homens violentos e seduzidos pelas paixões, prazeres e pelo dinheiro fácil do ouro. Um lugar de contaminação, por proporcionar a fixação ao seu redor, da promiscuidade, da embriaguez e da possibilidade da morte violenta.

A rodoviária, portanto, não era Sinop. Era um outro lugar, mais próximo da conturbada Peixoto de Azevedo de então. Esta cidade, diferentemente das outras criadas no norte do Estado de Mato Grosso, não foi formada segundo o protagonismo das colonizadoras ou de formas conjuntas que envolveram o Estado e os empresários. Peixoto de Azevedo

"nasceu" com a descoberta do ouro[105]. Seu ator principal, o garimpeiro, se distanciava dos traços considerados comuns aos colonos que protagonizaram a ocupação daquele espaço nas três últimas décadas do século XX. Assim, se reproduziu uma imagem do homem do garimpo, *considerado como "desclassificado" na sociedade colonial do século XVIII e "marginal" na sociedade capitalista mais atual*[106]. A representação do garimpeiro, aliada às descrições sobre a região de garimpo, indicavam aos sinopenses uma diferença social e cultural em torno da rodoviária. É deste modo que um historiador local relata a origem do nome do estabelecimento: *ali, em razão da grande concentração de pessoas que estavam em trânsito para outras cidades e para regiões de garimpo, era comum a sujeira e a desordem, daí a denominação daquela área da cidade, na época, de Peixotinho*[107].

Sujeira e desordem, imprevisibilidade e promiscuidade. Seria possível, então, supor, que a sociedade sinopense, em um processo de construção de sua autoimagem, se afirmaria como um contraponto em relação às características da rodoviária Peixotinho: disciplina, ordem, planejamento e retidão. Se esta passagem estiver correta, poderíamos recorrer à afirmação de José de Souza Martins, tantas e tantas vezes reproduzida: na fronteira *é possível compreender a diversidade das temporalidades da história*[108]. Sinop, assim, seria a detentora de uma modernização, de um processo civilizatório que escaparia ao mundo do garimpo ainda preso às corridas pelo ouro, tão comum ao século XVIII. E o encontro, justamente no encontro - entre *a boa sociedade* sinopense e o universo de Peixotinho -, que se determinaria o marcador da diferença.

De um outro modo, a diferença ali instituída remete aos clássicos escritos de Sérgio Buarque de Holanda e aos seus lamentos em torno da falta, até mesmo entre os paulistas na *conquista do Oeste*, do ascetismo racionalizante próprio ao mundo burguês: *o amor ao luxo e aos prazeres domina, em pouco tempo, esses indivíduos rústicos, que ajaezam suas cavalgaduras com ricos arreios de metal precioso ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, nos jogos, nos teatros*[109]. Os colonos sulistas, portanto, endossariam a descrição de Buarque de Holanda, não remetendo a eles mesmos, mas a figura do garimpeiro.

---

[105] Lima; 2009, 16.
[106] Ibidem, 14.
[107] Santos; 2011, 163.
[108] Martins; 2009, 12.
[109] Apud Wegner; 2000, 184.

E assim o é, pois o processo de construção das cidades deveria pautar-se nas concepções de disciplina, ordem, planejamento e retidão. Estes marcadores da diferença em relação ao mundo do garimpo se estenderiam aos mato-grossenses e, posteriormente, aos "maranhenses"[110]. Obviamente, nas ações de diferenciação reside uma dimensão histórica e cultural: aqueles originários dos estados do sul do país estariam, histórica e culturalmente, mais próximos das concepções acima mencionadas.

Não é preciso portar lentes grossas para perceber tal processo de naturalização da diferença. Esta questão, no entanto, revela uma dimensão não institucional do processo de colonização no norte do Mato Grosso após a década de 1970 que, em muitas ocasiões, permanece subtendida, subsumida por meio de uma hierarquização dos elementos que deveriam ser, de fato, interpretados. De outro modo, o ponto não seria ignorar a dimensão institucional, estatal, mas compreender o diálogo que se estabeleceu entre os âmbitos que conduziram a colonização – e que hoje informam a reprodução de uma sociedade configurada na ocupação deste território.

Isto significa afirmar que a relação entre a constituição deste *novo mundo* e o Estado brasileiro, não se restringiu ao controle exercido pelas agências, aos apoios das políticas e programas voltados para a região ou concessão de créditos que viabilizaram a expansão da fronteira agrícola e a formação, em direção ao Oeste e Norte do país, das *cidades do agronegócio*. Isto revela, por outro lado, uma identificação entre um projeto de Estado e as visões de mundo daqueles que se tornaram os protagonistas neste empreendimento.

O tema da identificação – entre esta nova configuração social e os projetos estatais - diz respeito a uma coesão entre aqueles que fizeram parte dos processos de ocupação na fronteira e o projeto estatal. Esta aproximação refere-se a uma unificação a respeito do "dever ser", de concepções sobre os modos de configurar e conformar este novo mundo social, revelando uma integração entre o agente do mercado (colonizadora), parte dos alvos da colonização (os colonos) e o Estado brasileiro, no início da abertura das novas fronteiras agrícolas e urbanas.

---

[110] Como bem demonstrou Betty Rocha (Rocha; 2010), em sua pesquisa sobre Lucas do Rio Verde, o "maranhense" representaria o quarto fluxo migratório naquela cidade. "Maranhense", aqui, é uma generalização, assim como aconteceu com as classificações em São Paulo e Rio de Janeiro em torno dos migrantes oriundos dos estados do nordeste do país: "o Baiano", no primeiro; "o Paraíba", no segundo.

Apontar uma integração deste tipo pode parecer, em um primeiro momento, algo totalmente desprovido de sentido. É necessário, portanto, em primeiro lugar, ter em conta as perspectivas que orientam as tradicionais abordagens sobre a colonização realizada no norte de Mato Grosso. Isto permitirá não apenas entender o tema da identificação acima mencionada, mas, também, as múltiplas interpretações sobre como esta identificação – ou sua ausência, é importante frisar – é configurada.

A relação entre o Estado, colonizadora e os primeiros alvos das chamadas políticas de seleção social, oriundos do sul do país, possui, desde os anos de 1970, uma abordagem hegemônica. Segundo esta perspectiva, a colonização seria o resultado de uma política de contra-reforma agrária, expressão eternizada por Otavio Ianni. Assim, para a expansão capitalista na fronteira, o Estado combinou seu controle com as práticas empresariais. De tal modo, os fluxos migratórios foram determinados pela lógica de dominação, inserida na tecnologia de planejamento das cidades. O *colono modelo*, uma peça publicitária dos agentes da colonização para a manipulação dos futuros moradores da região, apenas existiria pela força da imposição dos chamados *processos de subjetivação*.

É importante também, nessa descrição, compreender que a abordagem acima mencionada vincula-se às análises que determinam o *territorialismo* como fonte da vontade e das ações do Estado brasileiro no processo de dominação e constituição do espaço. Assim, justamente pela ausência de coesão social no Brasil, apenas o territorialismo estatal seria a base do percurso de construção nacional. Estas duas abordagens, aparentemente incongruentes – por conta do economicismo na primeira e, na segunda, por sua concessão à primazia de um pensamento político avesso à racionalidade econômica -, formam uma das mais importantes linhas interpretativas sobre a relação entre Estado e território no Brasil.

Mesmo partindo de recortes e construções arbitrárias, para se pensar em um modelo interpretativo da colonização, consideramos ser possível constatar um ponto de chegada nesta linhagem, quando nos concentramos, especificamente, nos estudos sobre a colonização em Mato Grosso: estes trabalhos, no limite, possuem em comum uma ideia fixa, a de que os agentes da colonização – os *motivadores*, Estados e empresas – atuaram no sentido de colonizar não apenas a terra, o território, mas, também, as mentes daqueles que migraram para a região. Assim, o objetivo deste capítulo, é o de tentar

compreender quais os aspectos principais que orientam estes estudos e abordagens: a colonização, portanto, teria sido realizada por meio da utilização de determinados mecanismos, como o controle do espaço e dos homens e a imposição de uma forma e de uma mentalidade específica para levar adiante o processo de configuração social na chamada fronteira brasileira.

Assim, apresentaremos não apenas os principais aspectos conceituais dessa perspectiva, mas também os dados históricos que revelam as formas de dominação e violência nestes espaços. Consequentemente, dedicaremos uma parte do capítulo para apresentar uma leitura sobre a conjunção desses fatores que, por sua vez, estariam aliados a um tema fundamental, ou seja, da tecnologia. Deste ponto de vista, chegaríamos à descrição não apenas do ponto de chegada da colonização em si, mas, por outro lado, do processo que teria culminado na formação do *colono modelo*.

2.1. Territorialismo e capitalismo: o controle sobre espaços e sujeitos.

Foi com Giovanni Arrighi que a concepção de Estado Territorialista ganhou corpo. Segundo o italiano, era possível traçar duas lógicas distintas na atuação dos Estados, embora sua classificação funcione como tipos ideias, pois historicamente são formas que compõe um mesmo Estado e atuam em conjunto. Ao desmembrar as funções da aliança entre genoveses e ibéricos no século XV, Arrighi considerou ser possível estabelecer a distinção: os governantes capitalistas (no caso, os genoveses) *identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital*[111].

Em contrapartida, os Estados ibéricos, produtores de proteção no intercâmbio com os genoveses, identificariam o poder *com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial*[112]. Neste caso, portanto, o controle sobre o território e sobre a população assumiria preponderância em relação ao controle do capital. Obviamente, como mencionamos acima, os tipos ideais de Arrighi não poderiam excluir, na prática, a combinação das duas estratégias em um mesmo Estado, pois, *historicamente, as lógicas*

[111] Arrighi; 1994, 33.
[112] Ibidem, 33.

capitalista e territorialista de poder não funcionaram isoladamente uma da outra, mas relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal[113]. Mas, segundo a terminologia de Giovanni Arrighi, que implica estratégias alternativas de formação do Estado, há distinções marcantes na relação entre capital, território e população.

De modo semelhante, Moraes compreende a formação territorial brasileira durante o período colonial segundo uma releitura da concepção de territorialismo. Em seu estudo sobre o *território brasileiro no longo século XVI*, o autor afirma que o Brasil, *como entidade geográfica (logo, como uma formação social, política e econômica espacializada) emerge como um resultado da instalação portuguesa na América do Sul*[114]. Isto implica, segundo Moraes, por um lado, contestar a mitologização do pensamento nacionalista que atribuiu aos bandeirantes o protagonismo da formação do território e, por outro, a falácia da tese geopolítica do *destino manifesto* – parte, por exemplo, da construção dos argumentos do General Golbery[115].

Assim, o desejo da Metrópole por incorporar os espaços distantes confunde-se com a subjugação, no período colonial, das populações nativas. Esta relação do poder com a expansão territorial não teria se fundado no Brasil colonial em uma legitimidade, digamos, de tipo schmittiana[116]: o colonizador age sobre uma população que não possui nenhum elemento unificador da identidade, nem política, étnica ou linguística, afirma Moraes[117].

Deste modo, a ação portuguesa envolveria uma lógica de domínio do território ao mesmo tempo em que exerceria sua autoridade sobre a população – uma ação não legitimada por um *passado comum*. O domínio territorial, assim, conjugaria um processo de construção tanto espacial quanto da sociedade, em um território,

---

[113] Ibidem, 34.
[114] Moraes; 2000, 410.
[115] Na construção de seu esquema geopolítico de ocupação do território, ao descrever, por exemplo, o *heartland* central, dos campos de Piratininga, a encruzilhada formada pelos rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros, e propulsor do acesso ao segundo heartland, de Cuiabá para o norte, Golbery declara: "o grande heartland central, pela sua simples e desnuda expressão espacial e a posição superior que desfruta no conjunto como centro natural da estrutura inteira, traz inscrito em si mesmo um destino imperial manifesto, tanto mais que o desbravador, o povoador e, com ele, a civilização e a técnica todas viriam de terras remotas, através sempre do Atlântico" (Golbery; 1967, 114).
[116] A referência direta, aqui, é "O conceito do político" de Carl Schmitt. Neste livro, ao estabelecer a definição da categoria do político a partir da relação amigo-inimigo, a intenção do intelectual alemão foi a de tratar o tema da legitimidade a partir de sua base nacional; a nação como dotada de uma capacidade de definir os contornos essenciais da fisionomia das instituições políticas (Schmitt; 1992).
[117] Moraes; 2000, 410.

futuramente, brasileiro: *(...) o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial: trata-se da construção de uma sociedade e de um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um dos seus elementos básicos de coesão e identidades sociais.*

O ponto aqui não é contestar a tese de Moraes - mesmo que seu combate ao nacionalismo bandeirante o faça desconsiderar as ações articuladas "fora dos domínios da Coroa" para a formação do território brasileiro[118] -, mas compreender as reinterpretações em torno da dimensão do territorialismo estatal. Esta concepção, no Brasil, não se encerra com o período colonial, mas permanece como premissa essencial, em algumas análises, para o tratamento do tema da construção do espaço e do Estado.

Tomemos um outro exemplo. Em seu recente livro, *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*, João Marcelo Maia, em uma pesquisa que citamos no capítulo 01, ao analisar seu objeto empírico de estudo, a FBC, que incorporou a Expedição Roncador-Xingu, cujo objetivo era o de ocupar a fronteira entre Goiás e Mato Grosso, investiga a relação entre os discursos no imaginário brasileiro e as práticas estatais na região do Centro-Oeste. As ideias, portanto, para Maia, conjugam-se com as práticas estatais, relação assentada na matriz espacial que configurou a própria ação e construção do Estado brasileiro.

Conforme explica o autor, a partir do caso da FBC e das lições de Moraes, o Brasil e seu imenso território sempre foi visto – por burocratas, militares e intelectuais - como um espaço a ser dominado e não como um corpo social de *sujeitos moralmente coesos*[119]. A autoridade pública neste contexto se constrói a partir de seu avanço territorial, configurado, segundo Maia, *por um Estado que marcha*[120]. O desejo e a realização da conquista, que é sempre imposição de uma presença no espaço, seria, aqui, a fonte da legitimidade estatal, de produção de sujeitos sociais e dos projetos de construção da nação.

---

[118] Conferir capítulo 01.
[119] Maia; 2012, 193.
[120] Idem.

Estas conclusões a respeito de uma singularidade brasileira[121], consequentemente, são expostas a partir de sua oposição aos processos que tiveram lugar em um Ocidente liberal, moderno. Nos países centrais da Europa, um consenso cultural *razoavelmente compartilhado* produziu uma *infraestrutura moral* para as operações estatais: *isto significa que o espaço teria sido precocemente normalizado e rotinizado, dando maior aparência de naturalidade para o exercício do poder estatal sobre o território*[122].

Esta aparência de naturalidade, de que fala João Marcelo Maia, não implica uma recusa em considerar a conquista de coesão social como um processo, algo nítido em sua citação de Gorski, sobre a produção de um elemento moral aglutinador por meio da Reforma Protestante[123]. Mas, por outro lado, consiste na consideração de que, no contexto europeu mencionado, o Estado - e suas elites – agiu sobre uma população e, consequentemente, um território demarcado por um elemento cultural, moral, minimamente compartilhado.

Os países periféricos, como no caso brasileiro, lugares sem a experiência desses processos de subjetivação, em contrapartida, teriam no Estado o agente criador *do mundo social, atuando de forma constante na reinvenção de sujeitos e lugares*[124]. O Estado como *agente expressivo* não apenas seria mobilizado para a configuração social e cultural nos espaços novos, mas avançaria subjugando culturas e outras formas de vida. Se levarmos, portanto, esta argumentação ao seu limite, poderemos compreender este Estado, que domina e controla o espaço e as pessoas, como o agente criador tanto dos territórios quanto dos sujeitos que nele se encontram. Esta criação, obviamente, passaria, aqui, pelo imaginário e pelas ideias daqueles envolvidos diretamente com o poder, inseridos em uma lógica política e cultural específica – os militares, burocratas e intelectuais, neste caso.

No caso de João Marcelo Maia, entretanto, cabe, aqui, uma ressalva: em suas conclusões, o autor ainda trata da não completude da dominação e do controle estatal. O ímpeto estatal, revelado em seus projetos, acaba por se inserir no que o autor denomina

---

[121] O autor, na verdade, não fala em singularidade. O ponto, no entanto, é a oposição em relação às formas tradicionais do Ocidente: "se em outros países o território era a condição primeira para o exercício da autoridade pública, no caso brasileiro – e provavelmente em outros casos de grandes países periféricos, como a Rússia – ele foi também um lugar a ser constantemente inventado e reapropriado por um Estado que nunca cessou de marchar sobre a sua superfície". (Maia; 2012, 193).
[122] Maia, 194.
[123] Idem.
[124] Idem.

de *a dialética fundamental do espaço brasileiro*, que acaba por produzir movimentos de liberdade e autonomia no mundo social: *para cada grande utopia estatal desenhada e falhada correspondem inumeráveis fluxos e deslocamentos populacionais, muitos deles animados por sonhos de riqueza, liberdade e emancipação*[125].

Mas, a proposta aqui é entender parte da interpretação que analisa os processos de colonização sob o prisma do controle e da imposição, algo que a concepção de Estado territorialista nos ajuda a compreender. A ideia, portanto, de uma expansão e criação estatal que se dá por meio dos instrumentos de dominação típicos da esfera político-institucional militar, autoritária. Deste ponto de vista, o processo narrado acima, de projetos estatais a atuar em meio à ausência de sujeitos (sua população) assentados em uma coesão partilhada, ainda permanece relevante, principalmente para as abordagens que entenderão determinados casos, ao contrário da ressalva anterior, como que dotados de uma completude.

O importante é ter em conta que, para esta linhagem, o tema da configuração do espaço e o da (re)invenção – ou do controle - dos sujeitos são indissociáveis. Deixemos o segundo ponto um pouco de lado para entender a introdução de outro elemento central, o capital. Como foi afirmado no início deste capítulo, a tradição da linguagem do territorialismo, uma reprodução de um legado de matriz ibérica, tenderia a se opor a uma lógica estritamente econômica – respeitando, demasiadamente, os termos propostos por Arrighi[126]. Mas estas considerações dizem muito pouco sobre os modos de inserção do Brasil nos processos de modernização, sobretudo aqueles que se desenvolveram no decorrer do século XX.

Nos casos dos países periféricos, diria Otavio Velho, que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia, uma outra versão do capitalismo, desta feita, autoritário, se desenvolveu. *O Estado foi forçado nesses países a assumir o comando dum processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir*[127] – em meio a uma pressão efetuada pela liderança, mais avançada, no

[125] Ibidem, 196.
[126] Este tipo de argumento foi resumido por Rubem Barboza Filho: "Em outros termos, e preservando a distinção arrighiana entre territorialismo e capitalismo, a tarefa seria a de desvendar o conteúdo particular do territorialismo ibérico, associando-o a um quadro de valores capaz de explicar o poder e a permanência desta lógica-extraeconômica que teria impermeabilizado portugueses e espanhóis para a adoção de comportamentos típicos do capitalismo" (Barboza Filho; 2000, 14).
[127] Velho; 1979, 42.

sistema internacional. O capitalismo autoritário, assim, diferentemente do capitalismo burguês, seria caracterizado por uma dominação da instância política sobre a econômica.

O capitalismo autoritário, portanto, um sistema de repressão da força de trabalho *sem nenhum corte revolucionário*[128], possuiria características específicas em contextos nacionais com grandes extensões de terra. De tal modo, o Brasil se assemelharia ao caso russo, distante, portanto, da expansão da fronteira renovadora e libertadora própria ao mundo norte-americano.

Assim, segue o autor, o processo de colonização da fronteira russa, do controle sobre a expansão no contexto siberiano (no período czarista), por exemplo, indicava que a fronteira, em sua produção agrícola, se reduziria a uma colônia do centro – nas palavras de Lênin - bem como produziria um percurso modernizador como obra política: *há muitas indicações de que a modernização não seguiu as necessidades estritas do livre desenvolvimento da economia, mas que era, num sentido imediato, sobretudo política*[129].

Esta junção entre o autoritário e o econômico – ou a condução da economia pela política – seria a forma mais próxima do processo de ocupação na fronteira brasileira. Embora a recuperação dos debates na Rússia faça referência a uma história do século XIX, o modelo de modernização protagonizado pelo Estado, da fronteira controlada, possuiria paralelos importantes com a efetiva ocupação no Brasil. *Efetiva ocupação*, no caso, revelaria uma gradual ocupação e presença estatal, algo não realizado pela figura do bandeirante, preso somente ao sucesso da definição do traçado territorial, mas não de sua reprodução econômica – principalmente no Centro-Oeste brasileiro.

O tema da *efetiva ocupação* é central nos argumentos de Otavio Velho sobre o capitalismo autoritário brasileiro. Nisto reside, repetindo, uma gradual ocupação por parte do Estado, naquilo que diz respeito a uma eficaz reprodução econômica. A expansão da fronteira neste caso, controlando o espaço e os homens, vai tomando forma nas ações vinculadas à Marcha para o Oeste, com Getulio Vargas – mas, segundo

[128] Ibidem, 42.
[129] Ibidem, 68.

Velho, muito mais eficaz no plano discursivo -, e na construção de estradas e da nova capital brasileira, durante o período de JK.

O período pós-1964 operaria, nas palavras do autor, uma junção mais acentuada entre liberalismo e autoritarismo, inserindo, assim, o tema da expansão da fronteira na perspectiva do sistema capitalista internacional. Desse ponto de vista, uma capacidade organizatória maior por parte do Estado central se voltou para a Amazônia, sobretudo a partir dos anos de 1970[130]. Assim, conclui o autor, passou a fazer parte do planejamento estatal a criação de médias e grandes empresas rurais, com o intuito de transferir o *modelo industrial para o campo*[131].

Otavio Velho, esboçando as suas conclusões entre 1970-71, já percebia a centralidade que os processos de colonização receberiam por parte do Governo Militar[132]. Mas suas análises não estão centradas nesse processo. Por outro lado, é na concepção de capitalismo autoritário, por ele delineada, que os estudos sobre a ocupação na fronteira amazônica irão se pautar. Deste modo, o tema do capitalismo autoritário, da reprodução econômica controlada, do ponto de vista dos processos de colonização no período da Ditadura Militar, passa a ser central em análises posteriores. Poderíamos, aqui, exemplificar a questão por meio do trabalho clássico de Octavio Ianni, "Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia", de 1979.

Octavio Ianni dedicou parte de sua produção ao tema da reforma agrária. Nos anos de 1970, os conflitos fundiários no sul e a manutenção dos latifúndios no Nordeste, deram o tom das análises sobre as políticas estatais direcionadas ao contexto amazônico, como no caso do sociólogo paulista. Em seu livro mencionado acima, Ianni identificou os fluxos populacionais espontâneos - de origem sulista ou nordestina - para o Centro-Oeste e para a Amazônia como uma possibilidade de realização da reforma agrária

---

[130] O tema da capacidade organizatória do Estado brasileiro em relação ao seu território revela um processo, como no caso do Mato Grosso, que culmina nas ações da Ditadura Militar, mas que não nasce nesse período. O ponto, no entanto, é o de que, em nossa abordagem, mesmo com os militares, a compreensão da dominação no Centro-Oeste após 1970 apenas pela via estatal é insuficiente, ao não considerar os elementos essenciais que de algum modo são exteriores às instituições políticas do Estado central.

[131] Ibidem, 188.

[132] "(...) a estratégia geral continua a ser transformações agrárias mais colonização de terras novas, mas o segundo elemento da combinação tende a aumentar em importância. Esse é particularmente o caso, embora não seja admitido, porque as transformações agrárias poderão aumentar o excedente populacional, ao invés de reduzi-lo, como o preço a ser pago pela modernização no interior de uma estrutura autoritária em que as transformações, do ponto de vista da massa rural, só poderão beneficiar uma camada restrita de camponeses privilegiados" (velho; 1979, 189).

brasileira. Desse ponto de vista, as políticas de colonização realizadas entre 1970 e 1978 seriam formas de abafar tanto o espontaneísmo de uma verdadeira reforma no campo – controlando, portanto, os homens - quanto de enquadrar o território para atender as demandas empresariais – dominando, assim, o espaço.

Ao mencionar em seu estudo o Estatuto da Terra de 1964, Octavio Ianni afirma encontrar o contraditório que se instalou na política da questão agrária brasileira. Embora o Estatuto dos militares seja intitulado na forma de uma legislação sobre a reforma agrária e a colonização, a implementação da segunda acaba por excluir a primeira. A colonização, portanto, seria justamente o impedimento da Reforma: a realização de uma contra-reforma agrária.

Assim, a colonização particular, que para o autor torna-se preponderante a partir de 1974[133], não apenas recebe a proteção e o incentivo do poder estatal, mas assume um lugar estratégico no *enquadramento da colonização espontânea*, atuando no controle dos fluxos populacionais realizados à revelia da dominação do Estado. O contraditório, podemos acrescentar, se apresenta, também, sob um outro ângulo, nas mudanças no interior do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária): *nos começos, o INCRA, criado em 1970, desenvolvia uma política de colonização oficial destinada a ocupar espaços vazios com populações de origem nordestina. Em seguida, em especial desde 1974, o INCRA passou a estimular a colonização particular, principalmente com trabalhadores provenientes do Rio Grande do Sul*[134].

Deste modo, a reviravolta realizada sob o vértice da colonização particular, que faria sucumbir a possibilidade da espontânea reforma agrária e desviaria o foco humano para trabalhadores do Sul, pôs as agências – INCRA, SUDAM, BASA, FUNAI, entre outras – a serviço dos empresários e empresas: *o poder estatal induz, estimula, favorece e protege, econômica e politicamente, a apropriação das terras devolutas, tribais ou ocupadas pelo latifúndio, fazenda ou empresa*[135].

Na interpretação de Octavio Ianni, este controle exercido por meio da colonização foi resultado da aliança golpista entre militares e a burguesia agrária. Do mesmo modo, as

[133] Obviamente, a referência cronológica de Ianni diz respeito ao período em que a colonização particular se torna preponderante. O caso de Sinop, portanto, é marcante por conta de seu protagonismo, de uma colonização que se iniciou anteriormente, entre 1970-71.
[134] Ianni; 1979, 125.
[135] Ibidem, 126.

políticas de ocupação no Centro-Oeste e Amazônia não apenas abafariam as possibilidades – reais – de reforma no campo, como seriam um recurso para manter distantes as organizações do campesinato capazes de subverter a ordem. Diante, portanto, da radicalização do homem do campo, o capital se organizaria a partir da mobilização das esferas oficiais.

Com Otavio Velho e Ianni, podemos perceber a junção das interpretações em torno do capitalismo autoritário na fronteira, como obra que realizaria o controle sobre o espaço e sobre os indivíduos, percurso que remonta à tradicional linguagem da abordagem territorialista do Estado brasileiro como o agente criador. Com Octavio Ianni, podemos arriscar afirmar que aquele Estado territorialista, capaz de criar sobre o "nada", agora age em aliança com o capital para satisfazer o ímpeto modernizador, mesmo não rompendo com o arcaísmo da burguesia agrária nacional.

Convém mencionar brevemente,contra a posição dos autores, que as formas e técnicas de colonização particular no Brasil não nasceram a partir da aliança entre militares golpistas e a burguesia agrária. Em primeiro lugar, a política estadonovista para a colonização já abarcava essa possibilidade da atuação de *núcleos de pequenas propriedades rurais organizados por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares*[136] - mesmo que neste período a colonização oficial fosse a grande aposta de Vargas. A ausência desta percepção da história da ocupação territorial no Brasil acaba por resultar em problemas para a interpretação que analisamos anteriormente. Não se trata aqui, obviamente, de uma ignorância sobre a história nacional. Provavelmente, Octavio Ianni não sofreu com esta lacuna.

Pretendemos, no entanto, chamar a atenção para uma outra questão: do ponto de vista de uma análise mais ampla da formação do Estado nacional brasileiro, o tipo de abordagem deste autor é pontual: constitui mais um olhar sobre o "andar de cima" que não leva em conta outros fatores histórico-sociais. Assim, a relevância de sua pesquisa consiste, exatamente, em considerá-la em sua valorosa pontualidade.

As empresas de colonização que atuaram na fronteira a partir do Mato Grosso representavam o legado de uma tecnologia desenvolvida e aplicada, primeiramente, no oeste e noroeste paranaense, entre as décadas de 1920 a 1960, algo que ocorre quase que

[136] Santos; 1993, 27.

“fora” dos domínios estatais ou dos nossos tradicionais latifundiários. É por esse motivo que o caso paranaense se tornou um dos elementos importantes a ser abordado por essa tese. Primeiro, pois, de um modo geral, esse passado no norte do Paraná foi determinante, em sua tecnologia de planejamento e construção de cidades, para o processo ocorrido no Mato Grosso, sobretudo nas colonizações particulares. E, em segundo lugar, pelo fato de que a colonizadora de Ênio Pipino, a Sinop, realizou seus primeiros empreendimentos no noroeste do Paraná, antes de se encaminhar para o norte do Mato Grosso.

Neste caso, ao mesmo tempo em que operava um movimento de ordenamento do campo, os empreendimentos colocavam em curso um longo processo de urbanização. A centralidade da cidade na colonização, ou melhor, a relação intrínseca entre o urbano e o rural parece não ser contemplada pela análise de Octavio Ianni, algo que tentaremos demonstrar posteriormente, mas que, de algum modo, já foi considerado por Bertha Becker ainda em 1985, ao estudar a ocupação ao longo da rodovia Belém-Brasília: *a multiplicação de povoados como local de residência e força de trabalho (...) sugeriam a hipótese de que, embora considerados rurais, segundo critérios convencionais, constituíam uma manifestação do fenômeno urbano (...)*[137]. A questão, portanto, é que a centralidade da cidade já era perceptível no início do processo, tanto nos anos de 1970, em Mato Grosso, quanto nas décadas anteriores de ocupação do sertão paranaense.

Os pressupostos do estudo de Otavio Ianni, no entanto, continuaram presentes em análises posteriores. De um modo geral, a abordagem que tentamos reconstruir neste tópico incide diretamente no olhar das pesquisas realizadas, a partir dos anos de 1980, especificamente sobre a colonização em solo mato-grossense. Esta relação apresenta consequências importantes para as interpretações que se tornaram hegemônicas - muito mais pelo o que é deixado de lado no tratamento dos elementos que são analisados por esses trabalhos. Por isso, devemos nos ocupar com as tradicionais abordagens sobre os processos colonizatórios. É sobre o modo como esse fio explicativo é conduzido posteriormente que se ocupa o tópico seguinte.

[137] Becker; 1990, 131.

2.2. Controle e imposição no norte do Mato Grosso.

Os estudos sobre a colonização no norte do Mato Grosso podem ser organizados segundo uma cronologia. As pesquisas pioneiras surgem após os primeiros anos dos processos de ocupação e construção das cidades[138]. A cronologia, neste caso, é importante, pois, ao se debruçar sobre o tema no início do processo, estes estudos foram os primeiros a analisar os detalhes dos programas de colonização no estado mato-grossense. Por outro lado, assim como sofreram a influência do estudo preliminar de Octavio Ianni, as pesquisas dos anos de 1980 determinariam, posteriormente, um certo olhar sobre a configuração urbana e rural da região[139].

Se Octavio Ianni se constituiu em uma referência imprescindível aos estudos posteriores, o exercício de descer aos detalhes da colonização impôs uma série de outras

---

[138] "A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop" (Dissertação-USP, 1983), de João Mariano de Oliveira; "Posse e propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso", sobre a Gleba União (Dissertação-UNICAMP, 1984), de Eudson Ferreira; "A lenda do ouro verde", sobre Alta Floresta (Dissertação-UNICAMP, 1986), de Regina Guimarães Neto; e "Matuchos: exclusão e luta" (Tese-Paris X, publicada em 1993, mas originalmente defendida em 1987), de José Vicente Tavares dos Santos.

[139] Isso pode ser notado nos estudos de Laudemir Luiz Zart, "Encantos, caminhos e desencontros: migração-colonização na Amazônia mato-grossense" (um estudo sobre Lucas do Rio Verde, publicado em 2005, resultado da dissertação defendida na UFSC, em 1998, sob o título "Desencanto na nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 1980); e na dissertação e tese de Edison Souza sobre Sinop, "Sinop: história, imagens e relatos: um estudo sobre a sua colonização" (Dissertação-UFMT; 2006) e "O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso (Tese-UFF; 2008), além das importantes coletâneas publicadas pela Editora da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), que produziram um balanço sobre essas abordagens mais recentes: "Mato Grosso: do sonho à utopia da terra", organizada pelo professor João Carlos Barrozo, de 2008, e "Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)", organizada pelo mesmo professor, de 2010.

Pode-se afirmar, hoje, que existe uma vasta produção sobre os processos de ocupação no Mato Grosso pós-1970. No âmbito da UFMT, por exemplo, em seu departamento de História, são inúmeros os trabalhos de professores, pesquisadores e estudantes do curso de mestrado, algo que pode ser constatado com um simples levantamento sobre as dissertações defendidas a partir dos anos 2000. Neste caso, é importante mencionar o livro do professor de história desta universidade, Vitale Joanoni Neto, responsável por um núcleo de pesquisa sobre o tema na UFMT: "Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970", sobre a cidade de Juina. Mas, como é possível observar, os primeiros trabalhos, denominados de "pioneiros" no corpo do texto, foram produzidos por pesquisadores em outros centros universitários, principalmente na Unicamp e USP. Deste modo, especificamente sobre Sinop, convém mencionar duas dissertações defendidas nos anos de 1990: o primeiro, de Circe Vidigal, "Sinop: a terra prometida: geopolítica de ocupação da Amazônia" (dissertação-USP, 1992); e, o segundo, de Zuleika Arruda, "Sinop: territórios de múltiplas e incompletas reflexões (dissertação-UFPE, 1997). Em relação aos primeiros trabalhos sobre os processos de colonização na região, cabe mencionar ainda, o livro do Padre José Renato Schaefer, "As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações do sul do país em direção ao Norte de Mato Grosso", resultado da dissertação defendida na PUC-RJ e publicada em 1985. Além de dois importantes livros-relatos – trabalhos não acadêmicos e que não se relacionam diretamente com a perspectiva hegemônica tratada aqui - que constituem em importantes materiais de pesquisa: "Uma cruz em Terranova", 1989, escrito por Norberto Schavantes, que participou das colonizações de Canarana, Água Boa e Terranova; e "Tempestade no Cerrado", de Anton Huber, líder da cooperativa Cooperlucas, cooperativa central no processo de ocupação de Lucas do Rio Verde.

questões aos pesquisadores acima mencionados, que os fizeram combinar a perspectiva inicial com uma análise a respeito do processo que envolveu as colonizadoras, os colonizadores e os colonos. As referências, no entanto, são organizadas de modo que apareçam segundo um encadeamento lógico.

O conceito, por exemplo, de "controle dos homens", uma forma de abafar as possibilidades revolucionárias em torno da reforma-agrária e que envolveu também a inauguração, em parte, dos fluxos populacionais de agricultores do sul - obrigados a vender seus minifúndios na região de origem por conta de um reordenamento territorial que satisfez os desejos dos novos latifundiários -, teria que dar conta também do processo de adaptação dos novos colonos nos contextos da territorialização no norte do Mato Grosso.

De tal modo, José Vicente Tavares dos Santos buscou sistematizar as combinações teórico-conceituais que propiciariam um entendimento sobre o processo de colonização no Mato Grosso. Três noções, neste caso, são essenciais: em relação à primeira, sobre a concepção acima mencionada, de "controle dos homens", Santos afirma se inspirar, principalmente, em três autores. Em primeiro lugar, em Marx, nas análises clássicas sobre a formação da sociedade capitalista, *sobre a acumulação primitiva do capital e o papel desempenhado, no caso da Inglaterra, pela legislação sobre os pobres e sobre os trabalhadores na época dos Tudors*[140].

A abordagem marxiana aparece, aqui, combinada - na temática do controle dos homens – com os estudos de Focault, sobre os processos instauradores de uma *"disciplina social" pelos "poderes"*, que envolveu os pobres e os loucos na *grande reclusão, na Época Clássica, bem como seu estudo histórico e filosófico, em Vigiar e Punir*[141]. A terceira referência, neste ponto, segundo o autor, seria novamente Octavio Ianni, naquilo que mencionamos anteriormente: a incongruência entre políticas de colonização e a possibilidade de uma reforma agrária. Resumindo, então, para Santos: *a noção de controle dos homens nos permite colocar em evidência as formas pelas quais, numa sociedade capitalista dependente, as classes dominantes e o Estado conseguem impor*

[140] Santos; 1993, 266.
[141] Idem.

um corpus de normas sociais. (...) uma disciplina imposta a homens (no caso, camponeses ou colonos) (...)[142].

Ao lado desta forma de controle e disciplina encontra-se, portanto, o controle do espaço. Ou melhor, a dominação exercida sobre os homens apenas se realiza por meio da privatização dos territórios, imposta, no caso, pelo Estado e por suas concessões e incentivos aos projetos privados de colonização. Neste caso, a referência não é apenas Marx e suas advertências a respeito da instituição da propriedade privada como fundamental para a formação da sociedade capitalista, mas, também, a concepção de Otavio Velho *sobre o papel da fronteira para a constituição de um capitalismo autoritário no Brasil, nas formas sociais de controle do espaço*[143]. O controle do espaço, portanto, exercido por uma forma de política que orienta a lógica econômica, em um contexto de grandes extensões territoriais, é indissociável das formas de disciplina e controle sobre os indivíduos envolvidos nos processos de configuração das novas ocupações.

A terceira noção, elencada por Santos, que devemos mencionar, é a de *seleção social*. Neste caso, o autor buscou a influência de pesquisas francesas[144], que mostraram o modo como a sociedade capitalista produziu um determinado tipo de trabalhador e, de modo semelhante, como um certo modelo de desenvolvimento agrícola produziu socialmente *um camponês modelo*. Assim, garante Santos, com a noção de seleção social, foi possível compreender *a produção de um certo modelo de agricultor, supostamente possuidor do perfil ideal do colono que devia ser assentado, que denominamos de "colono modelo"*[145]. O colono modelo, portanto, seria uma exigência das empresas de colonização para por em prática um determinado modelo de desenvolvimento agrícola e econômico[146].

---

[142] Ibidem, 267.
[143] Idem.
[144] Jollivet, M., Gervais, M. e Tavernier, Y. Histoire de la France Rurale; 1979.
[145] Ibidem, 269.
[146] Na construção das noções elencadas no corpo do texto, Tavares dos Santos menciona ainda outras referências, como José de Souza Martins, sobretudo no tema da transição para o trabalho livre no século XIX e suas consequências para o campesinato; a questão do controle por parte de camadas sociais dominantes sobre as subalternas na sociologia rural francesa, como J. Hebette, Henri Lefebvre e J.P Billaud; além de Hugues Lamarche, Henri Mendras, P. Coulomb e H. Nallet, sobre o tema da passagem de camponeses para a situação de agricultores nos processos de modernização em contexto francês e inglês.

Santos analisa, em sua pesquisa, dois casos específicos: o Programa de Colonização Canarana e o Programa de Terranova. Mas, a partir da composição das noções de *controle dos homens*, *controle do espaço* e *seleção social*, o autor tenta oferecer uma *teoria geral da colonização*, baseada na origem dos novos colonos no Mato Grosso[147]. Esta generalização compreenderia, principalmente, os seguintes processos de ocupação no estado: Novo Aripuanã, Alta Floresta, Sinop, Juína, Lucas do Rio Verde, Guarantã, entre outros[148].

Ao estabelecer os aspectos comuns aos programas de colonização, o autor acredita ser possível tratar, portanto, de um aspecto que deriva das formas de "controle" (de homens e do espaço) e de um processo de seleção social - elementos operados pela junção entre Estado e empresas. As noções aqui apresentadas se consolidariam, então, por meio de uma representação social particular, a categoria de *colono modelo*. Trata-se, segundo Tavares dos Santos, de um tipo social construído pelas agências governamentais e pelas empresas colonizadoras, que *estabelece um tipo de referência a partir do qual se estabelecerão graus de avaliação dos colonos: essas classificações serão cada vez mais estereotipadas, na medida em que os colonos reais se distanciarão deste tipo*[149].

Ao final desta citação, podemos perceber que a referência ao *colono modelo* também expõe o outro lado da moeda: aqueles que não se adaptariam a uma conduta exemplar, inaugurando, assim, a categoria *fracassados*. Por outro lado, mesmo que em alguns casos as migrações não se limitassem aos sulistas, como em Altamira, os agricultores do sul tornaram-se os principais atores da migração ao se aproximar de um tipo social construído "pelo alto": *os agricultores do sul teriam um nível tecnológico mais elevado que os outros. Estes seriam escolhidos também por causa de sua pretensa capacidade de impressionar os outros colonos nos programas da Transamazônica*[150].

A concepção de "capacidade" em torno dos colonos sulistas, no entanto, para Santos, não produziriam uma automática identificação com a categoria de *colono modelo* – com um tipo social construído artificialmente sem ter, de fato, uma correspondência com o

---

[147] "Se nosso objeto de pesquisa se restringe às relações entre colonização e os camponeses da região Sul, somos obrigados, ao tentar fazer a análise a um nível mais elevado de generalização sociológica, a limitar nosso campo de referências empíricas aos programas de colonização do período recente, cuja clientela se encontra justamente entre os camponeses da região sul" (Santos; 1993, 194).

[148] É importante frisar que, em sua teoria geral da colonização, Tavares dos Santos não se restringe ao Mato Grosso: sua análise passa por Rondônia, Acre e todo contexto amazônico.

[149] Santos; 1993, 198.

[150] Ibidem, 197.

real. A proximidade dos agricultores do sul em relação ao padrão imaginado garantiria, assim, apenas uma primazia nas políticas de seleção social. Isto significa que, no limite, para o autor, os programas de colonização sempre implicariam uma imposição de comportamento e de formas de vida: *podemos, portanto, encontrar, na colonização agrícola do Brasil, o que foi dito por Bataillon & Gaignard a respeito da colonização na América Latina: "quase sempre os programas de colonização se referem a um projeto de modelagem de homens novos"*[151].

As conclusões de Tavares dos Santos nos conduzem a uma questão que deixamos de lado quando abordávamos a perspectiva do Estado territorialista, da produção ou reinvenção de sujeitos no contexto da fronteira. Demonstramos, no entanto, muito pouco sobre os modos dessa produção. Talvez, seja interessante exemplificar por meio de uma análise que pode ser considerada um dos expoentes dessa vertente: o estudo de Guimarães Neto sobre a colonização de Alta Floresta.

"A lenda do ouro verde" possui algumas particularidades que são, inclusive, importantes para a pesquisa em andamento, ou seja, compartilha de algumas semelhanças com o caso de Sinop: a autora, por exemplo, ao analisar o processo de ocupação do território de Alta Floresta, protagonizado pela colonizadora privada Indeco (Integração, Desenvolvimento e Colonização LTDA.), atribui uma centralidade à figura do colonizador, Ariosto da Riva, um empresário nascido no interior de São Paulo, mas que trabalhou na empresa Geremia Lunardelli, uma empresa de colonização paranaense[152].

A construção de Alta Floresta, assim como em Sinop, ocorreu no início dos anos de 1970. Ariosto da Riva, afirma a autora, não apenas carregava consigo o legado dos empreendimentos no Paraná, mas estava imbuído de uma busca pelo lucro, de modo que a colonização seria, em sua essência, um bom negócio, dentro das possibilidades abertas pelo Estado Central. *A época era propícia a esse propósito: com efeito, a colonização se afigurava como um bom negócio – o governo conclamava o capital privado a*

---

[151] Ibidem, 198.

[152] Regina Guimarães Neto estava ciente dessas proximidades, como se pode notar na seguinte citação: "e, em muito pouco tempo, Ariosto da Riva ficava conhecido como um dos maiores expoentes da colonização na Amazônia. Ao seu lado figurava também outro *criador de cidades*, o empresário Ênio Pipino, do grupo Sinop – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná -, que fundou a cidade de Sinop, considerada um dos maiores polos de desenvolvimento econômico do norte de Mato Grosso, rivalizando com Alta Floresta em importância no Estado" (Guimarães Neto; 1986, 85).

participar da colonização dirigida, pois dentro da concepção dominante, era fundamental o papel da iniciativa privada à ocupação produtiva da Amazônia[153].

Mas, por outro lado, a pesquisa de Guimarães Neto apreende a dimensão política da colonização – particular - dirigida. Neste ponto, retoma-se a discussão da relação entre o planejamento urbano-rural e o controle social. O programa de Ariosto da Riva, portanto, se constituiria em um posto avançado do Estado, de realização do domínio político na fronteira. A junção entre as esferas - empresarial e estatal - colocaria em prática um projeto civilizador que em seu cerne carregava o impedimento da livre circulação e ocupação das terras. A territorialização por meio do planejamento da colonização demarcaria tanto a exclusão de indivíduos não contemplados pelo programa quanto um *aprisionamento* dos colonos inseridos no interior do processo.

Este *aprisionamento* seria um resultado de uma manipulação pelas mãos do colonizador. A seleção social, nos projetos privados, se realizou por meio das propagandas vinculadas em jornais e rádios, sobretudo no Paraná. Neste ponto, a relação entre manipulação e propaganda residiria nas descrições fantasiosas sobre as terras no Mato Grosso, da possibilidade de se produzir em um solo sobre o qual se possuía pouco conhecimento à época. As propagandas, estrategicamente, seriam um dos mecanismos centrais na construção, segundo a autora, do mito sobre o novo território – ou "a lenda do ouro verde": *a produção do mito da fertilidade das terras – onde tudo cresce, onde tudo dá – veio, na verdade, fortalecer a natureza seletiva da colonização e, em sua essência, significou um instrumento político de controle sobre o território amazônico*[154].

Na perspectiva de Guimarães Neto, a construção artificial, que nasce com a difusão da propaganda, passa a organizar todo o discurso do colonizador, estabelecendo assim uma estratégia com a finalidade de introduzir e colocar em prática as formas de controle sobre o espaço e os indivíduos. *A retórica da ocupação,* portanto, possuiria alguns elementos centrais. Em primeiro lugar, a caracterização do empreendimento da

[153] Guimarães Neto; 1986, 78.
[154] Ibidem, 103.

INDECO como uma missão social: de *orientar e criar condições para que os pequenos produtores possam usufruir dos benefícios da terra como proprietários*[155].

Em segundo lugar, as condições de que falava Ariosto Riva, justificariam a necessidade de uma colonização ordenada. A conquista da Amazônia, o aproveitamento de terras supostamente férteis, não poderia ocorrer de qualquer maneira, efetuada pelas mãos de *um aventureiro qualquer*. O processo deste tipo, diria o colonizador, requer práticas ordeiras, planejadas e, de preferência, executadas por um líder e por colonos experientes.

A questão, conduto, na argumentação de Guimarães Neto – e de Tavares dos Santos, também – é a de que idealização do colono no discurso do empresário não se satisfaz apenas com a seleção dos "experientes". No quarto capítulo de sua dissertação ("Imagens tenebrosas ou o reverso da salvação"), a autora afirma que o discurso do colonizador, de Ariosto da Riva, era organizado de modo a dar conta das *estratégias disciplinares* para a efetivação de um projeto moralizador. O empresário, assim, impunha as diretrizes para a realização pessoal e coletiva em Alta Floresta, criando e *nomeando o real*.

A representação da *terra prometida, fértil*, deveria ser combinada, na prática, com uma concepção específica de "trabalho". Esta noção, no caso de Alta Floresta, deveria orientar os novos colonos para interiorização de uma *economia do tempo*. O sucesso em terra nova apenas seria alcançado por meio de um comportamento de dedicação quase que integral ao trabalho, aliado a uma necessidade de adaptação – obrigatória – à utilização de novas tecnologias: *havia a necessidade de criar a ideia do trabalho ajustada à representação do lugar da fartura. Invertia-se o lugar do sossego para o do trabalho. A fé no trabalho deveria ser, portanto, o meio insuperável para atingir "a terra prometida" ou para colocar em prática a equação "tempo é ouro!"*[156].

O sucesso, a realização pessoal e familiar, alcançando a independência econômica, no contexto da colonização, adquiria, pela força discursiva do líder empresário, a necessidade de uma velocidade singular na fronteira. Na fala de Riva, a força de Alta Floresta encontrava-se justamente na existência de colonos *com pressa em ficar rico* ou

[155] Ibidem, 91.
[156] Ibidem, 113.

na possibilidade do *ganho ligeiro do dinheiro*[157]. Estas relações impostas na colonização, segundo Guimarães Neto, se constituíram no *alimento necessário para movimentar a incrível maquinaria da moral do trabalho*[158].

O "trabalho", de tal modo, assumiria no espaço de colonização um lugar especial: passaria a ser entendido como a única maneira de solucionar os problemas, até mesmo as decepções e desilusões em uma terra que na realidade não era *fantástica*. Ao passo que o colono passava a construir um discurso contrário ao do colonizador, sobre uma *terra que nem tudo dá*, a resposta seria sempre uma responsabilização do próprio colono por seu fracasso, como aquele que rejeitava a disciplina do trabalho: *não poderia existir um herege maior que o homem ou o migrante que rejeitasse o trabalho. Ali não havia espaço para "aventureiros" (...). Este decididamente era um herege – ganhar a riqueza sem trabalho, não!*[159]. Aqueles, portanto, que não se adaptassem à lógica do trabalho na fronteira agora coordenada, ordenada e planejada seriam os únicos responsáveis pelo seu próprio fracasso – algo que acabaria por se constituir como um segundo ciclo de exclusão, sobre os próprios objetos da seleção social.

Essa produção de uma ideia moral do trabalho pela voz do colonizador impôs uma disciplina específica para os colonos que temiam o fracasso. Este aspecto disciplinar, em primeiro lugar, foi o responsável por transformar Alta Floresta em um espaço de aprisionamento das mentes e dos corpos de seus novos residentes[160]. O discurso moralizador que agia sobre o trabalho dos indivíduos e das famílias, por conseguinte, deveria ser completado por outros mecanismos disciplinares para a composição do colono ideal – do *bom colono*.

Para Guimarães Neto, este foi o segundo passo na estratégia de Ariosto da Riva, de um processo discursivo e de dispositivos disciplinares capazes de produzir uma *moralização da alma*. A criação de um sistema escolar, para os filhos das famílias que migraram para Alta Floresta, a formação dos centros comunitários como espaços de sociabilidade entre os colonos, que fez surgir um *espírito familiar*, como diria Riva, e a centralidade da igreja no processo de formação da nova sociedade se constituíram nos dispositivos do colonizador, impondo um vínculo entre os migrantes e a empresa

[157] Idem.
[158] Idem.
[159] Ibidem, 115.
[160] Ibidem, 116.

Indeco: *a trindade família-igreja-escola ensinaria e garantiria o trabalho, a ordem e a regularidade, o que equivalia a zelar belos bons hábitos e pela obediência ao colonizador – o pai de todas as famílias. Reconhecimento e gratidão, esta era a resposta que os colonos deveriam dar ao "semeador de civilização"*[161].

Três aspectos são fundamentais nas conclusões de Guimarães Neto sobre estes processos na colonização de Alta Floresta. Em primeiro lugar, não há fundamentos morais e/ou culturais compartilhados entre o empresário e os novos colonos. Na interpretação da autora, ou em sua leitura sobre a construção planejada desta sociedade na fronteira, a ação empresarial condicionou e produziu indivíduos que, por sua vez, incorporariam valores que lhes seriam exteriores – produtos, portanto, de novas formas de dominação: *se aí existia a intenção precisa de potencializar a força de trabalho dos colonos e demais categorias de trabalhadores, esta intenção era parte mesma das estratégias que visavam tornar os homens da nova comunidade mais produtivos e obedientes, indivíduos mais submissos e mais dóceis*[162].

Em segundo lugar, se o projeto de colonização levado a cabo por uma empresa particular teria conseguido domar a natureza por meio de um programa artificial - de formas sintéticas de criação de novos espaços urbanos e rurais, de imposição de planejamentos econômicos irreais -, a identidade imposta, que girava em torno da concepção de *bom colono* só poderia ser concebida como uma transposição desses modos de colonização: criando, portanto, formas *artificiais* de condutas de vida.

Em terceiro lugar, os mecanismos disciplinares colocados em prática pelo empresário colonizador revelariam a congruência entre seus objetivos e os do Estado autoritário. Os mecanismos repressivos, descritos por Guimarães Neto, seriam compartilhados pela Indeco com a burocracia estatal, na disposição de manter e reproduzir as formas de controle. De tal modo, a colonização não seria apenas resultado de uma aliança estratégica do Estado com o capital; as agências e instituições estatais, por outro lado, não estariam apenas na fronteira para garantir os objetivos dos empresários. Esta relação seria de uma ordem mais profunda: os programas de colonização resultariam,

[161] Ibidem, 118.
[162] Ibidem, 106.

politicamente, em uma forma de *repressão invisível, (...) colocada desde logo na própria organização social e espacial das cidades*[163].

Como demonstraremos no quarto e último capítulo desta tese, as conclusões de Guimarães Neto estão em total sintonia com grande parte dos estudos sobre a colonização em Sinop: o colonizador, portanto, como o homem de negócios que, a serviço também do Estado, consegue operar segundo uma lógica de manipulação e controle sobre a totalidade dos colonos, utilizando, também, mecanismos disciplinadores por meio das instituições religiosas e educacionais, por exemplo. Mas, neste capítulo, precisamos ainda pontuar algumas considerações sobre esta abordagem, classificada, aqui, como hegemônica, de modo a compreender suas articulações e seus pontos fundamentais. Neste caso, o tema do controle e da imposição se relaciona, diretamente, com a questão da violência na fronteira.

2.3. A violência na instituição da colonização.

A vertente abordada neste tópico está, sobretudo, ancorada em uma perspectiva política contraria ao discurso do "bom colonizador" e, consequentemente, dos "bons colonos", reproduzido nas novas cidades por meio de depoimentos, artigos e entrevistas na imprensa e que pairam nestes lugares; uma construção de um imaginário falso, artificial, que não condiz com a "verdadeira história" da conquista e urbanização da fronteira. As descrições contidas nessas pesquisas atribuem a responsabilidade de tal percurso artificial às relações entre colonizadores e Estado – e, como tentamos demonstrar, às estratégias e às imposições presentes na atuação do empresário para assegurar o domínio e controle sobre os novos colonos no decorrer do processo de adaptação ao lugar.

Deve-se acrescentar que esta perspectiva, ao partir de um combate contra o discurso do vencedor, consequentemente, assume um tom denunciatório diante dos inúmeros eventos violentos que fizeram parte do cotidiano da colonização. A configuração social destes espaços, incontestavelmente, foi permeada por formas efetivas e simbólicas de violência. Como nos mostra a literatura especializada sobre o tema, essa expansão

[163] Ibidem, 153.

territorial - a ocupação no norte mato-grossense e espaço amazônico – não se processou por meio de relações sociais pacíficas. É preciso, no entanto, determinar o(s) lugar(es) de produção e reprodução da violência e quais – e de que modo – os atores são os atingidos, os alvos dos atos violentos.

Mas, para a abordagem que estamos chamando aqui de hegemônica, a lógica do controle e da manipulação - que acaba por resultar em uma produção de novos indivíduos, portanto, em um processo de violência simbólica - possuiria uma extensão e características semelhantes às tradicionais formas de violência - e aos conflitos – que sempre envolveram os excluídos no campo brasileiro e os povos indígenas, por exemplo. A diferença, no entanto, é que aos colonos ficaria reservado o papel da exploração interna, de modo a permitir o andamento da colonização: *de um lado, os incentivos fiscais e benefícios do governo, carreando recursos para as empresas; de outro, a força de trabalho de colonos – verdadeiros peões da colonização – incorporando valor à nova terra*[164].

O processo de formação de artificiais condutas de vida, portanto, não seria apenas resultado da combinação dos discursos do colonizador e de sutis mecanismos disciplinares, mas também uma imposição por meio do que Guimarães Neto denominou de *tecnologia da força* – formada por um material tecnológico e normas de conduta. Embora a finalidade dessa *tecnologia* fosse a de assegurar o domínio do território diante das ameaças externas, ou seja, de trabalhadores sem-terra, posseiros, indígenas e garimpeiros, seu aparato acabava por determinar o modo de inserção e o cotidiano dos novos colonos, ao impor um rigoroso controle na entrada e saída de Alta Floresta: *essa tecnologia de força envolvia toda a área de colonização, e ia desde os instrumentos materiais, como armas, aviões e outros veículos motorizados, até (...) normas de segurança impostas pela Indeco, dentre as quais pode-se destacar a proibição de porte de armas na área urbana, a proibição de entrada de garimpeiros nas terras da empresa, o controle de entrada e saída das pessoas do lugar*[165].

Esta relação entre o controle do território a ser ocupado e as formas de violência – efetivas ou simbólicas - para a realização dos projetos de colonização em Alta Floresta, inclusive, já foi mencionada anteriormente, mas sem o traço conceitual oferecido por

[164] Guimarães Neto; 1986, 87.
[165] Ibidem; 97.

Guimarães Neto. José Renato Schaefer, por exemplo, em um livro publicado um ano antes, fez referência a uma semelhante situação tratada pela autora: em 1979, a Indeco (mesma empresa estudada por Guimarães Neto), na tentativa de impor limites aos garimpeiros e manter o controle sobre os objetivos daqueles que pretendiam entrar na propriedade da colonizadora, estabeleceu uma triagem antes da entrada em seu território: *os passageiros de ônibus eram revistados, os dados da carteira de identidade anotados por um soldado, e o passageiro tinha que provar a finalidade da sua viagem a Alta Floresta*[166].

Este importante ponto parece nos conduzir à conclusão de que os novos moradores da região – os sulistas então candidatos ao posto de colono modelo, alvos da seleção social – encontrariam na conduta obediente, diante do controle e da violência iminente, o caminho para a adaptação, aceitando, por exemplo, a concepção de trabalho do colonizador. É de suma importância, por outro lado, lembrar que os novos colonos se diferenciavam economicamente dos outros grupos citados acima: enquanto alvos das propagandas, as famílias que povoavam o campo e a cidade da região foram aquelas que puderam adquirir, comprando, um pedaço de terra ou terreno na cidade. Antes de analisar com mais calma estas duas questões, devemos ainda apresentar mais alguns exemplos sobre o tema da colonização violenta. Isto nos ajudará a entender o modo como a questão perpassa os inúmeros projetos no norte do Mato Grosso, se constituindo, portanto, em um ponto unificador dos pesquisadores pertencentes à corrente interpretativa que estamos a analisar.

Em alguns trabalhos é possível tomar conhecimento da relação mencionada acima entre colonização e violência. Joanoni Neto, por exemplo, ao expor os números presentes em um levantamento da Comissão Pastoral da Terra, que constata 1.237 mortes no campo brasileiro, entre 1985 e 2001[167], relaciona-os aos processos levados a cabo pelas empresas colonizadoras. Se de um modo geral, portanto, o campo brasileiro é violento, os espaços privados de colonização não estariam nem um pouco distantes desta realidade: *é surpreendente a recorrência com que aparecem pistoleiros e jagunços em*

[166]Em 1981, no entanto, a triagem foi suspensa pela Polícia Federal. Ver: Schaefer; 1985, 149.
[167] Joanoni Neto; 2007, 66.

toda essa região de colonização mais recente do estado de Mato Grosso e região amazônica de um modo mais geral[168].

O autor, apesar de se concentrar nos eventos envolvendo pistoleiros e jagunços nas regiões por ele estudadas, nos oferece um importante resumo sobre a questão da violência nos projetos de colonização. De tal modo, é possível perceber que os mecanismos de manipulação, por parte das colonizadoras, passam também a atuar em um outro patamar, na medida em que o discurso vencedor, constantemente, tenta impor a versão histórica de que as áreas ocupadas estavam vazias antes da chegada dos colonizadores e de que não houve conflito nas margens e no interior dos projetos de colonização. Existiriam, no entanto, outras versões *menos idealizadas*, como demonstra o historiador citado acima: *narrativas de assassinatos (...), ocorridas no Projeto Colíder e que atingiam o próprio colonizador; de corrupção, como as de Lucas do Rio Verde; versões sobre a desocupação da área para a implantação do projeto como em Sinop, ou de limpeza posterior, como ocorreu com os garimpeiros em Apiacás* [extremo norte de Mato Grosso][169].

No projeto de colonização de Cotriguaçu, segundo Joanoni Neto, a empresa responsável, Juruena Empreendimentos de Colonização Ltda, que já desenvolvia um projeto ao sul de Cotriguaçu, argumentando em favor da necessidade de se evitar a entrada de *estranhos*, instalou em 1986 *uma porteira na divisa entre os projetos. Para ter acesso à área, o interessado deveria apresentar documentos e justificar sua ida ao local determinado*[170].

A porteira e as cordas que cercavam o território se depararam com a resistência dos primeiros moradores, que inclusive as arrancaram em uma determinada ocasião[171]. Mas, o interessante no caso de Cotriguaçu é que, posteriormente, alguns relatos afirmavam que os moradores pleitearam recolocar esta forma de controle, de modo a evitar a entrada de um novo fluxo migratório, agora originário de Rondônia: *a mesma comunidade que viu seu direito de ir e vir cerceado e rebelou-se contra tal*

---

[168]Ibidem, 67.
[169] Ibidem, 68.
[170] Joanoni Neto; 2007, 57-58.
[171] "Um grupo de moradores da área do Projeto Cotriguaçu, numa das passagens pelo local de caminhão, amarrou cordas à estrutura da referida porteira e arrastou-a até em frente ao escritório da Juruena Empreendimentos, na cidade de Juruena". (Joanoni Neto; 2007, 57).

cerceamento, hoje vê nascer em seu interior propostas para cercear a liberdade de acessos de outros colonos migrantes[172]. Este evento em Cotriguaçu é importante para indagarmos se a relação entre o controle e as formas violentas – efetivas e/ou simbólicas – não encontram morada em outras esferas, capazes de abarcar os próprios moradores do local que, no decorrer do processo de configuração social nos espaços de colonização, passam a conceber o território a partir de um sentimento de pertença, algo não limitado às ações do Estado e das empresas. Mas este ponto será abordado adiante.

Em sua pesquisa, Joanoni Neto ainda trata de outras duas práticas de controle do acesso aos territórios colonizados. Em um deles, no Projeto Juruena, da mesma empresa de colonização (Juruena Empreendimentos e Colonização Ltda.), a entrada era limitada por meio de um controle de acesso[173]. Em um outro projeto, de Juina, o posto de controle, que também foi instalado, era um dos pontos altos das peças de propaganda da empresa, apresentado como um instrumento *para evitar "tensão social e possível invasão dos lotes"*[174].

É comum, por outro lado, como mencionamos acima, a crítica ao discurso do colonizador, de que áreas ocupadas estavam vazias antes da chegada dos colonizadores. Recorrendo, mais uma vez, ao livro do professor Joanoni Neto, encontramos o argumento de que *tal situação é pouco provável*. Segundo o autor, em vários projetos de colonização é possível encontrar vestígios da presença anterior, tanto da população indígena quanto não-indígena (caboclos, posseiros, etc.). Isto implica, portanto, a conclusão de que a chegada dos colonizadores resultou na expulsão dos *não adequados* aos projetos e na tomada do território alheio, caso existisse a presença destes *outros*: *na Gleba Celeste, que deu origem à cidade de Sinop; no projeto da Indeco, que deu origem à cidade de Alta Floresta; nos projetos que resultaram da colonização da região de Guarantã do Norte; no projeto Cotriguaçu, como em outros projetos, encontramos vestígios da presença, tanto de população índia como não-índia, que quase sempre acabou sendo expulsa ou deslocada pela própria implantação do projeto*[175].

Essas histórias de exclusão, que envolvem eventos violentos, no entanto, raramente conseguem receber um tratamento prolongado em trabalhos acadêmicos que se utilizam

[172] Joanoni Neto; 2007, 58.
[173] Ibidem, 58-59.
[174] Idem.
[175] Joanoni Neto; 2007, 82.

de relatos e entrevistas como fonte de pesquisa. Dificilmente, as empresas ou os moradores mais antigos estarão dispostos a narrar os dias de conflito. No caso das colonizadoras, os motivos são óbvios; em relação ao moradores, Joanoni Neto concluiu: *há certo receio, ou mesmo medo, por parte dos entrevistados, mesmo dos mais antigos, vindos para a região durante a segunda metade dos anos 1970, em narrar episódios que envolvam a presença de população indígena na área do projeto*[176].

Sobre o tema do silêncio em relação aos conflitos no processo de ocupação, quando estava em Sinop, pude constatar isso em pelo menos duas ocasiões: na primeira, um antigo morador mencionou rapidamente, sem considerar a possibilidade de se estender no assunto, que em locais *lá pra cima* posseiros e grileiros foram mortos. Em um outro momento, entrei em contato com o medo e informações veladas, quando um antigo trabalhador local, com mais de 35 anos vivendo em Sinop, se recusou a conversar quando soube que eu era um "pesquisador do Rio de Janeiro". Infelizmente, sobre este segundo caso, não posso entrar em detalhes sobre a minha certeza de que essa recusa está amparada no medo de tornar públicas algumas memórias.

De um modo semelhante, Betty Rocha constatou, em sua pesquisa em Lucas do Rio Verde, o silêncio dos pioneiros a respeito do tema da violência; das mortes, ameaças, pressão psicológica e agressões: *querer levantar dados e informações sobre a experiência da colonização é, muitas vezes, como tocar num ponto nevrálgico da memória destes migrantes que, na maioria das vezes, não estão dispostos e tampouco abertos a esta experiência e o máximo que conseguimos diante de algumas perguntas é o silencio como resposta*[177].

Mas, para um tratamento geral do tema, há um caso que se tornou referência obrigatória para a avaliação das relações entre colonização, controle e violência. O episódio, no entanto, é protagonizado pelo Estado, sem a participação de uma empresa colonizadora privada, embora a presença da Cooperlucas (Cooperativa de Agricultores em Lucas do Rio Verde), instituição central na ocupação e construção da cidade, seja decisiva. Mesmo com essa importante diferenciação, se compararmos com os casos que mencionamos anteriormente, o acampamento Encruzilhada Natalino, e seus agricultores, é considerado - e sempre lembrado - a exata tradução do modo como a

[176] Idem.
[177] Rocha; 2010, 08.

expansão e ocupação do território em Mato Grosso envolveu formas de controle e de violência por parte do Estado militar.

Betty Rocha, ao realizar sua pesquisa em Lucas do Rio Verde, se ocupou, em parte, deste capítulo da história da colonização. Ao lado de outros autores[178] que analisaram o caso de Lucas do Rio Verde, a autora tratou o modo como o norte do Mato Grosso foi uma solução encontrada pelo Estado para conter as reivindicações dos camponeses, que nasciam no famoso acampamento Encruzilhado Natalino, no início dos anos de 1980 - considerado o berço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na recente história de Lucas do Rio Verde, os antigos membros de Natalino ficaram conhecidos como o grupo de parceleiros, ou seja, aqueles que receberam do INCRA um lote de terra (uma parcela) na Gleba Rio Verde.

A história, narrada em detalhes por um outro autor, Laudemir Zart, mostra as estratégias do Estado brasileiro na tentativa de desarticular o acampamento. Em julho de 1981, afirma Zart, em meio ao frio, à falta de comida, de água potável e às pressões, que passaram a ser exercidas pelo famoso Major Curió (Tenente Coronel Sebastião de Moura) - ao mesmo tempo em que se apresentava a proposta de transferência para Lucas do Rio Verde -, o acampamento sofreu com algumas mudanças: *ameaças de enquadramento na lei de segurança nacional; pressão psicológica (principalmente com mulheres e crianças); corte do rancho (alimentação); invasão de domicílio (isto é, tirava-se a privacidade das pessoas nos barracos); promessas de terras e infraestrutura em outras regiões (principalmente no Mato Grosso) (...)*[179].

Diante deste clima, continua Zart, Major Curió conseguiu convencer 203 famílias, em dezembro de 1981, a abandonar o acampamento e se transferir para Lucas do Rio Verde[180]. O deslocamento destas famílias se constituiu em uma derrota para o movimento que se fortalecera em torno do acampamento e da luta dos agricultores pela terra. Como se sabe, o início da Encruzilhada Natalino foi resultado da expulsão de posseiros da Reserva Indígena Nonoai, no norte do estado do Rio Grande do Sul, que se uniram em um acampamento localizado próximo ao município de Ronda Alta. Posteriormente, grupos de agricultores da região que viviam na situação de

[178] Os autores já citados: José Vicente Tavares dos Santos e Laudemir Luiz Zart, por exemplo.
[179] Zart; 2005, 151.
[180] Ibidem, 152.

arrendatários, meeiros ou assalariados, também se mudaram para o acampamento, que chegou a ter, em junho de 1981, 469 famílias, *envolvendo vários setores da sociedade e interesses políticos, onde inúmeras ações eram realizadas em apoio aos acampados, bem como, manifestações contrárias ao movimento*[181].

Ainda como destacou Tavares dos Santos, a organização dos camponeses em torno do acampamento se constituiu em uma resistência às políticas de colonização. Oficialmente, portanto, o nascente movimento pela terra não admitia a possibilidade de aceitar as condições do governo militar, como é possível constatar em uma declaração oficial dos camponeses, em outubro de 1981: *"no Mato Grosso há montões de colonos sem terra, posseiros explorados e massacrados porque não têm terra. É preciso dar-lhes terras primeiro. Diversas pessoas do acampamento já moraram lá e sabem como é duro*[182].

203 famílias, no entanto, partiram para o norte de Mato Grosso. O grupo, então, de parceleiros, comparado com os outros dois que conduziram a ocupação e construção de Lucas do Rio Verde - os posseiros originários da região Sul que negociaram a permanência na região com o INCRA e os paulistas da Cooperlucas -, se apresentaram ao cerrado como um grupo totalmente descapitalizado. Sendo assim, segundo Zart, os parceleiros se inseriram neste contexto totalmente dependentes das políticas e da assistência técnica governamental.

Esta situação criou, portanto, dificuldades para os parceleiros se integrarem no contexto da colonização, *com o meio social, econômico e biofísico de Lucas do Rio Verde*[183]. Em um aspecto prático, por exemplo, a Cooperlucas não aprovou, apesar da pressão exercida pelo INCRA, a entrada automática dos parceleiros na cooperativa. Anton Huber, um agricultor de nacionalidade suíça e presidente do grupo paulista de cooperados, relatou em seu livro de memórias que a sua avaliação à época era a de que a inserção dos parceleiros poderia colocar em perigo a existência da Cooperlucas, que iniciava seu trabalho na região. Vale a pena citar uma parte extensa da justificativa de Huber:

---

[181] Munhak; 2012, 30.
[182] Tavares dos santos; 1993, 189.
[183] Zart; 2005, 153.

Um plano minucioso de preparação teria que preceder a filiação, que somente com a aprovação do conselho poderia acontecer. Se fossem associadas em massa, vinda de uma cultura diferente e a maioria sem conhecer a origem e a história da Cooperativa, poderiam dividir o quadro associativo em duas classes: uma dos 50 sócios fundadores, conscientizados pelo convívio no lento processo de preparação e assimilação do projeto, e a outra ligada a pseudolíderes formados pela doutrinação política influenciada por elementos estranhos à agricultura, num acampamento de reivindicações esperando unicamente a ajuda governamental. (...) Desconhecendo a filosofia da Cooperativa ou por simples ponto de vista diferente dos fundadores, poderiam romper qualquer compromisso anteriormente assumido. (...) Aliás, vários parceleiros assentados, vindos da Encruzilhada Natalino de Ronda Alta-RS, em diversos momentos, expressaram-se de forma bastante negativa sobre o cooperativismo. Para muitos, o assistencialismo e o paternalismo valiam como objetivo principal. Parecia-lhes ser mais importante do que atingir a autonomia pela estabilidade financeira, através de um plano convincente de viabilidade econômica. Não acreditavam, absolutamente, em autogestão responsável em cooperativas e julgavam improvável conseguir resultados positivos pelo esforço solidário em cooperação. Parece que as experiências negativas vividas por alguns em cooperativas no sul do país originaram esta postura, por isso cultivavam preconceitos contra qualquer dirigente de cooperativa[184].

Anton Huber, portanto, se preocupava não apenas com um processo de inserção em massa, que poderia tumultuar a organização da entidade, de um grupo que poderia estranhar a *filosofia da cooperativa*; mas, lhe preocupavam, também, as consequências políticas que, segundo ele, poderiam levar a Cooperlucas a ruína. Assim, é possível perceber que, no limite, Antor Huber se declarava contrário à entrada dos parceleiros por conta de um posicionamento político e, não menos importante, pela ausência de uma postura empreendedora, necessária para *atingir a autonomia pela estabilidade financeira*.

Os argumentos de Huber, para o seu conforto, convenceram a diretoria do INCRA. De tal modo, segundo o acordo firmado, a integração deveria acontecer *naturalmente*, com o passar do tempo. Os parceleiros, segundo o presidente da cooperativa, não seriam eternamente excluídos. Poderiam, portanto, solicitar sua filiação, *depois que apresentassem provas de sua sociabildade*[185]. Enquanto isso, para iniciar a produção em seus lotes, os parceleiros teriam de lidar diretamente com o INCRA e seus técnicos. O problema, no entanto é que, segundo Laudemir Zart, os técnicos que atuavam em Lucas do Rio Verde não exerciam suas funções, atuando mais como fiscais das ações dos parceleiros: *a fiscalização se dava em cima das necessidades da cedência de empréstimos aos parceleiros*[186].

---

[184] Huber; 2010, 140-141.
[185] Ibidem, 142.
[186] Zart; 2005, 160.

O Banco do Brasil foi um tradicional financiador do nascimento da agricultura no norte do Mato Grosso, mas com os parceleiros em Lucas do Rio Verde a linha de crédito seguia um estranho procedimento: os recursos eram repassados diretamente para os executores de serviços nos lotes de terra. Ao assinar o contrato com o banco, o parceleiro *(...) autorizava o banco do Brasil a contratar terceiros para a execução de serviços nas áreas dos adquirentes do crédito*[187]. Segundo Zart, isto acabou por criar uma situação trágica para os contratantes do financiamento: sem qualquer autonomia para gerir os recursos da linha de crédito e sem ter voz na relação financeira da qual era o contratante, o parceleiro muitas vezes se transformava no trabalhador contratato pelos os empreiteiros (os antigos posseiros que possuíam as máquinas para a execução dos serviços) para a realização dos trabalhos em seu próprio pedaço de terra: *tornou-se assim, o parceleiro, um trabalhador assalariado e o seu salário foi seu empréstimo feito no banco do Brasil*[188].

No ano seguinte, em 1982, a situação dos parceleiros piorou: o Banco do Brasil exigiu os primeiros pagamentos para a amortização das dívidas. Como a maioria não foi capaz de pagar as primeiras parcelas; como consequência, o banco não liberou mais créditos para financiar a safra daquele ano. O INCRA, que deveria garantir os contratos, não atuou dessa maneira, o que teria deixado estes agricultores isolados em Lucas do Rio Verde, algo que teria se intensificado por conta da estigmatização dos parceleiros por parte do próprio executor do INCRA neste território de colonização. Para confirmar essas informações, Laudemir Zart menciona um relato de um antigo parceleiro que teria retornado ao Rio Grande do Sul: *"os parceleiros não são considerados homens trabalhadores, porém são, para o executor do INCRA, homens que gostam de vagabundear, que preferem tomar cachaça e jogar, em vez de trabalhar"*[189].

O executor do INCRA, José Ferreira Alves, uma figura controversa do início da colonização de Lucas do Rio Verde, acusado de tentar exercer um domínio violento sobre os colonos, por outro lado, teria atuado no sentido de evitar qualquer articulação política, proibindo reuniões, perseguindo e amedrontando os parceleiros. Por este motivo, quando Laudemir Zart estabelece um quadro - a partir dos relatos de colonos que retornaram ao Sul do país - para tentar entender as razões que levaram a maior parte

[187] Ibidem, 162.
[188] Ibidem, 164.
[189] Ibidem, 166.

destes agricultores a abandonarem o espaço de colonização, a presença de Ferreira é apresentada como um dos principais fatores: por constantemente classificar os parceleiros como incompetentes para administrar a terra (*"gaúchos frouxos"* e *vagabundos*); por estabelecer uma situação de corrupção, ao incentivar a venda dos lotes de terra – algo não permitido por lei; e por instaurar um ambiente de *terror e medo*[190].

Diante deste quadro, apenas alguns poucos destes colonos parceleiros teriam resistido e permanecido em Lucas do Rio Verde. Segundo os números de Laudemir Zart, das 203 famílias, apenas 14 permaneceram em seus lotes. Entre os parceleiros que permaneceram, conforme relata Zart, foi formulada uma diferenciação: *os parceleiros que permanecem na terra reconhecem que o Ferreira era violento, não porém diretamente com eles, mas com os outros*[191]. Infelizmente, não encontraremos na pesquisa de Zart uma problematização em torno dessa segunda afirmação. Isso talvez decorra do fato de que a sua principal preocupação era em entender a história dos retornados, dos *perdedores*, e não a dos *vencedores*. Este ponto é explorado, posteriormente, por Betty Rocha, que realiza uma pesquisa na cidade de Lucas sob o prisma da categoria de pioneiro, entre os anos de 2007 e 2008. Rocha, que é enquadrada, aqui, na linha interpretativa que analisaremos posteriormente, inclusive, apresenta um outro número. Segundo a autora, apenas 12 famílias permaneceram no local, o que explicaria a categoria nativa que faz referência aos *12 apóstolos de Cristo*[192].

Sempre chamou a atenção dos pesquisadores que analisaram as histórias da colonização do ponto de vista dos *perdedores*, o grande número dos retornados. Em relação ao caso de Lucas do Rio Verde, Tavares dos Santos chegou a fazer uma comparação com o seu objeto de estudo, Terra Nova: segundo seus cálculos, esta região, *um caso extremo da deterioração das condições de vida*, teria registrado um abandono semelhante ao de Lucas do Rio Verde – no primeiro, 70% ou 80% dos primeiros colonos, segundo o autor, abandonaram o projeto; no segundo, a porcentagem chegaria a 90%[193].

---

[190] Ibidem, 191-192.
[191] Ibidem, 192.
[192] Rocha; 2010, 105. Apenas para registrar: durante o período em que estive em Lucas do Rio Verde, nunca ouvi a expressão 12 apóstolos.
[193] Santos; 1993, 183.

De tal modo, tanto Tavares dos Santos quanto Laudemir Zart optaram por acompanhar os colonos que retornaram ao sul do país, pois *os colonos do sul que voltaram dos programas de colonização organizados na Amazônia, para onde haviam partido nos anos 70, transformaram-se num novo ator social nas regiões rurais do sul*[194]. De modo semelhante, Laudemir Zart identificou, no retorno ao Rio Grande do Sul dos *fracassados* do Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, uma ação de resistência: *a gestação da recusa do fracasso manifestou-se pela incorporação aos movimentos sociais pela conquista da terra (...)*[195]; aqueles que retornaram assumiram o papel de denunciar a marginalização do camponês na resolução da questão agrária brasileira[196].

Porém, se nos concentrarmos nos argumentos de Laudemir Zart, podemos perceber que a opção de seguir a trilha dos retornados, não implicou descartar uma interpretação sobre a colonização em Lucas. Ora, se este território, em grande medida, excluiu os agricultores-camponeses pobres do Rio Grande do Sul, como, então, explicar o processo de consolidação da região? Aqui, portanto, entramos em contato com uma perspectiva que ao partir de um ponto semelhante ao de Regina Guimarães Neto (Estado, capitalismo, controle e imposição), encontra respostas para o tema da identificação dos indivíduos com o contexto da colonização, a partir de suas considerações sobre a relação entre tecnologia e espírito empreendedor. Com Laudemir Zart, encontramos uma descrição mais detalhada do processo de constituição do *colono modelo*.

2.4. Colonização, tecnologia e espírito empreendedor.

Parece correto afirmar, em primeiro lugar, que Laudemir Zart mantém um importante diálogo com as principais diretrizes da abordagem inicialmente exemplificada por meio do trabalho de Guimarães Neto. A proximidade se inicia, portanto, com a concepção

---

[194] Ibidem, 177.
[195] Zart; 2005, 193.
[196]Por outro lado, indivíduos que saíram dos próprios movimentos sociais do Rio Grande do Sul atendendo a oferta dos militares, em direção à Lucas do Rio Verde, se opõem hoje aos movimentos dos quais o MST nasceu. É o que mostra, por exemplo, a reportagem da Folha de São Paulo "'Traidores' do MST enriquecem com a soja, de 26 de novembro de 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2611200624.htm. Acessado em 20 de março de 2014. Na reportagem, o parceleiro Sirtoli opina sobre o movimentos dos agricultores sem-terra: "a causa é válida, tem muita gente boa. Mas os métodos dos líderes são muito pesados". Para Airton Willers, outro parceleiro que permaneceu em Lucas, "é muita política no movimento".

que torna comparável as colonizações levadas a cabo por empresas privadas (como no caso de Alta Floresta) e aquelas protagonizadas por agências estatais (INCRA) ou de teor misto, algo que seria mais próximo do caso de Lucas do Rio Verde, que envolveu o assentamento dos parceleiros, o projeto da cooperativa dos agricultores paulistas e a incorporação de posseiros sulistas.

Neste caso, se o *agente motivador* pode ser tanto a empresa privada, a cooperativa de colonização ou o próprio Estado[197], o ponto em comum seria, justamente, a ilusão e a manipulação residente em seus discursos: *para a região de atração a imagem apresentada é a possibilidade da construção de um futuro promissor, de terras férteis, do fácil acesso ao crédito, da concretização do desejo de ser proprietário (...)*[198]. A ilusão, assim, seria um recurso para atender aos objetivos e ideologias do agente motivador, portanto, aqueles próprios das classes dominantes. Esse poder, manifestado em discursos e práticas, teria em sua base um projeto modernizador realizado por meio de um direcionamento dos corpos e mentes que o agente motivador é capaz de vigiar e controlar[199].

Embora a origem do agente motivador possa ser conhecida tanto no ambiente público ou privado, em lugares que compartilhariam de uma ideologia – dominante – comum, no limite, a força do empreendimento de expansão reside no Estado brasileiro militarizado: na elaboração dos planos e das diretrizes, na fiscalização e, obviamente, na transformação desses espaços novos em importantes reprodutores de uma perspectiva econômica específica. Deste ponto de vista, o ponto de partida desta abordagem mantém total consonância não apenas com os trabalhos que mencionamos até agora, específicos sobre os projetos de colonização no Mato Grosso, mas, também, com aquilo que classificamos como uma perspectiva que fornece a base para a construção desses estudos de caso: a importância do territorialismo estatal e do capitalismo autoritário no controle dos espaços e dos sujeitos.

Esta abordagem como se tentou demonstrar no início, não é nem de longe inaugurada neste trabalho de Laudemir Zart. O interessante, com este pesquisador, é o espaço que é concedido ao tema do desenvolvimento da técnica e da tecnologia como um aspecto

---

[197] Zart; 2005, 109.
[198] Idem.
[199] Zart; 2005, 119.

central para a compreensão da colonização. Não se pode afirmar, contudo, que este autor é precursor na introdução do tema. Guimarães Neto, por exemplo, mesmo que concedendo um espaço menor em seu trabalho, analisa o aspecto moralizador em torno da tecnologia, por meio da relação entre o progresso de uma temporalidade acelerada para a produção da riqueza e a construção das cidades[200]. Este último aspecto, inclusive, é central para a compreensão da expansão territorial no Brasil; mas, por outro lado, encontramos em Zart um desenvolvimento mais apurado sobre qual seria o processo de formação daquilo que esta autora e, principalmente, Tavares dos Santos, denominaram *o colono modelo*.

Se o Estado autoritário é o lugar onde nasce a ideologia do projeto modernizador, o melhor início para a sua compreensão, considera Laudemir Zart, seria se debruçar sobre as antigas lições originadas na Escola Superior de Guerra (ESG). Quando Golbery divulgou seus estudos em geopolítica, foi possível perceber que as lições ali contidas não diziam respeito apenas à formulação de um programa de segurança nacional, um debate a respeito da ciência da guerra, aspecto que sempre se costuma ressaltar. Golbery – e, posteriormente, o General Meira Mattos -, ao tratar no núcleo de seu trabalho do tema da segurança nacional, da garantia do território, trazia no cerne de sua concepção um projeto civilizatório calcado na expansão territorial.

O famoso livro "Geopolítica do Brasil", portanto, não tratava apenas da relação entre domínio e fronteira. Quando, por exemplo, Golbery se dedicava a pensar a ocupação no Centro-Oeste, *nada mais que ilhas esparsas de população* – Goiás, Mato Grosso -, lugares que pouco compartilhavam a onda civilizatória que avançava do litoral[201], classificava a região como área de simples domínio: *o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar realmente à nação, integrando-o na comunidade nacional (...)*[202].

Deste diagnóstico, portanto, e a partir dos postos avançados, como a cidade de Cuiabá[203], nasceria o famoso pressuposto do general Golbery: *inundar de civilização a Hiléia amazônica (...), partindo do Centro-Oeste, em ação coordenada com a*

[200] Guimarães Neto; 1986.
[201] Golbery; 1979, 42.
[202] Golbery; 1979, 43.
[203] Ibidem, 91.

progressão[204]. Golbery, por outro lado, deixava claro que a definição de suas diretrizes para a expansão, os *Objetivos Nacionais Permanentes*, deveriam levar em conta *os aspectos evolutivos impostos pelo dinamismo das relações internacionais*. Deste modo, o fator tecnológico deveria ocupar um lugar central, se o objetivo fosse o de estruturar – e conectar – os espaços vazios economicamente[205].

Este ponto fica ainda mais claro quando, em seu estudo "Aspectos geopolíticos do Brasil", de 1960, este general trata da terceira fase de suas Diretrizes geopolíticas, ou seja, a fase da conquista da Amazônia. Esta conquista, que se realizaria por meio de um avanço paulatino do processo de povoamento e colonização, teria no progresso da técnica um poderoso auxílio, multiplicando *as possibilidades e a capacidade de atuação, desde que nos esforcemos em conhecê-lo em primeira mão e assimilá-los sem retardos*[206].

Vale ressaltar que, no entanto, Golbery não tinha por base do seu projeto civilizatório apenas os elementos frios da economia e da tecnologia. Outros fatores importantes, correlacionados aos elementos técnicos, de alguma forma, foram negligenciados pela perspectiva que, aqui, está sendo analisada. Por esse motivo - e por enquanto - comentaremos apenas brevemente.

É nítida a preocupação na obra de Golbery com o processo que levou o país ao que ele chama de *formações sociais e complexos culturais diversos, em grau muito distinto de evolução*[207]. Deste ponto de vista, um dos aspectos centrais dos seus Objetivos Nacionais Permanentes, deveria ser não apenas a incorporação do restante do território, mas, também, a consolidação de uma unidade do *grupo nacional*; um processo calcado no que Golbery denominou *os princípios da justiça social e da moral cristã*[208]. A justiça social decorreria, por um lado, de um fortalecimento econômico *capaz de atender toda a população*; a moral cristã[209], por outro lado, seria um dado crucial da civilização

[204] Ibidem, 47.
[205] Ibidem, 74 e 107.
[206] Ibidem, 134.
[207] Ibidem, 70.
[208] Ibidem, 74.
[209] Não estamos, obviamente, neste trabalho, determinando a validade, ou não, dessa concepção de moralidade cristã. Não é esse o objetivo. Mas, simplesmente, consideraremos as relações e os valores que são traçados a partir de um ideal denominado de moralidade cristã por Golbery e outros atores desse processo.

brasileira para colocar em andamento um projeto de integração social e dos valores nacionais.

Laudemir Zart interpretou a presença dessa concepção de moralidade cristã apenas como uma aparência utilizada pela elite civil e militar com o intuito de criar uma legitimidade para a constituição do Estado autoritário. Mas, como o próprio autor aponta, a concepção de moralidade cristã mobilizada à época relacionava-se não apenas com o medo do fantasma comunista, mas, também, com os valores da ordem e do progresso. Neste caso, parece que estamos a lidar com algo mais profundo do que uma simples manipulação que se utiliza de uma fisionomia religiosa. Mas, colocado como um aspecto menor para a compreensão do problema, estes elementos são alocados no amplo bloco dos jogos ilusionistas e manipulatórios.

Em sua análise sobre a relação entre ocupação, colonização e tecnologia, Laudemir Zart menciona as lições de um outro General-professor, Meira Mattos, com a finalidade de se chegar à sua definição de agricultor-empreendedor. Neste caso, um dos livros citados do general Mattos é "Uma geopolítica Pan-Amazônica", que se ocupa, em parte, de explicar as diretrizes governamentais para a ocupação do território, representadas no Programa de Integração Nacional (PIN) pelo modelo de construção de grandes rodovias, neste caso, a Transamazônica e o trecho Cuiabá-Santarém da BR-163.

Como se sabe, os projetos governamentais se orientavam pela perspectiva teórica denominada *pólos de desenvolvimento*, do economista francês Fraçois Perroux. Com Mattos, como demonstra Zart, a concepção desenvolvimentista no Brasil deveria recorrer aos *quatro dinamismos dominantes*, para a guinada do processo de desenvolvimento de Perroux: *demográfico, da inovação, da dominação (direção) e dos grupos sociais (motivação e coesão)*[210].

Deste modo, segundo Laudemir Zart, seria possível compreender as origens teóricas dos programas lançados por Geisel em 1975, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o famoso Poloamazônia. Não apenas os programas – e Mattos estava totalmente ciente disso -, mas principalmente os projetos de colonização seriam acionados ao seguir os pontos do desenvolvimentismo: demografia, inovação,

[210] Zart; 2005, 72.

dominação enquanto direcionamento e a necessidade de motivação e coesão dos grupos sociais.

As quatro dimensões, portanto, da teoria dos polos de desenvolvimento seriam capazes de explicar a atuação do governo militar na fronteira brasileira: seu protagonismo, as políticas de seleção social, a eleição de grupos específicos e o fato de que este processo sempre esteve calcado na necessidade de se orientar por um desenvolvimento tecnológico. Este último ponto, inclusive, explicaria umas das consequências mais importantes da colonização:a incorporação da tecnologia como causadora de um intenso processo de exclusão. Seria interessante, agora, retornarmos ao argumento da Escola Superior de Guerra para compreendermos o ponto de chegada de Laudemir Zart.

O general Meira Mattos, em um outro livro, "Brasil: geopolítica e destino", ancorava a perspectiva do desenvolvimento na concepção de que a expansão territorial no Brasil, a partir do ponto inaugurado pela construção do Distrito Federal, seria determinada por nosso *destino imperial manifesto*[211]. Esta seria, também, a compreensão central no pensamento de Golbery: a manobra de ocupação representaria a concretização da Marcha para o Oeste, mas não mais realizada *pelas bandeiras de Borba Gato, Chico Preto, Pascoal Moreira Cabral, Fernando Dias Pais ou Raposo Tavares, mas, como apregoava Cassiano Ricardo, pelos instrumentos modernos de conquista da terra – tecnologia industrial e agrária, energia, transportes, pesquisa e, até mesmo, a cibernética*[212].

Cassiano Ricardo, portanto, seria o responsável, neste caso, pela retórica do destino imperial brasileiro, ao unificar e conciliar, aquilo que, supostamente, representava ideais antagônicos: o espírito bandeirante e a tradição centralizadora do Estado. Desta maneira, caberia à Escola Superior de Guerra, criada em 1949, proporcionar uma teoria para a efetivação daqueles *instrumentos modernos*.

A ESG, em um primeiro momento, seria responsável por articular a dimensão da segurança com a do desenvolvimento, por meio de um rigoroso processo de incorporação, no projeto de ocupação territorial, de uma racionalidade técnico-científica. O levantamento operado por Golbery, dos Objetivos Nacionais Permanentes,

---

[211] Neste ponto, Meira Mattos cita o sonho de José Bonifácio, em 1821: o território brasileiro "traz inscrito em si mesmo um destino imperial manifesto". (Mattos; 1975, 59).
[212] Mattos; 1975, 59.

portanto, não seria obra de uma aventura para a conquista e ocupação do território, mas resultado de uma sistematização de conhecimentos científicos e técnicos. Segundo Mattos, a ESG demorou em influenciar as políticas e os planejamentos do Estado, tornando-se efetiva apenas a partir de 1964. Deste modo, as visões ensaísticas brasileiras sobre o destino manifesto encontrariam o respaldo dos saberes científicos com a instituição do governo militar, que tornou hegemônica a elite formada pela ESG – entre estes, obviamente, o general Golbery.

Seguindo, assim, a rigorosa tradição da ESG, Meira Mattos apresentaria o seu programa "Rumo à Meta 2000", mencionado por Zart. Um dos pontos principais de Mattos é a consideração de que a vocação de grandeza do Brasil, para a sua confirmação, deveria estar calcada no acompanhamento da escalada da ciência e da técnica em âmbito mundial. O domínio, portanto, do progresso científico e tecnológico seria a forma adequada para o cumprimento *de nossa Política de Desenvolvimento a curto prazo*[213], ideia já presente no 2° PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que apresentava metas para a ciência e tecnologia, estipulando a necessidade de aperfeiçoamento *no campo da pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à segurança*[214].

Seguindo esta trilha - e apoiando-se nas conclusões, mais uma vez, de Octavio Ianni -, Laudemir Zart identifica alguns momentos em que a Ditadura Militar buscou a realização dos ensinamentos oriundos da ESG, ou seja, a utilização de *forças técnico-científicas*. Assim, para fazer nascer uma lógica de atuação planejada, por meio de uma racionalidade estatal, os militares incorporariam *economistas, agrônomos, sociólogos, psicólogos, e geógrafos para prover e organizar e executar programas e projetos*[215] - aquilo que Octavio Ianni, ao tratar da passagem para uma racionalização das políticas e estruturas, denominou *a transição do princípio do clientelismo, que definiu o Estado Oligárquico, para o principio do mérito, que passou a caracterizar o Estado Burguês*[216].

[213] Ibidem, 103.
[214] Ibidem, 106.
[215] Zart; 2005, 93.
[216] Apud Zart; 2005, 93.

Se acompanharmos, portanto, os argumentos desses nossos autores[217], a consequência lógica para compreender o processo de colonização e expansão territorial estaria contida na implementação de uma racionalidade mecanizada, por meio da utilização de cálculos que garantiriam uma produção eficiente para a geração do maior lucro. A agricultura e a colonização, assim, inundadas pela técnica e por essa racionalidade de origem estatal-militar, transformariam qualquer empreendimento, qualquer produção, em rigorosos cálculos próprios de uma iniciativa capitalista: *sob este aspecto, o agricultor deve ter um comportamento que o afasta de estruturas espontâneas e voluntárias para alcançar um grau de planejamento que orienta os recursos e os cálculos para a obtenção de um grau de eficácia, por meio do qual possa ser avaliado como competente*[218].

Seguindo a narrativa do autor, podemos perceber que é este o caminho que ele percorre com a intenção de compreender as consequências da imposição de uma razão técnico-científica no cotidiano dos colonos em Lucas do Rio Verde. Para a realização da colonização, portanto, quando a atenção se volta aos colonos sulistas, afirma Zart, exigi-se um comportamento, uma mentalidade congruente com os objetivos racionalizantes e com o planejamento centralizado no desenvolvimento tecnológico, na mecanização da produção: *faz-se necessário que tenham impregnado a ideologia do crescimento e a vontade do enriquecimento, valores imprescindíveis para o plano de mecanização dar certo*[219]. A ideologia do planejamento, do cálculo, não resultaria de um diálogo estabelecido na fronteira entre atores e instituições. Esta concepção, de que é algo que penetra (impregnado) na mentalidade do colono, entende tal desenvolvimento tecnológico como resultado da imposição de elementos totalmente exógenos, capazes de descaracterizar a essência tradicional do agricultor-camponês, por meio da incorporação de conteúdos técnico-científicos, enfim, do percurso da modernização[220].

Isto seria um resultado da perspectiva funcionalista da fronteira, a expansão territorial, por parte da Ditadura Militar: aqueles que se adaptassem ao exercício da função de

[217] É preciso ressaltar, no entanto, que esta relação quase que direta entre os ensinamentos da ESG e a colonização e, consequentemente, o processo de modernização da agricultura, é fruto das conclusões de Laudemir Zart em sua pesquisa. A presença do desenvolvimento tecnológico na expansão territorial, poderíamos dizer, pode ser encarado como algo mais complexo, derivando de diversos fatores, não apenas de uma retórica, das lições, dos generais/intelectuais da Escola Superior de Guerra. De um ponto de vista mais geral, por outro lado, o desenvolvimento de uma tecnologia para a implementação das cidades planejadas, que impulsionaram diversos contextos de colonização, antecedem os próprios estudos dos generais mencionados.
[218] Zart; 2005, 86.
[219] Ibidem, 68.
[220] Ibidem, 51.

ocupar o território para a produção do capital seriam considerados aptos para assumir o papel de *homem ocidentalizado*, detentor de uma concepção de trabalho inerente à *razão instrumental moderna*[221]. De tal modo, seria possível compreender, consequentemente, o fracasso dos camponeses que retornaram ao sul do país, pois o processo de modernização do campo associado à colonização desencadeou o empobrecimento e a exclusão social dos agricultores *não tecnificados*[222].

Do outro lado do espectro, então, teríamos aqueles classificados como os vencedores, os agricultores-empreendedores. Este grupo, assim, seria aquele capaz de *acompanhar a racionalidade do sistema*[223]. Sendo assim, estes indivíduos passam a ser recompensados, garantindo acesso ao conhecimento técnico, aos produtos qualificados, ao crédito bancário: *ele será digno de crédito, de confiança e de elogios porque conseguiu superar limites que muitos não conseguiram*[224]. Ele será, então, transformado em empresário, deixando de lado o jeito camponês de "fazer roça"; dotado, portanto, de uma mentalidade capitalista, dominando, agora, os complexos cálculos da racionalidade matemática sobre a condição e volatilidade dos preços, dos juros e do mercado de trocas internacionais.

No contexto de Lucas do Rio Verde teríamos, então, dois grupos que se enquadraram na descrição anterior: a figura do posseiro-empreendedor e os paulistas da cooperativa. Estes últimos, por sua vez, filhos da filosofia cooperativista do Sudeste brasileiro, como tentamos demonstrar anteriormente por meio da recusa de Anton Huber em receber os parceleiros, seriam mais íntimos, mais adaptáveis ao modelo da modernização tecnológica. Nestes dois casos, estaríamos diante de uma transformação: agora, homens de negócios, familiarizados com uma linguagem que se utiliza de termos como mercado, financiamento de safra e máquinas agrícolas de milhões de dólares. Este agricultor, assim, é *um modernizado que carrega entre seus valores a crença e a atitude do teor trabalho*; diferentemente daquele que fracassa, por ser *incapaz de incorporar os valores progressistas e os ideais de modernização da agricultura*[225].

---

[221] Ibidem, 64.
[222] Ibidem, 43-45.
[223] Ibidem, 88.
[224] Idem.
[225] Ibidem, 125, 131 e 149.

Chegaríamos, portanto, com a descrição de Laudemir Zart, ao processo que culminaria na formação do *colono modelo*, seguindo a definição de Tavares dos Santos, que abordamos anteriormente. As lógicas de controle, de imposição, do planejamento estatal, destacando-se o papel cumprido pelo elemento da tecnologia, se aproximariam, por outro lado, da narrativa de Guimarães Neto. É preciso ressaltar, no entanto, que os contextos analisados pelos autores possuem importantes diferenças: no caso de Alta Floresta, de colonização privada, a constatação da centralização em torno da figura do colonizador oferece contornos muito mais fechados à interpretação de Regina Guimarães Neto. As formas de controle, os discursos e as manipulações podem ser determinadas tendo, praticamente, sua origem em uma única pessoa. Mais fechado, também, pois o empresário é o detentor do planejamento, dos traçados geométricos de mapas e plantas de cidades que antecedem o próprio processo da colonização. No caso de Lucas do Rio Verde, embora a cooperativa fosse responsável por algumas medidas de planejamento, o INCRA seria determinante, no início da ocupação, para a composição do núcleo urbano.

Estaríamos, assim, diante de diferenças importantes entre uma forma "pura" de colonização privada (no exemplo de Alta Floresta) e uma outra mista, que receberia em sua gênese importantes contornos de uma colonização denominada de "oficial". O direcionamento dos sem-terra sulistas para a Gleba Rio Verde (posteriormente, cidade de Lucas do Rio Verde) é um dado crucial da diferença que envolve um tipo específico de intervenção do governo federal, por meio do INCRA – manobra que dificilmente teria lugar nos projetos privados de colonização.

Mas, por outro lado, há um esforço no trabalho de Laudemir Zart em aproximar essas formas de colonização. Em primeiro lugar, pela atribuição de centralidade ao Estado Federal; e, em segundo lugar, por nivelar as formas de atuação, por meio do conceito de *agente motivador*, do Estado e das empresas. Neste caso, a generalização ficaria por conta da origem classista da dominação, que utilizaria os mesmos recursos de manipulação e subjugação. Tavares dos Santos, por sua vez, realiza esforço contrário ao aproximar os casos que estudou, dos projetos privados, de outros, especialmente o caso de Lucas do Rio Verde. Deste modo, este pesquisador tentou formular sua teoria geral da colonização por meio dos conceitos de controle dos homens, controle do espaço e seleção social: *assumimos como tarefa a explicação sociológica do que doravante*

chamaremos conceitualmente de "processo da colonização agrícola": este processo foi um dos meios mais utilizados pelo Estado e pelas camadas dominantes da sociedade brasileira para estender o povoamento e as atividades econômicas a territórios cada vez mais vastos do país[226].

Ao aproximar, ou melhor, ao constatar estes esforços de aproximação, talvez seja necessário fazer um balanço do que foi analisado até aqui, e tecer algumas considerações sobre as associações estabelecidas mesmo que arbitrariamente neste trabalho sobre o tema do casamento entre territorialismo e capitalismo no percurso da expansão territorial, realizado com a benção do Estado brasileiro, e sobre as relações entre a colonização – e o colonizador – e os valores circunscritos na concepção de trabalho e de empreendedorismo, que envolveram os colonos dessas regiões - temas exaustivamente analisados pelos autores mencionados neste capítulo. Seguindo este caminho, pretendemos compreender as razões da vitória, até os dias atuais, de uma configuração social que está para além da questão agrária – conquistada, também, por meio de um longo percurso de urbanização e por complexas combinações que deram origem a uma outra concepção, a de cidadão modelo, perceptível por meio da ascensão da categoria "pioneiro".

2.5. Colonização: a coesão impossível e o avesso de Weber.

O fantasma da coesão nacional assombrou, em nossa história, grande parte da intelectualidade brasileira. Isto fez nascer no Brasil uma tradição – e uma agenda - enraizada no *tema da ausência*: de tal modo, para o bem ou para o mal, a medida desta ausência representaria, numa relação inversamente proporcional, o peso, o tamanho do Estado. Esta relação, portanto, animou tanto propostas positivas de projetos de construção nacional quanto denúncias em torno de um Estado opressor que, distante da sociedade, apenas atuaria para a sua própria reprodução.

O tema da ausência, deste modo, sempre resultou das comparações com os contextos *verdadeiramente* ocidentais: a constatação de que, nacionalmente, os Estados europeus, em seus processos de formação, poderiam se ancorar em *elementos unificadores* -

[226] Santos; 1993, 255.

infraestruturas morais, culturais, um passado comum – levaria, em muitas ocasiões, a conclusões sobre as carências brasileiras nestes quesitos. Assim, quando o debate é ampliado, a sensação é a de que os Estados europeus teriam inevitavelmente, ao contrário do caso brasileiro, um obrigatório destino liberal-democrático.

O interessante neste exercício de lamentação sobre a nossa diferença em relação aos processos mais *dignos* do Ocidente é o esquecimento, muitas vezes, do amplo debate a respeito da construção nacional em contexto europeu. Se pensarmos no mais famoso exemplo desta temática, o de Ernest Gellner – ao lado de pesquisadores classificados como pertencentes à *escola modernista* de estudos sobre o nacionalismo[227] -, as instituições modernas que teriam sedimentado a identificação nacional resultariam, em todas as suas extensões, de projetos organizados por via estatal. Não é o caso de nos prolongarmos nesses exemplos, mas, ironicamente, a chave explicativa de longo alcance para a compreensão dos projetos de configuração social do território brasileiro, a do Estado territorialista, que possui em sua base o tema da ausência, poderia ser caracterizada como uma versão que analisa um exemplo *autoritário* do paradigma gellneriano. Como se o esquema explicativo deste autor, aplicado a um contexto cuja necessidade é a de expansão em seu próprio território, sem poder se ancorar em uma base identitária comum, resultasse nisto que chamamos de *territorialismo estatal*.

Neste ponto é que residiriam as conclusões sobre o Estado brasileiro como *agente criador*. Para os idealizadores de um projeto de nação, a singularidade do território brasileiro em meio à ausência daqueles elementos aglutinadores teria como consequência a elaboração de projetos estatais para a formação da nação. A crítica, por outro lado, como tentamos demonstrar no decorrer deste capítulo, recorrentemente analisa as tentativas de implementação desses projetos por meio da denúncia sobre a utilização de recursos violentos, decorrentes das formas de controle, para a garantia da ordem capitalista e da dominação política. O ponto em comum - se for possível acionar o recurso da generalização - seria a concepção de que o Estado, único ente capaz de representar uma totalidade, ao conduzir o processo de expansão territorial, teria como objetivo – utópico ou não – a criação de lugares e sujeitos que compõem o *ainda* difuso e pulverizado cenário brasileiro.

---

[227] No caso de Gellner, a lembrança mais óbvia seria o seu clássico "Nações e nacionalismo" (Gellner; 1993). Sobre a definição de "corrente modernista", ver Smith; 2000.

Neste ponto, quando chegamos aos eventos que narram a aliança entre Estado e capital na fronteira brasileira, que envolveriam formas de exclusão e controle muito mais complexas e dotadas de maior força, encontraríamos a chave explicativa não apenas para o novo momento de uma história da economia nacional, mas, também, para a compreensão sobre a realização de uma mentalidade capitalista, resultado da formação de *novos homens*.

Se tentássemos, por outro lado, voltar nosso olhar para o exemplo dos Estados Unidos, contexto semelhante por possuir grandes extensões territoriais, a diferença ficaria por conta também da distância do Brasil em relação a uma dimensão cultural que assentou de modo ainda mais feliz a modernidade: a ascendência de uma rigorosa versão do protestantismo por lá, a produção de uma sociedade livre para a movimentação dos interesses e da racionalidade capitalista seriam elementos totalmente estranhos à realidade brasileira. Como observamos, enquanto tentávamos aproximar o tema do territorialismo ao do capitalismo autoritário, as afirmações de Octavio Ianni e Otavio Velho – neste segundo caso, tendo como espelho a Rússia – nunca poderiam nos direcionar para uma comparação com o significado de fronteira, por exemplo, de Frederick Jackson Turner; com um percurso de dominação territorial como exercício da liberdade individual. É por esse motivo que O. Velho chamaria o autor do *espírito bandeirante*, Cassiano Ricardo, de nosso *Turner Autoritário*[228].

O tema acima se torna mais interessante se invocarmos Max Weber para nossa reflexão. Neste caso, é como se os observadores brasileiros, por outro lado, estivessem condenados a reproduzir as comparações de Weber, no caso dos assuntos agrários, entre alemães e prussianos, de um lado, e norte-americanos, de outro. No caso americano, ao contrário da figura do junker prussiano, o fazendeiro se comportaria como um livre empresário: *(...) se há alguma característica das condições rurais dos grandes estados produtores de trigo da América, ela é – falando em termos gerais – o individualismo econômico absoluto do agricultor, a sua qualidade como simples homem de negócios*[229]. Este *tipo puro*, portanto, que Weber teria encontrado no contexto norte-americano, não contaminado pelo autoritarismo e pela tradição, não corresponderia às formas que guiam o *atraso brasileiro*, mais próximo do ser prussiano, de um lado, e da trajetória que levaria à Sibéria, de outro.

[228] Velho; 1979, 141.
[229] Weber; 1982, 414.

Este ponto nos leva a uma outra questão: parece plausível afirmar que certa recepção de Weber no Brasil modifica um pouco a fisionomia do que chamamos de o *tema da ausência*. A interpretação da falta, em alguma medida, foi substituída em determinadas situações pelo preenchimento com conteúdos estranhos ao Ocidente. Ora, se a nossa aproximação com os processos europeus e norte-americanos é tarefa impossível, deveríamos, então, observar o atraso brasileiro - de feições *orientalistas*, segundo a apropriação das definições weberianas - presente em suas condições sociopolíticas: *assim é que o "nosso" Weber incide bem menos na inquirição das patologias da modernidade do que nas formas patológicas de acesso ao moderno*[230].

Mais uma vez, não "alcançaríamos" o modelo weberiano, pois a constatação da ausência de um processo de racionalização do mundo, que poderia converter tanto a instituição política quanto a sociedade, nos negaria contar, também, uma história sobre um processo civilizatório que se realiza a partir da ascensão de um tipo ideal, de um *ethos* essencialmente moderno. Assim, o exercício aqui predominante é o de produzir – ou no caso da instituição político-estatal, ou em relação à sociedade – uma inversão da descrição weberiana sobre a constituição do Ocidente: a aplicação pura e simples do modelo weberiano nos condenaria, sempre, a nos descrever como o seu oposto, por conta da constatação sobre a impossibilidade de encaixar os paradigmas relacionados a outros contextos nos processos brasileiros.

É curioso perceber, no trabalho de Guimarães Neto, que o subtítulo de um capítulo de sua dissertação, mencionado anteriormente, nos remete ao livro de Weber, "A ética protestante e o espírito do capitalismo": "*Tempo é dinheiro*"[231], sentença devidamente atribuída à Benjamin Franklin e retirada, como ilustração, da obra weberiana. O objetivo da referência é obvio: na análise do processo de colonização, Guimarães Neto também estaria interessada em explicar a ascensão de uma concepção moral do trabalho, de uma mentalidade que, segundo autora, nasce com a ocupação de Alta Floresta. *Tempo é dinheiro* aqui, neste caso, nos remete às falas, aos discursos do colonizador. Seria então prudente, neste diálogo mesmo que apenas superficial com Weber, considerar Ariosto Riva o nosso Benjamin Franklin.

---

[230] Werneck Vianna; 1999, 34.
[231] Guimarães Neto; 1986, 112.

Entretanto, enquanto no livro do sociólogo alemão é o espírito do capitalismo que *fala* por meio das sentenças de Franklin, no caso brasileiro, no contexto controlado da colonização, Riva teria o domínio sobre as suas palavras e, mais importante, a consciência de que seus discursos possuiriam a missão de colocar em prática um projeto moralizador no âmbito do trabalho, numa relação de imposição total para atender aos objetivos tanto da dimensão político-estatal quanto os econômicos, próprios do colonizador-empresário. Não teria lugar, portanto, aqui, um *ethos que se expressa*, a informar a *técnica da vida*[232], mas apenas a conduta criada a partir da identificação entre colonizadores e Estado, por meio do casamento entre territorialismo e capitalismo.

Consequentemente, se este processo de alguma forma revela a construção de uma mentalidade, o ponto de partida consiste no modo de se explicar o fim daquela *ausência*, tendo, no entanto, o elemento da falta como diagnóstico inicial. Teríamos, assim, de nos perguntar: qual seria a natureza do vínculo entre o colonizador, os valores divulgados e os colonos? Neste caso, nenhum: o colonizador seria apenas um astuto manipulador no campo dos valores, tanto para a formulação e criação do planejamento quanto para obter a identificação dos moradores com o espaço construído.

Laudemir Zart, por sua vez, ao tratar da relação entre colonização e mentalidade capitalista, também brevemente se utiliza do recurso de explicá-la a partir das definições weberianas. Ao mencionar o modo como fora introduzida a racionalidade tecnológica nos espaços de colonização, empresa que teria sua origem quase que restrita às lições da Escola Superior de Guerra, Zart faz referência à definição weberiana, também presente no livro "A ética protestante e o espírito do capitalismo": o cálculo racional e a busca da eficiência, características necessárias ao agricultor-empreendedor, corresponderiam às definições de Weber sobre as origens da empresa capitalista. Neste caso, o agricultor, para ser beneficiado pelo processo de colonização, deveria comprovar ao Estado, por meio de suas agências, de suas instituições financiadoras, o seu perfil de empresário, tendo que corresponder aos interesses das políticas modernizadoras estatais[233].

Poderíamos, aqui, para fortalecer o argumento de Zart, recorrer ao próprio Weber, em uma passagem não citada por ele nem por Guimarães Neto. Ao utilizar os argumentos weberianos, nossos autores incorporariam também a concepção de que estaríamos, no

[232] Weber; 2004, 45.
[233] Zart; 2005, 86.

Brasil, em um estágio mais próximo daquilo que o pensador alemão denominaria de *capitalismo hodierno*, em que não necessariamente as condições subjetivas que seu livro pretende compreender, relacionadas ao tema da *profissão como dever*, seriam uma condição para a sobrevivência da lógica capitalista: *(...) a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro (...). Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado*[234].

Esta citação, portanto, poderia corroborar o ponto que apresentamos no decorrer do capítulo: a colonização como espaço de exclusão e violência que atinge os que não se adaptam ao processo modernizante que é imposto por ela. Diante desta tentativa de aproximação, Weber poderia responder, levando em consideração os *selecionados* economicamente: *para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido "selecionadas", isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos isolados, mas sim como um modo de ver portado por grupos de pessoas*[235].

Não seria o caso, aqui, obviamente, de estabelecer uma crítica à interpretação da colonização que tratamos aqui, a partir de uma busca pelo *ethos perfeito*; esta seria uma tarefa totalmente desprovida de sentido, fazendo-nos chegar, ao final, às mesmas lamentações descritas anteriormente. Por outro lado, processos e contextos devem ser analisados a partir de seus próprios elementos, sem incorrer no risco de buscar neles características e uma fisionomia que remetem a outros lugares.

Assim, importa aqui chamar a atenção para um aspecto específico que encontramos em algumas explicações sobre o processo de colonização em Mato Grosso. Laudemir Zart, por exemplo, ressalta o caráter funcional do projeto de expansão da fronteira, questão que já abordamos anteriormente, jogando luz sobre uma atitude funcionalista que seria apropriada pelo Estado para a imposição de uma determinada perspectiva de ocupação dos espaços. O problema, ao que parece, é que o autor, ao constatar essa *forma de*

[234] Weber; 2004, 48.
[235] Idem.

pensar do Estado brasileiro, acaba incorporando em sua própria explicação o modelo funcionalista, assentado no modo como as pessoas se adaptam a estes territórios e no modo como a colonização se sustenta ao ponto de se transformar em um permanente espaço urbano-rural.

Se o embate entre Anton Huber e os parceleiros possuiu uma dimensão econômica, não se pode considerar que era *estritamente* econômica: o significado de *ser sociável* parece estar carregado de outros elementos normativos mais profundos, de combinações mais complexas. De modo semelhante, deveríamos considerar o que posteriormente ocorreu em Cotriguaçu, quando os colonos sulistas tentaram evitar a chegada de novos moradores provenientes do estado de Rondônia. Estaria restrita, portanto, apenas a uma adaptação econômica a reprodução destes lugares que permanecem, hoje, como ambientes sociais sólidos, conformando as atuais cidades que compõe o norte do estado de Mato Grosso? Neste caso, teríamos de aceitar que os processos de criação de territórios se devem apenas à instrumentalização dos mesmos, não restando, portanto, neste caso, neste *processo de modelagem* dos homens e de suas famílias, nenhum elemento de identificação daqueles que permanecem e constroem esses lugares. A história pregressa desses indivíduos, os elementos e valores que conformam suas identidades, seria descartável diante da necessidade de lhes atribuir, no início da ocupação, semelhante posição de vítima na qual se encontravam os excluídos de todo o processo – como no exemplo dos trabalhadores sem-terra, posseiros, caboclos, mato-grossenses ou nordestinos, *seres desprovidos de qualquer astúcia* - ou capital - para se vincular aos empreendimentos que construíram as cidades e expandiram a lógica capitalista.

Por isso, julgamos ser importante apresentar a seguir aquilo que podemos definir como uma outra abordagem, capaz de oferecer uma relativização no tema da imposição na constituição dos *sujeitos da fronteira*. Esta perspectiva, de algum modo, oferece uma parcial absolvição ao *discurso do colonizador* na definição do *colono – pioneiro – modelo*, escapando, de certa maneira, da irrestrita dominação estatal e empresarial. A identidade, portanto, seria estabelecida por meio do elemento cultural de origem, em sua relação com a mobilidade, a chegada e a permanência nos espaços de colonização. Para tanto, em um primeiro momento, teremos de nos deslocar geograficamente e olhar, por exemplo, para a migração sulista que se dirigiu para o oeste baiano. Isto nos permitirá

acompanhar um fio condutor que nos levará, novamente, para a região norte do estado de Mato Grosso.

Capítulo 03

Interpretações sobre a colonização: territorialização e identidade regional

Em 1928 começou a ser escrita uma das histórias mais interessantes, embora de curta duração, do que convencionalmente se denomina *ocupação racional do espaço amazônico*. Naquele período, Henry Ford, *o maior capitalista do momento*, buscava soluções para escapar dos altos preços da produção de borracha, sobretudo oferecida pelos ingleses, que ameaçavam inviabilizar a sua política de preços em torno de seu famoso Modelo T. De posse de relatórios e estudos sobre a região amazônica no estado do Pará, às margens do rio Tapajós, Ford iniciou seu projeto para a plantação de seringueiras na região.

O plano, no entanto, não era simples: o território serviria de base para uma produção ordenada e planejada de látex, envolvendo um plantio de seringueiras em um espaço específico, uma plantação artificial que deveria se aproveitar da intimidade entre o solo e a árvore da borracha. Por outro lado, todo o processo de produção contaria não apenas com uma estrutura agroindustrial, mas também com a formação de uma cidade para receber os funcionários norte-americanos que gerenciariam o projeto e os trabalhadores brasileiros locais recrutados para a empreitada. Nasceria, assim, a cidade de Fordilândia na região Norte do Brasil e o novo desafio de Ford: domar a natureza quase mágica da floresta amazônica e, ao mesmo tempo, impor uma conduta, o *american way of life*, aos caboclos brasileiros.

O projeto fora então oficialmente iniciado com a chegada de dois navios de propriedade da Ford, carregados de equipamentos e materiais que seriam utilizados na construção da cidade de Fordlândia[236]. Como demonstrou Vianna Moog, uma cidade aos moldes americanos, desarmada, mas pronta, desembarcou na floresta amazônica, *como se se tratasse de automóveis saídos das linhas de montagem da Ford Motor Company: casas, hospitais, cafeterias, drug-stores, cimento, areão para canhas de tênis, aparelhos sanitários, bulldozers, serraria, uma cidade completa por armar*[237].

Em relação aos trabalhadores brasileiros, a Ford não apenas assegurou um regime salarial vantajoso, nunca antes vivenciado na região de tradição extrativista, mas

[236] Grandin; 2010, 119.
[237] Vianna Moog; 1961, 39.

pretendia oferecer, com a construção da *cidade à americana* e com a participação de seus funcionários estrangeiros, uma adaptação dos caboclos ao *estilo de vida moderno* e, ao mesmo tempo, *puritano*, que guiava os preceitos fordistas nos Estados Unidos. Nesta toada, as regras e normas da Ford caminhavam para além da necessidade do pleno funcionamento de uma cidade industrial no estado do Pará. Os trabalhadores brasileiros, obrigados a realizar suas refeições no Refeitório da cidade, deveriam seguir uma rígida dieta, bem como, incorporar novas noções de saúde e higiene[238]: *(...) uma dieta estabelecida por Henry Ford, consistindo em farinha de aveia e pêssegos enlatados importados de Michigan para o desjejum e arroz integral e pão de trigo integral para o jantar*[239].

As diretrizes para uma conduta exemplar, estipuladas por Henry Ford, aliadas à necessidade de *moldar* os trabalhadores brasileiros, resultariam em uma tentativa, se dialogarmos com o conceito que apresentamos no capítulo anterior, de *controle total*, de imposição de uma *racionalização da vida* que tentava atingir os *mínimos detalhes do dia do trabalhador*[240]. Imposição que parecia se constituir em um jogo fácil, se consideradas as declarações sobre a docilidade e a obediência do ser caboclo[241]. Ao lado dessa questão, acreditava-se, também, que o descolamento da técnica e da ciência estrangeira, permitiria a concretização de uma plantação racional de seringueiras para a produção da borracha - algo totalmente novo para as atividades indisciplinadas e atrasadas que eram, até então, comandadas por coronéis e latifundiários, nossos tradicionais exploradores do homem e do espaço amazônico.

A confiança de Ford e de seus fiéis assessores na possibilidade quase certa de conversão dos homens e do espaço local, no entanto, foi abalada pelos diversos problemas encontrados. Desde o início do projeto, alguns eventos, inclusive violentos, denunciavam que os trabalhadores poderiam resistir diante da imposição de um modo de vida que lhes era exterior.

---

[238] Grandin menciona os detalhes das formas de controle que se estendiam à higiene e saúde: "a empresa exigia que os trabalhadores se submetessem à coleta de amostras de sangue para exames de doenças e vacinações contra varíola, febre amarela, febre tifoide e difteria. Quando os trabalhadores se dirigiam aos relógios de ponto no fim do dia, eram esperados por funcionários da equipe médica, que lhes davam seus comprimidos de quinino. Muitas vezes relutavam em tomá-las, pois a alta dosagem prescrita pelos médicos da Ford provocava náuseas, vômitos, dores de estômago, erupções cutâneas e pesadelos. (Grandin; 2010, 230).
[239] Grandin; 2010, 233.
[240] Ibidem, 230.
[241] Cf. Vianna Moog; 1961, 41; Grandin; 2010, 232.

Em 1930, por exemplo, um motim conhecido como *quebra-panelas*, que se iniciou no Refeitório de Fordilândia, acabou por ruir as certezas de Henry Ford e seus funcionários. Um dos motivos para o conflito derivou da decisão dos norte-americanos da Ford de que as refeições seriam descontadas automaticamente dos pagamentos, além do fato de que os trabalhadores deveriam esperar em uma longa fila para que a presença fosse registrada pelos funcionários do escritório. O refeitório foi totalmente destruído e os norte-americanos expulsos da cidade até a chegada do auxílio de forças militares brasileiras.

Posteriormente, ficou claro que os brasileiros se recusavam a seguir as exigências comportamentais da Ford e passaram a reivindicar o direito à livre movimentação e alimentação. Ao lado disso, o rigor fordista tentava impor a lei seca na cidade, seguindo a restrição legal dos Estados Unidos à época. Tanto a alimentação local quanto o costume de frequentar os bares na região, se constituíram nas principais exigências dos trabalhadores nos dias de terror para os norte-americanos. Segundo Vianna Moog, naqueles dias, os dirigentes da Ford aprenderam mais sociologia do que nos bancos da universidade; *aprenderam que os caboclos detestavam, simplesmente detestavam as casas teladas onde moravam e a maneira puritana de viver que lhes queriam impor*[242].

Em um outro campo, o fordismo encontraria uma nova derrota: a ideia de se designar espaços específicos para a plantação de seringueiras. O extrativismo ordenado e racional, embora inicialmente tenha se mostrado eficiente, com o passar do tempo se constituiu em uma lógica insustentável. Desta maneira, as seringueiras perderam sua proteção natural em meio à diversidade da floresta amazônica. Assim, a implantação de uma monocultura das árvores da borracha acabou por resultar em uma proliferação de um fungo que atingia as folhas das seringueiras, culminando em uma praga devastadora para a plantação.

Com os insucessos na Fordilândia, Henry Ford ainda tentou desenvolver suas plantações e sua indústria pedindo uma nova concessão ao governo, a da gleba Belterra. Mas os problemas técnicos, enfrentados pela Companhia podem ser compreendidos por esse fracasso da produção na Fordlândia - embora a Companhia tenha abandonado oficialmente a região apenas em 1945, dois anos antes da morte de Henry Ford. Assim,

[242] Vianna Moog; 1961, 42.

ao assumir os empreendimentos, o governo brasileiro, pela voz do agrônomo Felisberto Camargo, fez duras críticas ao modo como os norte-americanos interpretaram a região: *a Fordlândia, disse ele, em um relatório às Nações Unidas, era um "grande fracasso" devido à "total ignorância" e "à recusa em testar as teorias por meio de experimentos"*[243].

Vianna Moog, por sua vez, concluiria assim sua análise sobre as aventuras de Henry Ford em solo brasileiro: *na Amazônia triunfava o desordenado da selva contra a disciplina do seringal*; complementando com a sentença que resume no que se transformou a cidade fordista: *o resto, daí por diante, é silêncio*[244]. O silêncio, neste caso, palavra que define a cidade quase fantasma que persiste até os dias atuais, seria o resultado do malogro de Ford em suas diversas frentes de atuação: na imposição de sua *cidade americana*; em suas formas de controle para a instituição de uma *mentalidade fordista*; e de uma utilização econômica específica do território, do solo e das características naturais da região. Os três elementos que, portanto, se ancoravam em um deslocamento de formas de reprodução da vida e de uma vontade de dominação a partir das concepções e definições do que é racional, ordenado, disciplinado, planejado.

Obviamente, o caso de Fordlândia aparece, aqui, como uma ilustração para os temas que estamos a tratar. Os períodos históricos são completamente distintos e, no caso da companhia norte-americana, lidamos com a relação entre os estrangeiros, uma lógica proveniente de um outro país e os trabalhadores locais, os chamados caboclos amazônicos. Mas, por outro lado, a ruína do sonho de Henry Ford nos permite pensar nas dificuldades enfrentadas por processos que contam, apenas, com formas puras – e exteriores - de controle e imposição; dificuldades que podem determinar a sua extensão e seu tempo de vida.

Este exemplo, portanto, nos ajuda de modo introdutório a pensar nos limites dos conceitos de imposição e controle nos contextos de colonização. Não é o caso, no entanto, de afirmar que nesses processos estes elementos estão completamente ausentes – afirmação que poderia ser desmentida pelos próprios exemplos históricos que apresentamos no capítulo anterior. Mas este ponto precisa, sim, ser relativizado, na medida em que um tratamento unilateral deixa de considerar aspectos importantes que

[243] Grandin; 2010, 351.
[244] Vianna Moog; 1961, 44-45.

permitiram a consolidação da formação desses novos territórios no Brasil, dos espaços de colonização na chamada fronteira. Torna-se necessário considerar, portanto, os aspectos histórico-culturais – na ausência de uma definição melhor.

Este seria, então, o pano de fundo para uma outra interpretação sobre os processos de colonização no Brasil. É possível afirmar que, neste caso, as abordagens – mesmo que em menor grau de influência sobre pesquisas que trabalham com o caso mato-grossense - não se permitem ignorar a singular participação de grupos regionais específicos na colonização e, consequentemente, a importância de suas visões de mundo, de uma linguagem que assegurou a expansão territorial e as configurações sociais que, rapidamente, foram naturalizadas no Brasil. Isso significa afirmar que o processo de territorialização, para utilizarmos um tradicional conceito, teve de ser assegurado por formas construídas ou, então, forjadas pelo mundo social, algo que não se pode apreender, simplesmente, por meio de considerações sobre os mecanismos de controle e imposição manuseados pelas instituições políticas e pelo capital.

De tal modo, como prometemos anteriormente, é importante apresentar alguns pontos centrais desta perspectiva que busca dar conta de outros elementos. Mas esta trajetória não é simples: ao seguir algumas pistas, foi possível perceber a importância do trabalho do geógrafo Rogério Haesbaert da Costa sobre a migração gaúcha para o município de Barreiras, no oeste baiano, na década de 1980. Neste estudo, o pesquisador defendeu a relevância da identidade regional para os processos de configuração territorial. Este caminho consiste, em primeiro lugar, no enfrentamento do debate sobre as múltiplas facetas que assumem os percursos territorializantes - para além do paradigma político-institucional. Assim, para esta perspectiva, é preciso considerar o tema da identidade regional; no caso de Haesbaert, da construção do *mito do gauchismo.* Ter em conta, portanto, o modo como um autorreconhecimento a respeito de atributos vinculados a grupos específicos – de elementos relacionados à origem histórica, de crenças e valores –, que compõe uma compreensão identitária, incide nas experiências materiais da vida e nas concepções que determinam os modos de construir novos territórios.

Em um outro momento do capítulo, tentaremos demonstrar qual o diálogo estabelecido entre a pesquisa de Rogério Haesbaert e os processos de colonização no norte de Mato Grosso. Neste caso, as aproximações são mínimas e, até onde foi possível constatar, apenas perceptíveis na pesquisa de Betty Rocha sobre a história dos gaúchos na

formação de Lucas do Rio Verde. No trabalho desta autora, os argumentos giram em torno da relação entre os discursos sobre a identidade na construção da categoria de *pioneiro* e as afirmações a respeito do sucesso de Lucas, do projeto de cidade e do desenvolvimento econômico.

3.1. Territorialização em movimento.

A literatura especializada no tema da colonização pós-1970, é verdade, não ignorou o fato de que o processo envolveu uma maciça migração sulista para a fronteira brasileira. Mas, diante da necessidade em problematizar as questões político-instituicionais e econômicas, acabaram por subestimar a relevância desta questão. De tal modo, a mudança de postura durante a Ditadura Militar, que no nível do discurso - e da prática - operou, em um dado momento, a substituição daqueles que seriam selecionados para os projetos, é relegada a segundo plano. A não ser pelo fato de que os empresários do Sudeste e do Sul seriam os maiores beneficiados quando se deixou de falar na *reforma agrária* para populações do nordeste do Brasil e se passou a tratar da necessidade de priorizar os deslocamentos provenientes do sul[245], essa mudança não implicou maiores consequências para a avaliação dos programas e das concepções estatais e empresariais.

Este dado secundário, diante da primazia do tema das classes sociais e da *questão agrária*, no entanto, diz respeito a aspectos importantes do processo: desde concepções e valores sobre o modo de se formar um novo mundo social, passando por legados arquitetônicos no planejamento e construção das cidades, até construções simbólicas e culturais que se assentam na instituição de diferenças que acabam por elaborar classificações hierárquicas, elegendo como superior determinados grupos socioculturais diante de outros - aqueles distantes das experiências das regiões mais *desenvolvidas* do Brasil. Este tema, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que transita pelo óbvio, é extremamente complexo e nunca se fechará por completo.

Com essa ressalva em mente, tentaremos reconstruir, nos próximos três tópicos, o caminho de um importante exemplo entre aqueles que buscam enfrentar esta questão.

[245] O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), promulgado pela Lei 5.727, no início de novembro de 1971, mencionava a necessidade de ocupação da Amazônia por meio do deslocamento de populações da região Nordeste.

Rogério Haesbaert da Costa[246] tratou desse tema em sua tese de doutorado defendida em 1995, na USP, sob o título de "'Gaúchos' no nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade". Este trabalho ganhou uma publicação em 1997 sob o título de "Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste"[247].

Posteriormente, Haesbaert prosseguiu com seus estudos em torno dos conceitos de território, desteritorialização e, sobretudo, multiterritorialidade[248]. Se fosse possível resumir em poucas palavras a trajetória teórica deste pesquisador, poderíamos afirmar que consiste primordialmente em combater, no debate contemporâneo, *o mito da desterritorialização*, ou seja, a concepção de que indivíduos viveriam, hoje, dissociados das construções simbólicas dotadas de sentido a partir do espaço, do território - mesmo que isso aconteça nos nossos dias de uma forma mais fragmentada e difusa[249].

Por ora, seria interessante nos concentrarmos na tese de Haesbaert sobre os gaúchos em território baiano. Este trabalho possui a singularidade de dialogar de modo crítico com as tradicionais análises que envolvem os temas da ocupação dos espaços na fronteira brasileira, da expansão do capitalismo e da migração interna. As pesquisas que tratamos no capítulo anterior acabam por constituir uma linha interpretativa também pelo fato de que não há, no diálogo entre os autores, um enfrentamento crítico: cada trabalho acaba por utilizar os dados oferecidos pelos outros pesquisadores no sentido de colher e aproveitar as informações, estabelecendo uma interlocução que não despertou nenhuma discordância mais relevante. Neste caso, pode-se afirmar que formam um bloco que concentra suas forças no embate contra um inimigo comum: as concepções e afirmações presentes nos discursos e nos documentos estatais e de empresários colonizadores.

No início de sua tese, ao introduzir o leitor naquilo que é denominado *a diáspora gaúcha* em busca do capital - um deslocamento, nas últimas décadas, para o Triângulo

---

[246] No decorrer do capítulo, vamos nos referir ao autor principalmente por "Haesbaert", sobrenome que ele utiliza com mais frequência em suas assinaturas acadêmicas.

[247] Este livro de Rogério Haesbaert é difícil de ser encontrado. A USP, por exemplo, possui um único exemplar, que está no IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), na Coleção Milton Santos. Como é comum nessas coleções pessoais, uma série de restrições dificulta o acesso ao livro. Por esses motivos, optou-se por utilizar a tese de 1995.

[248] Para uma cronologia das principais publicações do autor, além da tese mencionada, ver por exemplo: "O mito da desterritorialização e as 'regiões-rede' (1994); "Da desterritorialização à multiterritorialidade" (2001); "A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda" (2002a); "Fim dos territórios ou novas territorialidades" (2002b); "O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade" (2004).

[249] Haesbaert; 2004, 6774.

Mineiro, Goiás, Tocantins, oeste baiano e Mato Grosso –, Haesbaert reconhece que esses fluxos de migração possuem importantes análises que se concentraram, até então, nos aspectos socioeconômicos[250]. Neste caso, mesmo que o autor se remeta, principalmente, aos estudos que se concentraram nas transformações dos cerrados nordestinos com a chegada dos sulistas, Tavares dos Santos, por exemplo, será um autor presente em diversos momentos de sua pesquisa, principalmente quando é elaborada uma crítica mais direta às abordagens denominadas *economicistas*.

O ponto de partida para o seu estudo e, portanto, para a construção de sua perspectiva, reside no fato de que, ao analisar a migração gaúcha (ou "gaúcha", se referindo aos sulistas de um modo mais geral)[251] para o município de Barreiras no oeste da Bahia, o autor percebeu o desenvolvimento de aspectos importantes que nasceram do encontro entre os moradores locais e os sulistas. Sendo assim, para esta abordagem, os trabalhos que priorizaram a dimensão das relações entre capital e trabalho nos processos de modernização econômica, acabaram por menosprezar um outro embate nesse percurso que residiria, por sua vez, em uma esfera *político-cultural*. Uma dimensão, portanto, que pode ser compreendida na observação do encontro entre duas visões de mundo, fenômeno que autor denomina *os conflitos entre o espaço e a identidade nordestina, baiana, e o espaço e identidade sulista, gaúcha*[252].

Não estaríamos, aqui, no entanto, diante de um estudo que se pretende apenas complementar às tradicionais abordagens socioeconômicas. Um ponto que está no cerne de seu estudo de caso aprofunda o debate entre as vertentes. Ao priorizar um olhar sobre o processo de expansão capitalista por meio da atuação de empresários sulistas - movimento que atingiria as populações locais, tradicionais e, principalmente, o campesinato brasileiro -, aqueles estudos ressaltariam o caráter *desterritorializador* dessas transformações na fronteira; enfatizariam, portanto, *a destruição de antigos territórios e a construção de novos espaços integrados às amplas redes extra-regionais*,

[250] Haesbaert; 1995, 24.
[251] Em sua tese, Haesbaert utiliza o termo "gaúcho" entre aspas para se referir aos sulistas, seguindo uma generalização adota no nordeste: "Utilizaremos sempre o termo "gaúcho" entre aspas, quando nos referirmos aos habitantes e/ou migrantes originários de toda a região Sul (RS, SC e PR), tal como comumente é utilizado pelos nordestinos, e gaúcho, sem aspas, quando estivermos indicando o habitante ou migrante natural do estado do Rio Grande do Sul" (Habesbaert; 1995, 14). É possível identificar essa generalização em outros lugares, como em cidades históricas do Mato Grosso, por exemplo. Em alguns casos, a classificação "gaúcho" atinge inclusive migrantes de estados do Sudeste.
[252] Haesbaert; 1995, 30.

como se localmente não houvesse a recriação de territórios, inclusive no sentido cultural[253].

Neste caso, é curioso perceber que a perspectiva economicista acaba por intensificar um diálogo com posicionamentos teóricos contemporâneos: nos dias atuais, a mobilidade e as conexões globalizadas, entendidas como reproduções capitalistas em redes, estariam conduzindo os indivíduos a um movimento de *desapego territorial*; um processo de desenraizamento e fragmentação.

Desse ponto de vista, a concepção tradicional de território perderia sua força diante de redes conectadas e produtoras de uma mobilidade que se realiza por meio de fluxos comunicativos e financeiros. De tal modo, no Brasil, poderíamos presenciar um dos aspectos problemáticos dessas transformações: a expansão do capitalismo em território brasileiro, por meio da modernização da agricultura, seria caracterizada, sobretudo, pelas interligações de redes econômicas que deveriam ser denunciadas, portanto, por seu aspecto *desterritorializador*.

Diante deste cenário, para se compreender a desconstrução desta visão operada por Haesbaert, é imprescindível ter em conta o modo como este autor articula o conceito de território e rede. Para se alcançar este ponto de chegada, deve-se enfrentar, no entanto, os debates mais tradicionais, sobretudo em relação às abordagens conceituais de *território*.

Rogério Haesbaert apresenta em sua tese, as três vertentes principais sobre o tema. Na primeira, a mais tradicional, o território é sempre pensado em sua efetivação a partir da capacidade de alcance das forças estatais. A animação do espaço, portanto, seria fruto de uma criação jurídico-política, resultando em uma delimitação do controle e dominação por parte do Estado.

Uma segunda vertente, de cunho *culturalista*, que se afirma ao relativizar a proeminência da perspectiva anterior, considera que o espaço apenas se torna, conceitualmente, um território por meio de uma apropriação simbólica. A forma *imaterial* de construção do imaginário e da identidade social encontraria no espaço

[253] Ibidem, 31.

vivido, no percurso da territorialização, a sua afirmação e sobrevivência enquanto um grupo social coeso.

E, por último, teríamos a abordagem econômica, ou economicista, do território. Seguindo o que foi dito anteriormente, o aspecto a ser ressaltado seria a desterritorialização, resultado de um único sentido relevante na apropriação territorial: seu sentido, portanto, estratégico, material e funcional para a reprodução do capital e da exploração no âmbito do trabalho. De tal modo, a relação entre o espaço e os grupos motivados pelo interesse capitalista, sob o prisma da luta de classes, seria o aspecto primordial para se pensar o território, ou melhor, a sua destruição[254].

Seria interessante pontuar algumas questões em torno desse quadro organizado por Rogério Haesbaert. O mais comum em diversas abordagens, como ele mesmo ressalta, é estabelecer a articulação entre os tipos mencionados. Uma das referências, neste caso, segundo o autor, seria Godelier, que propôs pensar a integração entre os elementos políticos e econômicos para a classificação de território[255]. Ou, então, Raffestin, que considerou ser o processo de territorialização resultado de uma *apropriação* e *controle do espaço*, mas na forma de um exercício do poder não apenas físico, material, mas também simbólico e afetivo[256].

Este último ponto é de suma importância para se compreender a argumentação de Haesbaert. Em sua abordagem político-cultural, a dimensão do poder e do controle, não ficariam restritas às estratégias estatais de dominação: *a territorialização envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de controle 'simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar*[257].

---

[254] Existe uma diferença importante entre o caminho que fomos obrigados a traçar no decorrer da tese e a pesquisa de Haesbaert. Enquanto identificamos a proeminência da abordagem econômica, ou economicista, nas interpretações sobre a colonização no norte de Mato Grosso, nos debates analisados pelo geógrafo, este tipo de abordagem é apontada, hoje, como minoritária (Haesbaert; 1995, 63).
[255]Ibidem, 64.
[256] Idem.
[257] Ibidem, 65.

Se levarmos em consideração o tema dos graus de correspondência e intensidade, mencionado na citação anterior, sempre deveremos avaliar o nível do diálogo que se estabelece, por exemplo, entre uma dimensão *mais concreta* e uma outra, intitulada neste debate *simbólico-cultural*. Neste caso, ao trazer à tona uma abordagem, digamos, culturalista, deve-se questionar, então, quais os pontos de contato, as aproximações, entre os projetos estatais, empresariais - e a sua materialização - e as visões de mundo que se refletem territorialmente, como no caso das identidades regionais. Esta preocupação é relevante, pois, pode-se perder de vista as conexões entre estes pontos, quando se trabalha com novas formas dicotômicas ou totalmente dissociadas nos processos em questão: laços identitários versus racionalidade funcional; dimensão jurídica-política versus grupos sociais protagonistas na ocupação, por exemplo.

O problema primordial é que estas separações ou oposições podem produzir uma consequência problemática, indesejada ou não. Uma reflexão que, ao final, por exemplo, correria o risco de ser acusada de incorporar o argumento do sucesso sulista, "apesar do Estado". De tal modo, ao fugir da unilateralidade do denuncismo na interpretação que apresentamos no capítulo 02, a armadilha seria cair em um elogio ao espírito *bandeirante do século XX*. Este é um ponto importante que gostaríamos de manter como pano de fundo deste capítulo 03.

Por outro lado, se recuperarmos alguns pontos apresentados no capítulo anterior, talvez, seja possível reafirmar aspectos importantes por meio do debate teórico travado por Rogério Haesbaert. Na versão brasileira do *Estado territorialista*, podemos perceber que estamos diante de uma concepção que pretende explicar a busca incessante por uma dominação completa sobre um vasto território. Assim, em resumo, a singularidade desta abordagem residiria na identificação e compreensão sobre as tentativas de avanço estatal, para a instituição do modelo jurídico-político tradicional. Quando o tema passa a ser a colonização nos anos da Ditadura Militar, percebemos a junção entre a abordagem estritamente estatal e a economicista, que Haesbaert identifica com o tema da desterritorialização. Se nos concentrarmos, portanto, nos termos propostos pelo geógrafo, nas vertentes que circulam em torno do conceito de território, fica ainda mais nítido o quadro que tentamos traçar até aqui.

Mas Rogério Haesbaert não aborda o ponto de chegada que identificamos nesta junção, presente nos estudos que analisamos e que tratam da potência de uma força criadora que

se colocaria em movimento por meio dos mecanismos de controle e dominação para o assentamento de uma mentalidade mais afeita aos propósitos e objetivos dos projetos em andamento. Esta ausência, ao que parece, ocorre por dois motivos: em primeiro lugar, as abordagens sobre o conceito de território são analisadas, em sua pesquisa de tese, a partir de um debate teórico travado para além das fronteiras acadêmicas brasileiras. Isto significa que, apesar do diálogo de Haesbaert com Tavares dos Santos, detalhes a respeito desses ambientes de colonização não estão no cerne de suas preocupações.

Deste último ponto deriva o segundo motivo: o processo analisado por ele não se enquadraria nos clássicos casos de empreendimentos colonizadores que são objetos de análise das pesquisas sobre a colonização no estado de Mato Grosso. O caso de Barreiras e, posteriormente, de Mimoso do Oeste[258], não foi resultado de uma ocupação de um *espaço vazio*, da criação de uma cidade a partir de um *marco zero*, mas de um deslocamento para um município baiano que já *possuía uma história*.

Essas diferenças, no entanto, não diminuem a importância do estudo sobre os gaúchos no nordeste. Este percurso, caracterizado pelo deslocamento de um grupo específico para uma determinada área do território nacional, é essencial para se produzir um alargamento na compreensão dos processos de colonização no Brasil, bem como avaliar as possibilidades de se ampliar as concepções sobre as formas de controle e dominação nas recentes configurações sociais na fronteira. Tal perspectiva, definida como político-cultural, portanto, tenta dar conta das relações de apropriação e controle do espaço, mas em suas manifestações que estão além das dimensões institucionais e materiais[259].

Como mencionamos anteriormente, a perspectiva de Haesbaert apenas é compreensível quando a noção de território se articula com uma certa interpretação sobre o significado de *redes*. Neste caso, deve-se abrir mão de uma visão que relaciona estritamente uma *rede*, os ambientes de circulação, com a instituição de um complexo informacional que, ao se expandir, acaba por desfazer vínculos simbólicos com os territórios.

---

[258] Mimoso do Oeste surgiu, primeiramente, como um distrito de Barreiras, resultado da ocupação gaúcha. Este local sempre foi pensado a partir de um projeto de criação de um município. Em 1998 o nome foi alterado para Luis Eduardo Magalhães, filho de Antonio Carlos Magalhães, o que em parte demonstra as relações entre a elite empresarial gaúcha e os políticos tradicionais do estado da Bahia. No ano de 2000, o município conseguiu sua autonomia. Apesar da declaração de inconstitucionalidade por parte do STF, em 2007, dois anos depois a criação municipal foi oficializada.

[259] Haesbaert; 1995, 64.

Esta perspectiva, assim, se diferenciaria das explicações que entendem a radicalização de fluxos que se articulam na forma de redes como responsáveis pelo solapamento dos processos de territorializacão. Amparado, então, em uma outra interpretação, Rogério Haesbaert apresenta outras características possíveis em torno da ideia de *redes*, da conexão entre pontos distintos, que não estaria limitada a um processo técnico-científico, informacional e mercadológico.

O pensamento dicotômico entre esse *movimento flutuante* e a tradicional concepção territorializante, assim, deveria ser substituído por uma compreensão dialética *entre desterritorialização (destruição de antigos territórios e/ou integração de novos espaços a uma rede globalizada, de extroversão), e (re)territorialização (formação de novos territórios através da apropriação política e/ou simbólica do espaço, incluindo aí a conjugação com redes mais locais e centrípetas)*[260].

Diante deste quadro, Rogério Haesbaert lança a sua hipótese. Em primeiro lugar, em sua pesquisa, o autor não pode ignorar as consequências das transformações no mundo traduzidas na concepção de *redes*. Mas, por outro lado, se este cenário torna mais complexa a relação com o espaço vivido, não significa que haveria um *domínio irrestrito da desterritorialização*. Novas formas, portanto, de identidade territorial e controle do espaço surgiriam, garante o geógrafo, mesmo que por meio de um *amálgama complexo com redes de diversas naturezas que extrapolam em muito a espacialidade das superfícies e fronteiras tal como até aqui temos reconhecido*[261].

O processo de modernização protagonizado pelos gaúchos no município de Barreiras, no oeste baiano, assim, se assentaria naquilo que o geógrafo define como redes-território: um espaço que produz – ou é produzido por – um *enraizamento*, mesmo que diferente da forma tradicional. Ao passo em que os sulistas, neste caso, empreendem uma expropriação, produziriam uma nova rede-território formada a partir das relações econômicas e culturais, ancoradas nos elementos de origem. Por isso a importância da concepção de rede: haveria um deslocamento e uma comunicação em torno das representações sobre o que é ser gaúcho, sulista, capazes de fornecer a sustentação necessária para um processo de territorialização em um outro – e estranho – lugar.

---

[260] Ibidem, 78.
[261] Ibidem, 33.

Neste ponto se encontra o cerne da argumentação sobre a identidade gaúcha (re)territorializada no município de Barreiras: as redes articuladas por empresários, atuando na constituição de uma área do agronegócio nos cerrados nordestinos, que podem ser caracterizadas como um processo desterritorializante ao atingir os grupos locais, se concretiza também por meio de uma combinação de redes – as relações firmadas entre o território de origem e o novo lugar - capaz de fazer trafegar não apenas o capital, mas uma força construtora que se amparou no que o autor denomina de *identidade – cultural – regional*[262].

Este processo é perceptível, em primeiro lugar, ao se constatar no estudo de caso, a relevância do fenômeno denominado *encontro entre duas culturas*[263]. Este contato, no entanto, permeado por conflitos, não se institui horizontalmente: o encontro possui como marcador central, não apenas a *diferença*, óbvia entre grupos de formação histórica distinta. Mas esta diferença acaba por produzir uma hierarquização, uma desigualdade, na qual o grupo que migra para o território alheio se afirma como superior.

Para Haesbaert, este ponto confirmaria a sua hipótese: *em pleno boom modernizante e desterritorializador, ainda há ampla margem para a diferenciação e o reapresentar de aspectos culturais que muitos julgavam desaparecidos*. Mas, apesar dessa afirmação, o trabalho de Rogério Haesbaert caminha em um sentido que acaba por demonstrar as relações entre identidade regional (construída, forjada) e o processo modernizante em curso na fronteira brasileira desde os anos de 1970. Não por acaso, em sua classificação, o percurso protagonizado pelos gaúchos será definido pelo o autor como *modernização arrasadora*[264].

Ao assumir esta perspectiva, Haesbaert teve de oferecer elementos sobre a construção histórica de um imaginário em torno da identidade regional que se afirmaria, posteriormente, na mobilidade e na chegada ao território a ser *conquistado*. Em primeiro lugar, portanto, deve-se entender o processo de formação do *gauchismo* a partir de uma

---

[262] Idem.
[263] Ibidem, 82.
[264] Ibidem, 126. É interessante observar que esta definição de Haesbaert se fundamenta em uma oposição ao conceito normativo habermasiano de modernidade. Neste ponto, o ideal de Habermas é tomado quase como um termômetro que nos permitiria emitir um juízo de valor sobre processos realmente existentes, como nos casos analisados até aqui. A modernidade habermasiana que *ainda não se realizou por completo*, portanto, é o parâmetro do autor ao avaliar a modernidade gaúcha no nordeste como arrasadora no campo econômico e político (Cf. Haesbaert; 1995, 45-54).

relação entre identidade e território. Para recontar os passos que forneceriam os elementos para a edificação dessa identidade territorial, regional, Haesbaert remete sua pesquisa, em primeiro lugar, às narrativas da literatura e aos escritos clássicos do pensamento social brasileiro para, em seguida, buscar as bases históricas que possibilitaram a *invenção* das tradições locais.

3.2. Dualidades e identidades: a construção da superioridade regional.

A relação entre identidades regionais e territórios permeia inúmeros processos históricos no espaço brasileiro. A congruência entre identidade, território e hierarquização, no entanto, acaba por recair em uma complexa maleabilidade, se considerarmos o tema da oposição entre duas grandes construções tradicionais no imaginário nacional. Sendo assim, se ficássemos, aqui, restritos à clássica dicotomia *sertão e civilização*, tema que abordamos no primeiro capítulo, estaríamos diante de uma possível delimitação territorial e de uma óbvia hierarquização, mas que perderia singularidades importantes. E, mais do que isso, ao acompanhar a questão da colonização a partir da década de 1970, uma construção de outro tipo reclama por um lugar de destaque, algo que é perceptível quando acompanhamos a perspectiva que pretende apresentar a reconstrução da identidade regional – neste caso, do mito do gauchismo, ou do "gaúcho" (sulista).

Por mais que a dicotomia tradicional - sertão-litoral (civilização) - apresente inúmeros pontos de contato com as descobertas presentes na pesquisa do geógrafo Rogério Haesbaert, aqui encontraremos uma modificação importante: ao contrário das análises sobre os clássicos termos da formação nacional brasileira, que geralmente nos remetem a construções intelectuais, às elites políticas litorâneas do século XIX e aos debates em círculos eruditos, o tema da construção da identidade regional, por mais que tenha passagem por esses caminhos, possui a vantagem de perceber a popularização das noções de superioridade e as distinções entre os grupos sociais que se afirmam como civilizados em comparação com outros que seriam o seu oposto.

Restringir-se aos estudos sobre a dicotomia tradicional, em segundo lugar, perde, assim, a possibilidade de compreensão mais detalhada da força que tais manifestações impuseram ao processo de expansão de lógicas específicas na ocupação do território brasileiro; a importância, portanto, das identidades que se manifestam em uma *escala*

inferior à nacional[265]. Desse ponto de vista, segundo esta abordagem, quando se pensa, por exemplo, o tema das colonizações, o protagonismo estatal - por vezes exercido em conluio com o setor empresarial - acaba por conceder espaço para um terceiro elemento importante, que se manifesta de um modo mais difundido entre os demais envolvidos neste processo.

É importante observar, no entanto, que no estudo apresentado por Haesbaert, a construção da identidade territorial regional gaúcha pode ser entendida segundo sua *diferença* em relação ao grupo situado anteriormente no espaço de conflito. De algum modo, isso faz com que a perspectiva aqui analisada ainda mantenha no horizonte o recurso das generalizações. Assim, sustentando a possibilidade de comparações com a nossa dicotomia tradicional, os indivíduos que historicamente povoaram o oeste baiano, em uma hierarquização, figurariam como o exemplo da camada nacionalmente classificada como inferior diante dos sulistas, aqueles que se autodenominam os detentores de uma identidade superior.

A reprodução de polos identitários no contexto brasileiro, capaz de reiterar e reinventar diferenças no contato com o outro, seria então resultado de uma possibilidade aberta pelos regionalismos e pelas construções culturais geograficamente determinadas. É deste modo, portanto, que Haesbaert acredita ser possível eleger as duas formas, no território nacional, que traduzem um conceito de *região* que leva em consideração, por um lado, o regionalismo político e, por outro, a identidade regional – em consonância com o recorte geográfico. Afirma-se, assim, que *o Brasil, grosso modo, exibe hoje, através dessa concepção, duas regiões melhor definidas, justamente aquelas construídas por "gaúchos" e nordestinos: o Sul e o Nordeste (com todas as controvérsias que suas respectivas delimitações implicam)*[266].

Por conta dessa diferenciação, que se manifestaria em seu estudo de caso, Haesbaert procura demonstrar também a reconstrução daquilo que se denominaria *nordestinidade*. Este quadro ofereceu ao autor a possibilidade não apenas de analisar a construção dos mitos em torno de gaúchos e nordestinos - o mito "positivo", em relação aos primeiros,

---

[265] "Gauchismo e nordestinidade encontram-se entre essas múltiplas formas com que podem ser concebidas as identidades sociais, consideradas neste caso como identidades territoriais. Territoriais e regionais ao mesmo tempo, pois se referem a uma escala geográfica determinada, imediatamente inferior à escala nacional". (Haesbaert; 1995, 89).
[266] Haesbaert; 1995, 91.

e "negativo" na caracterização do segundo -, como, de também, demonstrar as aproximações entre ambos, como no caso das práticas clientelistas no caudilhismo e no coronelismo. Este último ponto diz respeito a um dos objetivos do geógrafo: realizar um exercício de desconstrução da pretensa superioridade do grupo originário da região sul[267].

Como o tema dos sulistas mantém correspondência mais direta com os casos de colonização que são nosso objeto de análise, daremos neste tópico prioridade ao tema da construção da identidade regional gaúcha. Mas, por outro lado, a questão das *duas grandes regiões* caminha em conjunto no trabalho de Rogério Haesbaert, sendo difícil, portanto, ignorar os aspectos analisados sobre nordestinos e baianos.

Como afirmamos anteriormente, o exercício de seguir os passos históricos da identidade regional também se utiliza de fontes literárias e de clássicos do pensamento social, para tentar traçar a fisionomia e características que são atribuídas a determinados grupos sociais geograficamente delimitados. De tal modo, Rogério Haesbaert recorre aos clássicos de José de Alencar, "O gaúcho", de Euclides da Cunha, "Os sertões", e "Populações meridionais do Brasil", de Oliveira Vianna[268].

Ao referir-se a esta literatura, em sua busca pelas definições simbólicas do *ser gaúcho* e do *ser nordestino*, esta perspectiva deve superar uma primeira objeção: no caso, por exemplo, de Oliveira Vianna, sua descrição se concentra nos gaúchos dos pampas, no *campeador rio-grandense*, e não na identidade regional gaúcha mais ampla e difundida. Neste caso, a tese defendida pela pesquisa em questão afirma que *é importante lembrar, contudo, que foram justamente o sertão nordestino e a Campanha Gaúcha, a partir de uma base territorial local comum, o latifúndio de pecuária extensiva (considerando as importantes diferenças entre a "estância" sulina e a "fazenda" sertaneja), os espaços*

---

[267] "No âmbito da história política de gaúchos e nordestinos existem mais pontos comuns do que comumente se difunde. Apesar de muitas controvérsias e interpretações equivocadas, vários trabalhos mostram os laços que unem os coronelismos do Norte e do Sul. Isso contradiz radicalmente a ideia, difundida ainda hoje pelos sulistas no oeste baiano, de que o coronelismo é/foi um fenômeno exclusivo de 'regiões politicamente atrasadas e tradicionais' como o interior do Nordeste, e que os sulistas seriam portadores de uma herança política 'moderna e mais democrática', já que o Rio Grande do Sul teria sido desde há muito tempo 'o estado mais politizado do Brasil'". (Haesbaert; 1995, 109).

[268] Este recorte em sua pesquisa se destina a dar conta da construção das duas identidades que se confrontariam no oeste baiano: "reportar-nos-emos então a obras historicamente muito representativas, no mínimo pelo papel que tiveram na definição/difusão dessas identidades (...)". (Haesbaert; 1995, 95).

de referência identitária projetados simbolicamente para definir o "ser gaúcho" e o "ser nordestino"[269].

No caso de José de Alencar, em seu livro escrito na segunda metade do século XIX, o elemento a ser explorado é o estabelecimento de uma relação entre o homem e o meio na formação da *alma pampa*: o gaúcho, portanto, encarnaria as benesses desta combinação, algo que se comprovaria por sua *coragem, sobriedade e rapidez*[270]*: de cada ser que povoa o deserto, toma ele o melhor; tem a velocidade da ema ou da corça; os brios do corcel e a veemência do touro*[271]. A menção à descrição romântica de José de Alencar, recheada pelo determinismo geográfico para tratar da relação entre natureza e cultura teria sua validade comprovada pelo diálogo que ainda estabelece com muitos discursos dos habitantes da região: *quem, como eu, conviveu ou conhece de perto os habitantes dessa área, sabe muito bem a força que ainda mantém essas interpretações*[272].

Esta relação entre as características de um grupo social e o meio, a natureza, seria acentuada na obra de Euclides da Cunha, ao compor um quadro descritivo no qual o gaúcho seria a antítese do jagunço, do vaqueiro do norte. O contato com o meio daria ao gaúcho uma estética mais aprazível, *cavalheiresca e atraente*, e, também, uma vida mais afortunada, por desconhecer os horrores da seca e por viver em uma *natureza encantadora*. Para a perspectiva aqui analisada, esta oposição entre o *ser* altivo do sul e aquele que precisa resistir no sertão – ambiente que o transformaria em bárbaro, impetuoso, inconstante, segundo Euclides - registraria os passos para a construção de um imaginário que persiste ainda hoje: *como bem atesta a visão, já comentada, de Euclides da Cunha, o gaúcho sulino foi sempre, no imaginário dominante, a contraposição bem comportada e "elegante" do "bárbaro" jagunço nordestino, a "ordem frente à desordem", como ainda hoje se difunde entre os sulistas no nordeste*[273].

Dezoito anos após a publicação de "Os sertões", em 1920, Oliveira Vianna lançou o seu clássico "Populações meridionais do Brasil", uma de suas principais obras em defesa da

---

[269] Haesbaert; 1995, 95.
[270] Haesbaert; 1995, 98.
[271] Alencar; 1998, 03.
[272] Haesbaert; 1995, 99.
[273] Ibidem, 103

centralização estatal contra os argumentos dos liberais federalistas. Um dos pressupostos de Oliveira Vianna recaía no diagnóstico da ausência de solidariedade social no Brasil, de um senso de comunidade compartilhado. Daí, portanto, a necessidade de um Estado capaz de ser o construtor de uma consciência nacional.

Neste cenário desalentador, Oliveira Vianna analisa a formação de três composições territoriais distintas, formadas por seus tipos específicos: o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Este último, por sua vez, parecia aos olhos de Oliveira Vianna possuir singularidades diante dos outros grupos sociais brasileiros. Não por difundir uma pretensa identidade e lealdade nacional, mas por se constituir socialmente como um corpo ciente da necessidade de defesa do *interesse da comunidade*[274].

Os homens do extremo-sul, habituados à lógica da defesa da fronteira, em meio ao *turbilhão platino*, apresentariam uma outra relação entre solidariedade e a coisa pública: *daí a consciência dos gaúchos, ser a noção dos interesses comuns e da solidariedade social um conceito vivaz, enérgico; carregando na sua composição grande número de elementos sensoriais e efetivos. Igualmente, a noção do valor do poder público, da autoridade pública, do governo político. Este deixa de parecer um puro órgão de opressão e extorsão fiscal, para ser um órgão necessário e vital, imprescindível à integridade e à vida coletiva*[275].

Por meio desses exemplos, é possível perceber, mesmo que introdutoriamente, uma série de qualidades atribuídas aos gaúchos, extraídas de círculos intelectuais no Brasil - da literatura ou de nossa tradição do ensaísmo. O gaúcho, assim, é percebido como um sujeito de coragem, de bravura, possuindo uma estética cavalheiresca e elegante, e sendo consciente politicamente, ao compreender a importância dos valores que circundam a comunidade, a vida coletiva e a coisa pública. Este quadro armado por Rogério Haesbaert, portanto, apresenta uma primeira compreensão sobre a construção do *mito do gauchismo*, por meio das menções aos atributos desse grupo social-territorial.

---

[274] Esta expressão de Oliveira Vianna é retirada por Haesbaert do volume II de Populações meridionais do Brasil, livro dedicado especificamente ao gaúcho, ao campeador rio-grandense. Os argumentos são semelhantes ao que mencionamos na citação posterior. Mas, convém mencionar a passagem que o geógrafo coloca em sua tese: "Vianna afirma que 'o gaúcho habituou-se à cooperação social, isto é, a agir associando o seu interesse pessoal e particular ao interesse coletivo e geral', numa 'perfeita relação de solidariedade e conexão entre a vida privada e pública'" (Haesbaert; 1995, 109).
[275] Oliveira Vianna; 2005, 350.

O exercício do autor passa, por outro lado, como já mencionamos, por uma desconstrução: em primeiro lugar, ao mencionar passagens e trechos das obras citadas, geralmente estas são classificadas como exageradas e fantasiosas. Em segundo, especialmente em relação a Oliveira Vianna, como já observamos, Rogério Haesbaert menciona as possibilidades de aproximação entre o caudilhismo e o coronelismo gaúcho e problematiza as afirmações em torno da solidariedade social e do ideal de comunidade: *(...) pode-se objetar argumentando exatamente o contrário: o individualismo dos gaúchos (pela própria incorporação mais precoce dos elementos da modernidade capitalista) seria muito mais acentuado do que o dos nordestinos, habituados a iniciativas conjuntas, solidárias (...)*[276].

O levantamento de objeções, no entanto, deve dar lugar ao percurso que busca compreender os elementos da construção da identidade regional. Neste ponto, não apenas a força e a permanência do discurso sobre os *atributos* dos gaúchos são objetos de análise, mas, principalmente, o modo como estas características, vinculadas ao campeador rio-grandense, ao estancieiro gaúcho, se estenderam a todo um estado, como elementos configuradores de uma expressão identitária.

De tal modo, esta perspectiva tenta reconstruir, a partir de alguns elementos – e *apesar das simplificações adotadas*[277] -, o processo de projeção desta identidade. Obviamente, o sucesso da popularização e incorporação dos atributos dos gaúchos dos pampas esteve sempre atrelado ao sentido positivo, de superioridade, que lhe era concedido, como no caso dos clássicos mencionados acima. O sulista, de um modo geral, portanto, como afirma Haesbaert, passa a reclamar para si esta distinção, que se assenta, inclusive, na diferenciação em relação ao nordestino[278]: *no caso do Rio Grande do Sul, foi também pela necessidade de heroísmo, de provar uma capacidade "inata" dos gaúchos, a de nunca se deixar vencer, a de não "negacear", que resgatou-se a memória dos*

[276] Haesbaert; 1995, 110.
[277] Ibidem, 118.
[278] É curioso perceber, com Rogério Haesbaert, o ponto de chegada dessa diferença, ao se analisar os termos 'baianada' e 'gauchada' (ou seja, aquele que toma uma atitude típica do baiano e aquele que se comporta tipicamente como um gaúcho) nos dicionários brasileiros: "comparando os termos 'baianada' e 'gauchada' nos dicionários, percebe-se claramente a contraposição de valores: o primeiro é visto como 'fanfarrice, impostura de baiano', 'ação desleal, suja, patifaria'; gauchada, por sua vez, é 'ação nobre e corajosa, própria do gaúcho'. Nos campos do sul, uma ação tida como uma 'gauchada' é uma proeza nas lides campeiras, enquanto 'baianada' pode ser a 'inabilidade em montar a cavalo ou em manejar o laço e as boleadeiras' (Aurélio) ou simplesmente 'erro ou inobservância de regras ou costumes dos gaúchos (O Globo)" (Haesbaert; 1995, 104).

estancieiros e suas virtudes de heroísmo e democracia, projetando-as como se fossem partilhadas por todos os habitantes do estado[279].

O *Pampa gaúcho* como uma referência identitária capaz de abarcar um espaço mais amplo, no entanto, foi resultado de uma longa construção. Até meados do século XIX, garante Rogério Haesbaert, nos anos próximos à Revolução Farroupilha, a expressão "gaúcho" possuía um sentido depreciativo (*o ladrão de gado*). Apenas na segunda metade do século XIX, a designação passa a representar todos os habitantes do espaço rural da Campanha. A popularização da referência, destinando-se a toda a população do estado, ocorreu apenas no início do século XX, mas ainda resguardando um sentido pejorativo, a partir de uma classificação exterior feita pelos habitantes de outros estados do Brasil[280].

A partir da constatação desse percurso histórico, encontramos um dado crucial para as pesquisas preocupadas em explicar o tema das identidades no Sul do país. Para uma construção da identidade gaúcha enquanto autorreconhecimento em sentido positivo, a participação dos imigrantes europeus recebe, assim, um lugar central. Este tipo de afirmação permeia tanto a tese de Haesbaert quanto trabalhos conhecidos sobre o tema, como, por exemplo, os estudos de Ruben George Oliven[281]. Este último chega a afirmar, ao fazer um balanço sobre as pesquisas que tratam da imigração europeia no Rio Grande do Sul, *que os imigrantes idealizavam o gaúcho como um tipo superior*[282].

Os colonos europeus, no início do século XX, marginalizados em seus países de origem, cultivariam, segundo esses autores, uma aproximação com as tradições do gauchismo oligárquico-fundiário. A ascensão social dos imigrantes ou de seus descendentes, *passando de agricultores pobres a industriais e pequenos e médios empresários*[283], no estado do Rio Grande do Sul, acabaria por complementar a construção da identidade sulista ao acrescentar a dimensão de uma ética do trabalho como uma contribuição do europeu trabalhador e destinado ao sucesso: *precisamos ressaltar que uma identidade com o estado do Rio Grande do Sul como um todo foi se sedimentando na medida em*

---

[279] Ibidem; 115.
[280] Ibidem; 118.
[281] Ruben George Oliven, no tema do tradicionalismo gaúcho, é uma referência central tanto para Haesbaert quanto para Betty Rocha, autora que abordaremos adiante. No caso de Rogério Haesbaert, inclusive, Oliven se constituiu em um interlocutor importante em sua pesquisa de mestrado, em 1988: "RS: latifúndio e identidade regional", além da tese que estamos analisando.
[282] Haesbaert; 1995, 116.
[283] Ibidem, 117.

que o imigrante ou seus descendentes alimentavam a crença nas "potencialidades" que teriam transformado o estado no "celeiro do país", cultivando uma imagem de abundância e autossuficiência ligada basicamente à ética do trabalho da qual eles seriam os difusores[284].

Deste modo, componentes de uma cultura ítalo-germânica, afirma Haesbaert, acabaram por ser incorporadas à identidade gaúcha, em uma expansão para toda a região ocupada pela imigração europeia[285]. Ao lado, portanto, das características "folclóricas", sempre reconhecidas como próprias dos gaúchos dos pampas (*vestuário, hábitos como o churrasco e o chimarrão*), se assentaria uma construção a respeito dos imigrantes *(a ética do trabalho, a disciplina e os traços físicos ítalo-germânicos*) para a definição do "gaúcho"[286].

No contato com outros grupos, como os nordestinos, a relação entre a raiz europeia e uma interiorização da ética do trabalho torna-se ainda mais forte. Cotidianamente, este elemento, perceptível como constituidor de uma identidade regional, é rememorado quando o objetivo é a comparação e a hierarquização. Como se a possibilidade de se remeter mais facilmente a uma ascendência alemã, italiana ou polonesa fosse a comprovação da posse de atributos que faltariam aos nordestinos – ou aos mato-grossenses, em outro exemplo -, constituindo uma oposição entre trabalho e preguiça, entre o moderno e o atraso.

O mito produzido por meio dessas combinações, capaz de se estender por todo o estado do Rio Grande do Sul, ainda contaria com dois importantes processos também responsáveis pela manutenção de sua força. O primeiro foi a criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que receberia seus contornos de entidade oficial no decorrer da década de 1960. Este movimento, por conseguinte, se espalhou gradualmente pelo país por meio dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas), responsáveis pela difusão e preservação da identidade gaúcha. Hoje, os CTGs possuem

---

[284] Idem.

[285] Rogério Haesbaert ainda tenta demonstrar os motivos que levaram os imigrantes a não elevar suas identidades nacionais a uma condição central, de modo a recusar o gauchismo. Em primeiro lugar, segundo o autor, os europeus imigrantes nunca teriam se tornados hegemônicos nas agências e instituições produtoras ou difusoras de signos identitários em escala estadual. Segundo, alemães e italianos, durante a Segunda Guerra Mundial, sofreram com as atitudes opressoras, por parte das forças políticas, o que teria abalado as manifestações mais fortes de suas identidades culturais (Haesbaert; 1995, 117).

[286] Haesbaert; 1995, 119.

números impressionantes, ao acompanhar a migração dos sulistas pelo restante do país, principalmente a partir dos anos de 1970[287]: *trata-se de um fenômeno social muito importante pois, apesar de não se restringir ao grupo sulista, tem nele sua base fundamental, tornando-se o indicador mais concreto da difusão cultural que estes migrantes promovem e revelando a coesão social que essa prática lhes confere*[288].

O tradicionalismo gaúcho já recebeu inúmeros estudos. Os questionamentos se dirigem, geralmente, à sua capacidade de popularização e difusão territorial. O seu caráter de organização e de instituição oficial, por exemplo, abre margem para uma interpretação que incide sobre sua função ideológica. Em algumas análises, *(...) o Tradicionalismo é visto como uma ideologia destinada a manter a massa rural e as camadas populares que migraram para as cidades em estado de submissão*[289]. Esta afirmação seria confirmada pelo conteúdo da Carta de Princípios do Movimento, que enfatiza os aspectos de *harmonia social, o bem coletivo, a cooperação com o Estado, o respeito às leis e o espírito cívico (...)*[290].

Mas, por outro lado, no mesmo artigo mencionado acima, Ruben Oliven identifica uma proliferação nos anos 80, entre os jovens da classe média urbana, de expressões *das coisas gaúchas*, mas não vinculada estritamente com os parâmetros determinados pelo Movimento Tradicionalista. Oliven, por sua vez, não apenas recusa a explicação de que isso seria um modismo passageiro nos centros urbanos, mas refuta a ideia de que tal atitude da juventude, sobretudo porto-alegrense, seria resultado da imposição ideológica de uma elite intelectual ou política. Defende, assim, que o tema deveria ser pensado a partir de um debate sobre a identidade regional. A defesa de tradições e de manifestações culturais específicas, portanto, diante *do nacional* ou de um outro qualquer forçaria o reconhecimento de que a *adesão às coisas gaúchas corresponde à afirmação de uma identidade regional*[291].

---

[287] "A difusão do tradicionalismo gaúcho é paralela à expansão da migração de sulistas para fora do Rio Grande do Sul e da região Sul. A Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (CBTG), congrega atualmente 7 Federações Estaduais, os MTGs do Rio Grande do Sul, Santa Catarina (245 CTGs), Paraná (222 CTGs), São Paulo (51 CTGs), Mato Grosso do Sul (15 CTGs), Mato Grosso (39 CTGs) e Planalto Central (DF, GO, TO, oeste da BA e MG), cada um deles reunindo no mínimo 25 CTGs, além da União Gaúcha do Nordeste, fundada em Natal em 1994 (Haesbaert; 1995, 208).
[288] Haesbaert; 1995, 208.
[289] Oliven; 1983, 80.
[290] Idem.
[291] Ibidem, 81.

Haesbaert, por sua vez, acompanha este seu interlocutor: afirma, assim, que o caso do MTG - e dos CTGs - é um exemplo de uma curiosa *transposição geo-simbólica, em que as velhas oligarquias decadentes da Campanha pastoril são erigidas como símbolo cultural para todo Rio Grande do Sul*[292] – e em meio a um processo de urbanização. A manifestação de um *gauchismo mais aberto*, como no caso mencionado por Oliven, muitas vezes em oposição ao tradicionalismo oficial, desmotivaria, também em Haesbaert, uma abordagem que apenas entende a questão identitária como resultado da manipulação das elites[293].

Para além de uma *preservação folclórica*, de responsabilidade das expressões culturais e de proteção das tradições, Haesbaert chama a atenção para uma segunda questão importante: a intensificação dos deslocamentos populacionais do Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Cantarina, Paraná e, após a década de 1960, para outras regiões do país, fez com que os migrantes da região Sul passassem a ser identificados, de um modo geral, como "gaúchos"[294].

Neste caso, torna-se mais difícil tratar do tema da identidade regional exclusivamente sob o prisma do tradicionalismo organizado. Em primeiro lugar, pois, se esses deslocamentos acabam angariando sempre novos adeptos para as manifestações dos costumes e da estética do gauchismo, não se pode afirmar que seja um fenômeno capaz de abarcar todos os envolvidos nos processos de ocupação e deslocamento territorial. Os outros estados da região Sul, por outro lado, também criam, inventam e atualizam suas próprias particularidades.

Mesmo assim, a generalização "gaúchos" é utilizada em regiões que recebem esses migrantes, reconhecidos como semelhantes e originários de um mesmo lugar, algo comum no caso do oeste baiano e em cidades históricas do Mato Grosso. Por esse motivo, talvez, no caso da imprensa e das pesquisas acadêmicas, quando o objetivo é narrar esses processos de deslocamentos de contingentes populacionais do Sul do país para outros territórios, tornou-se comum se referir aos *sulistas* – escapando da classificação popular, mas não da generalização - para denominar os indivíduos que percorreram este caminho. Assim, se o *gauchismo* consegue se difundir, primeiro nos

[292] Haesbaert; 1995, 123.
[293] Ibidem, 212.
[294] Ibidem, 118.

estados do Sul e, depois, para outros estados, uma das consequências desse alastramento reside no fato de que os habitantes dessa região do Brasil são reconhecidos a partir de alguma generalização, possuindo, então, certa identificação comum.

O tema da generalização, assim, parece nos conduzir para um lugar que está além do tradicionalismo, mesmo sem abdicar completamente dele, que diz respeito, agora, a uma generalização "de dentro para fora". A difusão das tradições gaúchas em São Paulo, fenômeno que se comprova pelo número de CTGs neste estado (51), não implicou um processo no qual os gaúchos, ou sulistas, se autodenominassem – ou fossem reconhecidos[295] - nesta localidade, como os detentores de um ideal civilizador e modernizador. A relação entre costumes e características, atribuídas ao *tipo social do sul*, e a noção de uma ética do trabalho, que remeteria a um legado dos imigrantes europeus, transparece com maior força nos territórios *distantes*, considerados *atrasados*, ou, mais especificamente, nos espaços que recebem um tipo específico de ocupação ou colonização que se caracteriza por seu aspecto *modernizador*.

Nestes contextos, portanto, os elementos que compõem uma identidade gaúcha e, se pudermos arriscar, posteriormente sulista, são elevados a um outro patamar, quando grupos sociais de territórios específicos passam a ser reconhecidos e a se reconhecer como os portadores de um projeto de modernização. É por esse motivo que se deve entender este problema complexo para além do tema das tradições e costumes. Ao que parece, Haesbaert compreendeu este ponto ao afirmar que *trata-se de uma dinâmica que reconstrói a cada momento a identidade, não constituindo uma simples continuidade a partir de uma raiz primeira que, dessa forma, pode ser falsamente interpretada como "naturalmente" fundadora*[296].

---

[295] O reconhecimento externo de que os sulistas seriam os representantes de processos de modernização no interior do Brasil é muito difundido, debatido em alguns círculos, mas pouco problematizado academicamente. Existe uma crença no país, para além da região Sul, que coloca esses migrantes nessa condição. Para se ter um exemplo, recentemente, Xico Graziano, após uma visita a Sinop, escreveu um artigo no Jornal O Estado de São Paulo intitulado "O nortão de Mato Grosso". Em um determinado momento de um texto repleto de elogios, o autor afirma: "Tudo reluz na cidade de Sinop. Inexiste velhice, quer de coisas ou de pessoas. A sede da prefeitura, a igreja central, as lojas do comércio, as largas e planejadas avenidas, os automóveis, por onde se enxerga se vê modernidade. Nas ruas o povo parece ser mais alto, aloirado, de olhos claros, palavreado cantado, traços próprios de descendentes dos imigrantes europeus" (disponível em: http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,nortao-de-mato-grosso-imp-,1147609. Acessado em 17/07/2014).

[296] Haesbaert; 1995, 118.

Desse ponto de vista, devemos seguir adiante acompanhando mais de perto o estudo de caso apresentado por Rogério Haesbaert, no município de Barreiras. O processo denominado *reterritorialização "gaúcha" no nordeste*, definido pelo autor como um exemplar da *modernização arrasadora*[297] em curso no Brasil, possui como um dos elementos centrais as manifestações e reconstruções identitárias, em oposição àquelas que seriam mais próximas de um *tipo* comum dos sertões baianos. De tal modo, estabelece-se um tripé, nestes espaços, que vincula o sulista, um ideal civilizador e um projeto modernizador.

3.3. Modernização e ordem.

Desenvolveu-se, no Brasil, nas últimas décadas, o que poderíamos denominar *circuito do agronegócio*. Este novo mapeamento da produção rural brasileira é permeado por inúmeras redes: as redes políticas, por exemplo, formadas por sindicatos patronais e organismos de representação de interesses, são articuladas de modo a aproximar os produtores rurais do Rio Grande do Sul aos sojicultores do oeste baiano, passando pelo Paraná, os três estados do Centro-Oeste e o sul do Pará. Do mesmo modo, essas associações, as redes do agronegócio, se mobilizam e exercem pressões políticas; uma articulação formada entre associações, sindicatos rurais e federações estaduais, que culminam na CNA[298], a confederação responsável pela defesa dos produtores rurais perante os três poderes no Brasil. O sistema partidário e a representação no Congresso Nacional são parte do *modus operandi* dessa organização, por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária[299].

Como se pode notar, é despendido um enorme esforço para manter essa rede conectada não apenas politicamente, mas também na produção de conhecimento, informação e

---

[297] Para a definição de modernização arrasadora de Rogério Haesbaert, ver, especialmente, o debate apresentado no ponto 2.3. "Modernidade e modernização", do capítulo 02.

[298] No interior do agronegócio brasileiro existem inúmeras associações, como no caso da APROSOJA, o que torna mais complexa a questão da representação de interesses, escapando do tradicional ordenamento do sindicalismo patronal rural. Mas é possível sustentar uma conexão, capaz de formar uma rede, complexa, mas que aglutina os sentidos e objetivos.

[299] A FPA é um bom exemplo para explicitar as conexões entre o sindicalismo patronal, as associações e a representação política do agronegócio. Declaradamente, a FPA possui, entre tantos outros, os seguintes parceiros: ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), ABRAPA (Associação Brasileira dos Produtores de Milho), AMPA (Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão), APROSOJA Brasil (Associação dos Produtores de Soja do Brasil), CNA (Confederação Nacional da Agricultura), SRB (Sociedade Rural Brasileira). Cf. http://www.fpagropecuaria.com.br/entidades.

cooperação. Em 2012, por exemplo, foi lançado o Projeto Soja Brasil, que percorreu durante sete meses, com a colaboração do Canal Rural, o *circuito do agronegócio.* Passando por cerca de 300 pontos da produção no país, o projeto culminou em uma série de reportagens jornalísticas sobre agricultura modernizada no Brasil. Ao lado do acompanhamento do Canal Rural, o Projeto Soja Brasil também organizou, em diversos pontos do país, debates para o seu público. O objetivo desses eventos, segundo os organizadores, era o de capacitar os agricultores com o uso de modernas plataformas de comunicação e com a promoção de debates sobre os grandes temas do agronegócio.

Essas redes, conexões e articulações são consideradas, por aqueles que circulam por meio delas, elementos-chave de um Brasil que se moderniza, na esfera econômica e no âmbito social, mesmo que sejam classificados por seus opositores da esquerda nacional e da questão ambiental como o oposto: uma reunião de associações conservadoras e reacionárias.

A certeza de que representam o que há de mais modernizador no país poderia ser constatada não apenas pela defesa e divulgação dos números atuais da produção do agronegócio, mas também pelos discursos proferidos pelos atores que compõe o circuito: a afirmação de que *precisamos mostrar aos brasileiros, o Brasil que produz, que cresce, não aquele Brasil da novela*, assim, é acompanhada pela certeza de que *somos responsáveis pelos saltos, pelo sucesso da economia nacional, mas sofremos constantemente com os bloqueios gerados pela falta de infraestrutura, pela legislação opressiva e por conta da oposição de grande parte da opinião pública brasileira que reside nos grandes centros*[300].

Desse ponto de vista, se operaria quase uma inversão, no Brasil, entre os polos *atraso e moderno*: os grandes centros, repletos de discursos *progressistas falaciosos*, na imprensa e nas universidades, sofreriam de uma má compreensão sobre os processos modernizadores que ocorreram no interior do Brasil, e que teriam na nova produção da agricultura e na constituição das chamadas *cidades do agronegócio*[301] os elementos

[300] Essas afirmações, que resumem, em parte, o discurso sempre presente no circuito do agronegócio foram proferidas pelo jornalista João Batista Olivi, do Canal Rural, no debate inaugural do Projeto Soja Brasil, realizado em Sinop e organizado pela APROSOJA Brasil (Associação dos Produtores de Soja), na sede do Sindicato Rural dos Produtores Rurais, no dia 27 de julho de 2012.

[301] A designação "Cidades do Agronegócio" remete ao planejamento em torno da expansão da modernização agrícola, que contava com a formação de núcleos urbanos, em projetos privados ou oficiais de colonização. Neste ponto, urbano e rural se confundem em uma lógica de formação do território (ver,

principais de sua comprovação. Pode-se afirmar que este é um dos principais embates políticos no Brasil contemporâneo, inserindo-se na disputa atual sobre as escolhas em torno de um projeto nacional. Obviamente, não seria preciso afirmar que o *circuito do agronegócio*, nesta querela, pertence ao grupo que leva vantagem na afirmação sobre quais seriam os caminhos para se modernizar o país.

Olhar, hoje, para a produção econômica e para as manifestações políticas que representam o *circuito do agronegócio*, no entanto, nos informa muito pouco sobre o histórico de sua constituição material e sobre o desenvolvimento de uma concepção de *modernização* que é empregada e defendida nestes novos espaços. Isto significa que é preciso também atentar para o fato de que os processos que atuaram na formação, tanto da nova agricultura quanto na criação das *cidades do agronegócio*, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, reclamam para si também a inauguração, em contextos longínquos, do novo, do moderno. Neste caso, quando olhamos para o passado, para a gênese do que é hoje o norte de Mato Grosso e o espaço que circunda o município de Barreiras na Bahia, podemos perceber que sobrevive um discurso, calcado em processos históricos, que geralmente atribui a grupos específicos a responsabilidade por um *marco zero* a indicar os primeiros movimentos civilizatórios e modernizantes.

Na verdade, o cenário atual - e a interpretação dos atores envolvidos - se assenta em uma combinação. As paisagens geométricas, extensas e *monotemáticas*, que revelam a produção de uma agricultura modernizada, e que se confundem, em alguns espaços, com a formação de cidades planejadas, são muitas vezes atribuídas a uma capacidade de transformação que seria uma característica das populações oriundas do sul do Brasil. Em uma conversa com um pioneiro de Lucas do Rio Verde, por exemplo, propus uma espécie de exercício contrafactual e o questionei se era possível pensar nos mato-grossenses como protagonistas no processo de ocupação da região. Ele me respondeu que tal interpretação seria impossível, pois os habitantes locais não se interessavam por projetos daquela natureza: *mato-grossense só pensa em pescar e deitar na rede*, concluiu. O ponto importante neste tópico é o de tentar compreender quais são os pressupostos que informam afirmações deste tipo, disseminadas tanto entre capitalistas agricultores quanto entre as camadas médias que formam, no caso do norte de Mato Grosso, os novos contextos urbanos.

---

por exemplo, a tese de Edison Souza "O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso"; 2008, principalmente o capítulo III, "Cidades de fronteira").

Rogério Haesbaert encontra um cenário com discursos e atores semelhantes. Ao descrever o rápido crescimento da soja, que tomou a *última "fronteira romântica"*[302], o geógrafo percebe a congruência entre os números da produção, os discursos e as práticas que se difundiram em Barreiras: *(...) os críticos da antiga estrutura urbana defendem a ideia de que "a cidade é bastante medíocre, levou 100 anos pra crescer o que cresceu nos últimos 10 anos", a partir da chegada dos sulistas*[303]. Neste caso, é preciso entender que na perspectiva que estamos a analisar aqui, que consideramos ser inaugurada por Haesbaert, esta combinação se assenta na dialética entre dois processos: o desterritorializador e reterritorializador; inaugurando, assim, uma *des-reterritorialização* na região, se respeitarmos os conceitos difundidos pelo autor em questão.

Se acompanharmos os termos propostos, entretanto, não se pode negar um tipo de protagonismo classista, exercido pelos empresários de origem sulista, que conduziram o processo de modernização agrária. Os dados sobre a região de Barreiras indicam que o chamado "desenvolvimento da região" coincidiu com o crescimento da produção mecanizada a partir dos anos de 1980, que foi resultado do sucesso de empreendimentos capitalistas atuando segundo a lógica de apropriação de terras locais, de modo a introduzir o Brasil no moderno mercado de exportação de *commodities*: *os dados de crescimento da produção de soja foram difundidos como prova do sucesso dessas transformações: nula em 1980, a produção aumentou 10 vezes entre 1984 e 1988 e já em 1984 a soja representava 62,7% da produção agrícola do oeste baiano*[304].

Como se sabe, este percurso *estritamente desterritorializador*, se desenvolveu a partir de inúmeras iniciativas, que contavam com a participação de empresários e cooperativas do sul do país; em alguns casos, com o auxílio estrangeiro, como no exemplo da colaboração japonesa no PRODECER[305], programa que exerceu um papel importante também no norte de Mato Grosso; e, obviamente, o Estado brasileiro. Assim como percebermos anteriormente no caso de Mato Grosso, *(...) essa incrível transformação na região foi viabilizada no decurso dos anos 70 como fruto da conjugação entre capital*

---

[302] Haesbaert; 1995, 148.
[303] Ibidem, 143.
[304] Ibidem, 148.
[305] Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados.

financeiro e Estado, através do crédito altamente subsidiado e dos investimentos em novas tecnologias[306].

A lógica que imperou no decorrer dos anos 70 e 80, em meio às elevações e reduções na política de financiamento do Estado brasileiro, certamente, acabou por favorecer os *empresários pioneiros*. Este seria o caso, por exemplo, no oeste baiano, quando o recuo dos financiamentos prejudicou os vulneráveis pequenos produtores. Assim, os primeiros movimentos de um processo de *desterritorialização* são marcados pela aquisição de terras por parte de capitalistas mais fortes durante os períodos de crise no percurso da modernização da agricultura[307].

Por outro lado, neste processo de "seleção natural modernizante", questão que nos remete ao tema abordado por Laudemir Zart, os mais ricos se aproximariam mais facilmente dos desenvolvimentos tecnológicos operados por agências como a EMBRAPA e de agrônomos na correção do solo para a produção de soja e outras sementes. Neste caso, no entanto, o agricultor modelo não seria *formado* em meio à ocupação pelas ações estatais, mas estabeleceria um diálogo com outros atores e instituições no papel de modernizador dos sertões.

De tal modo, percebe-se que, enquanto no caso de Zart sobressai a questão da imposição, quando o assunto é a incorporação de novas tecnologias e a formação de uma nova mentalidade, aqui, com Haesbaert, as ações de técnicos agrônomos e do crédito bancário, gerenciado por funcionários do Banco do Brasil, apenas aparecem como indícios que, ao contrário, *relativizam o papel modernizador atribuído genericamente aos sulistas*[308]. Assim, o agricultor-empreendedor não é caracterizado como aquele sujeito que sofre mudanças a partir da *impregnação* de um planejamento baseado em cálculos capitalistas que lhes são exteriores. Este empresário, portanto, ao estabelecer um diálogo com as agências e agentes estatais, já se reconhece como possuidor de uma mentalidade capitalista.

---

[306] Haesbaert; 1995, 153.

[307] "No senso comum, no entanto, esses movimentos recebem uma curiosa interpretação: entende-se que "as crises financeiras, "peneiram" ou selecionam os empresários, fortalecendo a "fronteira" na medida em que separam os "aventureiros" dos que realmente querem trabalhar e se fixar na região" (Haesbaert; 1995,158).

[308] Ibidem, 155.

Esta inversão é ainda consubstanciada por sua relação com o conflito entre "gaúchos" e baianos na agricultura de Barreiras. Ao mesmo tempo em que os sulistas dividem com setores estatais os "méritos" do processo de modernização, o diálogo entre estes atores é comprovado pelo fato de que *um dos principais motivos do conflito entre muitos nordestinos e sulistas está justamente no fato dos financiamentos serem destinados quase que exclusivamente para os gaúchos*[309].

Entretanto, quando comparamos a questão acima com os estudos de Laudemir Zart, estamos ainda limitados pela dimensão economicista das transformações do mundo agrário. É de se supor, se poderia afirmar, que esta categoria, dos empresários da agricultura - aqueles que fazem o capitalismo se movimentar pelo espaço nacional -, possui, obviamente, elementos que configuram uma mentalidade capitalista-modernizadora, mesmo que não seja este, como vimos no capítulo anterior, o caminho percorrido por Zart. Se levarmos essa consideração a sério, para tratarmos do tema em questão, ou como sugere Rogério Haesbaert, do processo de reterritorialização, devemos ampliar nosso escopo de análise para além da dimensão rural.

Isto significa afirmar que o processo considerado pelos sulistas como civilizador/modernizador, transita e configura um espaço mais amplo que, apesar de incorporar a agricultura, não se limita ao território que é hoje ocupado pelo agronegócio. Ora, o que se quer dizer com a afirmação anterior é que não estamos a tratar de um processo de expansão que se restringe ao mundo dominado apenas por agricultores-empreendedores, que dependeria tão somente da atuação dos capitalistas no campo. Poderíamos arriscar, assim, ainda uma segunda assertiva: o novo mundo do agronegócio está baseado em comportamentos, valores e concepções sobre a modernização que se reproduzem, sobretudo, nos espaços da cidade. Diante desta ideia, então, devemos esclarecer alguns pontos.

Em primeiro lugar, não seria necessário retornar aos debates, de alguma forma já consolidados no Brasil, que tentam eliminar a clássica dicotomia entre campo e cidade. Mas, sobre o caso, ao observamos a constituição do agronegócio, percebe-se o quanto tal divisão é obsoleta. A agricultura moderna, presente em diversas regiões do país, como resultado de desenvolvimentos tecnológicos, caracterizada por complexos

[309] Ibidem, 159.

agroindustriais, atua em constante diálogo com uma produção urbana do conhecimento. De tal modo, rural e urbano se confundem, principalmente quando pessoas circulam simultaneamente por esses dois universos, consumindo e se comportando de modo semelhante.

Em sua pesquisa, Haesbaert percebeu, também, o quanto a divisão entre rural e urbano não ajuda a compreender nossos debates contemporâneos: nesses processos de expansão no Brasil se *estabelece uma subordinação quase total da atividade agrícola, primária, ao capital industrial e também financeiro, de modo a tornar o campo praticamente uma extensão das atividades urbanas (...)*[310]. No caso de Sinop, que abordaremos adiante, essa subordinação se desenvolve por meio de uma relação mais intensa, pois o mundo rural é pensado a partir do planejamento da cidade. Neste caso, se desfaz a imagem de um processo de urbanização que avança e limita o espaço rural, pois representa uma construção que conjuga os dois âmbitos como elementos de uma mesma coisa.

A questão não é nova: mencionamos no capítulo anterior que Bertha Becker, ainda em 1985, considerou que a expansão da fronteira no Brasil poderia ser caracterizada como um fenômeno urbano. O ponto a se destacar agora é que a agricultura moderna, como garante, por sua vez, Haesbaert, também é dominada por *um ambiente e pelos valores urbanos*[311]. Se levarmos em conta este dado, do espaço rural modernizado que é inundado, material e simbolicamente, por aquilo que se reproduz no espaço das cidades, devemos explorar a configuração deste novo mundo social por meio desse prisma. Se o campo se urbaniza – ou se estamos a assistir a urbanização do campo no Brasil -, provavelmente, já temos uma pista sobre a concepção de modernização que orienta esses processos de ocupação.

No caso, por exemplo, do processo de modernização da agricultura que tomou conta da região de Barreiras, em grande medida, a diferenciação estabelecida entre os trabalhadores sulistas e nordestinos, tanto pelos responsáveis dos novos complexos agroindustriais quanto pelos próprios trabalhadores, incidia na qualificação técnica, ou melhor, na possibilidade de uma maior intimidade com a linguagem da modernização que teriam os grupos provenientes do sul. Essa ideia de maior proximidade se amparava também numa divisão mais profunda que sempre foi estabelecida entre os grupos; uma

[310] Ibidem, 162.
[311] Ibidem, 163.

diferença pautada em uma concepção hierarquizante: *a diferenciação sulista X nordestino também adquire relevância, especialmente devido ao estereótipo que passou a ser difundido do sulista como trabalhador qualificado e disciplinado e do nordestino como trabalhador indisciplinado e sem qualificação*[312].

Assim, enquanto o agronegócio na Bahia selecionava os trabalhadores da região sul – ao ponto de uma cooperativa paranaense manter em funcionamento uma linha de ônibus entre a Bahia e o Sul[313] -, por conta de sua qualificação, respeitando uma exigência técnica, esse requisito era relacionado - como parte de uma diferença entre os grupos – à oposição entre trabalhadores disciplinados e indisciplinados. Obviamente, isso não significou uma exclusão completa dos trabalhadores baianos/nordestinos. Em primeiro lugar, como se sabe, essa mão de obra é utilizada em posições subalternas na agricultura modernizada. E, em segundo lugar, progressivamente os nordestinos passam a ser treinados para ocupar determinadas funções. A qualificação, neste caso, como observou Haesbaert, muitas vezes foi pensada pelas empresas agropecuárias como uma forma de evitar as exigências dos trabalhadores do sul, em torno de direitos sociais e trabalhistas, ou outras particularidades que poderiam prejudicar a produção[314].

É possível que, neste ponto, do treinamento do trabalhador local, possamos falar em adaptação ou, até mesmo, imposição. Aqui, este tema seria mais factível, ao contrário do modo como é conduzido pela bibliografia que tratamos anteriormente sobre a colonização no Mato Grosso, que apresenta o tema da imposição de uma forma generalizada, capaz de atingir todos os indivíduos nos processos de expansão e ocupação. O que queremos afirmar, portanto, é que um processo de qualificação técnica, de aprendizagem, para os trabalhadores no oeste Baiano, segundo uma concepção geral dos atores envolvidos, implicaria em uma transição pautada na seguinte fórmula: para este trabalhador *sertanejo*, a qualificação técnica representaria um dos melhores caminhos para se adquirir a disciplina; ou se quisermos dialogar com o que foi dito em um tópico acima, deste modo este indivíduo poderia incorporar a ética do trabalho.

Neste ponto, a formação profissional, em tese, o afastaria de uma característica que é atribuída ao seu grupo: a indisciplina, a preguiça, a ausência de vontade de "subir na

---

[312] Ibidem, 172.
[313] Idem.
[314] Ibidem, 172-173.

vida"; e por outro lado, de valores, comportamentos e, até mesmo, de uma estética considerada reprovável. Ora, neste caso, não estamos restritos ao tema da qualificação e da formação profissional. Quando mencionamos o tema da imposição, pautado em uma diferenciação entre grupos – mesmo que a diferença possa ser classificada como mito, irreal, preconceituosa, e mesmo que não seja compartilhada por todos os sulistas que migram para estas regiões -, estamos a tratar de uma questão que é mais profunda, que gira em torno de concepções que explicariam essa diferença, sobretudo para o grupo que se considera superior.

O que podemos sustentar neste ponto, a partir da apresentação de Rogério Haesbaert, é que os elementos que conformam a afirmação de um grupo sobre o outro se apresentam de modo mais complexo – e completo – no espaço urbanizado. Se quisermos compreender, portanto, a manifestação generalizada de grupos que se reconhecem mais próximos das concepções que orientam estes processos modernizadores, para além de sua dimensão classista, devemos observar o significado da migração e do conflito no novo espaço para os "gaúchos", mas representados em várias camadas socioeconômicas, que se manifestam principalmente na cidade.

Não se deve pensar, por outro lado, que, por esse motivo, a migração sulista se restringe a indivíduos identificados com orientações, no campo político, conservadoras. É plausível afirmar que existe certa hegemonia ideológica deste campo político, se acompanhássemos as divisões fornecidas por parte da esquerda nacional e ambientalistas, como no caso do *circuito do agronegócio*. Mas este ponto não esgota a questão. Em um outro trabalho, por exemplo, Haesbaert apresenta as segmentações no interior da identidade gaúcha ou sulista, por meio de uma demonstração dos diferentes posicionamentos político-partidários. Neste caso, ao migrar, os indivíduos podem manifestar diversos posicionamentos, classificados como de esquerda, direita, conservadora ou progressista[315].

No artigo mencionado, o geógrafo demonstra também que as subdivisões, *na não monolítica identidade gaúcha*, incidem não apenas na dimensão político-ideológica, mas também nos modos de divulgar e afirmar as manifestações culturais em torno do

[315] No artigo "A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil", de 1998, Haesbaert organiza um quadro com as "principais segmentações e intersecções na identidade gaúcha". Neste quadro é possível perceber os mais variados posicionamentos, inclusive políticos, dos sulistas que migraram para o oeste baiano (Haesbaert; 1998, 59).

gauchismo. Neste caso, o quadro iria dos mais tradicionalistas, os adeptos das vestimentas conhecidas em alguns lugares como *bombachismo*, aos mais progressistas, que podem ser representados tanto pelos mais jovens que recusam a estética tradicional, quanto por aqueles que combinam as expressões regionais com uma postura progressista no âmbito político[316].

As variações e segmentações no interior da identidade gaúcha estão presentes, por outro lado, nas divisões socioeconômicas. O sulista migrante não é apenas aquele que pertence às classes econômicas mais abastadas, figurando entre os empresários da soja e atuando nos novos complexos agroindustriais. No caso de Barreiras, é possível encontrar "gaúchos" em todos os segmentos classistas, de sem-terras no setor no rural, passando pelas classes baixas e médias urbanas, até aqueles que pertencem ao grupo dos capitalistas. É por este motivo que o geógrafo conclui que *não é possível reconhecer uma vinculação estrita entre classe social e fortalecimento da identidade*[317].

Neste aspecto, sobre o caso de Mato Grosso, Cristiano Desconsi demonstrou que há um equívoco nas pesquisas acadêmicas que relacionam automaticamente a migração sulista com enriquecimento e ascensão social[318]. Em Mato Grosso, portanto, o pesquisador, ao acatar a relativização de Desconsi, deve ter em conta que os deslocamentos migratórios, induzidos ou combinados pelos projetos estatais e empresariais, não excluiu o fato de que muitos trabalhadores do Sul do Brasil tenham fracassado, ou ocupado posições subalternas economicamente. Não é possível, portanto, operar segundo um "esquema fechado" para compreender o tema, sem esbarrar em uma mistificação do problema.

Esta questão nos conduz a um segundo ponto importante: a relação entre situação socioeconômica e migração sulista nos leva ao debate travado por Haesbaert com a vertente economicista. Mencionamos no início deste capítulo que a abordagem estritamente econômica ressaltaria o aspecto desterritorializador nesses processos recentes de ocupação no Brasil, deixando de lado, assim, a análise sobre os outros elementos de sustentação para a constituição de novas configurações sociais.

---

[316] "(...) há um tradicionalismo mais progressista, cujos participantes são conhecidos como "nativistas" (que usam a música para pregar a reforma agrária, por exemplo) e um tradicionalismo mais conservador (muitos de seus praticantes são denominados na Bahia, pejorativamente, de "bombachistas"), sem falar nos sulistas que não se identificam com as práticas do gauchismo" (Haesbaert; 1998, 58).
[317] Haesbaert; 1998, 59.
[318] Ver: Desconsi; 2011, 25.

Haesbaert, por um lado, se aproxima das conclusões de Tavares dos Santos para demonstrar a vulnerabilidade da construção simbólica que institui a diferença entre "nordestinos preguiçosos" e "gaúchos trabalhadores disciplinados". No caso de Terranova, estudado por Tavares dos Santos, os sulistas que fracassavam e/ou retornavam para as regiões de origem, eram classificados por seus conterrâneos de modo semelhante aos "nordestinos" no oeste baiano. Isto aconteceu também, como demonstramos no capítulo anterior, com os sulistas parceleiros em Lucas do Rio Verde, que no início da colonização eram tratados como "preguiçosos", como "gaúchos bêbados", portanto, um grupo de segunda classe entre os sulistas.

A imagem, portanto, forjada pelas agências estatais a respeito dos migrantes sulistas, como os trabalhadores mais adequados para levar adiante os processos de ocupação, poderia ser desfeita nos locais de colonização por empresas, cooperativas ou pelos próprios trabalhadores. Neste ponto, estaríamos diante de divisões de fisionomia socioeconômica: geralmente, nestes contextos, o grupo que é desqualificado pelos outros sulistas pertencia à classe de camponeses. Os vínculos estabelecidos, assim, durante o desenvolvimento dos espaços de colonização, seriam pautados, segundo Tavares dos Santos, pela diferenciação entre as camadas socioeconômicas. Este é, por exemplo, o modo como este autor compreende o fortalecimento dos grupos que passaram a lutar pela terra no Rio Grande do Sul, após fracassar e retornar do Mato Grosso para a região de origem.

Uma discordância específica, contudo, e que nos ajuda a entender qual é a exata dimensão do distanciamento entre Rogério Haesbaert e Tavares dos Santos, reside na importância que o primeiro concede a um outro terreno que forneceria elementos para a manutenção de laços de solidariedade e coesão nesses contextos. Em um determinado momento de sua tese, ao mencionar o ponto de Tavares dos Santos, sobre os laços firmados entre os "derrotados", Haesbaert afirma que *Tavares dos Santos só esquece de salientar que não era apenas a identidade do grupo enquanto camponês, mas também enquanto "gaúcho" e descendente de imigrantes, que proporcionava essa coesão e solidariedade, mantendo uma vasta rede de relações mesmo entre espaços física e culturalmente distantes*. Este último ponto refere-se às conexões que são mantidas entre as novas ocupações tomadas pelos sulistas e as regiões de origem, no caso, a região Sul do Brasil.

Se mencionarmos mais uma vez o trabalho de Desconsi, podemos perceber que, mesmo entre os sulistas sem-terra no Mato Grosso, ou aqueles que assumem posições subalternas, como na atividade de "peão", as relações são majoritariamente pautadas na identificação entre sulistas, criando laços de solidariedade também orientados pelas redes que rementem ao lugar de origem[319]. Em sua análise sobre as correntes migratórias no contexto da década de 1990, o pesquisador percebeu que uma dimensão moral a respeito da categoria "trabalho", compartilhada por agências estatais (como nos discursos do INCRA) e migrantes da região Sul, estabelecia um marcador central da diferença em relação aos outros, como, por exemplo, os maranhenses[320]. Neste caso, o sulista que passa a ser classificado como "vagabundo" ou "preguiçoso", se aproximaria – em um ato considerado de extrema violência simbólica – dos grupos provenientes das regiões Norte, Nordeste ou do próprio estado de Mato Grosso[321].

No município de Barreiras, consequentemente, o ponto em questão fica ainda mais claro se buscarmos uma última referência à abordagem economicista presente no trabalho de Haesbaert. Ao final do texto, na conclusão, o autor considera ter demonstrado que a chamada modernização sulista é *muito mais nuançado e complexo do que as interpretações econômicas (frequentemente economicistas) fazem crer*[322]. Dois seriam os motivos centrais para tal conclusão: o processo abordado não seria apenas desterritorializador, desenraizador, como mencionamos anteriormente; mas, sobretudo, não apenas instaurador de uma modernização racional-tecnicista, instrumental, por se afirmar em autocompreensões simbólicas e identitárias[323].

Se a concepção de modernização que se apresenta nestes novos contextos, principalmente pautada em uma diferenciação entre os sulistas e os outros, se sustenta também a partir de oposições morais e simbólicas, capazes de atravessar camadas socioeconômicas distintas, deve-se questionar em que medida também influenciam as (trans)formações nos espaços de ocupação e colonização. No caso apresentado por Haesbaert, apesar de não ignorar os conflitos instaurados pela lógica capital e trabalho, que nos remete ao tema clássico das desigualdades sociais, isso não significa *(...) que a distinção "gaúchos X baianos", tão difundida, não acabe tendo sua eficácia simbólica*

[319] Ver, Desconsi; 2011, 48 e 121.
[320] Ibidem, 145-146.
[321] Ibidem, 158.
[322] Haesbaert; 1995, 335.
[323] Idem.

e consolide práticas que, em algum nível, estabelecem diferenças de fato entre os dois grupos[324].

Neste sentido, o grupo que se considera mais afeito ao trabalho, à disciplina, torna-se mais identificado com rumos modernizantes nessas regiões. Ou melhor: de um modo geral, os sulistas se afirmam como os propagadores e condutores dos ideais de modernização. Uma consequência imediata desta relação é o modo de conceber e *ordenar* a cidade, rumo à tendência que associa uma concepção específica sobre o "moderno" e um ideal particular de urbanização: *(...) grande parte dos sulistas é veiculadora ao mesmo tempo da "modernidade" metropolitana e do "tradicionalismo" gaúcho do interior, de onde a maioria provém. A identidade cultural "gaúcha" tem muito mais força do que muitos estudiosos reconhecem, inclusive na construção do novo espaço*[325]. Neste caso, a cidade se estabelece, portanto, como um espaço central para se compreender o processo de des-reterritorialização[326].

Neste ponto, são destacados no trabalho de Haesbaert dois cenários de intervenção dos sulistas no município de Barreiras: o "bairro dos gaúchos" e a tentativa de criação do município de Mimoso do Oeste. De tal modo, se a nova configuração na agricultura revela o *império da regularidade geométrica*, pautada em uma concepção de *modernização que é linear*, ela é complementada – ou, dependendo do contexto, antecedida – por um ideal de urbanização ordenada[327], sempre em diálogo com as relações estabelecidas entre identidade, ética do trabalho, disciplina e "vontade de vencer"; uma composição assegurada pelos próprios migrantes do sul.

---

[324] Haesbaert; 1995, 172.
[325] Ibidem, 188.
[326] Em Barreiras, esse processo seria marcado pelo contraste entre velhas e novas formas, como demonstra o relato de Rogério Haesbaert: "o contraste é a marca nessa dinamica de des-reterritorialização urbana: ao lado da poeira que ainda se levanta por muitos lados, alguns açougues que em 1993 continuavam a expor a carne pendurada em varas nas calçadas e os velhos casarões de famílias antigas que resistem junto à área central, aparecem os novos hábitos metropolitanos de consumo e lazer – lojas de *griffes* do Sul, restaurantes francês e japonês, vdeolocadoras e casas de jogos eletrônicos. Enquanto alguns moradores ainda tentam manter o velho ritmo, no costume de sentar na calçada para o bate-papo dos fins de tarde, novos bares, casas de jogos eletrônicos e danceterias mudam o perfil dos locais de encontro, agora voltados para o mundo da "quantidade", do efêmero e da velocidade na sua parafernália tecno-visual" (Haesbaert; 1995, 187).
[327] "O plano de novas cidades reproduz também o típico padrão linear de quadriláteros sem imaginação alguma, onde parece proibido subverter o império da linha reta. O exemplo mais contundente é Mimoso do Oeste, urbe-encruzilhada, escala de descanso e reabastecimento que nasceu a partir de um posto de gasolina no ponto em que o grande eixo de circulação regional, a BR-020, abandona a reta sem fim que vem desde a fronteira com Goiás e da uma guinada para o leste, na linha de Salvador (Haesbaert; 1995, 197).

Este tipo de relação não deve ser pensada como se fosse automática e natural; ou seja, da identidade coincidindo com a história de um pensamento que fundamenta as noções de planejamento, ordenamento e racionalização na formação das cidades. Mas, no caso analisado por Haesbaert, é possível perceber a congruência entre os padrões de constituição do mundo rural modernizado, do ideal de cidades e os padrões de comportamento.

Este tipo de relação, entretanto, carece, aqui, de maiores explicações. Quando se faz o exercício de aproximar as concepções minimamente compartilhadas por um grupo com as determinações arquitetônicas que atenderiam ao ritmo, a velocidade capitalista, em um primeiro momento pode-se retomar o debate sobre a imposição, aos indivíduos, de ambientes em que o processo modernizador *possa ser agilizado da maneira mais fácil, rápida e lucrativa possível.* Que possibilite, portanto, *(...) maior agilidade no processo produtivo e consequente maior rotatividade do capital (...)*[328]. Por outro caminho, o tema poderia propor entender de que modo, então, no processo de expansão territorial e urbana, determinados grupos passam a legitimar – no sentido de que aceitam, entram em acordo, com uma lógica que lhes é exterior – as formações ideologicamente vinculadas às determinações capitalistas. Mas, ao contrário dessas duas possibilidades, acreditamos que a pesquisa de Rogério Haesbaert permite compreender a questão por uma terceira via – que estamos tentando desenhar neste capítulo: é possível perceber as conexões entre o grupo "gaúcho", sulista, e o ideal de cidade moderna que se consolida tanto no oeste Baiano quanto no norte de Mato Grosso.

Mencionamos anteriormente, os dualismos que se impõem nos contextos de migração sulista - ilustrando o ponto com uma declaração de um pioneiro em Mato Grosso -, em que o "gaúcho" passa a se reconhecer como peça fundamental do processo modernizador. Neste caso, a coragem de migrar, de "tentar a vida" em outro lugar, acaba por ser definida como uma característica própria da mentalidade capitalista[329]. O ponto, contudo, vai além: essa mentalidade associada ao "gaúcho", capaz de conjugar

---

[328] Haesbaert; 1995, 198.

[329] "Ao associar o fato do "gaúcho" ser "mais itinerante" que o baiano, porque estaria sempre em busca de mais riqueza, do maior lucro (ignorando que, para a migração sulista como um todo, a maior parcela está basicamente buscando sobreviver como camponês junto às "novas fronteiras"), muitos "baianos" esquecem que o nordestino talvez seja ainda mais "itinerante", não tanto por uma "mentalidade capitalista" que o impele a novos negócios, como o sulista, mas pelo reverso de uma outra mentalidade capitalista que o exclui do circuito econômico obrigando-o a se deslocar por uma simples questão de sobrevivência" (Haesbaert; 1995, 218).

aspectos do tradicionalismo regional com uma perspectiva modernizadora, se estabelece como parte dos elementos que contrapõem os dois grupos: de um lado, o sulista seria aquele dotado de inteligência, de uma ética do trabalho, ambição, agressividade e, não menos importante, é limpo e ordeiro; o baiano, por sua vez, seria o oposto[330] - uma relação que funcionaria de modo semelhante como tentamos descrever na introdução do capítulo 02.

Ora, em torno dessas definições e afirmações gerais, poderíamos ainda recorrer ao tema da dominação de classe. Quando se fala de uma mentalidade capitalista que se conjuga com uma miríade de "qualidades", numa relação binária com as características que definem o "outro", o tema das classes sociais ressurge: *essas oposições são forjadas então, antes de tudo, pelo perfil dos gaúchos mais ricos que, por sua força, fabricam e difundem a imagem do "moderno empreendedor" capitalista, ostentando de saída sua "riqueza" frente à "miséria" local, um dos traços genéricos mais difundidos sobre a identidade nordestina e que está ligado, como é de praxe, à "preguiça" e à "ignorância"*[331].

Nas cidades do norte do Mato Grosso, o perfil do "gaúcho" rico seria representado pela figura do pioneiro, o modelo de cidadão que se afirma, sobretudo, no espaço urbano: um dos primeiros que migra para a região com a sua família, mas que ainda consegue se estabelecer e "vencer". Sendo assim, o pioneiro se constituiria como um exemplo bem-sucedido para os outros migrantes do Sul. Isto, de um lado, poderia se configurar como uma prova da dominação ideológica dos vencedores sobre seus conterrâneos; por outro lado, consequentemente, nos obrigaria a retomar o tema da imposição e do controle, mesmo que estando relacionados, agora, em outras bases.

Mas, quando consideramos que esta questão possui raízes mais profundas, estamos chamando a atenção para o fato de que a possibilidade de se tornar um "vencedor", como os pioneiros no Mato Grosso ou os gaúchos ricos no sertão baiano, é interpretada como se estivesse inscrita na identidade sulista, como se o fato de ser do sul do país garantisse o compartilhamento de características que fornecessem vantagens para ser bem-sucedido: *vários exemplos demonstram que essa superioridade sulista permeia também as relações entre as classes subalternas, em grande parte devido à identidade*

[330] Para ver a tabela completa organizada por Rogério Haesbaert, conferir: Haesbaert; 1995, 224.
[331] Haesbaert; 1995, 225.

comum que acreditam partilhar, especialmente em relação a um atributo básico, que é a "descendência europeia"[332].

Se a ideia de superioridade é transportada da região de origem para os novos lugares, independentemente da situação de classe, cabe agora explorar a relação entre modernização e os atributos que seriam compartilhados pelos sulistas: "limpeza" e "ordem". Neste ponto, estas definições ganham sentido não apenas na dimensão das comparações binárias, mas, principalmente, no âmbito das configurações sociais urbanas. Assim, o "gaúcho" desempenharia não apenas a violência simbólica – e econômica - calcada no princípio da diferenciação, já que nas definições em torno da organização da cidade se completaria a crença da realização de uma missão modernizadora/civilizatória.

A partir do caso do "bairro dos gaúchos" e de Mimoso do Oeste, ao analisar as oposições entre os grupos para se entender de que modo, na maior parte das vezes, os sulistas consideram como a cidade "deve ser", Haesbaert acaba por enfrentar uma tradicional discussão no Brasil, que possuiu durante muito tempo parâmetros incontestáveis, como no exemplo da divisão entre a "casa" e a "rua" estabelecida pelo antropólogo Roberto DaMatta. A intenção de DaMatta foi a de produzir uma interpretação do Brasil a partir dessas duas categorias, um exercício que permitiria compreender, sob um ponto de vista possível, a sociedade brasileira.

Neste caso, considerou o antropólogo, a "casa" e a "rua" funcionariam como elementos opostos em uma dialética que residiria no mundo social e no imaginário brasileiro[333]. Desse ponto de vista, de um modo geral, enquanto a casa poderia representar a ordem, o controle e a previsibilidade, a rua seria o lugar do imprevisível, do descontrole, do exercício da malandragem, *essa arte brasileira de usar o ambíguo como instrumento de vida*[334]. Obviamente, o antropólogo não trabalha apenas com distinções rígidas[335], imutáveis, mas, no limite, seria possível estabelecer um quadro no qual a casa tenderia mais à "ordem" e à "limpeza" e, a rua, por outro lado, se aproximaria mais das categorias "desordem" e "sujeira".

---

[332] Haesbaert; 1995, 227.
[333] DaMatta; 1997, 90.
[334] Ibidem, 91.
[335] "É evidente que a oposição rua/casa separa dois domínios ou universos sociais mutuamente exclusivos que podem ser ordenados de forma complexa, pois se organizam tanto na forma de uma oposição binárias quanto em graduações (num continuum)" (DaMatta; 1997, 91-92).

Ao dialogar com Roberto DaMatta, Haesbaert expõe aquilo que seria um equívoco central nessa tradicional interpretação: ao apresentar essa oposição como um fenômeno nacional, o antropólogo não teria compreendido que estava restrito ao *universo carioca e/ou nordestino*[336]. O clássico de Roberto DaMatta seria incapaz, portanto, de apreender as especificidades de outros grupos regionais no Brasil. No caso de Barreiras, afirma Rogério Haesbaert, a "rua" de Roberto DaMatta é identificada pelos migrantes sulistas como "nordestina": *aqui o binômio de DaMatta pode se transfigurar em "casa gaúcha" e "rua nordestina", pois no conjunto de características por ele definidas, muitas vezes poderíamos perfeitamente substituir "casa" por sulista e "rua" por nordestino, pelo menos como a leitura mais comum entre os migrantes sulistas classe média e alta no Nordeste*[337].

Sendo assim, quando se instauram os conflitos com a chegada dos grupos da região Sul do país, intensificados pelos processos de intervenção na paisagem da cidade, os espaços públicos baianos são classificados como sujos, lugares de perdição, de imoralidade e indecência; o oposto, então, do modo como a cidade "deveria ser" para o sulista, que conceberia a "rua" quase como uma extensão da organização de sua "casa": *pretende-se que a rua seja também um espaço de ordem e disciplina, onde o indivíduo difunda, por extensão, predicados que cultiva dentro de casa*[338].

Assim como na dicotomia de Roberto DaMatta, no caso apresentado acima, de construção de espaços "gaúchos", não se pode falar em um fechamento completo. Se dialogarmos com a dimensão classista do processo, pode-se afirmar que esta diferença se apresenta de modo mais "puro" nos membros das classes altas e médias. Segundo Rogério Haesbaert, com a intensificação da migração entre os sulistas mais pobres (que atuam mais nas áreas do comércio e serviços), a condição econômica muitas vezes os obrigam a dividir os espaços e os bairros com os baianos. Uma das consequências mais interessantes, neste caso, é que na década de 1990, já era possível constatar a realização de casamentos entre sulistas e nordestinos, algo muito mais incomum nas camadas médias[339].

---

[336] Haesbaert; 1995, 246.
[337] Ibidem, 247.
[338] Idem.
[339] Ibidem, 252.

No caso do "bairro dos gaúchos", por sua vez, Haesbaert encontra moradores que afirmam que a sua construção teve o objetivo de concentrar os conterrâneos em um ambiente afastado da sujeira de Barreiras, para proporcionar uma vida em um espaço ordenado. O bairro, seguindo o tema acima mencionado, produziria ao mesmo tempo uma segregação cultural e econômica: o geógrafo menciona o relato, por exemplo, de uma professora sulista (de Santa Catarina) que afirma que sua família se mudou para o local quando conseguiu melhorar sua situação econômica. O interessante, neste ponto, é notar que viver em um espaço "reservado" para os sulistas passa a ser um dos objetivos entre os migrantes, que se traduz na ideia de "subir na vida". Mas, se é uma conquista proporcionada pela condição econômica, a distinção que se estabelece em relação aos outros, que provém do ato de residir neste bairro, não é apenas material: o espaço resultaria em elementos de coesão e homogeneidade, como resultado, também, da identidade regional[340].

É certo, porém, que essas coisas se confundem: com o passar do tempo, famílias nordestinas mais ricas começaram a se mudar para o "bairro dos gaúchos", como se reconhecessem a superioridade daquele modo de conceber e construir o espaço. O tema da segregação, portanto, conjugaria, nesta nova realidade de Barreiras, construída a partir da década de 1980, a dimensão econômica e cultural. Por esse motivo, é difícil traçar um esquema fechado, quando o assunto é a formação dos novos territórios por meio dos deslocamentos populacionais provenientes do sul do Brasil. Mas, por outro lado, é possível perceber que, por conta da hierarquização entre os grupos, os processos de encontro entre os diferentes percorrem um sentido específico. Voltaremos a este ponto no próximo tópico deste capítulo.

Mesmo com essas nuanças, a congruência entre os dois fatores (econômico e cultural), é importante frisar, permanece como uma tradução que representaria a confirmação das novas formas de territorialização: a concretização e confirmação, portanto, da modernização sulista em um município do oeste baiano[341]. Neste caso, Rogério Haesbaert defende que não se pode menosprezar o conteúdo cultural como elemento definidor de uma identidade do bairro: *(...) a comparação entre a "limpeza" e a "organização" do bairro com o restante da cidade é utilizada como prova concreta*

[340] Ibidem, 254.
[341] Ibidem, 255.

para a concepção previamente forjada de que o baiano ou o nordestino é indisciplinado e convive "normalmente" com a desordem e a sujeira[342].

Entretanto, se estamos lidando com parâmetros de organização, que seriam formulados a partir de classificações sulistas – pautadas em sua própria identidade e em definições a respeito da identidade do "outro" -, a dimensão municipal pode nos apresentar questões relevantes não limitadas pelo espaço restrito do bairro. Este seria o caso de Mimoso do Oeste, uma formação urbana, identificada como "gaúcha", que nasceu em consonância com o processo de modernização agrícola na região.

Este território é concebido, primeiramente, por uma empresa goiana de colonização, a partir de um planejamento que envolvia o loteamento para a construção de três mil casas para 15 mil habitantes. Segundo os dados de 1992, a população no distrito era de oito mil pessoas[343]. Após o início das atividades da empresa de colonização, uma extensa área foi doada à cooperativa COTIA, o que teria intensificado o processo de ocupação dos espaços, estabelecendo um diálogo intenso entre o deslocamento de capital na modernização da agricultura e a ocupação de um espaço urbano pelos sulistas.

Ao se afirmar como um futuro município organizado e ocupado segundo parâmetros do Sul do país, as diferenças antes mencionadas assumem uma força e generalização maior. De tal modo, as categorias, em uma reinterpretação do estudo de Roberto DaMatta, da "casa gaúcha" versus "rua nordestina" perdem lugar para a concepção de "cidade gaúcha" e de "cidade nordestina" : *(...) a disputa com Barreiras, vista como uma "cidade nordestina" e suja, desordenada é muito nítida. Trata-se de uma disputa que vai além da nova divisão territorial do trabalho estabelecida com a chegada da modernização agrícola, desdobrando-se também numa espécie de divisão cultural do território que constrói, pelo menos ao nível das representações simbólicas, oposições que fornecem uma distinção clara entre sulistas e "nativos"*[344].

Este simbolismo, portanto, seria transportado aos ideais de urbanização e de emancipação político-municipal[345]. Durante a sua pesquisa, por outro lado, Haesbaert

---

[342] Ibidem, 256.
[343] Ibidem, 281.
[344] Ibidem, 282.
[345] Neste caso, é interessante mencionar uma constatação de Rogério Haesbaert: "outro fenômeno constatado e que reforça a tese de segregação sulista no processo de emancipação de Mimoso do Oeste é

percebeu que, com o crescimento do distrito de Mimoso do Oeste, começaram a surgir bairros periféricos, ocupados, sobretudo, por nordestinos. Mas, ainda assim, mesmo em meio a esse processo, os parâmetros de organização são identificados como sulistas. E mais: para os migrantes do sul, principalmente para os membros das classes médias, em Mimoso do Oeste seria possível construir laços de solidariedade e compartilhar um ideal de comunidade – relações consideradas incongruentes com a realidade (baiana e nordestina) de Barreiras.

Sendo assim, Haesbaert conclui, neste ponto, que uma configuração social gestada a partir desses elementos mobilizados na vida cotidiana, *como um processo de reterritorialização,* se constitui como uma base para o percurso de expansão e ocupação dos espaços, que para alguns seria tão somente *arquitetado e esquadrinhado de cima para baixo, vinculado a redes econômicas e políticas extralocais e seccionado entre projetos de colonização pré-concebidos (...)*[346]. É desse modo, portanto, que caminha nossa afirmação sobre os limites de se pensar o tema da colonização no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1970, apenas por meio da linguagem do *Estado territorialista*. A modernização e ordenação do "novo" espaço possui, assim, outras raízes, que nos permitem compreender o fenômeno de modo mais ampliado.

De tal modo, ainda nos resta avaliar qual a influência dessa interpretação nos estudos sobre a colonização no norte de Mato Grosso. Neste caso, o trabalho de Betty Rocha, sobre a história de Lucas do Rio Verde, parece ser a mais fiel aos pressupostos apresentados por Rogério Haesbaert. Por outro lado, este exercício nos permitirá avaliar o tema da integração entre os grupos regionais distintos, por meio da narrativa sobre a chegada dos migrantes maranhenses em Lucas.

3.4. Os "Gaúchos" no norte de Mato Grosso.

Betty Rocha, em sua tese "A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde", de 2010, possui um primeiro objetivo: *refletir sobre a imagem que o "gaúcho" reconstrói de si*

---

o de que muitas famílias sulistas residentes em Barreiras manifestaram sua intenção de mudar para aquela localidade caso ela se emancipe, sendo que muitas até já adquiram terrenos (...)" (Haesbaert; 1995, 285).

[346] Haesbaert; 1995, 293.

mesmo e como impõe, em certa medida, essa identidade a partir da incorporação da sua cultura e dos seus costumes na vida cotidiana e imprimindo suas marcas no território em que vive, mesmo distante de sua origem[347]. Tal questão, formulada e pensada pela autora como um problema de pesquisa, de alguma forma, pode passar pela cabeça de qualquer um que visite a cidade de Lucas do Rio Verde, pois, geralmente a percepção é a de estar pisando em algum município do Rio Grande do Sul.

Neste ponto, Lucas, em uma primeira impressão, pode passar a sensação de possuir diferenças importantes em relação a Sinop, lugar que admitiria trabalhar, sem grandes prejuízos, com a categoria generalizadora de "sulistas". A colonização gaúcha, em Lucas do Rio Verde, é perceptível por meio de algumas poucas caminhadas pela cidade, que permitem observar as rodas de chimarrão e o sotaque, por exemplo. A construção histórica da cidade, por outro lado, possibilita uma relativização em torno do protagonismo gaúcho. Se de um modo geral, mesmo atualmente, uma identidade regional específica salta aos olhos do observador, a colonização contou com a participação, também, de paulistas e mineiros, vinculados à cooperativa fundada na cidade de Holambra, no interior do estado de São Paulo.

Neste caso, se a perspectiva analisada neste capítulo permite pensar esses processos por meio da categoria generalizadora de "sulistas", o caso de Lucas do Rio Verde chama a atenção para a necessidade de uma ampliação na questão identitária, constituidora desses recentes processos de expansão e configuração social-territorial. Como mencionamos anteriormente, a relação entre colonização e identidade é dotado de uma enorme complexidade, o que acaba por dar a sensação de permanecer sempre em aberto. Neste tópico, portanto, ao expor os principais argumentos de Betty Rocha, será possível, mesmo que minimamente, estabelecer um denominador comum nesta questão.

Podemos partir de uma constatação perceptível nos dias que correm nesta cidade do agronegócio. Atualmente, mais do que em décadas anteriores, é fácil encontrar pessoas de outros lugares. No hotel em que me hospedei na cidade, por exemplo, pude conhecer um motorista de caminhão de uma fazenda da região e um garçom que eram naturais do estado da Bahia. Neste caso, se inverte o sentido do movimento observado por Haesbaert, pois agora os "nordestinos" são reconhecidos como os migrantes, mas,

[347] Rocha; 2010, 05.

indubitavelmente, permanecem as posições na hierarquia entre as identidades, tal como ocorre em Barreiras.

Nos primeiros dias em que passei em Lucas do Rio Verde, fiz uma longa caminhada, da região central da cidade para o bairro Rio Verde, com o objetivo de visitar o Instituto Pe. João Peter para comprar um volume do livro de memórias de Anton Huber, líder da Cooperlucas no período da colonização, mencionado no capítulo 02. Durante a caminhada, notei que havia entrado em um bairro composto por casas muito humildes e por construções mais recentes. Observei, no entanto, que neste lugar muitas pessoas possuíam a pele morena e, quando me sentei em uma lanchonete, percebi que entre os presentes o sotaque predominante era diferente daquele dos gaúchos, mais próximo daquilo que nós, do Sudeste e Sul, classificamos erroneamente como o jeito de falar "nordestino".

Esta experiência que registrei em meu caderno de campo se relaciona com o fluxo constante de trabalhadores do Norte e do Nordeste para a região do estado de Mato Grosso, que comporta, por exemplo, Lucas do Rio Verde e Sinop. A primeira pergunta, portanto, que pode surgir para aquele que observa as paisagens luverdenses contemporâneas, diz respeito aos aspectos de segregação e integração provenientes do *quarto movimento migratório*, na classificação de Betty Rocha. Neste tópico, portanto, em um segundo momento, podemos avaliar a construção argumentativa elaborada pela autora, em sua tese, que possui como ponto de chegada a interação entre os "gaúchos" – ou, os estabelecidos, no diálogo da autora com Norbert Elias – e os "maranhenses" – os *outsiders*[348]. Antes disso, devemos abordar a importância da influência de Haesbaert na pesquisa de Rocha e o histórico dos movimentos migratórios em Lucas.

Para tratar da importância de Rogério Haesbaert para a tese de Rocha, em primeiro lugar, seria interessante mencionar uma diferença importante: ao contrário do geógrafo, que expõe, desde o início de seu trabalho, sua crítica ao tratamento que é dado pelos economicistas ao tema da expansão e colonização e migração, Betty Rocha entende que a sua intenção é de natureza diferente, portanto, complementar: enquanto as análises anteriores teriam sido realizadas no momento em que o norte de Mato Grosso iniciava sua escalada na economia do agronegócio, sua pesquisa se concentraria em

[348] Elias e Scotson (2000)

transformações posteriores. Neste caso, a autora acaba por evitar debates em torno do início do processo, algo que, consequentemente, conduz a uma perda de questões que já estão presentes na década de 1970 e 1980. De tal modo, se retornássemos aos pontos apresentados por Haesbaert, poderíamos notar que tal estratégia ocasionaria em deixar de lado a relevância de aspectos, do ponto de vista histórico, anteriores.

Betty Rocha, por outro lado, não ignorou a importância do Estado brasileiro na história de formação do chamado "nortão mato-grossense". Ao estabelecer uma tipologia dos fluxos migratórios, a autora identificou os processos que ocorreram no estado de Mato Grosso, durante os anos 70 e 80, com a concepção de migração planejada, portanto, que de alguma forma contou com a coordenação e organização de órgãos públicos, governamentais e entidades privadas, como no caso das empresas colonizadoras.

Neste ponto, Rocha acaba por conceder à interpretação de Tavares dos Santos um lugar central, ao mencionar a função exercida pela publicidade e propaganda, nas colonizações, na função de aparelhos ideológicos, *de influência e divulgação da mensagem da colonização direcionando os fluxos migratórios pós-1970*[349]. Não voltaremos, aqui, ao tema debatido no decorrer do capítulo 02. No caso específico da propaganda, gostaríamos de retomá-la apenas no próximo capítulo. Mas seria importante, a partir dessa afirmação, demonstrar uma singularidade no interior do argumento da autora, ao incorporar uma concepção que recupera a centralidade do Estado – de modo articulado com o setor empresarial.

As instituições políticas que planejam, organizam e alicerçam os primeiros movimentos colonizadores, aparecem na tese de Betty Rocha como inventoras de tradições, como no caso do simbolismo produzido por Vargas em torno da Marcha para o Oeste. Gradualmente, os discursos estatais sobre a ocupação dos "espaços vazios" substituiriam os nordestinos - presentes na idealização do Estado Novo sobre os modos de ocupar o território - pelos sulistas, grupos dotados de espírito empreendedor e portadores de uma ética do trabalho. No caso de Tavares dos Santos, como avaliamos anteriormente, esta seria a tradicional formulação sobre o *colono modelo*, uma criação de promessas propagandísticas para atrair determinadas populações.

[349] Ibidem, 64.

Contudo, no caso de Betty Rocha, suas hipóteses de pesquisa e sua perspectiva teórica apenas fazem sentido se, ao menos, se operar uma relativização em torno do argumento tradicional. De tal modo, mesmo que a autora não negue por completo a importância da atuação dos *aparelhos ideológicos*, não pode trabalhar com categorias fixas, como as de *colono modelo* e *pioneiro*, por exemplo, como formulações estatais-empresariais para a conformação e controle sobre os indivíduos. Neste caso, *só podemos entender esta construção social a partir do encontro das objetividades e subjetividades deste grupo social (...)*[350], afirma Rocha.

Obviamente, esse caminho escolhido impõe algumas determinações à pesquisa de Betty Rocha: sua preocupação central reside na associação entre as ondas migratórias e o desenvolvimento econômico. De modo mais localizado, ao abordar esta relação em Lucas do Rio Verde, entre os dados socioeconômicos e concepções que giram em torno de uma visão idealizada do lugar e do grupo migrante, a pesquisa em questão tem por objetivo não tratar o tema do "desenvolvimento" isoladamente, como um objeto da área econômica, mas os desdobramentos simbólicos que esta categoria assume, principalmente no âmbito urbano, a partir de sua conexão com a ideia que identifica os pioneiros com um *espírito empreendedor*.

Desse ponto de vista, Rocha não apenas incorpora conceitos centrais de Haesbaert, como o que se refere aos processos de *des-re-territorialização* - que neste caso recebe uma interpretação específica ao ser acomodado no trinômio *saída-mobilidade-chegada*[351] -, mas segue, assim, uma trilha semelhante para compreender as referências culturais-identitárias que os migrantes carregam para a formação de novas configurações sociais[352]. No caso de Lucas do Rio Verde, esta trajetória resultaria na afirmação do pioneiro – "gaúcho" – como *herói do desenvolvimento*: *o migrante dotado das mesmas características de bravura e coragem dos seus antepassados (imigrantes europeus), o pioneiro capaz de domar a exuberante natureza do cerrado mato-*

[350] Rocha; 2010, 35.
[351] Ibidem, 15. Em uma outra passagem, a definição é assim descrita: "Entendo que a anatomia do migrante ou, para ser mais específica, de um grupo social identificado como migrante, é revelada pelo trinômio saída-mobilidade-chegada. A própria experiência da mobilidade, seja no seu planejamento ou no ato concreto da transição de um território para outro é determinante para a configuração social destes indivíduos. Neste processo o migrante vivencia vários territórios e acessa inúmeras territorialidades, muito embora, leve sempre na bagagem uma referência identitária associada aos valores sociais e culturais do território de origem" (Rocha; 2010, 65).
[352] Ibidem 18.

grossense com a ação civilizatória de desbravar e transformar o ambiente selvagem em terra produtiva trazendo o desenvolvimento para a região[353].

Deste modo, Betty Rocha constrói as suas hipóteses: primeira, a de que o processo de territorialização sulista determina a compreensão em torno das representações de desenvolvimento socioeconômico na cidade; segunda, a de que o processo de territorialização dos gaúchos estabeleceria relações de poder, determinantes para a configuração social e espacial de Lucas do Rio Verde; e, em terceiro, as assimetrias mencionadas na segunda hipótese, seriam de alguma forma modificadas, posteriormente, pela inevitável articulação local-global – relação imposta pelo diálogo necessário da produção agroindustrial com o mercado e instituições internacionais.

As suas primeiras hipóteses se relacionam com a maneira como se interpreta – apoiando-se nos estudos de Haesbaert – o fenômeno das migrações: *por um lado, um processo concreto de mudança, calculado, planejado e intencionado pelo indivíduo; por outro lado, carrega consigo toda uma carga de imaterialidade, de imprevisibilidade*[354]. Esta perspectiva, segundo Rocha, ajudaria a compreender os processos de "diáspora gaúcha" para o Mato Grosso e os sentidos que passam a possuir os processos de territorialização. O importante, aqui, do ponto de vista do trinômio saída-mobilidade-chegada, é captar o modo de construção do discurso civilizador do "gaúcho", que resultaria na tentativa, assim como sustentou Haesbaert, de reproduzir no novo território suas expressões vinculadas ao lugar de origem[355].

Esse tipo de afirmação de um grupo, de reprodução em um outro lugar, portanto, estaria ancorado nas articulações de redes materiais e imateriais: aquele que migra e, no caso, do grupo que se desloca, o contexto social de origem condiciona, de alguma forma, os resultados em torno das configurações sociais posteriores[356]. Neste caso, sobre o tema das relações de poder nos novos territórios, a identidade regional também seria

---

[353] Idem.
[354] Ibidem, 65.
[355] Ibidem, 66.
[356] Ibidem, 103. Em outra passagem do texto, Rocha define o que entende por "rede social de migração": "Em linhas gerais, a complexidade das redes migratórias se expressa na maneira como os distintos grupos sociais se organizam para manter contatos recorrentes entre si, entre os migrantes e não migrantes ou, em outras palavras, entre território de origem e território de adoção. Estes contatos se dão por meio de laços familiares, culturais ou afetivos que definem e dão significado à complexa rede que seleciona, filtra, interpreta e articula as informações que serão objeto de troca entre origem-destino" (Rocha; 2010, 119).

determinante para os posicionamentos assumidos na ocupação, algo explicitado, por exemplo, pela diferença entre sulistas e "maranhenses" em Lucas do Rio Verde.

Mas o processo de ocupação de Lucas do Rio Verde, do ponto de vista dos gaúchos, não possuiu uma unidade. Por isso, Betty Rocha pôde falar em três movimentos migratórios, distintos entre si, mas que informariam, posteriormente, a categoria *pioneiro*[357]. Gostaria de retomar algumas descrições presentes no capítulo anterior, de modo a acompanhar os argumentos da pesquisadora.

Dessa maneira, em primeiro lugar, apresenta-se o movimento dos posseiros gaúchos, que se instalaram na região de Lucas antes mesmo da ocupação que levaria os membros da cooperativa (Cooperlucas) e os parceleiros - camponeses sem-terra da Encruzilhada Natalino. No período da colonização, os posseiros-empreendedores teriam sofrido com as tentativas, levadas a cabo pelo INCRA, de não reconhecer essa posse anterior da terra. Este grupo, assim, se organizou para, perante o órgão estatal, estabelecer um acordo de permanência, respeitando as novas formas de loteamento e divisão de terra: *depoimentos* [que se encontram atualmente no Arquivo do Museu Histórico de Lucas do Rio Verde] *apontam que houve acordos políticos entre INCRA e posseiros, onde a posse da terra dos posseiros em grande parte foi mantida, embora alguns desses tiveram que mudar o local da propriedade, outros tiveram que ceder parte das terras que haviam adquirido e outros conseguiram se beneficiar do sistema e ampliaram suas posses*[358].

Ao lado das negociatas para a manutenção de suas terras, os posseiros instituíram uma relação com os parceleiros - a partir das condições socioeconômicas distintas - que era, inicialmente, de diferenciação[359]. Por outro lado, os posseiros, desde o início da ocupação e dos acordos firmados com as agências e agentes estatais, buscaram ressaltar o aspecto civilizador de suas ações, bem como, utilizar elementos culturais e morais para justificar sua permanência na região[360].

Ao lado desse processo, por meio de um longo percurso de estudos e planejamento, a Cooperlucas se instalou em Lucas do Rio Verde. Este esforço, é verdade, foi em parte

---

[357] Rocha; 2010, 68.
[358] Munhak; 2012, 25. José Dario Munhak é professor da rede municipal da cidade e atual diretor do Museu Histórico de Lucas do Rio Verde.
[359] Rocha; 2010, 91.
[360] Ibidem; 90.

viabilizado pela presença do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Mas, é importante frisar, que os objetivos da cooperativa foram traçados antes mesmo da possibilidade aberta pela cooperação japonesa[361]. Neste caso, quando Rocha argumenta em torno de um novo tipo de seleção, desta vez operacionalizada pelo PRODECER, em busca de um perfil empresarial, deve-se ter em conta que a fisionomia do membro da Cooperlucas era antes de tudo resultado de concepções que embasam, de um modo geral, um ideário do cooperativismo.

Deste ideário derivou os acordos firmados entre a Cooperlucas e o INCRA no planejamento da região: não se pode falar, portanto, de um empresariado autointeressado que apenas calculava formas mais benéficas de se produzir lucrativamente na região. Quando se oficializou a criação do PEA (Projeto de Especial de Assentamento), por exemplo, por meio de um Decreto em agosto de 1981, a cooperativa protagonizava um intenso debate com o INCRA em torno do planejamento da colonização[362].

Consequentemente, a criação do PEA, no caso específico da Cooperlucas, foi acompanhado de um acordo oficial com o INCRA, o chamado "Acordo de Ação Conjunta". Assim, se estabeleceria as obrigações dos dois lados no processo de colonização. No caso da cooperativa, os principais compromissos foram os seguintes: *criar e implantar infraestrutura comercial, agroindustrial e social, para colocá-la à disposição de seus sócios e de toda a comunidade local. Por social se entende cuidar para que escolas sejam instaladas e operacionalizadas, a assistência de saúde organizada e os mecanismos de organização comunitária e econômica implementados*[363].

---

[361] Em seu livro de memórias, Anton Huber mostra como o PRODECER foi posterior às primeiras conversas da cooperativa travadas em Holambra, interior de São Paulo; ao desenvolvimento do projeto e aos primeiros movimentos de ocupação da terra em Lucas. Ver, por exemplo, Huber; 2010, 13-213. Neste caso, a ideia de que a Cooperlucas foi apenas viabilizada por meio da cooperação japonesa é, sem dúvida nenhuma, equivocada.

[362] (...) conseguimos convencer os engenheiros do INCRA responsáveis pelo planejamento, em Brasília, a mudarem o local da construção da agrovila ou cidade. Redesenhado o mapa, colhendo de nós mais informações, transferiram-na do entroncamento da estrada da Baiana para a proximidade do rio Verde. Por causa do interesse de um determinado posseiro ou de um preposto interessado na área, não atenderam ao nosso pedido de alocar a parcela urbana do lado esquerdo da BR-163, junto ao acampamento do 9° BEC, terreno levemente inclinado em direção do então chamado córrego Piranhas" (Huber; 2010, 95).

[363] Huber; 2010, 99.

Se levarmos a serio o protagonismo exercido pela cooperativa paulista, não se pode falar de um processo de territorialização como obra exclusiva de "gaúchos". É certo, porém, que a migração dos estados da região Sul – e, principalmente, do Rio Grande do Sul – sempre foi mais intensa, o que explica a visibilidade maior das expressões culturais "gaúchas". Mas é preciso, de algum modo, contemplar e traçar a relevância das ações de paulistas e mineiros da Cooperlucas na formação de Lucas do Rio Verde. Este tipo de exercício ajuda a entender os pontos em comum desses grupos no processo modernizador e civilizador no norte de Mato Grosso, embora a força sulista seja sempre mais determinante. Esta questão ficará mais clara ao abordarmos o quarto movimento migratório.

Antes disso, devemos mencionar o modo como é tratado por Rocha o terceiro movimento, que comporta os parceleiros de Encruzilhada Natalino. O objetivo, aqui, não é o de repetir uma história que foi contada no decorrer do capítulo anterior, mas apresentar os principais argumentos da autora. Os parceleiros, que se dirigiram para Lucas do Rio Verde em situação de desvantagem, diante dos outros dois grupos - formados, principalmente, por membros que possuíam o perfil empresarial -, teriam se amparado, primeiramente, na construção de vínculos entre os despossuídos: *todos ali se conheciam, alguns tinham um vínculo de amizade mais fortes que outros, mas a mesma origem social e cultural possibilitou que esse grupo criasse no território de adoção, Mato Grosso, estratégias compartilhadas de vivência e sobrevivência*[364].

Mas, como se sabe, a solidariedade compartilhada internamente pelos parceleiros, não permitiu que todos aqueles que se deslocaram permanecessem no território luverdense. Betty Rocha, a partir da história de um parceleiro que conseguiu se estabelecer na região, buscou, então, decifrar o modo como os "sobreviventes" interpretam essa relação entre os que ficaram e os que retornaram. Deste modo, a pesquisadora concluiu que *a crença de que ali existia uma possibilidade de "desenvolvimento" é acionada para justificar a perseverança com que algumas famílias enfrentaram as adversidades da colonização e se mantiveram nas terras*[365].

O diálogo entre Rocha e o parceleiro revela que, segundo essa visão, a persistência teria recompensado alguns com a realização do desenvolvimento pessoal e familiar, em um

[364] Rocha; 2010, 114.
[365] Ibidem, 117.

lugar que poderia, agora, ser classificado como *um paraíso*[366]. Este tipo de afirmação nos conduz, por outro lado, para duas conclusões de suma importância: em primeiro lugar, as relações entre persistência, desenvolvimento e a crença de que Lucas do Rio Verde é um lugar ideal, acabaram por aproximar os rejeitados parceleiros dos outros dois movimentos migratórios narrados anteriormente, de tal modo que as descrições e as histórias de vida passam a ser compartilhadas; e, em segundo lugar, essa aproximação permite entender a construção da categoria "pioneiro", central para uma autocompreensão sobre a formação desses novos lugares.

Sendo assim, uma solidariedade passa a ser compartilhada em um nível mais amplo, incorporando os membros – que permaneceram na região – dos três grupos. Esses indivíduos se reconhecem como iguais na medida em que se autodefinem como os construtores de Lucas do Rio Verde: *a força dos laços familiares, de vizinhança, amizade e compadrio é capaz de criar um elo de solidariedade e união ressaltado pelos entrevistados como características que exprimem um modo de vida local*[367]. Essa identificação em torno das determinações que definiram a região está ancorada na identidade gaúcha que, posteriormente, ao lado da ideia de "pioneiro", informa a massa sulista que decide migrar.

Nesta relação, entre identidade/migração, o sulista, ao chegar e ocupar o território compreende o seu grupo como dotado de características superiores, algo que permite, inclusive, se reconhecer no ideário do pioneirismo, estabelecendo um vínculo entre passado, presente e futuro: *o "gaúcho" é aquele que construiu a fronteira com espírito desbravador e pioneiro; é o que colocou seu "tijolinho" na construção da cidade; é aquele que tem uma visão empreendedora de futuro e por isto reinventa a cada momento a fronteira que ajudou a construir*[368].

---

[366] Idem.

[367] Ibidem, 137. Ao final de sua tese, Betty Rocha resume mais uma vez esta concepção: "Neste palco de historicidade múltiplas, no encontro de posseiros, parceleiros e assentados da cooperativa, uma categoria emerge no discurso como síntese da instalação e consolidação de uma fronteira. Das primeiras picadas abertas pelos soldados que construíram a rodovia ao domínio das adversidades do cerrado para plantio nos primeiros tempos realizados pelos posseiros; do assentamento de famílias que buscavam na terra a esperança de vida e de reprodução social ao assentamento elitizado de agricultores selecionados; duas categorias se equivalem como condutores do estandarte da prosperidade, da civilização e do desenvolvimento: desbravador e pioneiro. À medida que a frente de expansão da fronteira avança e se consolida, a categoria pioneiro se cristaliza no tempo como se fosse curtida como vinho em uma adega de memórias de um tempo mítico" (Rocha; 2010, 194).

[368] Rocha; 2010, 183.

Voltamos, então, a um ponto que deixamos em aberto: como entender a relação de paulistas e mineiros, sobretudo da Cooperlucas, com o pioneirismo? Neste caso, não seria possível explicar a presença desses outros grupos regionais por meio da construção histórica do gauchismo ou do termo que generaliza um tipo brasileiro reconhecido por sulista. Uma resposta fácil seria a de apelar para a questão numérica, que indica o fato de que gaúchos e sulistas geralmente formaram a maioria dos contingentes migratórios, dados que confirmariam a paternidade desses tipos de configuração social. Mas está questão vai além: poderíamos afirmar que os paulistas envolvidos compartilham com os sulistas de uma identificação em torno de concepções importantes para os processos de territorialização que estamos a analisar; seriam também, por exemplo, portadores de uma "ética do trabalho".

A aproximação com os sulistas, portanto, se constrói a partir de uma oposição em relação às classificações a respeito de outras identidades regionais. De tal modo, seria possível organizar a questão lançando mão de uma outra concepção: a de *centro*, que começamos a esboçar ainda no primeiro capítulo da tese, que permitiria aproximar algumas identidades – culturais – regionais, enquanto estas se afirmam distantes de outras. Isto, por um lado, não elimina a proeminência dos sulistas nos percursos da colonização no Mato Grosso, algo que mencionamos anteriormente. Mas, por outro, nos permite explicitar melhor o uso recorrente dos termos "civilizados" e "movimento civilizador".

Em 2006, uma ação de produtores locais da região de Lucas do Rio Verde resultou na criação de um complexo agroindustrial. O projeto conseguiu atrair a empresa Sadia, que investiu aproximadamente 800 milhões de reais no empreendimento, que objetivava a diversificação da produção local[369]. A cidade, no entanto, não conseguiria fornecer a mão de obra necessária para o complexo. Deste modo, a Sadia iniciou um projeto de seleção de trabalhadores na região Norte e Nordeste do país. Oferecendo transporte para o Mato Grosso e moradia em Lucas do Rio Verde, a propaganda da empresa resultou no fenômeno que Betty Rocha classificou de *o quarto movimento migratório* em Lucas do Rio Verde: a *fábrica surgiu como um novo personagem naquele espaço fronteiriço, um novo grupo migrante ali se instalava e isto alterava inclusive o padrão de ocupação e*

[369] "A implantação de um verdadeiro complexo agroindustrial em Lucas, de acordo com os gestores públicos locais, está relacionada com o que denominam de 2° ciclo econômico do município objetivando a diversificação da atividade produtiva" (Rocha; 2010, 14).

de configuração da cidade. Nas relações cotidianas ficava evidente que novos conflitos surgiam e havia um descompasso entre o discurso oficial das autoridades que destacavam os aspectos positivos do processo em curso e a percepção negativa de uma parcela dos habitantes[370].

Diante desse processo, a população da cidade, vinculada ao que poderíamos denominar de os *ideais do pioneirismo*, buscou se diferenciar dos "maranhenses", em uma relação que Rocha comparou com a oposição sociológica de Elias e Scotson, *estabelecidos e outsiders*. Assim, aos novos habitantes, se atribuía o aumento da criminalidade, da sujeira, de brigas e bebedeiras, por exemplo, como questões relacionadas ao *jeito de ser dos maranhenses.* Mas, como ressalta Betty, g*rosso modo, o que os diferencia é o tempo de residência e a origem étnica dos dois grupos: sulistas e nordestinos*[371], relação muito semelhante àquela descrita por Haesbaert em Barreiras.

A divisão também era demarcada pelo fato de que os nordestinos ocupavam a *vila da Sadia*, um conjunto habitacional distante do centro da cidade e construído para receber os trabalhadores nordestinos. Como afirma Rocha, a cidade seria o contraponto da nova vila, estigmatizada e descrita como um lugar de desordem, pelos moradores do tradicional espaço urbano de Lucas do Rio Verde. Sendo assim, a única saída para os novos moradores, os "maranhenses", seria a de internalizar as normas e os modos de ser e agir do local – a única maneira de se adaptar à cidade. Esta conclusão presente no trabalho de Betty Rocha é retirada da fala de um migrante, que a pesquisadora chama de Inácio: *a incorporação simbólica da vila pela cidade será possível, no entender de Inácio, a partir do momento que pernambucanos, maranhenses e piauienses internalizarem as normas a que estão submetidos naquele contexto*[372].

Este processo de internalização das normas, como no caso de priorizar o trabalho em detrimento das bebedeiras, das festas e das badernas, portanto, uma maior disciplina em relação ao corpo e ao tempo, indica de algum modo um percurso que é considerado como de aproximação com o *jeito de ser sulista*. A valorização do trabalho e da ordem, como foi observado anteriormente, é sempre pensada nesses contextos como atributos dos grupos originários da região Sul do país. Deste modo, sem prejuízo algum,

[370] Rocha; 2010, 23.
[371] Ibidem, 126.
[372] Idem.

poderíamos pensar que nortistas e nordestinos, ao incorporarem os elementos que garantiriam sua aceitação e adaptação, cumpririam um ritual de natureza diferente daquele pelo qual passou a migração sulista ao chegar nesses novos lugares.

Na narrativa de Inácio, por outro lado, este processo estabeleceria uma diferenciação entre os próprios "maranhenses", ou seja, entre aqueles que se comportam como "aventureiros" e outros que seriam, realmente, "trabalhadores", no sentido de compreenderem o ideal luverdense de *boa sociedade*. Vale a pena, nesse caso, reproduzir uma longa citação de Betty Rocha:

> No sentido atribuído pelo entrevistado os aventureiros são aqueles migrantes que não vieram com o propósito de "trabalhar", "crescer" e "ter uma dignidade". Pelo contrário, são pessoas que vieram no rastro dos acasos da sorte e buscam viver intensamente "essa aventura" mantendo hábitos da origem como beber, fazer festas e curtir. Para Inácio, seus "colegas" não haviam entendido que ali, naquela fronteira, "não tem isto". Ali é lugar de trabalho. Com efeito, a categoria trabalho aparece no discurso com um significado mais específico do que o usual, designando meios de subsistência. Através do trabalho o migrante percebe a possibilidade de crescimento profissional, de viver bem e assim garantir a sua dignidade. E, para tanto, do seu modo de pensar, eles, os migrantes nordestinos, deveriam se sujeitar ao modo de vida local, se adaptando à cultura e ao ritmo da cidade. Isto denota uma percepção de relação de poder onde o migrante nordestino deve internalizar uma condição subalterna neste processo[373].

De um modo geral, isto significaria que atributos negativos que caracterizariam algumas identidades regionais deveriam ser negados, relação inversamente proporcional ao que teria ocorrido com os sulistas, que seriam contemplados com a ascensão a uma boa vida se afirmassem as características autoatribuídas à sua identidade regional. Desta forma, para adentrar e fazer parte de um mundo modernizado que proporcionaria diversos benefícios, como a carteira profissional assinada pela Sadia, os "maranhenses" deveriam atender aos requisitos sulistas que definem modos de viver e se comportar; um ideal, portanto, civilizador.

Não por acaso, Rocha reconhece na concepção de desenvolvimento que circunda a ideia de pioneirismo uma ação civilizatória. Este tipo de combinação ajudaria a explicar tanto a formação de Lucas do Rio Verde, quanto a relação entre "gaúchos" e "maranhenses"; *o "gaúcho" que tem como substrato identitário o pioneirismo e sua ação civilizadora e o "maranhense" (ou nordestino) que atua naquela configuração numa relação de subalternidade deixando evidente o poder simbólico exercido pelo "gaúcho" que se*

[373] Ibidem, 127.

cristaliza nas distintas manifestações de estigmatização e hierarquização social analisadas[374].

Se retornássemos, portanto, ao tema das relações entre os gaúchos e os membros da cooperativa paulista, poderíamos afirmar que, embora os processos de colonização revelem o protagonismo sulista, de modo que as concepções em torno de um ideal civilizador e da definição de "vencedores" são vinculadas às caracterizações de um tipo regional específico, paulistas e sulistas compartilhariam de visões de mundo e valores que formariam, assim, uma autocompreensão a respeito de um *centro irradiador de processos civilizatórios* na colonização recente em Mato Grosso e em outras regiões do Brasil profundo.

3.5. Cultura, ação civilizatória e modernização na fronteira.

Durante o percurso deste capítulo, as concepções de "ideal civilizador" e "missão civilizatória" foram utilizadas como se não precisassem de maiores explicações. Sendo assim, o leitor pode ter considerado no mínimo curioso o modo como o termo "civilizador" foi sendo operacionalizado cada vez mais, enquanto as expressões "cultura" e "político-cultural" foram quase desaparecendo. Obviamente, a inspiração para produzir este movimento são as referências bibliográficas, que classificamos como uma outra interpretação sobre os processos de ocupação e colonização no Brasil, exemplificadas pelos trabalhos de Rogério Haesbaert e Betty Rocha.

O tema nos remete a um diálogo presente no capítulo 01, quando apresentamos a dicotomia sertão-litoral (civilização) - algo que relembramos, com inúmeras ressalvas, no decorrer deste capítulo. A concepção de que seria necessário civilizar as regiões mais distantes do Brasil esteve presente, por exemplo, nos discursos de Visconde do Uruguai em favor da centralização, nas chamadas missões civilizatórias de higienistas e sanitaristas do final do século XIX e início do XX bem como na perspectiva relativizadora de Euclides da Cunha e Marechal Rondon.

---

[374] Ibidem, 207.

A diferença está no fato de que será preciso considerar que o tema, aqui, não está restrito a promessas ou projetos políticos de elites que atuavam no interior de um Estado imperial, de agentes vinculados aos discursos e práticas científicas ou propostas e debates restritos a círculos intelectuais ou eruditos, como no período da Primeira República. Ao utilizar como referência um *movimento civilizador*, saímos do campo da promessa e começamos a dialogar com uma esfera concreta e repleta de realizações permanentes. Mesmo quando utilizamos a expressão *centro civilizador*, somos obrigados a deixar de lado a tradicional abordagem a respeito das elites políticas e burocráticas, pois agora parece que estamos a lidar com valores que são compartilhados por grupos, de modo mais difuso e popular.

Mas, mesmo assim, este movimento – de quase substituição do termo "cultura" por um debate sobre uma "ação civilizatória" - poderia ser classificado por alguns como arcaico, se considerássemos que os fenômenos brasileiros, como esses que envolvem as correntes migratórias de grupos regionais, deveriam ser investigados como objetos primordiais de análises culturais. Do ponto de vista da produção de uma teoria social, por outro lado, as ciências sociais brasileiras se tornaram morada obrigatória das mais contemporâneas perspectivas em torno da questão "cultural", entendida, agora, de modo mais maleável e menos estável por ser produzida em um mundo posterior ao monopólio exercido pelas tradicionais instituições modernas, como no caso do recurso conceitual de *identidades culturais híbridas*, que nos remeteria, por exemplo, aos *estudos pós-coloniais*[375].

Quando Stuart Hall, por sua vez, menciona a importância de uma releitura *do cultural* diante de uma pretensa homogeneidade nacional no Ocidente, que seria a tradução de determinadas instituições culturais e políticas, a intenção é apontar que, diante da diversidade de concepções e formas de vida, este processo refletiria uma estrutura de poder: *a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural*[376].

---

[375] Seria impossível detalhar todo este debate aqui, mas uma referência óbvia seria o artigo-manifesto de Stuart Hall, "The question of cultural identity", muito popular nas ciências sociais brasileiras, que ganhou uma edição nacional sob o título "A identidade cultural na pós-modernidade", em 1992.
[376] Hall; 2011, 60.

Neste caso, então, não se nega os impulsos homogeneizantes nas sociedades ocidentais, mas tenta-se demonstrar a falácia de se pensar em construções horizontais, compartilhadas e, do ponto de vista político, democráticas. Algo que esconderia, por outro lado, o fato de que as nações modernas seriam *híbridos culturais* escamoteadas por uma *representação* unificada da composição sociocultural nessas sociedades[377]. Sendo assim, o mundo contemporâneo revelaria a obviedade dessa questão, principalmente, ao impor limites às *tendências homogeneizadoras*.

O problema, no entanto, é que neste tipo de abordagem a questão da *modernização* é sempre relegada à dimensão institucional e ao capital, pois o que realmente importa é a compreensão das identidades nacionais que se afirmam e se relevam nos dispositivos discursivos como coisa que é representada de forma unificada[378]. Em Stuart Hall este ponto fica bastante nítido quando, ao tratar do declínio da cultura nacional, se apoia na narrativa gellneriana sobre a formação das modernas nações europeias, que teriam se constituído sob os impulsos por unificação que se refletiram, por exemplo, nos sistemas educacionais a partir dos processos de industrialização[379]. Um esforço, portanto, que pretendia fazer coincidir, sob o manto da concepção de nação, uma cultura identitária específica com um modelo de cidadania no interior das sociedades nacionais modernas.

Ao ser recepcionada, esta interpretação contemporânea, aliada aos tradicionais estudos sobre a história da formação dos contextos nacionais europeus, poderia, assim, fornecer um receituário libertador aos contextos pós-coloniais, infelizes *consumidores* das ideias e instituições europeias. As concepções, então, que deram sentido aos percursos modernizadores, como no caso da necessidade de uma nação homogênea, deveriam ser expurgadas das instituições, de modo a permitir uma adequação a um *ponto futuro*, povoado por sujeitos pós-modernos, descentrados, desenraizados[380].

A recepção desses debates teóricos produzidos no contexto pós-globalização, embora de extrema fecundidade, pode nos conduzir a comprar um pacote fechado, que está pautado, sobretudo, na ideia de que processos já acabados estariam em declínio, como no tema do fim das identidades nacionais diante de forças culturais irresistíveis. Se pensarmos, por exemplo, nos movimentos históricos que determinaram a proeminência

[377] Ibidem, 62-63.
[378] Idem.
[379] Ibidem, 49, 50 e 59.
[380] Ibidem, 13.

de processos modernizantes, aliados a uma homogeneização de condutas, valores e comportamentos, poderíamos recair no engano de entendê-las, no Brasil, como simples peças de um museu da história ocidental, mesmo que coisas semelhantes, embora dotadas de uma originalidade própria ao contexto brasileiro, possam estar ocorrendo diante de nossos olhos.

O ímpeto intelectual em recepcionar este ponto de vista teórico, portanto, poderia nos jogar em uma armadilha. Neste caso, o risco seria o de entender a ideia de *modernização* apenas como resultado de uma lógica de atuação político-institucional ou estritamente econômica. Se a linguagem do Estado territorialista se assenta a partir do diagnóstico da ausência de coesão social, bastaria, portanto, por outro lado, combater a vontade estatal de criar um novo mundo povoado por um tipo específico de indivíduo, formado a partir da atuação das instituições e agentes políticos – apontando, consequentemente, sempre para uma teoria da diversidade e da sobrevivência do cultural, mobilizada por movimentos sociais, por programas políticos ou pela esfera do direito.

Até aqui, os casos que analisamos parecem nos conduzir a um outro tipo de interpretação, que exige um cuidado maior no diálogo com as combinações teóricas que mencionamos nos parágrafos acima. Neste capítulo, tentamos - ao acompanhar uma outra abordagem sobre essas novas configurações sociais - descrever os modos como um ideal modernizador também pode ser entendido a partir de suas relações e articulações com a história de grupos sociais, sobre um tipo de desenvolvimento em que identidades regionais, com suas visões e concepções de mundo, compreendem e atuam como propagadores da modernização. Neste caso, estamos lidando com um percurso histórico que revela uma dimensão mais profunda da questão, que nos permite entender a relação entre identidade e modernização como uma *conduta de vida*, no sentido weberiano[381] – mesmo que transpareça de modo mais explícito entre as classes médias e altas na transformação de velhas cidades ou na formação de novos territórios.

Quando uma conduta determinada entra em contato – e em conflito – com formas de vida e expressão que lhes parecem estranhas e equivocadas (gaúchos versus baianos; sulistas versus “maranhenses”), observamos um movimento peculiar de integração, que

[381] Weber; 2004, 45.

acaba por determinar lógicas hierárquicas para a promoção de uma adaptação. Estes eventos exigem uma ponderação no sentido de que não parece ser muito frutífero falar em culturas atuando na implosão do desejo homogeneizador. Admitir, por outro lado, a *falácia homogeneizante* não parece eliminar a existência e a força dessas novas configurações sociais na fronteira brasileira, como no caso das cidades do agronegócio. Sendo assim, o termo "processo civilizador" parece ser mais adequado do que insistir em caminhar no terreno pantanoso *do cultural*.

Não se deve achar que isso possibilitaria buscar, na diversidade brasileira, medidas e parâmetros que indicariam uma história acabada, aos moldes de uma suposta experiência europeia. Mas não há como negar que, na modernização da fronteira brasileira, encontramos os impulsos de uma potência homogeneizadora. Betty Rocha não formula a questão exatamente desta maneira, mas poderíamos interpretar que esses impulsos seriam resultado de uma ação civilizatória, moldada por comportamentos compartilhados que determinariam as ações concretizadas na formação da cidade de Lucas do Rio Verde.

É por este motivo que, ao final de sua tese, Rocha procura estabelecer um diálogo com Norbert Elias, sobretudo em relação aos seus estudos sobre "o processo civilizador"[382]. De tal modo, esse caso de expansão territorial no Brasil deveria ser entendido na linha de uma dinâmica processual, de ações intencionais e percursos não intencionais, a determinar um modelo mais estável e equilibrado de comportamentos que definiriam uma sociedade em um sentido específico: *a ação civilizadora de posseiros, assentados da cooperativa e parceleiros deu origem à cidade onde a trajetória de cada um destes personagens é marcada e "mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver" (Elias; 1993, 195) e pela alteridade*[383].

---

[382] Os diálogos de Betty Rocha com o estudos de Norbert Elias sobre "o processo civilizador" se tornam mais explícitos a partir do último capítulo (Rocha; 2010, 196-198).

[383] Rocha; 2010, 1997. Neste caso, ela cita uma passagem de Norbert Elias, presente no volume II de "O processo civilizador": "A civilização não é "razoável", nem "irracional", como também não é "irracional". É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver. Mas não é absolutamente impossível que possamos extrair dela alguma coisa mais "razoável", alguma coisa que funcione melhor em termos de nossas necessidades e objetivos. Porque é precisamente em combinação com o processo civilizador que a dinâmica cega dos homens, entremisturando-se em seus atos e objetivos, gradualmente leva a um campo de ação mais vasto para a intervenção planejada nas

É preciso considerar, no entanto, a existência de uma peculiar relação entre uma dimensão intencional e outra não intencional, em um processo que se tornou intenso no território brasileiro a partir da década de 1970, portanto, distante do mundo analisado por Norbert Elias. Quando pensamos nos processos constituidores de um novo mundo urbano e rural na fronteira brasileira, os componentes dotados de uma intencionalidade se refletem nas classificações e atribuições das identidades envolvidas. Gaúchos e sulistas, portanto, atuariam de modo consciente propagando - e "confirmando" – seus atributos diante de outros grupos: o valor do trabalho, do desenvolvimento, da ordem e da limpeza, por exemplo. Isto lhes permite afirmar e "comprovar" a ausência de protagonismo dos outros grupos que possuiriam características opostas. Ou seja, mesmo se admitíssemos que a formação de uma identidade regional é permeada, por conta de sua construção histórica e cultural, por feixes constituidores que não são nem intencionais, nem plenamente conscientes, a sua afirmação e, consequentemente, as classificações que dela derivam, são transmutadas para o reino das intencionalidades passíveis de demonstração e confirmação nas transformações materiais.

Isto significaria produzir uma inversão em um ponto central do argumento, pois, por outro lado, quase que de modo involuntário, animado pelo reino das necessidades, uma "ação civilizatória" deste tipo acaba por permitir, ou melhor, por aceitar um movimento que tende à externalidade e expansão, justamente por se aproximar de uma concepção que se afirma como uma "missão modernizadora", não podendo ser mantida na proteção e encerramento que confirmam a singularidade de uma identidade - cultural – regional.

É deste modo, então, que se deve entender a generalização em torno da categoria "sulista" e, de modo semelhante, a participação de paulistas e mineiros, que atuariam no campo dos valores e dos comportamentos, mais próximos dos gaúchos. Este mesmo processo, de modo inverso, nos ajuda a compreender os motivos que levariam outros grupos provenientes da região Sul – pela suposta ausência dos atributos mencionados acima – a serem classificados como conterrâneos de segunda classe, mais próximos, portanto, de "nordestinos" e "maranhenses".

E é neste campo, capaz de combinar a intencionalidade inscrita na afirmação da identidade superior - lugar de expressões culturais e folclóricas diferenciadoras e de

---

estruturas social e individual – intervenção esta baseada num conhecimento cada vez maior da dinâmica não planejada dessas estruturas" (Elias; 1993, 195).

uma reprodução da violência estigmatizadora - e a necessidade de uma expansão e abertura civilizatória - mais afeita ao novo e à incorporação de tecnologias para atender e se fazer coincidir com o suposto atributo sulista do trabalho e do espaço ordenado - que emerge um ideal modernizador que teria a capacidade e a força de se alastrar pelo território e incorporar todos aqueles aptos a se adaptar: o treinamento técnico de nordestinos, a família baiana que vai residir no "bairro dos gaúchos" e o "maranhense" que faz um movimento de aproximação em direção aos atributos sulistas para se tornar um "cidadão exemplar".

Haesbaert, por seu turno, percebeu esta questão, ao terminar sua tese abordando o que denominou de uma *integração hierarquizadora*: *é de se prever um processo ainda mais lento de integração, e que provavelmente acabará por impor a hierarquia (de uma "superioridade" sulista, cada vez mais confundida com o poder dos grandes capitalistas em seu conjunto) muito mais do que uma igualdade efetivamente integradora*[384]. Mesmo assim, para o geógrafo, essa *integração* permite, ao romper com o provincianismo e fechamento da identidade sulista, uma abertura e questionamentos originais diante do novo[385]. Não se pode negar, nem ao pesquisador, pensar em novas e melhores possibilidades que nasceriam do contato na fronteira. O problema, no entanto, é que este argumento de Rogério Haesbaert está pautado na proposta normativa habermasiana sobre o *projeto inacabado da modernidade*[386]. Ou seja, dificilmente seria possível mensurar uma dinâmica processual, que é revelada por estes casos, tendo como ponto de chegada uma teoria que se permite recomendar uma trilha necessária e exclusiva – mesmo que em um julgamento possa ser considerada a melhor.

Mas, por outro lado, a esta altura do nosso trabalho, deve estar claro que reconhecemos a riqueza dos argumentos inseridos na perspectiva analisada durante este capítulo 03. Esta aproximação, no entanto, indica que, aqui, ainda resta um último e importante desafio: os casos de Barreiras, na Bahia, e Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, poderiam ser classificados como mais *abertos*, se comparássemos com aquele analisado por Guimarães Neto (Alta Floresta), por exemplo, fechado em torno de um líder

---

[384] Haesbaert; 1995, 349.

[385] "Rompendo com o provincianismo de um mundo praticamente voltado para si mesmo e reproduzindo relações seculares de exploração, a modernização de caráter conservador, apesar de reproduzir uma desigualdade ainda mais perversa, acaba abrindo algumas perspectivas para o questionamento e para o novo que somente este convívio entre múltiplos tempos e espaços pode proporcionar" (Haesbaert; 1995, 344-345).

[386] Ver, Habermas; 2000.

colonizador, Ariosto Riva, e de um planejamento e ordenamento comandado por sua colonizadora, a INDECO. A partir do caso da colonização e formação da cidade de Sinop, um projeto que possuiu também uma liderança específica, a de Enio Pipino e sua colonizadora, poderemos testar as contribuições e os limites desta outra perspectiva para a compreensão de um caso que, aparentemente, não possui as mesmas fissuras e aberturas, sendo muito mais facilmente caracterizado pela dimensão do controle e da imposição.

Capítulo 04

A formação da *boa sociedade*: o processo de colonização em Sinop.

No dia 11 de julho de 2012, viajei de Cuiabá para Sinop através da famosa BR-163. Saindo da rodoviária da capital de Mato Grosso, o ônibus chegaria ao seu destino após um pouco mais de oito horas, ao percorrer 500 km. A estrada encontrava-se em boas condições, mas o percurso é composto por inúmeras paradas em cidades que estão no caminho. Cansado e com fome, entrei no Hotel Dutra, o primeiro que avistei na Avenida Governador Julio Campos. Depois de deixar minhas coisas no quarto, caminhei até a Praça Plínio Calegaro, ponto de encontro de parte da juventude local nos fins de semana e lugar que possui uma lanchonete-restaurante com boas instalações.

Naquela quarta-feira, entre os clientes da lanchonete era notável a presença de torcedores do Palmeiras[387], vestidos com camisetas do time da capital paulista, que acompanhavam a final da Copa do Brasil em um telão do próprio estabelecimento. Após o jogo, os palmeirenses esboçariam uma comemoração na praça e na Avenida Julio Campos, mas, neste momento, eu já havia retornado ao quarto de hotel e me surpreendia com a possibilidade de assistir ao canal de TV RBS (Rede Brasil Sul de Televisão), que retransmite em Sinop a programação original do estado do Rio Grande do Sul, não como um produto de operadoras de TV por assinatura, mas em sinal aberto.

Dois dias após a minha chegada à cidade, me transferi para o Hotel e Restaurante Recreio, que possuía uma diária mais condizente com as minhas economias. Este lugar, também localizado próximo à avenida principal e à rodoviária da cidade, me proporcionou a possibilidade de conhecer trabalhadores de fazendas e complexos

[387] A questão das torcidas por times de futebol em Mato Grosso é um reflexo do fluxo migratório após a década de 1970 e 1980. A população mais tradicional de Cuiabá, por exemplo, denominada de *cuiabania*, em sua maioria, sempre ficou dividida entre os times locais (Mixto, Dom Bosco e Operário de Várzea Grande) e os clubes da capital do estado do Rio de Janeiro (Flamengo, Vasco, Botafogo e Fluminense). Com o passar do tempo, no entanto, foi se tornando mais comum encontrar torcedores de Grêmio e Internacional. Hoje, na capital mato-grossense, Corinthians e São Paulo, por exemplo, possuem grandes torcidas. Na final da Copa Libertadores da América de 2012, eu estava em Cuiabá e pude presenciar a festa corintiana na Avenida Getúlio Vargas para comemorar o título inédito. Este fenômeno é interessante, pois, se antes o Rio de Janeiro exercia uma maior influência, sobretudo por conta das transmissões de rádio dos jogos dos grandes times do estado fluminense, os deslocamentos migratórios alteraram profundamente este quadro. No caso de Sinop é mais comum encontrar colorados e gremistas ou, então, camisetas dos clubes da capital do estado do Paraná, embora a presença de torcedores de times da capital paulista também seja bastante comum.

agroindustriais da região e, também, indivíduos que buscavam em Sinop oportunidades de trabalho – objetivo alcançado, na maior parte das tentativas, com sucesso.

Ainda nos primeiros dias em que passei na cidade, frequentando a UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso) e tentando estabelecer contato com pessoas que poderiam ajudar em minhas intenções de pesquisa, adquiri o hábito, quando retornava para o hotel no final do dia, de frequentar o Restaurante Recreio ou, então, sentar na calçada e conversar com hóspedes, moradores da cidade e com os proprietários e funcionários do próprio estabelecimento. O ato de dividir uma garrafa de cerveja, ouvir piadas, comentar jogos de futebol ou tomar um café com o porteiro no início da madrugada, acabou por se transformar em um ponto de apoio para a pesquisa que eu tentava realizar, pois nestes momentos entrei em contato com histórias de vida e da própria cidade, que confirmavam, refutavam ou produziam novas perspectivas sobre o meu objeto de estudo - após a "trajetória acadêmica" que era percorrida durante o dia.

Conforme relatei na introdução desse trabalho, é como se a experiência do cotidiano passasse a interferir nas minhas interpretações sobre a história da colonização em Sinop e, de um modo geral, no estado de Mato Grosso. Antes, porém, do meu cotidiano sinopense, como qualquer outra pessoa que conhece um novo lugar, tive de passar pelo momento marcante da primeira impressão. Apesar de deter algum conhecimento sobre o lugar, depois de estudos e leituras sobre a história local, não possuía grandes certezas a respeito daquilo que encontraria por lá. Ao descer na nova rodoviária da cidade, sucessora do *peixotinho*, salta aos olhos o impressionante crescimento da área urbana inaugurada no início da década de 1970 – sensação que os mapas e projetos arquitetônicos da cidade, mesmo os mais atuais, são incapazes de reproduzir.

Aliás, o trajeto da rodovia, entre Cuiabá e Sinop, por si só já é espantoso: naquele momento, a BR-163 encontrava-se em obras de ampliação e construção de viadutos, dando a nítida impressão de um país em construção e expansão rumo a Amazônia, como se o espírito da década de 1970 estivesse a atuar novamente na região. Se durante o período em que passei em Cuiabá, cidade com a qual tenho uma relação afetiva, meu aprendizado maior estava restrito aos momentos de pesquisa na UFMT, quando entrava em contato com um amplo material produzido sobre o tema da colonização, principalmente, por historiadores, no momento em que o ônibus ingressou na estrada em direção à Sinop, a primeira atitude foi a de reconhecer a minha ignorância, que só

não era maior do que a de grande maioria dos cidadãos do Sudeste brasileiro, que pouco sabem sobre o que ocorre nestas regiões, imaginando que tudo ainda é "mato e onça pintada".

Reservei meu segundo dia em Sinop para andar pelas ruas do centro da cidade, sem nenhum destino final, como se fosse uma espécie de reconhecimento da área a ser analisada. Engana-se aquele que imagina que o relato a seguir será sobre uma cidade pacata, com seus cidadãos interioranos a circular, com calma, por ruas ocupadas por um pequeno comércio. Na avenida principal, quanto mais se caminha em direção à BR-163, a sensação pode ser traduzida pela palavra-chave *velocidade*: carros, motos, calçadas lotadas, bancos públicos e privados, lojas de departamentos, de eletrodomésticos, Ponto Frio, Casas Bahia. Na hora do almoço, por exemplo, é possível notar em restaurantes pessoas que não possuem mais o tempo necessário para realizar as suas refeições em casa, exemplo símbolo de uma vida que não se confunde com a correria de uma cidade grande.

Talvez, a percepção mais importante, ao entrar em contato com a cidade precursora do novo mundo do agronegócio em Mato Grosso, se assente no fato de que é um lugar que possui algumas semelhanças com um universo que classificamos como *mais desenvolvido*. Estas aproximações, obviamente, se restringem a determinadas características, pois em outras esferas as distâncias são nítidas – como na ausência de espaços dedicados a arte, ao cinema, etc.[388] Mas é como se uma certa – e importante – *mentalidade* que encontra morada em um Brasil contemporâneo, modernizado, estivesse enraizada e naturalizada em Sinop.

Se a profecia, portanto, da realização do progresso finalmente se acomodou no sertão de Mato Grosso, a imagem mais forte é construída quando se circula pelas ruas centrais da cidade de Sinop. O comércio local conta, ainda, com grandes marcas nacionais e franquias internacionais: Lojas Americanas e Ellus, lanchonete *Bob's* e *Subway*, por exemplo. Neste ponto, torna-se nítida a ideia da vocação sinopense, sintetizada pelo

[388] É certo que Sinop carece de espaços dedicados a experiências culturais que não se restringem a lógica consumista. Mas, por outro lado, as universidades públicas locais já oferecem, mesmo que ainda timidamente, possibilidades de aberturas e fissuras. Ao frequentar a UNEMAT, pude conhecer um grupo formado por professores e, sobretudo, por estudantes do curso de Letras, responsáveis por uma iniciativa dedicada ao contato com outras experiências culturais e políticas. O Refúgio Zumbis organiza, por exemplo, festas, recitais de poesias e sessões de cinema e debate, que fogem e divergem do *mainstream* local.

arquiteto, urbanista e atual diretor técnico da Colonizadora Sinop, Alfredo Clodoaldo de Oliveira Neto, quando afirmou ser Sinop *o maior shopping center do norte de Mato Grosso*[389]. Esta denominação, posteriormente, seria popularizada e repetida incessantemente[390], de modo a se ampliar o conceito e fazendo-o se confundir com outras questões.

Ao lado da concepção de *cidade shopping center*, é comum ouvir em discursos políticos ou em conversas despretensiosas, que Sinop é o lugar certo para aqueles que estão em busca de trabalho e oportunidades; ou, no melhor dos casos, como imprimiu em sua capa uma revista do estado de Mato Grosso: *Se você é empresário Sinop é o seu lugar*[391]. Neste caso, a ideia de movimento, de velocidade inscrita na circulação de carros e no comércio local, dependeria da vontade empreendedora, fonte de todo o progresso local. A terra das oportunidades, assim, é necessariamente o lugar do elogio à competição e à iniciativa privada, um bem sempre maior e mais competente do que aqueles que são gerados pela lenta e onerosa esfera política. Sinop, portanto, seria o carro-chefe de uma região capaz de proporcionar o sucesso e a ascensão social que, por sua vez, dependeria do esforço e da dedicação ao trabalho.

Estas são as principais concepções que direcionam a vida de indivíduos que residem nestas novas regiões modernizadas do país. Se o visitante resolver ainda conhecer a vida noturna de Sinop, perceberá que aquela música sertaneja que lamenta a derrota do sertão, o avanço da modernização ou que trata de um cotidiano de vaqueiros solitários com suas boiadas, se tornou artigo de um outro tempo, respeitado por artistas e fãs, mas não reproduzido em composições contemporâneas[392]. O chamado *sertanejo universitário*, por exemplo, agora trata de caminhonetes importadas e das benesses

---

[389] "A frase acima, alguns anos atrás, me veio à mente quando procurava sintetizar o quanto Sinop atrai a população da região circunvizinha, da qual é considerada polo" (Revista Notícia do estado de Mato Grosso: Edição 106 – Ano XVII, Outubro de 2011).

[390] Este tipo de raciocínio pode ser observado, por exemplo, em uma entrevista de Nilson Leitão, ex-prefeito da cidade e atual deputado federal pelo PSDB: "houve a preocupação de tornar Sinop num grande shopping center, estruturando a área jurídica, com a construção do fórum e a expansão de três varas para seis" (Em Sinop é Possível – Revista da Igreja Batista Jardim Botânico; julho de 2011).

[391] Revista Notícia do Estado de Mato Grosso: Edição 108 – Ano XVIII, Março de 2012.

[392] A relação entre a música sertaneja e seu contexto foi abordada por Renato Teixeira no programa de entrevistas de Zé do Caixão (José Mojica Marins), "O Estranho Mundo de Zé do Caixão", no Canal Brasil. Em 2012, antes mesmo de a entrevista ir ao ar, o diretor do programa, André Barcinski, mencionou a fala de Renato Teixeira em seu antigo blog hospedado no site da Folha: "'A música caipira sempre foi a mesma', explicou o músico. 'É uma música que espelha a vida do homem no campo, e a música não mente. O que mudou não foi a música, mas a vida no campo'". Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://andrebarcinski.blogfolha.uol.com.br/2012/06/04/mudou-a-musica-caipira-ou-mudaram-os-caipiras/comment-page-2/. Acessado em 08/06/2012.

usufruídas por aqueles que conseguem alcançar um status econômico capaz de proporcionar uma vida que dialoga com produtos, mercadorias e valores próprios ao mundo urbano. Quem teve a oportunidade de ouvir o *hit* de 2012 “Vem ni mim Dodge Ram”, do cantor Israel Novaes, que ecoava nas ruas e nas festas, tanto em Cuiabá quanto em Sinop, é capaz de perceber tal mudança.

Em Sinop, no entanto, este caminho já cobra o seu preço. A cidade possui seus bairros periféricos e pobres, de modo não planejado pela colonização. Na região central, casas estão equipadas com tecnologias de segurança e cercas elétricas; mecanismos que são comumente utilizados em cidades dos grandes centros do país. Na televisão, programas policiais sobre crimes, assaltos e tráficos de drogas, animam a hora do almoço e o fim de tarde. Se a sociedade sinopense agora caminha para reproduzir uma concepção difundida nas capitais brasileiras, da cidade composta por pequenas prisões privadas, o debate, as interpretações, diferem na resposta sobre quem é, na gênese, o responsável por um percurso fadado a “copiar” esta ideia de prisão. Nesta tese, principalmente nos dois capítulos anteriores, defendemos que, por se tratar de um processo histórico, não é possível sustentar o argumento que afirma ser este novo mundo resultado das ações de um único autor/ator. No caso de Sinop, entretanto, este ponto precisa passar por uma série de esclarecimentos.

Ao final do capítulo anterior, quando ressaltamos a importância das formações históricas e do deslocamento territorial de grupos regionais para se compreender o andamento do processo civilizatório no Brasil, afirmamos que, na questão da colonização, o caso de Sinop apresentava aspectos singulares quando comparados com os estudos de caso de Rogério Haesbaert e Betty Rocha. Agora, estaríamos diante de um processo de formação social que encontra o respaldo e o protagonismo de uma empresa colonizadora, sendo caracterizado como mais *fechado* do ponto de vista do planejamento e execução de uma tecnologia de colonização.

Na perspectiva de uma série de pesquisas, conforme abordamos no capítulo 02, sendo uma das mais significativas o trabalho de Regina Guimarães Neto, os processos que configurariam sociedades deste tipo na fronteira seriam liderados por empresas colonizadoras – como no caso emblemático da INDECO de Ariosto Riva. Sendo assim, deveriam ser interpretados a partir do mapeamento e desconstrução de seus mecanismos de controle e imposição, criados e controlados, sobretudo, pela ação do colonizador.

Neste caso, Sinop representaria uma construção baseada em mecanismos semelhantes, exercidos pela aliança entre a Colonizadora e o Estado, e sustentados por meio de jogos de aparência e manipulação. O elemento aglutinador capaz de manter a existência desses núcleos urbanos seria, então, para ficarmos com a definição de Edison Souza[393], *o mito do progresso*, uma invenção que fantasiaria de cordeiro o lobo pragmático e autointeressado que, ao se importar apenas com seu lucro pessoal, desprezaria aquilo que ele mesmo protagoniza.

Quando, no capítulo 03, apontamos para a necessidade de incorporar a interpretação que trata da relação entre *territorialização e identidade regional*, por conta do papel desempenhado pelos sulistas, reconhecemos que ignorar esta questão resultou em um importante equívoco na interpretação hegemônica da colonização. Mas, por outro lado, o caso de Sinop expõe a necessidade de não radicalizar, em sentido oposto, apelando, também, para uma perspectiva unilateral que apenas ressaltaria um aspecto entre outros. Ao contrário dos casos que embasam a perspectiva de Haesbaert e Betty Rocha, Sinop é configurada por meio de um planejamento urbano, a partir de um marco zero, comandado por uma empresa colonizadora que possui a figura marcante de uma liderança como a de Enio Pipino. Embora uma ideia específica de ordem, organização e empreendedorismo, que orienta as ações da Colonizadora Sinop, seja também compartilhada pela identidade regional que se desloca para o norte mato-grossense, estamos diante de outras questões e outros problemas.

Devemos, então, apresentar uma terceira possibilidade de interpretação dos processos colonizadores. Ao analisarmos a história da colonização sinopense, priorizaremos um olhar que tratará das relações que consideramos essenciais para se compreender de que modo esta sociedade foi configurada. Isto não significa ignorar por completo o tema das relações de poder, mas ressaltar a importância dos diálogos, as congruências, as aproximações, os conflitos e distanciamentos entre aquilo que chamaremos de os *três eixos da colonização*: a Colonizadora (e o colonizador), o Estado (com suas agências e agentes) e parte dos migrantes (principalmente aqueles que constroem e/ou se vinculam, posteriormente, ao ideal do pioneirismo).

[393] Souza; 2006.

Desejamos, neste último capítulo, expor esta interpretação que resulta das pesquisas e reflexões desta tese, quando o objetivo foi o de se debruçar no caso da formação de Sinop. Sendo assim, devemos enfrentar a consideração de que a empresa colonizadora, detentora dos meios que permitem o planejamento e a execução do projeto de construção da cidade, exerce um inevitável protagonismo ao orientar e determinar o destino dos migrantes e ao fornecer a infraestrutura para a reprodução social e econômica da vida dos indivíduos e suas famílias – ou seja, um percurso diferente daquele descrito por Haesbaert sobre os gaúchos em Barreiras.

Entender o protagonismo e a capacidade de orientação da colonizadora exige uma análise sobre a formação desta empresa em um sentido amplo, ou seja, a construção histórica de suas práticas e de sua *mentalidade*. Este ponto nos ajudará na avaliação sobre a pertinência de se tratar a questão a partir dos elos e diálogos entre os *três eixos* mencionados acima. Um primeiro ponto, portanto, é o de entender que as concepções da colonização empresarial e do planejamento de cidades, com os quais estamos a lidar, não são resultado de um *pensamento* estatal, embora estabeleça contatos com instituições e agentes políticos. Este será o tema do primeiro tópico deste capítulo.

Em segundo lugar, devemos explorar e avaliar a validade de nosso argumento sobre os *três eixos da colonização*. Assim, dedicaremos boa parte dos três tópicos seguintes para tentar reconstruir a história da colonização de Sinop, priorizando os momentos que julgamos como os mais marcantes. Isto significa compreender não apenas os diálogos e os conflitos entre os envolvidos no processo, mas, também, entender quais aspectos ajudaram a configurar a cidade de Sinop: os sucessos e fracassos do colonizador, a relação entre o rural e o urbano, o diálogo estabelecido com os agentes do Estado e os eventos que foram protagonizados por uma parcela dos migrantes. Com essa reconstrução, nosso maior objetivo, ao tratar de um desejo compartilhado pela modernização, será o de oferecer um conceito que seja capaz de resumir os resultados do processo, ou seja, aquele que trata da formação da *boa sociedade*.

Para encerrar, no último tópico, enfrentaremos um debate com uma importante postura crítica que contestará a construção da história oficial, ou seja, pesquisas que trataram este tipo de documentação histórica, que é um dos recursos utilizados na nossa pesquisa, como ferramentas que permitiriam a construção e reprodução de um mito.

4.1. O legado paranaense e o passado da empresa Sinop.

O tema central deste tópico será o *legado paranaense*, que envolve tanto a construção de um ideal de planejamento das cidades, como no caso emblemático da Companhia colonizadora responsável pela construção da cidade de Londrina, quanto a origem da Colonizadora Sinop e os dados biográficos principais de Enio Pipino. Por conta desse passado, no capítulo 02, chamávamos a atenção para uma importante lacuna na argumentação de Octavio Ianni que, ao desconsiderar o modo como a tecnologia de planejamento se desenvolveu fora do tradicional domínio estatal, não analisou o processo de colonização como um empreendimento que colocou em movimento um longo percurso histórico de urbanização.

O processo de colonização no norte paranaense despertou debates e interpretações semelhantes àquelas que foram denominadas, aqui, de perspectiva hegemônica. Ou seja, estudos que, em primeiro lugar, se posicionaram frontalmente contra as abordagens que priorizaram um tom elogioso ao processo colonizador e civilizador realizado pela Companhia. Infelizmente, por conta das limitações desta pesquisa de tese, este importante tema não será abordado de modo profundo neste espaço. Mas este fio condutor entre os estudos que trataram do fenômeno no Paraná[394] e no Mato Grosso se constitui em um importante tema que ainda carece de uma análise mais detalhada. Exemplificaremos a importância desta questão quando abordarmos o tema que envolve a concepção de *Mito da Colonizadora*, de Nelson Tomazi[395], no tópico 4.5, em um exercício de aproximação com o termo utilizado por Edison Souza, o *Mito do Progresso*, citado anteriormente. Mesmo assim, não supriremos esta importante lacuna.

Para se compreender a gênese e formação da tecnologia de colonização que identificaremos como paranaense, devemos explorar, em primeiro lugar, quais foram os

---

[394] Seguem algumas referências que coletei em minha pesquisa bibliográfica, sobre o caso londrinense, no CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) da UEL (Universidade Estadual de Londrina). Monografias e dissertações: "Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960" (Adum; 1991); "A colônia da esperança: o japonês na frente pioneira norte-paranaense" (Andrade; 1975); "O eldorado: Londrina e o norte do Paraná – 1930/1975" (Arias Neto; 1993); "A organização espacial do território e o projeto de cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná" (Barnabé; 1989); "Liberalismo e colonização: o caso do norte do Paraná" (Cerneu; 1988); "Pioneiro do capital: a colonização do norte do Paraná" (Lopes; 1982); "O Panará e as migrações - 1940 a 1991" (Magalhães; 1996); "Certeza do lucro e direito de propriedade" (Tomazi; 1989). Teses: "As estradas de ferro do Paraná – 1880 a 1940" (Kroetz; 1985); "Pioneirismo e modernidade: a urbanização de Londrina" (Linardi; 1995); "Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias" (Tomazi; 1997).

[395] As referências da dissertação e tese de Nelson Tomazi foram mencionadas na nota anterior.

pressupostos que determinaram as relações entre uma concepção empresarial de colonização e as esferas políticas no Brasil. Ao retornarmos, historicamente, ao caso paranaense, portanto, o ponto de partida para este tipo de análise deve ser o contexto político-jurídico da Primeira República e, posteriormente, do Estado Novo. Em segundo lugar, ao analisar os primórdios da colonização no norte paranaense, das ações da Companhia que formou cidades como Londrina e Maringá[396], se tornando uma influência central para outros empresários colonizadores, o objetivo será o de avaliar qual era a compreensão à época a respeito dos modos de se construir e planejar as cidades e as concepções e valores sob os quais a colonização estava assentada.

A Constituição de 1891, tendo como pressuposto primordial a autonomia dos estados, redefiniu a questão da terra no Brasil preservando a autoridade das unidades federativas. Assim, apenas atribuía ao governo central, no artigo 64, os casos em que deveria ser resguardado o controle federal: naqueles relativos às áreas "indispensáveis à defesa do país". Neste caso, no entanto, Joe Foweraker, identificou os problemas na indefinição das tais "áreas indispensáveis"[397]. De tal modo, a imprecisão inscrita na Constituição resultou em conflitos entre o poder estadual e o central, definido por este autor como o embate da *autoridade dual* no tema das terras de fronteira como, por exemplo, no estado do Paraná: *foi esse conflito básico, implicando uma autoridade dual na área, que afetou as decisões legais contraditórias e exerceu as pressões contrárias que sublinham a subsequente história legal da área*[398].

Se a confusão legal se constituiu em um precedente para recentralização do controle sobre a terra, por parte do Estado central - onde as disputas em períodos posteriores foram muitas vezes levados às instâncias superiores do sistema judiciário brasileiro, até a inversão quase que completa no Estado novo, na questão dos direitos federais sobre o domínio das terras -, a indefinição contida na Carta de 1891 abriu uma brecha para a imposição estadual sobre os modos de ocupação do território sob sua jurisdição: *não tendo a União efetivado claramente seus propósitos, assumiu o governo estadual o direito legal às terras na faixa de fronteira e titulou-as de acordo com isso*[399].

---

[396] Maringá também foi uma cidade planejada pela Companhia, mas em um período posterior, a partir de 1947.
[397] Foweraker; 1982 , 124.
[398] Idem.
[399] Idem.

Entre os propósitos do governo estadual paranaense, um dos principais era extensão da linha ferroviária, capaz de interligar o estado de São Paulo, na região de Ourinhos, com o norte do Paraná. Na década de 1920, a expansão da estrada de ferro foi planejada a partir de uma aliança entre o governo e as companhias que atuavam na construção da ferrovia, principalmente, as estrangeiras.

O ponto importante é que, neste momento, a troca estabelecida entre o poder público e os agentes privados, para a expansão da linha ferroviária, envolveu a concessão de terras nas chamadas *regiões de fronteira*. Em meados da década de 1920, por exemplo, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), vinculada à empresa inglesa *Paraná Plantations*, adquiriu junto ao governo estadual cerca de 500 mil alqueires, para promover seu parcelamento e comercialização: *entre 1925 e 1927 a Companhia fez mais algumas compras, somando finalmente suas transações um total de 515.000 alqueires de terras fertilíssimas, cobertas de mata. No Paraná manifestou-se desde logo a compreensão e o apoio do Governo Estadual, que tinha à sua frente a figura do saudoso Dr. Affonso Camargo, cuja decidida colaboração muito influiu para o êxito da transação*[400].

A CTNP foi resultado de uma articulação posterior a Missão Montagu, uma comitiva inglesa que, em dezembro de 1923, visitou o país com o intuito de averiguar a situação financeira local por conta da dívida pública brasileira perante a Inglaterra e estudar uma possível reformulação do sistema tributário nacional. Para a presidência de Arthur Bernardes, a Missão Montagu também era uma condição para seu governo ter a aprovação de um empréstimo junto a Casa Rothschild, de Londres: *deste modo foi imposta ao governo brasileiro esta Missão que tinha por função vasculhar toda a estrutura e situação econômico-financeira do Brasil*[401].

Entre os membros[402] da Missão Montagu, encontrava-se Simon Joseph Frazer, conhecido como Lord Lovat, diretor da *Sudan Cotton Plantation*. Além dos interesses

---

[400] Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 59. Este livro foi organizado pela CMNP (Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná) e contém, além da história da colonização, relatos e memórias dos envolvidos nos empreendimentos desde os tempos em que a colonizadora se chamava CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná). Ao decorrer deste tópico abordaremos esta mudança.

[401] Tomazi; 1989, 88.

[402] "A missão inglesa era chefiada por Lord Montagu, ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra, que vinha acompanhado de vários assessores, entre os quais Sir Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente da Hong-Kong and Shangai Banking; Lord Lovat, diretor da Sudan Cotton Plantation Syndicate, assessor para assuntos de agricultura e

da Missão Montagu, Lord Lovat teria também como objetivo estudar a possibilidade de estabelecer, no Brasil, negócios e investimentos para a companhia na qual atuava como diretor. Em janeiro de 1924, fazendeiros que trabalhavam na diretoria da Ferroviária São Paulo-Paraná, ao saber das intenções de Lord Lovat, iniciaram um diálogo para convencê-lo a investir no norte paranaense: *em decorrência disto, Lord Lovat visitou a região norte do Paraná agora na condição de diretor da Sudan Cotton P. Co. e não mais como membro da Missão Montagu, tendo como acompanhante Gastão de Mesquita Filho*[403] que, segundo o depoimento no livro de memórias da Companhia, teria o objetivo de despertar o interesse do Lord Lovat para a chamada *colonização racional*[404].

Lord Lovat, segundo os relatos, percebeu a oportunidade de bons negócios na fronteira paranaense. Em Londres, em meados de 1924, convidou Arthur Thomas, gerente da *Sudan Plantations*, para orientar o empreendimento em terras brasileiras. Enquanto Lord Lovat fundou, ao lado de sócios ingleses, a *Brazil Plantations Syndicate* em 1924, Arthur Thomas organizaria legalmente a criação da Companhia de Terras Norte do Paraná, em setembro de 1925[405]. A decisão de investir na região encontraria o respaldo do governo estadual, pois, como afirmou Nelson Tomazi, a empresa inglesa atenderia aos objetivos da política local de ocupação do território[406].

No início, no entanto, os ingleses não se sentiram seduzidos pelo empreendimento colonizador. O objetivo de Lord Lovat e seus sócios naquele momento era o de adquirir terras para o plantio de algodão[407]. Neste ponto, inclusive, reside uma das principais críticas de Nelson Tomazi em sua dissertação: ao contrário do discurso de que a Companhia estaria encampada por uma vontade civilizatória, a finalidade do

---

florestamento; Sir Hartley Withers, comentarista de aassuntos financeiros e ex-diretor do The Economist, de Londres" (Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 42).

[403] Tomazi; 1989, 30.

[404] Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 51.

[405] Ibidem, 54.

[406] "O objetivo da CTNP nas palavras de Cássio Vidigal 'era povoar as terras adquiridas promovendo sua expansão economica e civilizadora' e neste sentido encontraria total apoio no interior do governo paranaense pois possuía uma política de ocupação do território que caminhava no mesmo sentido" (Tomazi; 1989, 34).

[407] "Nota-se que a essa altura os investidores ingleses agiam em função dos seus interesses ligados diretamente ao plantio de algodão. Tanto assim que existia na Fazenda Caiuá, ao ser adquirida pelos ingleses, uma pequena lavoura com 5.000 pés de café que foram arrancados para dar lugar à cultura da fibra que tanto interesse despertava nos acionistas da Brazil Plantations Syndicate" (Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 54).

empreendimento seria simplesmente a busca do *lucro o mais rapidamente possível*[408]. Sendo assim, a mudança dos planos iniciais da Companhia em sua (primeira) fase inglesa era apenas resultado do fracasso em relação ao algodão: *(...) os resultados não foram os esperados e nem satisfatórios devido aos preços no mercado internacional, da qualidade das sementes e até devido aos problemas econômicos resultantes da revolução de julho de 1924*[409].

A necessidade de redirecionar os negócios levou a *Brazil Plantations* a intensificar suas ações na direção de um planejamento colonizador do modo como o conhecemos hoje. Segundo o depoimento de Gastão de Mesquita Filho, um engenheiro que trabalhava na construção da estrada de ferro Ourinhos-Cambará e responsável por acompanhar Lord Lovat em sua viagem ao norte do Paraná, com o fracasso no cultivo de algodão, os ingleses seguiriam o seu conselho: *(...) os ingleses acabaram voltando os olhos para o que eu lhes demonstrara ser um dos melhores e úteis negócios do mundo: a colonização. Chegamos assim, ao ano de 1928, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná respondeu a um pedido de financiamento, feito pela Companhia São Paulo-Paraná, com uma oferta de compra da maioria das suas ações*[410].

Com a aquisição da ferrovia e a compra e regularização das terras, a CTNP iniciou, no começo do segundo semestre de 1929, as primeiras avaliações topográficas no território: *deste modo, começaram os trabalhos da CTNP para tomar, efetivamente, a posse da terra, e isto se deu através da "primeira jornada" que em 20 de agosto de 1929 partiu de Ourinhos, São Paulo*[411]. Segundo Tomazi, a venda de terras, entre 1930 e 1931, foi prejudicada por conta da Revolução de 30[412]. Este quadro seria alterado em 1932, quando se viu aumentar o fluxo de compradores. Entre os futuros moradores, encontravam-se, além de brasileiros, alemães, italianos e outras nacionalidades europeias. Neste último caso, o fluxo migratório foi resultado de uma intensa publicidade realizada pela companhia no Velho Continente[413].

A venda das terras, agora, estava associada a um projeto de urbanização da região. Autorizada e regularizada pelo poder estadual, a CTNP promoveu a formação das,

[408] Tomazi; 1989, 164.
[409] Ibidem, 32.
[410] Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 51.
[411] Tomazi; 1989, 47.
[412] Ibidem, 48.
[413] Ibidem, 125-126.

comumente denominadas, *cidades planejadas*. Neste processo de colonização, a CTNP criou 62 cidades: Apucarana (1930), Arapongas (1935), Cambé (1932), Ibiporã (1934), Umuarama (1955), Rolândia (1934), Londrina (1929), Maringá (1947), entre outras[414].

Londrina, que recebeu a primeira expedição em 1929, se tornou um município do estado do Paraná em 1934 - ano da aprovação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, ainda assentada sobre os preceitos democráticos e federalistas. A centralidade desta cidade no projeto de colonização elevou seu território ao status de núcleo urbano principal desse empreendimento, tornando-se um modelo no planejamento de cidades. O importante a ressaltar, nestes processos de colonização e planejamento, como no caso londrinense, é que a lógica de organização e comercialização de lotes, tanto no âmbito urbano quanto rural, deu ao futuro município um persistente planejamento, ordenamento e racionalização do espaço que o consolidou.

De tal modo, a experiência de Londrina definiria as diretrizes básicas da Companhia de Terras Norte do Paraná que seria reproduzida em outros empreendimentos[415]:

> A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, com aves, ovos, frutas, hortaliças[416].

Do ponto de vista da composição desses núcleos urbanos, Ana Paula Cassago, em sua dissertação de mestrado, fez um interessante estudo sobre a influência do pensamento urbanístico no planejamento de cidades como Londrina e Maringá. Sua hipótese principal consiste em afirmar que a construção da rede urbana no norte do Paraná, sob o direcionamento da CTNP, foi fortemente influenciada pela perspectiva de Ebenezer Howard, inglês que concebeu a ideia de cidade-jardim no final do século XIX.

Segundo o pensamento urbanístico howardiano, argumenta Cassago, os espaços urbanos deveriam ser concebidos de modo que os indivíduos *pudessem usufruí-los sem*

---

[414] Os anos entre parênteses não fazem referência ao ano de emancipação ou de ascensão ao status de município dessas cidades, mas aos primeiros movimentos de ocupação conduzidos pela colonizadora.
[415] Segundo Ildeu Manso Vieira, a CTNP/CMNP construiu 62 cidades no norte paranaense. Ver: Vieira; 1999, 381.
[416] Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 79.

dificuldade de acesso[417]. Neste caso, planeja-se a cidade do centro para a periferia, atentando-se, inclusive, para a largura de ruas e da avenida central (125 metros). Se o núcleo central no sistema howardiano é ocupado pelos edifícios públicos e, em parte, pelo comércio, quanto mais se alarga a cidade, em direção ao anel periférico, surgem os espaços reservados às habitações e, por fim, aos mercados e às indústrias – estes últimos mais próximos dos limites citadinos, portanto, da ferrovia[418].

É importante mencionar, no entanto, que ao analisar o caso das cidades planejadas pela CTNP, Cassago relativiza a intensidade da aplicação do pensamento howardiano no contexto brasileiro, pois os engenheiros no norte do Paraná acabaram por adaptar o planejamento urbanístico às condições locais e históricas, produzindo, assim, *(...) pontos conflitantes, de modo que admitir a simples transferência de ideias de um lado do atlântico para o outro seria uma constatação ingênua*[419]. Mas, por outro lado, complementa a autora, *descartar a influência howardiana no empreendimento, seria também uma hipótese questionável*[420].

A recepção de um pensamento urbanístico inglês, em um primeiro momento, visava evitar um desenvolvimento desordenado, de modo a impedir, nos novos territórios, a reprodução de características próprias da formação caótica de algumas cidades históricas brasileiras. Sendo assim, os cálculos e projeções em torno de uma ocupação padronizada, como no caso das divisões dos lotes urbanos e rurais, e da imposição de traçados geométricos e regulares na confecção de ruas, avenidas e outras ocupações dos espaços da cidade, indicariam, segundo Cassago, *uma observância aos princípios propostos por Howard*[421]. Outro elemento que comprovaria, na argumentação da autora, a relação com a concepção de cidade howardiana seria a ênfase concedida à propriedade rural no projeto da CTNP. Este último ponto, no entanto, é acompanhado de um recurso capaz de garantir o vínculo dos colonos agricultores com a cidade, pois estes deveriam *habitar os núcleos urbanos para garantir o desenvolvimento do comércio*[422].

Se estes seriam os aspectos nucleares da materialização do planejamento colonizador, em um outro plano, que diz respeito a relação entre o território a ser ocupado e seu

[417] Cassago; 2005, 12.
[418] Idem.
[419] Ibidem, 47.
[420] Idem.
[421] Ibidem, 46.
[422] Ibidem, 43.

futuro ocupante, a Companhia inglesa também afirmaria seus pressupostos. No livro que conta a história da CTNP/CMNP, organizado pela própria empresa colonizadora, um relato do engenheiro Gastão de Mesquita Filho expõe o raciocínio que permite entender a mentalidade que acompanhava o projeto em andamento. Os indivíduos que se deslocavam com suas famílias, aplicando suas economias na compra de uma propriedade, afirmou Mesquita Filho, estavam em busca de um ambiente pacífico. Neste caso, o espaço ordenado da colonização, distante de cenários marcados por conflitos de terra, seria adequado para o desenvolvimento de atividades produtivas, pois o bom colono é aquele que *quer trabalhar*[423].

Identificando, portanto, o bom colono como aquele que quer se dedicar ao trabalho – diferentemente, poderíamos interpretar, de um aventureiro qualquer que não entende o ambiente pacífico como um valor para se alcançar um objetivo de vida -, Gastão de Mesquita Filho enumera três condições fundamentais *para que o colono se sinta seguro e possa se dedicar de corpo e alma ao cultivo de sua propriedade*[424]: a primeira, a garantia do direito de propriedade; a segunda, a certeza do lucro; e, a terceira, a livre iniciativa, *base do entusiasmo do indivíduo pelo trabalho e pela obtenção do lucro, que é legítimo e é a mola propulsora das sociedades liberais*[425].

O ambiente pacífico – planejado e ordenado - proporcionado pela colonização empresarial, garantidor do direito de propriedade, permitiria ao colono obter seu lucro – ou seja, alcançar o sucesso econômico - por meio do desenvolvimento da livre iniciativa, baseada, obviamente, na dedicação ao trabalho. Estes são os pontos que mereceram de Nelson Tomazi o esforço da desconstrução, na sua pesquisa de mestrado e, em certa medida, em sua tese de doutorado. Mas, conforme indicamos acima, trataremos dessa crítica mais adiante.

Por ora, convém mencionar mais alguns aspectos históricos do processo de colonização no norte paranaense. A Companhia, com o passar dos anos, teve de lidar com mudanças que atingiram tanto a esfera político-institucional no Brasil, quanto a sua própria composição. Em primeiro lugar, a empresa testemunhou a ascensão do Estado Novo, com os seus objetivos que miravam a centralização dos processos de ocupação do

[423] Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 60.
[424] Idem.
[425] Idem.

território e, em segundo lugar, a CTNP, no início da década de 1940, deixaria de ser comandada pelos ingleses, passando por um processo de nacionalização, ao transformar-se na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

O território então comandado pela CTNP, no entanto, não sofreu nenhum revés considerável com a instituição do Estado Novo, em outubro de 1937. Embora a centralização orquestrada por Getúlio Vargas tenha atingido inúmeras companhias no Paraná, com o Interventor a declarar nulos e vazios de direitos os contratos, em âmbito estadual, com as companhias[426] - como a Companhia *Brazil Railways*, dos EUA, e a *Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, da França -, desencadeando mais disputas nos tribunais, a CTNP/*Paraná Plantations* levou adiante seus projetos de colonização.

A oposição durante o Estado Novo às colonizações particulares/estrangeiras deve ser compreendida por meio do projeto estatal, sobretudo após a Constituição de 1937, para consolidar uma colonização, do território, oficial e nacional. De tal modo, o *getulismo*, ao mesmo tempo em que acirra as disputas contra o capital externo colonizador no território brasileiro, lança a sua principal campanha para promover a ocupação, já em meados da década de 1940, denominada *Marcha para Oeste*, tema que tratamos no capítulo 01 deste trabalho.

As operações mencionadas acima, que demonstravam a intenção de centralizar os processos de colonização, por meio de projetos oficiais, possuíam o claro objetivo de conduzir pelo Estado Federal as ocupações em áreas de fronteira no país. Afastavam, assim, o protagonismo exercido pela iniciativa privada, como aqueles estabelecidos no estado do Paraná durante a Primeira República[427].

No caso da CTNP, o governo de Getúlio Vargas pós-1937 optou pela negociação, embora, em um termo específico, não fosse vantajosa para a Companhia. Em 1942, quando um grupo de brasileiros tentava salvar a CTNP após a desistência dos ingleses em manter os negócios no país, o governo getulista, para autorizar a compra da

---

[426] Foweraker; 1982, 126.

[427] Essa questão, contudo, precisa ser relativizada. O suposto distanciamento do capital privado, no Estado Novo, não afastou - pelo menos enquanto projeto - possíveis combinações entre Estado e mercado nos objetivos de dominação territorial e ocupação: João Marcelo Maia, por exemplo, identifica empreendimentos econômicos que fizeram parte das práticas vinculadas à FBC (Fundação Brasil Central), ao lado das iniciativas administrativas e políticas: "algumas dessas iniciativas eram diretamente controladas pela FBC, outras, em especial entrepostos comerciais, eram organizadas como sociedades de capital misto que deveriam gerar lucro para acionistas ." (Maia; 2010, 630).

empresa, estabeleceu que o grupo interessado em adquirir a colonizadora deveria vender a ferrovia ao Estado brasileiro por um valor inferior ao acordado com os acionistas ingleses. Assim, os novos sócios da colonizadora pagaram 128 mil contos e venderam ao poder público por 88 mil contos: *(...) mesmo com essa condição imposta pelo governo federal, o grupo de investidores, liderados por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, considerou vantajoso o negócio proposto pelos ingleses e passou a organizar o grupo sucessor da Companhia de Terras Norte do Paraná*[428].

O novo grupo deu continuidade às principais diretrizes estabelecidas pelos ingleses, inclusive optando por manter Arthur Thomas como gerente. Mas, sob o nome de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), a Colonizadora ampliaria sua área de atuação, algo que simbolizaria a segunda fase dos empreendimentos. Em 1949, quando Hermann Moraes de Barros assumiu a gerência da empresa, por conta do afastamento de Arthur Thomas por problemas de saúde, período que ficaria marcado pelo planejamento de mais dois núcleos urbanos e pela transferência dos escritórios da empresa para a Maringá, a CMNP consolidou os seus negócios em torno de um núcleo básico no norte paranaense: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Este movimento foi determinante para consolidar as estratégias da Companhia e o tipo de modernização que vigorou na região a partir dos anos de 1950.

Por outro lado, na década de 1950, por meio, sobretudo, dos Códigos de Terras estaduais, o país assistiu a consolidação de uma legislação favorável aos empreendimentos privados de colonização. Em Mato Grosso, por exemplo, uma modificação na legislação[429], em dezembro de 1951, passou a autorizar a atuação de terceiros para esta finalidade. Neste estado, entre 1943 e 1963, foram implementadas 17 colônias com a colaboração de empresas. No caso, por exemplo, da colônia Rio Branco (no município de Cáceres), o poder estadual delegou à Colonizadora Madi sua implantação, loteamento, comercialização e viabilização da infraestrutura urbana. Como a colonizadora não cumpriu suas obrigações contratuais, foi posteriormente, mas somente em 1968, desautorizada a atuar na região[430]. Além de Rio Branco, nos anos de

[428] Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná; 1975, 99.
[429] Lei 461, Art. 2°: "o governo do Estado, poderá contratar com terceiros idôneos terceiros idôneos, a colonização das áreas ou parte delas para este fim, observadas as exigências legais sobre os núcleos coloniais".
[430] Oliveira; 1983, 59.

1950, os capitais privados atuaram na formação das colônias de Jauru, Rio Ferro e Porto dos Gaúchos[431].

Essa legislação do estado de Mato Grosso, assim como a regulamentação sobre a colonização na Primeira República[432], determinava um processo semelhante ao do Paraná – se desconsiderarmos as falhas nos empreendimentos no Centro-Oeste brasileiro. O planejamento de cidades no estado do Paraná, por sua vez, não se encerrou nas atividades da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e das empresas que se instalaram anteriormente à consolidação do poder de Getúlio Vargas em 1937. No contexto paranaense da década de 1950, foi significativo o aumento do número de interessados na comercialização de terras e construção de cidades. Estes, seguindo os passos da CTNP/CMNP, iniciavam seus empreendimentos ao instalar seus escritórios, principalmente, na cidade de Maringá e, em menor grau, em Londrina.

Conforme registrou Ildeu Manso Vieira, no seu livro "Jacus e picaretas", as colonizadoras se multiplicaram em Maringá, *com seus exércitos de picaretas para aliciar mais jacus e abrir outras áreas (...)*[433]. É neste cenário de oportunidades empresariais que se insere a Colonizadora Sinop. Em 1948, na cidade paulista de Presidente Venceslau, Enio Pipino, ao lado de João Moreira de Carvalho, fundou a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, conhecida posteriormente pela denominação Sinop Terras S.A, quando a sede da empresa foi transferida para Maringá. Ainda segundo Manso Vieira, o diretor da Sinop Terras seria um desses novos colonizadores que, *deslumbrado com a apoteose paranaense*[434], colocou em prática a filosofia britânica[435].

A Sinop Terras, em sua atuação no noroeste paranaense, durante as décadas de 1950 e 1960, trabalhou na fundação e desenvolvimento de 18 empreendimentos, como Formosa do Oeste, Terra Rica, Iporã, Iverá, Ubiratã, Ademar de Barros, Jesuítas, entre

---

[431] Os empreendimentos continuaram na década posterior: Jaciara, em 1960, e Fica-Faca, em 1967, por exemplo. Ver: Aubertin, Bertone e Oliveira; 1984, 18.
[432] No Mato Grosso, o decreto de 18 de janeiro de 1907 afirmava que "o serviço de colonização em território mato-grossense será promovido pelo Estado, com ou sem o auxílio da União e por empresas de viações férreas, fluviais, companhias ou associações qualquer e por particulares, neste caso, mediante o contrato com o governo e independente de ônus para o Estado" (Oliveira; 1983, 54).
[433] Vieira; 1999, 271.
[434] Ibidem,
[435] Ibidem, 269.

outros[436]. Durante 25 anos, Pipino e Moreira de Carvalho reproduziriam as anteriores formações urbanas do Paraná, sobretudo as pertencentes à CTNP/CMNP, seguindo um procedimento semelhante: um processo que envolvia a aquisição de terras, a comercialização de lotes urbanos e rurais e o investimento na infraestrutura das futuras cidades planejadas. Segundo o próprio Enio Pipino, em uma palestra ministrada na Universidade Mackenzie, em 1979[437], no estado paranaense sua empresa foi responsável por colonizar uma área de 300 mil hectares. Este território, segundo os números divulgados pela Colonizadora no final da década de 1970, contaria com uma população de 380 a 400 mil pessoas[438].

A Sinop Terras, conforme mencionado acima, foi resultado da sociedade entre Pipino e Moreira de Carvalho. Mas, enquanto o segundo sempre figurou como um executor dos projetos, o primeiro assumiria o papel de negociador político e formulador das principais diretrizes e concepções que guiavam a empresa. Se para aqueles que o admiram, ele seria um *homem visionário*, os críticos ressaltam os aspectos negativos vinculados às características mencionadas acima, pois denunciariam suas *verdadeiras* intenções. Mas, entre elogios e críticas, é inegável a articulação operada por Enio Pipino, entre a dimensão dos negócios e da política – junção que, para alguns, foi complementada por uma concepção de missão civilizatória.

Enio Pipino nasceu em 1917 em Penápolis, 114 Km ao norte de Marília, interior de São Paulo, e mudou-se com seus pais, imigrantes italianos, para Presidente Venceslau, situado na microrregião de Presidente Prudente, Zona Oeste do estado de São Paulo. Pipino atuou inicialmente como representante comercial do Banco do Brasil, do Banco do Estado de São Paulo e do Comércio e Indústria[439]. Em 1942, durante o governo do Interventor Fernando de Sousa Costa, foi nomeado Juiz de Paz da cidade. Em 1945, último ano do Estado Novo, Enio Pipino foi designado, pelo mesmo interventor, prefeito de Presidente Venceslau, permanecendo nesta condição até 1947.

Próximo ao grupo político de Ademar de Barros, segundo afirmam alguns relatos, Pipino prosseguiu como prefeito da cidade, após vencer as eleições de 1948. E, durante

---

[436] Santos; 2011, 23 e Aubertin, Bertone e Oliveira; 1984, 26.
[437] Versão impressa da "Conferência proferida por Enio Pipino, presidente do Grupo Sinop, dia 31/05/1979, no auditório 'Rui Barbosa', na 1° Semana da Amazônia, atendendo ao convite da Academia de Letras da Universidade Mackenzie, São Paulo".
[438] Idem.
[439] Santos; 2011, 26.

o ano de 1952, ocupou a presidência da Câmara Municipal. A sua proximidade com o *ademarismo*[440], no entanto, deve ser relativizada. Primeiro, pois, Enio Pipino foi nomeado pelo interventor Fernando Costa e, em segundo lugar, na eleição para prefeito em Presidente Venceslau, em 1947, representou a coligação PSD/PTB[441]. Ademar de Barros, por sua vez, prosseguiu em caminho distinto: desligando-se da UDN, formou o PRP (Partido Republicano Progressista), em 1946, agremiação que se fundiu posteriormente com o Partido Popular Sindicalista, de Miguel Reale, e com o Partido Agrário Nacional, formando o Partido Social Progressista (PSP)[442].

O engenheiro agrônomo Fernando de Sousa Costa foi uma influente figura desde o início do Estado Novo. Assumiu o Ministério da Agricultura em 1937, no lugar de Odilon Braga. Em São Paulo, Costa apoiou Getúlio Vargas, no momento da tomada de poder, em uma tentativa de conter os ânimos de seus correligionários do PRP (Partido Republicano Progressista) - que contava em suas fileiras com o jovem Ademar de Barros -, insatisfeitos com as primeiras decisões tomadas pelo presidente da República.

Em junho de 1941, Costa assumiu a Interventoria de São Paulo, no lugar do enfraquecido Ademar de Barros, que sofria com um vultoso movimento de oposição no interior das elites paulistas e com as acusações de corrupção no governo do estado. Em 1945, Fernando Costa foi um dos principais articuladores da formação do PSD (Partido Social Democrático), partido da candidatura de Eurico Gaspar Dutra, escolhido por Vargas para a sua sucessão. Dutra venceria as eleições presidenciais como representante, portanto, da coligação formada entre o PTB, partido criado por Getúlio e pelo seu ministro do Trabalho, Marcondes Filho, e pelo PSD, agremiação desde seu início voltada para esta aliança, e que contou com o apoio do presidente estadonovista.

Enio Pipino, portanto, na pequena Venceslau, foi um político que atuou sob a orientação da vitoriosa aliança no período de 1946-1954, que combinou o nacionalismo do PTB e o conservadorismo, voltado às classes médias, do PSD. Essa relação indica, ainda que de modo superficial, alguns posicionamentos na esfera política, mesmo que circunscrita ao contexto paulista. Sua atuação posterior, com a criação de sua empresa colonizadora,

---

[440] "Ademarismo" é, na verdade, uma denominação posterior, que faz referência aos seus seguidores, os "ademaristas" assim como, também em São Paulo, os chamados malufistas, etc.

[441] Informação retirada do livro "Rabiscos históricos de Presidente Venceslau", de Inocêncio Erbella, de 2006.

[442] As informações a seguir foram retiradas do Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC nos verbetes "Ademar de Barros" e Fernando de Sousa Costa (disponível na internet: http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb)

teria como fato singular, se compararmos com os ingleses da CTNP, a sua inscrição anterior como agente da política, vinculado a determinadas forças e valores políticos, que não impediram – ou, em sentido oposto, facilitaram - sua aliança na década de 1970 com a Ditadura Militar. Ou seja, o agente colonizador não foi um filho genuíno do mercado, pois seria gestado, de modo ainda mais forte, no interior da política de sua época.

Este registro torna-se importante por desconstruir diferenças rígidas entre agentes do setor privado e do poder público, envolvidos nos projetos de colonização. No caso, portanto, de Enio Pipino, sua biografia revela seu lugar na elite política do interior do estado de São Paulo, antes de assumir o papel de empresário. Por conta disso, talvez, seja possível, por meio dos discursos do colonizador, entender a junção entre o negócio empresarial e uma dimensão dos valores políticos, quando foi colocado em execução o projeto de Sinop em Mato Grosso. Neste caso, a história pregressa de Pipino facilitaria a percepção de que projetos dessa natureza, além de buscarem o lucro *mais rápido possível*, são orientados por posicionamentos, ideologias e valores políticos.

Em três ocasiões, no ano de1979 e de 1982, palestras de Enio Pipino foram registradas em versão impressa. A primeira, que mencionamos acima, foi realizada na Universidade Mackenzie, em São Paulo. A segunda e a terceira, que aconteceram em Cuiabá, foram ministradas aos estagiários da Escola Superior de Guerra. Nos três casos, a intenção do colonizador era a de explicar as principais diretrizes do projeto de Sinop, além de divulgar os estudos e experiências realizadas em torno da produção de álcool de mandioca na Usina sediada na cidade de Sinop. Mas, nos três eventos, a introdução do discurso de Pipino revelam pressupostos, concepções e crenças que orientavam uma determinada perspectiva da colonização.

Um ponto interessante a se observar é a aproximação com as diretrizes da Companhia que construiu a cidade de Londrina: ambiente pacífico, propriedade privada, indivíduo trabalhador, a busca do sucesso econômico e a defesa da livre iniciativa. Embora Enio Pipino não seja um mero repetidor das palavras pronunciadas por Gastão de Mesquita Filho, assim como no plano da materialização dos projetos urbano-rurais, na dimensão das ideias, percebe-se um fio condutor capaz de aproximá-los em torno de uma única *mentalidade*:

Nos verdes de nossa mocidade, fomos tocados por um dos maiores fenômenos econômicos e sociais que se assistiu no Brasil meridional: o espantoso acontecimento no norte do Paraná. Nascido numa pequena cidade do interior paulista, desde cedo nossos pés fincaram-se na terra e no estranho e empolgante sentimento que o homem tem em relação à sua posse. No setentrião paranaense, foi o acaso que nos fez proprietário de uma fazendola. Vendemo-la e adquirimos outras. Constituímos a Colonizadora Sinop S.A – sigla da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – há 34 anos passados. Os tempos fizeram com que colonizássemos 300 mil hectares no norte paranaense, fundando mais de uma dezena de cidades, numa região que abriga mais de meio milhão de pessoas[443]

Ao se identificar como o *homem do interior*, como na citação de Unamuno, *eu sou eu e minhas circunstâncias*[444], o empresário se considerava próximo aos valores existentes entre aqueles que migraram para o norte paranaense e, posteriormente, para o norte mato-grossense. Neste caso, estaria mais apto a compreender – e sentir – o significado da propriedade privada nesses contextos: *o homem do interior, na sua sabedoria sem livros, sabe da importância da sua terra. Do que ela lhe significa, em termos de redenção para encontrar o "paraíso da abundância", que lhe trará o retorno ao "reino da felicidade". Mais que dinheiro e igual aos valores de sua honra, a terra há que ser sua propriedade pessoal, para que nela se dignifique com o seu trabalho*[445].

Com essa justificativa da propriedade privada, Enio Pipino buscava, sobretudo no debate político, se contrapor aos ideais de setores progressistas e da esquerda nacional, que angariavam, segundo a sua perspectiva, mais adeptos nos grandes centros urbanos – simpatizantes, portanto, da causa pela reforma agrária, entre outras bandeiras tradicionais do pensamento igualitário e anticapitalista:

Os jovens das cidades terão, certamente, contato com a história e pelos estudos que dela fazem marcarão seus conceitos, seus pontos de vistas, suas ideias sobre se a propriedade deve ser privada ou coletiva. Respeito todas as opiniões que possam existir sobre a matéria. Desejo, apenas, trazer uma realidade, sem nenhuma conotação de proselitismo. Quero, tão somente, dar o testemunho de quem vive no interior. Na singeleza de um depoimento, porém, gostaria de trazer-lhes a voz de quem viu e viveu histórias de homens simples, muitos deles com bastante sabedoria que a vida lhes ensinou. A terra é, para o homem, um bem supremamente importante, posto que lhe fala à liberdade de trabalhar, de fazer-se, verticalmente, na sua dignidade de conquistar os meios de subsistir e de progredir. É eterna, dentro da condição humana, a insatisfação[446].

---

[443] Versão impressa da "Palestra de Enio Pipino, presidente do Grupo Sinop, aos estagiários da Escola Superior de Guerra. Cuiabá (MT), em 09/08/1982".
[444]Versão impressa da "Conferência proferida por Enio Pipino, presidente do Grupo Sinop, dia 31/05/1979, no auditório 'Rui Barbosa', na 1° Semana da Amazônia, atendendo ao convite da Academia de Letras da Universidade Mackenzie, São Paulo".
[445] Idem.
[446] Idem.

Por outro lado, é possível avaliar, por meio das palavras de Pipino, quem seria o *homem* retratado em seus discursos. Apesar de mencionar que o norte paranaense assistiu ao encontro entre os descendentes de imigrantes europeus com os nordestinos, formando *um brasileiro novo*[447], ao descrever o processo de expansão e ocupação no Mato Grosso, a identidade sulista aparece como um motor capaz de colocar o projeto colonizador em movimento: *o colono do sul do Brasil passou a ter consciência de que as terras da Amazônia, além de serem, dentro de nosso próprio país, uma "fronteira nova", respondem aos seus impulsos de atração pelas extensões indesbravadas*[448].

A ideia de *insatisfação* mencionada anteriormente, no discurso de Enio Pipino, como um pré-requisito para o progresso individual, assim, se aproximaria dos pressupostos para o desenvolvimento de uma *sociedade liberal*, baseada na livre iniciativa, segundo as palavras de Gastão de Mesquita Filho. Ao seu modo, o diretor da Colonizadora Sinop, na palestra mencionada, se comunicaria com as concepções da CTNP/CMNP. Como veremos no próximo tópico, as percepções que pretendiam falar sobre *o homem que trabalha em sua terra na busca pelo progresso*, no processo histórico da colonização, seriam adaptadas a um estilo de vida mais urbano, mesmo entre aqueles que permaneceram atrelados ao mundo rural. Deste modo, estes ideais, gradualmente, passam a ser reinterpretados segundo o significado mais amplo de *empreendedorismo*, em um tipo de configuração que possui, principalmente em seu início, a questão rural como um de seus pilares, mas que, por outro lado, institui, assim como no caso paranaense, a centralidade dos espaços urbanos.

---

[447] "Na área que colonizamos, foi fácil 'ver, com os olhos de ver', que os minifúndios do Brasil meridional tangeram, para regiões novas, os descendentes de alemães e italianos, todos formando um valor humano abrasileirado, loiros, altos, rosados, fumando cigarros de palha, 'mateando', comendo churrascos bem agauchados. Esses contingentes humanos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram encontrar-se, no Paraná, com cerca de 4 milhões de nordestinos, que plantaram os cafezais do norte paranaense. Os fluxos migratórios dos sulinos entrechocaram-se com a gente do nordeste, nas terras das araucárias. Lá estamos assistindo ao nascimento de um brasileiro novo, fruto dos amores das gentes destes brasis, que participam de uma 'pororóca' sociológica a merecer estudos mais profundos" (Idem).

[448] Versão impressa da "Palestra de Enio Pipino, presidente do Grupo Sinop, aos estagiários da Escola Superior de Guerra. Cuiabá (MT), em 09/08/1982".

4.2. Os três eixos da colonização e os limites do rural.

No capítulo 03, ao apresentarmos o argumento de Rogério Haesbaert sobre o modo como o mundo urbano (do ponto de vista material e simbólico) acabou por influenciar e determinar os ambientes rurais, afirmamos que no caso do planejamento de Sinop, esse tipo de determinação ganharia aspectos mais intensos, pois as áreas de produção agrícola seriam pensadas e traçadas nos mapas a partir do projeto da cidade: como se um quadro imaginado e pintado pelo colonizador e seus engenheiros começasse com o desenho da avenida central, passando pelas demais ruas, pelo estabelecimento da divisão dos bairros para, posteriormente, delinear as possibilidades que enquadrariam os pequenos lotes rurais nas bordas do perímetro urbano, até as porções maiores que seriam destinadas a uma clientela com objetivos de comercializar e exportar, em larga escala, suas lavouras.

Defendemos, aqui, que o planejamento da colonização pode ser entendido de maneira semelhante ao modo como foi ilustrado acima. Mesmo para aqueles que se deslocavam para norte mato-grossense com o objetivo de trabalhar na agricultura, uma das vantagens propagadas seria a proximidade com um núcleo urbano, o que os permitiria aproveitar os benefícios da vida moderna: seus bens de consumo, o sistema educacional e suas possibilidades de lazer, por exemplo. Para muitos colonos rurais, a casa na cidade, principalmente por conta das doações efetuadas pela Colonizadora, se tornou uma realidade imediata. Para outros, em poucos anos, rapidamente se processou uma mudança determinante, em decorrência das novas condições do local, e se transformaram em comerciantes adeptos do universo capitalista urbano.

Parte dessas mutações, no entanto, não estava entre os cálculos de Enio Pipino. É possível afirmar que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o colonizador encaminhava seu projeto para outras direções, contribuiu para a sua consolidação. De algum modo, isto significa afirmar que a materialização do que é hoje a cidade de Sinop foi determinada, também, pelo modo como ocorreu o processo de modernização agrícola na região. Se desde a gênese da abertura da Gleba Celeste o núcleo citadino, amparado nos ideais de progresso e em uma interpretação do que seria o moderno, foi destinado a exercer um protagonismo, como um centro irradiador necessário para o sucesso de todo o empreendimento, o modo como *o urbano*, em seus aspectos materiais e simbólicos, se consolidou de forma perene, também é resultado das contingências que

marcaram o percurso histórico da colonização. É por isso, portanto, que não podemos fazer uso de um recurso metodológico e apenas nos concentrarmos na formação do município de Sinop e de seus traçados geométricos. Para compreender o desenvolvimento dessa configuração social deve-se, necessariamente, tentar desvendar o modo como o rural – e seu processo de modernização - determinou implicações importantes para a colonização, ao mesmo tempo em que foi um lócus onde se ergueram limites que alteraram, muitas vezes, o projeto principal da Colonizadora Sinop. Consequentemente, ao reconstruirmos estes aspectos do processo histórico da colonização, levantaremos questões importantes que serão tratadas no restante desta tese.

A Colonizadora Sinop, amparada pelas legislações e pelas políticas anunciadas no início da década de1970[449], adquiriu 369 mil hectares no meio-norte mato-grossense, região de passagem do cerrado para a floresta amazônica, que foi batizada de Gleba Celeste. Localizada 500 km ao norte de Cuiabá, a área total foi formada paulatinamente: primeiro, envolveu uma compra de 189 mil hectares que pertenciam a George Philipp, empresário na cidade de Várzea Grande, município que pertence a Grande Cuiabá[450]. O restante das terras foi comprado de fazendas já estabelecidas na região[451], totalizando, ao final, 645 mil hectares (Anexo1).

A colonizadora, então, iniciou os trabalhos de demarcação e elaboração do projeto composto, primeiramente, por quatro núcleos urbanos: Vera, Santa Carmem, Sinop e, por último, Cláudia. Em 1971, uma equipe da colonizadora, chefiada pelo diretor Ulrich Graebert, começou o processo de abertura das áreas da Gleba. No mesmo ano, o 9° Batalhão de Engenharia e Construção dava seus primeiros passos para a construção da BR-163, que foi pavimentada até Sinop apenas em 1984. A construção e expansão da rodovia foram cruciais para o andamento posterior das estratégias da Colonizadora Sinop, pois com o seu traçado delimitado, o futuro município sinopense, formado às margens da BR-163, foi definido como o núcleo urbano central das terras de Enio Pipino e João Moreira de Carvalho.

---

[449] Ver, capítulo 01, tópico 1.4.
[450] O tema da aquisição é um ponto nebuloso, principalmente porque a Colonizadora alega não saber onde estão os documentos e as certidões de compra.
[451] Santos; 2011, 13.

A construção da BR-163, no caso da Gleba Celeste, portanto, foi central para se pensar no planejamento dos núcleos urbanos. Nos discursos da Colonizadora, por exemplo, a estrada sempre foi apresentada como um importante fator de indução, como se pode notar nas palavras encontradas em um material de propaganda da Colonizadora, em 1977: *depois da página de Brasília, o pioneirismo da BR-163, ligando Cuiabá a Santarém, no Grande Rio, está a indicar, para quem deseja encontrar com o futuro, as trilhas de um amanhã de esperança e de prosperidade*[452].

Apesar de sua centralidade, a BR-163 envolveu uma constante batalha para a sua conclusão e asfaltamento. No início da ocupação da região, a precariedade da estrada no período de chuvas praticamente impossibilitava a circulação de carros e caminhões. Principalmente nos anos de 1970, e na primeira metade da década de 1980, as previsões e os prazos para a pavimentação do trecho Cuiabá-Sinop sempre eram adiados. Apenas em 1981, foram iniciadas as obras do trecho entre o Posto Gil[453] até o Rio Verde[454]. Então, como afirmamos acima, somente em dezembro de 1984 foi inaugurado o trecho asfaltado de Sinop até o Posto Gil, pelo próprio presidente da República à época, João Batista Figueiredo[455].

Em 1972, a Colonizadora iniciou a venda de parte dos lotes na Gleba Celeste. Cada parte era composta por chácaras, lotes rurais e urbanos. As primeiras, de 12 a 25 ha, foram planejadas para promover o abastecimento - com hortaliças e frutas – do núcleo urbano, sendo denominadas, portanto, de *cinturão verde*. Os lotes rurais, recortados em diversos tamanhos, de 60 a 100 ha, possuíam uma variação de preços[456]. A produção rural deveria atender, ao mesmo tempo, a proposta apresentada no projeto da colonizadora e a lógica agroexportadora inscrita no planejamento político-econômico da Ditadura Militar[457].

---

[452] A Sinop nos caminhos do futuro – um passo da conquista da Amazônia; 1977 (Material do catálogo de propaganda da colonizadora).
[453] Conhecido ponto de parada e entroncamento entre a BR-163 e a BR-364.
[454] Reportagem do jornal da Colonizadora, "O Sinopeano", "O trecho do Posto Gil até Rio Verde tem prazo de asfaltamento de um ano" (1981).
[455] Santos; 2011, 18. A conclusão da pavimentação até Santarém, apenas ocorreu no ano de 2011, por obra do próprio 9° BEC.
[456] Aubertin, Bertone e Oliveira; 1984, 24-25.
[457] Este ponto refere-se às orientações de uma nova política econômica da Ditadura Militar, ou seja, à "teoria da economia aberta", que guiou tanto as agências estatais quanto os empreendimentos privados. Conforme explicitado por Octavio Ianni, ao estabelecer a crítica ao nacionalismo econômico do governo de Jango - de fechamento voltado para a industrialização e incremento do mercado interno -, a perspectiva

Ainda que, num primeiro momento, o contato da colonizadora com o INCRA[458] tenha sido superficial, travado apenas por conta da autorização do órgão federal para o seu funcionamento oficial em 1972[459], parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre o caso consideraram que a composição do núcleo urbano e as características específicas de Sinop corresponderiam ao Planejamento Urbano Rural do instituto agrário federal, registrado no documento "Urbanismo Rural", de 1973.

Neste caso, portanto, os empreendimentos da Colonizadora Sinop seguiriam a idealização do urbanista José Geraldo da Cunha Camargo, responsável por esse projeto do INCRA. Segundo Camargo, no documento acima citado, o Planejamento Urbano Rural deveria *trazer a cidade para o campo, criando núcleos urbano-rurais*[460], de modo a conter o êxodo rural. Sendo assim, os projetos deveriam ser divididos, segundo o próprio Planejamento Urbano Rural, em agrovilas, agrópolis e rurópolis, *para melhor atender as necessidades sociais, culturais e econômicas (...) formando uma hierarquia urbanística segundo a infraestrutura social, cultural e econômica e tendo cada qual sua função específica*[461].

De tal modo, segundo a hierarquização desenvolvida pelo urbanista do INCRA,

> A Agrovila seria um pequeno centro destinado à moradia dos que se dedicam a atividades agrícolas e pastoris e tem por finalidade a integração social dos habitantes do meio rural, oferecendo-lhes condições de vida em moldes civilizados (...).
> A Agrópolis é um pequeno centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Exerce influência socioeconômica, cultural e administrativa numa área ideal de mais ou menos10 km de raio, na qual podem estar situadas de 8 a 12 agrovilas, que são comunidades menores e dela dependentes (...).

---

era de combinar, com a entrada dos capitais estrangeiros, a tradição brasileira de exportação de produtos primários, mesmo que buscando a sua diversificação. Deste modo, para Roberto Campos, a economia brasileira necessitava de uma "política agressiva de expansão e diversificação das exportações, visando a aproveitar ao máximo as possibilidades do mercado mundial, seja de produtos tradicionais – que, embora limitadas, ainda não estão totalmente exploradas pelo Brasil -, seja de novos produtos primários e, notadamente, os da indústria manufatureira" (Ianni; 1979, 17-18). Ver, também, segundo citação de Ianni: Roberto Campos. Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Documentos do IPEA, n° 1, 1964, p. 47.

[458] É importante frisar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituído em 1970, remonta a uma linha de órgãos que tiveram início em 1934 no Ministério da Agricultura, a Divisão de Terras e Colonização (DTC), em 1938, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), em 1954, a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 1962, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), ambos de 1964. O INCRA foi o instituído criado para reunir estes dois últimos.

[459] Oliveira; 1983, 81. Para outras pesquisas, como no caso de Aubertin; Bertone e Oliveira, o projeto fora aprovado um ano antes, em 1971 (Cf. 1984; 19).

[460] Camargo; 1973, 05, op. cit. Doula e Kikuchi; 2005, 02.

[461] Camargo; 1973, 10, op. cit. Ianni; 1979, 61.

A Rurópolis é um núcleo urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológicos e administrativos, não apenas de interesse local mas sobretudo para servir à sua área de influência. Completa a integração dos seguintes binômios: *rural-urbano, agricultura-indústria, produção-comércio*, dando apoio necessário ao desenvolvimento socioeconômico da região[462].

Em 1983, João Mariano de Oliveira, ao comparar em sua pesquisa[463] o planejamento oficial, mencionado acima, com a constituição dos quatro núcleos urbanos da Gleba Celeste, concluiu que o empreendimento da Colonizadora de Enio Pipino no norte de Mato Grosso representaria o projeto desenhado por Camargo. Neste caso, consequentemente, Sinop se enquadraria no conceito de rurópolis: *a cidade de Sinop, pelas suas características funcionais, ou seja, pelas funções públicas e privadas, desempenha o papel de centro de comando de toda a gleba. Nela concentram-se as atividades comerciais, a maior concentração de indústrias de beneficiamento e primeiras transformações da madeira (...). Portanto, pela categorização do INCRA ela corresponderia às chamadas Rurópolis*[464].

Oliveira, no entanto, fez a ressalva de que a hierarquização presente no Planejamento do INCRA não foi replicada em sua forma pura no projeto da Gleba Celeste. Serviços próprios de uma urbanização mais intensa (sistema telefônico e de comunicação, instalação de agências bancárias) teriam se fixado rapidamente, principalmente em Sinop, local que adquiriu o status de cidade, continua o pesquisador, graças à força de Enio Pipino perante grupos econômicos e políticos. A finalidade, consequentemente, seria a de atender especialmente aos interesses do grande capital[465].

Certamente, não é possível contestar integralmente o argumento de Oliveira. Mas, por outro lado, assim como observamos, no capítulo 02, uma importante ausência na argumentação de Octavio Ianni, que não levou em consideração o *legado paranaense*, devemos mencionar algo semelhante no caso de João Mariano de Oliveira. Como tentamos demonstrar no início deste capítulo, a fonte inspiradora e, no caso específico da empresa de Enio Pipino, sua própria experiência acumulada, não provém e nem é resultado do planejamento de agentes do INCRA. Obviamente, podemos mencionar

---

[462] Ibidem, 10, 16 e 17, op. cit. Ianni; 1979, 61.
[463] Como mencionado no capítulo 02, Oliveira foi um dos primeiros pesquisadores a estudar a região, atividade que acabou por resultar em sua dissertação de mestrado "A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop", de 1983.
[464] Oliveira; 1983, 91.
[465] Ibidem, 92.

como benéfica a percepção de que há pontos de contato entre o *urbanismo rural* de Camargo e o projeto da Gleba Celeste. Mas, no caso do empreendimento da Colonizadora Sinop, seu sentido e orientação foram determinados por algo que se construiu quase que "fora" dos domínios estatais. Disto decorre, portanto, que a *urbanização mais intensa*, mencionada por Oliveira, não seria um ponto fora da curva, que afastaria o planejamento da Sinop daquilo que foi imaginado por Camargo, mas, ao contrário, corresponderia às intenções, mesmo iniciais, da concepção de urbanização que guiou os objetivos da colonização.

Embora os motivos fossem outros, e mesmo sem explorar pormenorizadamente a questão, Aubertin, Bertone e Oliveira, em pesquisa realizada no ano de 1984, de algum modo perceberam essa importante diferença - que parece ser imperceptível para Oliveira e Ianni: *o trabalho do INCRA, em Mato Grosso, foi muito mais de regularizar os títulos de posse, deixando à iniciativa particular os projetos de colonização e limitando-se aprová-los*[466]. O que nos interessa aqui, consequentemente, ao conectarmos este aspecto com o tratamento dado anteriormente ao *legado paranaense*, é defender também a ideia de que, com o Estatuto da Terra de 1964, a Ditadura Militar incorpora uma lógica exterior, própria das empresas de colonização e planejamento de cidades, com o intuito de produzir, ou melhor, permitir, uma ocupação mais efetiva, perene e transformadora.

Sendo assim, no caso da Colonizadora Sinop, ao contrário de executar o projeto do "Urbanismo Rural", de José Geraldo da Cunha Camargo, incorporando a cidade no campo, todo o empreendimento consistia em pensar o espaço rural a partir do planejamento urbano, sendo, então, o mundo rural, entendido como uma extensão da configuração social que necessitaria ser impulsionada pelo *princípio da urbanização*, como afirmamos em um outro momento.

De tal modo, não teríamos de buscar, a partir de documentações do INCRA, as classificações sobre a Gleba Celeste (Sinop como Rurópolis; Santa Carmem, Cláudia e Vera como exemplos de Agrópolis, conforme pensou Oliveira[467]), mas entender que a expansão territorial brasileira, da modernização da fronteira agrícola, pelo menos no caso do norte de Mato Grosso, possuía em seu paradigma orientador uma dimensão

[466] Aubertin; Bertone e Oliveira; 1984, 19.
[467] Oliveira; 1983, 91.

mais ampla que seria representada pelo planejamento da cidade como construção capaz de conjugar aquilo que, tradicionalmente, foi caracterizado como mundos distintos (o urbano e o rural). Posteriormente, mesmo que de modo não intencional, este processo permitiu a reprodução de uma lógica de desenvolvimento existente no *centro civilizador brasileiro*, sendo orientado e determinado, portanto, pelo *princípio da urbanização*.

Este ponto torna-se importante, em um outro sentido, por reafirmar a nossa relativização em relação à concepção que se baseia em uma linguagem de longo alcance sobre o protagonismo irrestrito da força estatal. Mas, especificamente no caso do INCRA, é preciso sempre considerar as especificidades nos processos de colonização. Em Lucas do Rio Verde, como analisamos nos dois capítulos anteriores, a importância e atuação do INCRA foi mais preponderante, principalmente por conta do deslocamento de agricultores do acampamento Encruzilhada Natalino em Ronda Alta – RS, que seriam denominados de parceleiros.

Não se pode negar, se respeitarmos os fatos históricos, a importância do Estado brasileiro durante a Ditadura Militar para a expansão dos empreendimentos colonizadores: a relevância dos financiamentos de bancos oficiais para a agricultura e a centralidade da construção de linhas rodoviárias, como no caso paradigmático da BR-163, são exemplos incontestáveis de sua presença e colaboração – elementos, inclusive, que já foram tratados nesta tese.

Mas, aqui para nós, o cerne da questão se encontra muito além dessas comprovações. Retirar a centralidade da agência estatal, neste caso, nos faz incorporar novas possibilidades para se compreender os primeiros movimentos que determinariam a ocupação na área da Colonizadora Sinop. Isto significa que, de modo aparentemente contraditório, negar que o Estado, por meio do projeto de uma de suas agências, tenha sido o lugar de origem do planejamento de Sinop, da criação e formação dessas novas configurações sociais, nos permitiria entender, de um ponto de vista mais ampliado sobre este processo de territorialização, a aproximação entre os atores envolvidos na colonização com a ação e o *pensamento* estatal.

Isto significa afirmar, portanto, que a colonização deve ser pensada, quando analisamos o caso de Sinop, como uma realização que se confirma a partir da reunião de *três eixos*, (Colonizadora/Enio Pipino, Estado militar e parte dos migrantes) que ora se encontram

e protagonizam processos em dupla, ora se encontram e efetivam processos com a atuação de todos em conjunto. Estes entrelaçamentos só podem ser averiguados quando se analisa as ações históricas que demarcaram as etapas da colonização. No caso do último eixo, dos migrantes, a congruência com os objetivos da colonização – da Colonizadora e, também, do governo militar – revela-se, principalmente, a partir de uma adaptação que encontra seu ponto de equilíbrio na concepção de *espírito empreendedor* – aliada a construção histórica do *ser* sulista, conforme apresentada por Haesbaert. Ao mesmo tempo, os momentos em que os novos moradores conseguem produzir rupturas com os outros dois eixos, acabam por determinar outros caminhos para o percurso colonizador. Vejamos como estes aspectos podem ser compreendidos nos casos que analisaremos a seguir.

No capítulo anterior e, também, aqui, ao tratarmos da questão do debate em torno do Urbanismo Rural do INCRA, argumentávamos que o projeto da Colonizadora estabeleceu uma conjugação entre o rural e o urbano a partir da centralidade concedida ao planejamento da cidade – que explicaria tanto a formação de Sinop quanto de Vera, Santa Carmem e Claudia. Isto não significaria, no entanto, que as áreas reservadas à ocupação rural não receberiam atenção no projeto a ser implementado. Ao contrário, no início do processo de ocupação, boa parte do empenho da Colonizadora Sinop e, consequentemente, de seu material de propaganda, foram direcionados a este setor, visando alcançar sucesso na produção realizada no campo - de modo a tentar reproduzir, em Mato Grosso, a era dourada da produção cafeeira na *terra roxa* paranaense. É importante ter em mente, portanto, que para a empresa de Enio Pipino, a produção da agricultura deveria exercer um papel importante na economia local.

Esta idealização, porém, possuía inúmeros obstáculos, sobretudo, por conta da originalidade em se tentar produzir no cerrado mato-grossense. Ao contrário, então, da "espontaneidade" que cercou a formação do comércio local, por exemplo, as tentativas em torno do desenvolvimento da agricultura e, também, de uma conjunção com experimentos industriais – como no caso do álcool de mandioca, que veremos adiante –, receberiam as mais intensas formas de intervenção da Colonizadora Sinop e, em certa medida, do Estado brasileiro – no caso do segundo, os incentivos à agricultura se equipararam aos direcionados às madeireiras que se fixaram na região. De tal modo, principalmente do ponto de vista prático, econômico e institucional, este capítulo, em

Sinop e na Gleba Celeste, da expansão da fronteira agrícola brasileira, conjugaria de forma intensa e conflituosa aquilo que denominamos de *os três eixos da colonização*.

O primeiro desafio, neste caso, é o de compreender como o projeto inicial realizou a junção entre o urbano e o rural. No caso de Sinop, como registramos acima, o planejamento organizaria de modo conjunto a divisão urbana e residencial, o *cinturão verde*, responsável pela pequena produção para atender o consumo na cidade, e a área rural, que dividiu os lotes entre 60 a 100 ha (Anexo 2). A relação direta com a cidade de Sinop decorreu, por conseguinte, da doação de lotes urbanos aos migrantes que compravam terras no meio rural do território da Gleba Celeste.

Segundo os documentos da Colonizadora Sinop, de 1974, o projeto original teve como pressuposto a construção de um sistema viário, permitindo, assim, uma interligação entre a zona rural, os chamados Centros de Convergência e os *agrupamentos urbanos*[468]. Os Centros de Convergência, por sua vez, foram concebidos para tentar criar o que a empresa denominou de vida comunitária na zona rural: *para induzir à vida comunitária, foram feitas reservas de áreas para o centro de convergência, destinado à movimentação social, religiosa, educativa*[469] (Anexo 3). É certo, porém, que a criação artificial de uma vida comunitária no meio rural se constituiu em um dos primeiros fracassos do processo de colonização de Enio Pipino. A ideia de se implementar esses centros não chegou a se efetivar de modo perene, o que nos permite demonstrar que as intervenções da colonizadora encontraram, muitas vezes, limites práticos e simbólicos.

O que persistiria, no entanto, seriam as interligações viárias que desembocariam nas cidades planejadas da Gleba, que se constituiriam, estrategicamente, como os centros dotados de uma infraestrutura para atender, em vários âmbitos, a população do *território Celeste*: *além do hospital, igreja, a central de medicamentos, hotel, cooperativa, dentista, grupo escolar e um recém-criado ginásio, além de estabelecimentos comerciais, as cidades, com suas estruturas e serviços, funcionam como polos urbanos, que podem aglutinar o interesse dos moradores do meio rural*[470]. Por outro lado, seria também nas cidades que os agricultores encontrariam a comercialização dos insumos agrícolas necessários para o plantio de suas lavouras.

---

[468] Colonizadora Sinop – Um passo de conquista na Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste); 1974, tópico: Organização territorial.
[469] Ibidem; tópico: Planificação da área.
[470] Ibidem; tópico: Organização territorial.

O tema da tentativa da implementação da produção agrícola, por outro lado, também pode nos auxiliar na tentativa de esclarecer um outro ponto importante, que envolve, principalmente, nosso diálogo com as interpretações hegemônicas da colonização. Como retratamos anteriormente, um dos pontos fundamentais do argumento que prioriza a dimensão do controle e da imposição sobre os migrantes, por parte das colonizadoras em conjunto com o Estado brasileiro, diz respeito às manipulações e aos argumentos falaciosos transmitidos por meio dos materiais de propaganda, que teriam como principal objetivo ludibriar possíveis compradores de terra ao prometer um solo fértil que, na verdade, não existia. Deste modo, por meio dos materiais propagandísticos, as empresas de colonização inauguravam uma relação com os migrantes pautada apenas pela fantasia, desilusão e imposição.

Assim como a CTNP/CMNP em décadas anteriores no norte do Paraná, a Colonizadora Sinop divulgou, sobretudo na região Sul do país, ampla propaganda sobre as possibilidades de se desenvolver a agricultura na Gleba Celeste. Nas famosas peças publicitárias, que receberam diversas edições durante a segunda metade da década de 1970, é possível encontrar, em meio a imagens locais, contundentes afirmações: *terra livre de geada; A Sinop traz a riqueza da terra para você; Na Gleba Celeste está garantido o seu futuro e o de sua família; mandioca dá bem; a terra é boa, toda mecanizável; arroz da melhor qualidade*, entre outras[471].

As pesquisas acadêmicas que denunciam a tática do engano por parte dos vendedores de terras da Sinop, assim, geralmente demonstram que, ao contrário do que afirmava a publicidade, os novos colonos encontravam o enigmático cerrado, lugar sobre o qual não se possuía conhecimento suficiente, sendo constituído, portanto, por inúmeras dificuldades, diferentemente do paraíso descrito nas peças publicitárias da empresa de Enio Pipino. Edison Souza, por exemplo, um dos principais especialistas na história da colonização de Sinop, em sua dissertação e tese, sempre reforçou esse ponto[472]. Em um

[471] A Sinop nos caminhos do futuro – um passo da conquista da Amazônia; 1977 (Material do catálogo de propaganda da colonizadora).

[472] Dificilmente, no caso do grupo de estudos analisados no capítulo 02, alguma pesquisa deixará de mencionar o tema das propagandas das empresas colonizadoras, como foi possível notar em Tavares dos Santos, por exemplo. No caso de José Schaefer e João Mariano de Oliveira, por exemplo, a importância do tema, em suas pesquisas durante a década de 1980, se deu ao perceberem que as propagandas no Sul surtiram efeito, se constituindo em um dos principais elementos de divulgação das novas terras. Cf. Oliveira; 1983, 83. Shaefer, por sua vez, ao analisar o tema da colonização em Mato Grosso, faz uma descrição sobre o alcance da publicidade das colonizadoras: "Os principais motivos apontados são: 'a propaganda da firma'. Esta propaganda é feita no Sul em rádios do interior, em programas de música

de seus trabalhos ressaltou a questão citando José Renato Schaefer: *muitos colonos atraídos do Sul pela propaganda das colonizadoras caem nas armadilhas preparadas para eles, acreditando na lisura dos procedimentos destas empresas*[473].

Em sua crítica, Schaefer, apesar de reconhecer que seria natural das propagandas ressaltarem os aspectos positivos das terras mato-grossenses, menciona a ausência dos *incontáveis* aspectos negativos: assim *"o clima é bom", mas não se explica ou mostra que chove durante meio ano e que durante a outra metade do ano a seca toma conta da região e que, em consequência das fortes chuvas, a única via de acesso à região, a BR-163, se torna intransitável; que, durante a época de seca, as plantações sofrem (...)*[474]. A publicidade, assim, segundo diversos autores, se afirmaria como um dos primeiros impulsos para a criação do *mito colonizador*[475] ou do *progresso,* para ficarmos nos termos cunhados por Nelson Tomazi e Edison Souza, respectivamente.

As críticas sobre a ausência de algumas informações nas propagandas podem, certamente, sustentar uma condenação relevante – embora a publicidade possuísse outros itens importantes que, para alguns, eram irresistíveis: a promessa da propriedade privada, do ambiente pacífico e da garantia de adquirir um pedaço de terra próximo a uma cidade planejada e moderna. Por outro lado, no caso de Sinop, deve-se considerar também o fato de que, de modo explicito, a Colonizadora reconheceu que a região, para atingir seus objetivos na agricultura, teria de funcionar como um campo aberto para novos experimentos.

Em um informativo da Colonizadora de Enio Pipino, de 1977, por exemplo, menciona-se o fato de que as condições no norte de Mato Grosso eram diferentes daquelas que caracterizavam o norte do Paraná: *a Amazônia alterou nossos conceitos de produção agrícola. Mundo novo, solo diferente daquele que encontramos no Norte do Paraná, regime pluviométrico distinto, temperatura, distância dos grandes centros de consumo,*

---

sertaneja, através de 'corretores' que as firmas espalham e que percorrem os estados sulinos, mostrando slides de fantásticas colheitas no norte de Mato Grosso (as 'más línguas' dizem que tais slides são feitos muitas vezes no Paraná ou em campos experimentais das próprias firmas)" (Schaefer; 1985, 106).

[473]. Shaefer; 1985, 27. Os trabalhos de Edison Souza são os mesmos mencionados na nota de rodapé n° 35 do capítulo 02.

[474] Schaefer; 1985, 108.

[475] Nelson Dacio Tomazi, na verdade, dedica toda a sua dissertação para desconstruir o que ele denomina de "o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná (Tomazi; 1989). No caso de Edison Souza, conferir, por exemplo Souza; 2006, 20.

tudo isso plasmou contexto desafiador para a arrancada de nossos trabalhos de colonização[476].

As diferenças e as novidades em relação ao estado do Paraná, consequentemente, levariam a Sinop a inaugurar, ao lado de técnicos e agências governamentais, algo que se tornaria a regra na região que se transformou na morada dos *reis da soja* no Brasil pós-ditadura militar. Ou seja, era necessário iniciar uma série de tentativas – que muitas vezes levaram os colonizadores a colecionar inúmeras derrotas – para adequar a produção ao solo local: *criamos a Estação Experimental e durante estes 5 anos formamos acervo de conhecimentos que nos permite fornecer orientações aos lavradores, quanto à composição dos solos, tipo de culturas, variedades, épocas de plantio e manejo da terra. Centenas de perfis, com análises químicas, físicas e microbiológicas foram efetuados (...)*[477].

Em um outro informativo, de 1979, a Colonizadora menciona não apenas a opção pelos sulistas, mas também a necessidade de operar segundo a produção de um conhecimento técnico para produzir em um lugar distinto do *Brasil meridional*:

> O lavrador, que procuramos sensibilizar para o projeto de colonização, provém, em regra, das partes sulinas e do centro-oeste do país. Na região nova, encontrou um quadro de situações diverso daquele de sua origem. Diante disso, mapeamos o solo, levantamos o regime pluviométrico, medimos uma série de valores para formar um acervo de conhecimentos necessários para a atividade agrícola que seria amparada não apenas por uma Estação Experimental e vários "Viveiros de Mudas" de espécies que comprovamos ter condições de uma boa performance, mas, também, pelo atendimento feito, em caráter permanente, por equipe de agrônomos e técnico-agrícolas[478].

No documento de 1977, mencionado acima, no item *Culturas de implantação*, a Colonizadora relatava o que seriam as primeiras tentativas de plantio, como o guaraná, o cacau, pimenta do reino, cana de açúcar e seringueira. No caso desta última, já aparece explicitamente os acordos firmados com agências governamentais (tanto da esfera estadual quanto Federal) para levar adiante as experiências na agricultura: *em convênio com a EMATER (antiga ACARMAT), estamos executando um plano de implantação de um grande parque de seringueira. Nesse sentido, a primeira providência já foi tomada, que é a produção de mudas. Para tanto, a Colonizadora*

---

[476] Material de propaganda da Colonizadora sem nome; 1977, tópico: presença humana – o que faz o homem.
[477] Idem.
[478] Um passo de conquista da Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste); 1979, tópico: planificação.

cedeu, em comodato, uma área de 30 ha de terra, devidamente destocada, para o viveiro de mudas[479]. Curiosamente, neste caso, tanto Enio Pipino quanto o governo de Mato Grosso, não se atentaram para as lições deixadas pela experiência da empresa de Henry Ford no estado do Pará.

Ao lado de tentativas que, hoje, sabemos que estavam destinadas à frustração, é interessante observar, também, o lugar marginal que, inicialmente, a Colonizadora Sinop reservou às sementes de soja e milho. No item *Outras Culturas*, podemos encontrar os primeiros passos de um cultivo que hoje possui centralidade na produção do agronegócio brasileiro: *mesmo não sendo consideradas como culturas de primeira linha, na política agrícola da Gleba Celeste, desenvolveu-se intenso trabalho de experimentação para adaptar, às condições da região, o cultivo das seguintes lavouras: milho, sorgo, feijão, soja, amendoim e mamona*[480].

Mas, por outro lado, embora a Colonizadora admitisse, em meio à temporada agrícola de 1976/77, as dificuldades enfrentadas com as chamadas "lavouras brancas", planejava-se incluir essas sementes na produção comercial, pela possibilidade de rotação por conta do período de chuvas. Ainda neste mesmo informativo, a empresa Sinop divulgou um esquema de plantio para as "lavouras brancas" e, na sequência, a produtividade obtida ao se respeitar as *técnicas recomendadas para a região*. Vale notar ainda - já que estamos a discutir as fronteiras entre os modos usados pela Colonizadora Sinop para ludibriar os agricultores e o desenvolvimento de uma tecnologia e de experimentações para se produzir no cerrado mato-grossense - uma ressalva contida no documento mencionado: *estas produtividades foram obtidas em nível de colonos selecionados e não são consideradas produtividades médias*[481].

Não há como deixar de notar, também, o detalhamento das informações expostas. É possível, ainda, encontrar dados e recomendações semelhantes em outros documentos, informativos e, no decorrer da década de 1980, no Jornal O Sinopeano[482]. De tal modo, não se pode menosprezar a presença marcante das *questões técnicas* que, ao que parece,

---

[479] Material de propaganda da Colonizadora sem nome; 1977, tópico: Culturas de implantação. A agência mencionada, Emater, é representada atualmente pela Empaer (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural).
[480] Idem.
[481] Idem.
[482] Por outro lado, é difícil traduzir a dimensão deste material, de descrever pormenorizadamente o histórico dos experimentos na Celeste, pois, nem a Colonizadora, nem o Museu Histórico de Sinop, possuem em seus arquivos todo o arsenal de materiais produzidos pela empresa de Enio Pipino.

buscavam orientar os agricultores na nova região. Em um outro informativo, publicizado no ano de 1974, a Colonizadora justificava seus experimentos afirmando que seria preciso evitar *o empirismo e algumas práticas tradicionais*[483].

Sendo assim, com a justificativa de que para produzir no cerrado seria necessário incorporar novos conhecimentos tecnológicos, a Colonizadora Sinop se sentia a vontade para publicar amplos relatórios que, embora otimistas, reservavam um lugar para mencionar problemas ocorridos com algumas culturas, conforme relataremos, longamente, a seguir:

Agricultura na Celeste.
Estão plantados, já, mais de 400.000 covas de café na Gleba. As espécies, em escala comercial, são o "café Arábica", variedades "Mundo Novo" e "Catuaí" e o café "Robusta", variedades "Conilon" e "Guarani". Em caráter experimental, estão plantadas espécies "congenis", "lautentii", outras variedades de robustas e o café "Icatu", que é resultante do cruzamento do arábica com o "robusta". Algumas covas, com 2 anos e 5 meses, já produziram este ano. A produção média foi 25 sacos em coco, por 1.000 pés.
Acham-se montados experimentos sobre diversos sistemas de plantio de café (profundidade, espaçamento, número de pés por meio da "cova" e de competição de espécies e variedades).
O comportamento do café tem sido muito bom, superando a expectativa. Para os próximos anos já se prevê a continuidade dos plantios. Neste ano está em fase de semeação o "viveiro", utilizando-se 600 Kg de sementes de café, das variedades "Conilon" e "Mundo Novo", equivalente a 2.000.000 de mudas.
No plantio do arroz, a variedade comercialmente plantada é o IAC 1246. Experimentalmente estão sendo testadas as seguintes variedades: IAC 47, IR 665 e o IR 8. O comportamento geral tem sido satisfatório. Houve, no ano passado, problema na cultura de arroz, provocado por período de forte estiagem, ocorrida no mês de janeiro de 1973. De todas as variedades citadas, as que se têm mostrado mais promissoras são o IAC 1246 e a IAC 47.
A cultura da mandioca tem-se revelado extremamente adaptável à região. O rendimento tem sido ótimo. Devido a fatos de haver revolvimento natural do solo e no plantio e arrancamento dessa cultura, pensa-se em estabelecer rotação de outras, que se beneficiariam com o revolvimento do solo, realizado pelo plantio da mandioca.
No que se refere às pastagens, os capins "colonião" e "jaguará" e a grama "branchiaria" têm mostrado bom comportamento. Nas baixadas, o capim "gordura" está com bom desenvolvimento.
Tem-se testado algumas leguminosas para a consorciação com as gramíneas, destacando-se, entre elas: "Stylozantes", Centrosema", "Soja Perene", "Galáxia" e "Siratro". A que melhor comportamento tem mostrado é o "Siratro" e o "Stylozantes".
Têm sido ótimos os resultados da cultura da cana. Diversas variedades como o IAC 52-326, CB 41-76, IAC 205, CB 47-355, NA 56-62, apropriadas para a região, foram adquiridas e trazidas da Estação Experimental de Araras, do I.A.A. Estão sendo realizados testes de competição de variedades, multiplicação e distribuição das melhores. Foi elaborado trabalho sobre a viabilidade do cultivo e industrialização da cana-de-açúcar na região.
Esta no rol das culturas que se comportam e produzem muito bem na área o amendoim. A variedade é o "Tatu".
No que se refere ao feijão, em solos já trabalhados, cresce e produz relativamente bem. Em solos recém-desbravados, o comportamento não é bom. Dentre as variedades, o que tem melhor produzido é o "Rosinha" e, em segundo lugar, o "preto". A melhor época do plantio é fevereiro

[483] Um passo de conquista na Amazônia; 1974, tópico: A grande riqueza do solo.

em diante, mais no fim do período chuvoso. O “Massacar”, também chamado “feijão de corda”, vem sendo plantado na Celeste. Foram trazidas sementes de Belém. Comporta-se muito bem, produzindo durante o ano todo, principalmente nas partes úmidas.
Existe área experimental plantada há cerca de 1 ano com o cacau. Testa-se a cultura a pleno sol e “sombreada”. Até o momento, a cultura a pleno sol vai melhor. Mais mudas estão sendo formadas e, dentro de meses, o número de cacaueiros plantados será aumentado. O material genético é constituído por híbridos de alta produtividade procedentes do IAC.
A “Gmelina Árborea” é essência florestal de crescimento rápido e ótima para fabricação de papel, o comportamento inicial é qualificado de bom.
Foram plantadas, recentemente, mudas de guaraná, trazidas de Manaus. Fato inédito e pioneiro é que se transportou e plantou-se uma quantidade de mudas de raízes nuas, com sucesso, pois o “pegamento” foi acima de 80%. Está programada a aquisição, em janeiro próximo, de sementes selecionadas de guaraná, para a formação de um grande viveiro de mudas.
O sorgo está sendo plantado em caráter experimental. Plantaram-se duas variedades de origem americana, sendo uma de ciclo médio e outra de ciclo longo. O comportamento não foi bom.
O milho tem ido bem apenas nas baixadas e nas áreas onde o solo é atendido, antecipadamente, por uma “cobertura morta”. Diversas variedades têm sido cultivadas experimentalmente, como os híbridos 6999, 6974, “Maia Cetralmex”, “Piramex”. Para o próximo ano agrícola, o milho deverá ser um dos principais a merecer atenções e ser objeto de pormenorizados estudos.
Em termos ecológicos, a área possui bom potencial para o cultivo da seringueira. Alguns contatos foram mantidos com os técnicos da ACARMAT, que trabalham aquela cultura, para estudar a viabilidade de, num futuro próximo, executar, com alguns cooperados, plantios de seringueira, através do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal, assim que este for reativado.
Para o cultivo do fumo, foram mantidos contatos com a “Souza Cruz”, que enviou técnico à Gleba. Ao fomento da cultura programam-se testes e viveiros experimentais para 74/75, sob assistência técnica direta da citada empresa. O fumo de corda da variedade “Goiano” é plantado, comercialmente, por lotistas, com absoluto êxito.
O tomate desenvolve e frutifica bem. Por paradoxal que possa parecer, as plantações não têm apresentado doenças.
Em termos de frutíferas, o abacate, goiaba, manga, cítrus, caju, abacaxi, maracujá vêm sendo cultivados com bom desenvolvimento e frutificação inicial. Pensa-se, neste particular, na instalação de indústrias para processamento da futura produção.
Comercialmente, plantaram-se as variedades de mamona “Guarani” e a “Argentina”. Experimentalmente, há plantações de IAC 38 e “Campinas”. As duas primeiras mostraram-se bem mais produtivas.
Quanto ao algodão, estão sendo feitas, comercialmente, pequenas plantações. Com a variedade IAC 13, com resultados razoáveis. Experimentalmente, plantaram-se as variedades IAC RM-4, IAC RM-3, “Rim de Boi” e o tradicional algodão “Seridó”.
A soja está plantada, somente, em escala experimental, As variedades cultivadas na região centro-sul do país mostraram sensibilidade ao fotoperiodismo florescente e frutificando muito pequenas. Apesar disso, a variedade “Hardy”, “Viçoja” e “Santa Rosa” produziram razoavelmente, embora tenham ficado com pequeno porte, o que viria a dificultar, futuramente, a colheita mecânica. Introduziu-se a soja das Filipinas, com variedades próprias ao cultivo nessas latitudes. Os resultados preliminares são ótimos. Para o próximo ano agrícola, deverão ser testados mais de 60 híbridos criados pelo IAC e apropriados ao cultivo nas regiões de latitude semelhantes à da Gleba Celeste[484].

A exposição deste longo relatório nos é útil, em primeiro lugar, para demonstrar de que modo a Gleba Celeste e, consequentemente, a região rural da cidade de Sinop, se transformou em um campo de experimentações na gênese da ocupação do território.

[484] Ibidem, tópico: Agricultura na Celeste.

Isso nos leva, em segundo lugar, a obrigatoriamente relativizar o argumento de que o material publicitário da Colonizadora era formado apenas por informações que prometiam o paraíso, de modo a construir, conscientemente, uma armadilha para as famílias migrantes. Ao olharmos para a história local, talvez possamos afirmar que, paradoxalmente, ao se intensificar os estudos e experimentos, que se mostravam obrigatórios naquela região para se obter um determinado tipo de produção agrícola, a Colonizadora acabou por criar uma cilada para si mesma na questão rural – embora esse momento seja um importante capítulo para se compreender o processo de modernização na agricultura brasileira.

E isto por conta de uma combinação que não se mostrou satisfatória: como veremos adiante, a lógica imposta pela realidade local, da aliança entre o mundo rural e o das técnicas e tecnologias que seriam mais modernas, determinariam a necessidade de um maior controle, de métodos de imposição e tentativas de convencimento da empresa colonizadora sobre os colonos-agricultores; algo que, com o passar dos anos, se revelaria insustentável. Ou seja, ao mesmo tempo em que se fortalecia, no âmbito das práticas econômicas, a congruência entre a Colonizadora e o Estado brasileiro, a ruptura do *terceiro eixo*, dos migrantes, conduziu o processo de colonização, do ponto de vista de seu sucesso, para outros ambientes. A questão da agricultura no caso de Sinop, portanto, acabou por consolidar a modernização sob o prisma da urbanização, lugar onde floresceu com mais força os valores que caracterizaram o empreendedorismo, marcador central do ideal pioneiro, como veremos com mais detalhes no próximo tópico.

Isto se deve ao fato de que, a Colonizadora Sinop, para por em prática a lógica de experimentações e, também, para sanar o problema da distância para o escoamento da produção, planejou centralizar e aglutinar os produtores em torno da Cooperativa Agrícola Mista "Celeste" LTDA (COMICEL). De tal modo, justificava a empresa Sinop, seria possível atender *aos problemas de financiamento, assistência técnica, orientação agrícola, cuidando dos problemas de comercialização e encaminhando as atividades econômicas dos cooperados na direção de uma industrialização dos bens primários produzidos*[485].

[485] Um passo da conquista da Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste); 1979, tópico: Planificação.

No caso dos financiamentos por parte do Estado, é importante frisar que a colonizadora, antes mesmo da comercialização das terras, contou com um importante fornecimento de crédito por parte de suas agências. Neste caso, a contribuição estatal para o empreendimento antecedeu a questão rural, mas foi também crucial nas tentativas de impor uma produção agrícola modernizada na região. Os incentivos da SUDAM, por exemplo, em relação ao capital aplicado pela colonizadora, era da ordem de 75% (de cada Cr$ 100 investidos, o órgão estatal subsidiou Cr$ 75). Os financiamentos do Banco do Brasil, ou seja, os créditos concedidos mediante a autorização da SUDAM perpassaram toda a primeira etapa da colonização: demarcação dos lotes rurais e urbanos, mapeamento do solo, levantamento topográfico, construção de estradas rurais e prédios administrativos[486].

Em relação aos primeiros produtores rurais, no entanto, a questão dos créditos estatais se estabeleceu de uma maneira distinta. Os financiamentos passavam pela colonizadora, como se a empresa fosse um braço intermediário das agencias estatais. O Banco do Brasil concedia o *empréstimo à empresa para a venda de terra aos colonos e estes amortizavam as prestações da colonizadora no banco, por intermédio da cooperativa*[487], no caso, a COMICEL. A Cooperativa Agrícola Mista Celeste, por outro lado, foi uma iniciativa que dialogava com a legislação do Estatuto da Terra, que mencionava a necessidade de organizar a produção agrária por meio de cooperativas.

A COMICEL, instituída em setembro de 1972, após a aprovação do INCRA, passou, então, a dirigir a produção rural. O objetivo inicial era o de reproduzir o plantio de café, assim como no Paraná, mas o desconhecimento do solo local, região de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, exigia estudos e a produção de um conhecimento especializado. A Cooperativa, então, contratou profissionais, engenheiros e técnicos agrônomos, para auxiliar os colonos. Isso acabou por gerar uma filiação quase que obrigatória dos produtores à COMICEL, onde a condição de cooperado dependia de um pagamento do título de 1% do valor da propriedade adquirida[488]. Do ponto de vista dos recursos governamentais, desde o momento da instituição da cooperativa, a Colonizadora admitia que a centralização facilitaria a concretização dos financiamentos: *recursos financeiros de instituições oficiais têm ampliado o ritmo das possibilidades*

[486] Aubertin; Bertone e Oliveira; 1984, 31.
[487] Ibidem, 32.
[488] Souza; 2006, 174.

econômicas dos lavradores, destacando-se os financiamentos feitos pelo Banco do Brasil S.A., PRÓ-TERRA e do Instituto Brasileiro do Café, com o que se expandiu, acentuadamente, o plantio da rubiácea – com excelente performance, e de outras culturas[489].

Ao olharmos os documentos produzidos pela Colonizadora Sinop, durante alguns anos se comemorou os resultados colhidos da combinação que envolveu as experimentações, desenvolvimento tecnológico, os recursos obtidos por meio do financiamento governamental e a organização por meio da COMICEL. Em 1979, por exemplo, a Sinop divulgou suas estimativas para a safra 78/79:

Passados 7 anos além das 4 cidades construídas, com infraestrutura, as estimativas feitas à propósito do peso da produção agrícola e pecuária para as safras 1978/1979 nos dão, nos números abaixo, a certeza de perspectivas de consolidação de um pioneirismo nessa parte da Amazônia. As estimativas proporcionam o seguinte quadro de valores:

1. Arroz	Cr$ 8.640.000,00.
2. Café	Cr$ 69.500.000,00.
3. Pimenta	Cr$ 2.220.000,00.
4. Feijão	Cr$ 700.000,00.
5. Mandioca	Cr$ 700.000,00.
6. Gado	Cr$ 65.720.000,00.
7. Madeira Bruta e Serrada	Cr$ 32.450.000,00.
	Cr$ 35.000.000,00.
8. Outras	Cr$ 214.930.000,00[490].

Em julho de 1980, no jornal O Sinopeano, tentava-se também traduzir o *Potencial da Região* em números: *a região de influência da Sinop tem, hoje, cerca de 20 milhões de cafeeiros; produção de 1 milhão e 200 mil sacas de arroz; 5 mil hectares de mandiocais; 4 milhões de pés de cacau; 5 mil hectares plantados com feijão, produzindo 50 mil sacas; guaraná, pimenta, outros bens primários e 400 mil cabeças de gado*[491].

Na mesma publicação, mas no ano de 1983, comemorava-se o crescimento da produção de arroz. Segundo o jornal da colonizadora, para a safra daquele ano, a estimativa era de *20.160 toneladas, numa área de 13.600 hectares, ou um contingente de 336 mil sacas de 60 quilos, havendo, pois, uma produtividade de 1.500 quilos por hectare. Os*

[489] Um passo de conquista na Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste); 1979, tópico: Planificação.
[490] Ibidem, tópico: Os resultados agrícolas.
[491] Jornal O Sinopeano; Julho de 1980.

técnicos revelam que, comparativamente, ao ano anterior, houve um aumento de plantio de área de 80%, com acentuada elevação de produtividade[492].

Mesmo com a Colonizadora Sinop comemorando os primeiros números da produção local, a centralidade da COMICEL, na tentativa de impor diretrizes técnicas e financeiras aos novos colonos, sempre encontrou resistência por parte dos agricultores. A lógica de financiamento, operada pelo governo militar e pela cooperativa, se mostraram excessivamente pesadas para os pequenos e médios produtores. O meio rural, então, liderou, durante toda a década de 1970, os principais registros de migrantes que retornaram para suas regiões de origem. Nem o mais otimista dos historiadores conseguiria ignorar estes fatos: *os primeiros agricultores vieram com a esperança de encontrar aqui terras férteis e próprias para o cultivo do café, como as que conheciam em suas regiões de origem, porém, o elevado teor de acidez do solo, terra mais fraca, clima diferente, falta de recursos e outras adversidades encontradas, levou vários deles a abandonar a terra adquirida e retornar para a região de origem*[493].

Sendo assim, se analisarmos a produção em um período de médio e longo prazo, por exemplo, os dados e estimativas divulgadas pela Sinop seriam limitados pela realidade local: a produção do café não deu resultados e o arroz - ao lado do guaraná e da pimenta do reino - nos primeiros anos da produção agrícola de Sinop, em sua perspectiva de comercialização e exportação em larga escala, não conseguiria se sustentar no patamar de exercer um protagonismo na nascente economia local, do modo como foi idealizado por Enio Pipino.

Em relação às lavouras de arroz, sua sobrevivência seria assegurada por meio de uma decisiva intervenção do Governo Federal. Ainda em 1975, o ministro da Agricultura à época, Alysson Paulinelli, visitou a cidade de Sinop para lançar um programa de correção do solo, baseado na utilização do calcário, um dos métodos mais empregados na região. Para complementar o apoio estatal, em 1977, os militares instalaram nas margens da BR-163, a CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento), para a estocagem dos produtos adquiridos pelo próprio Estado central[494].

---

[492] Jornal O Sinopeano; agosto de 1983.
[493] Santos; 2011, 102.
[494] Ibidem, 103-104.

Sendo assim, em Sinop, durante as três primeiras décadas de sua formação - e mesmo com os esforços para a obtenção de um conhecimento e tecnologias modernas por parte da colonizadora e das agências estatais para a produção em um bioma que a técnica ainda não dominava - não conseguiu angariar um lugar de destaque na produção rural. Em relação à ascensão posterior do agronegócio, a região da Celeste possuiu um percurso retardatário, se compararmos com cidades de colonização um pouco posterior no estado, como Sorriso (a *Capital do Agronegócio*) e Lucas do Rio Verde. No segundo caso, no entanto, a prioridade inicial também foi a produção do arroz, passando, inclusive, por métodos semelhantes de correção do solo, como se pode constatar ao ler o livro de memórias de Anton Huber[495].

Ao mesmo tempo, portanto, em que a área da Colonizadora Sinop protagonizou os mais intensos estudos e pesquisas para domar e racionalizar os usos do cerrado mato-grossense, o desenvolvimento econômico para sustentar a manutenção de todo o projeto teria de ser garantido por outras áreas, até fazer coincidir a terra com o "moderno". Conforme afirmou Cunha, a produção de um conhecimento, errático, com avanços e retrocessos, implicou em produzir uma nova tecnologia que impôs um sistema que não foi resultado de um processo de "modernização" da produção, mas que se viu obrigado a se estabelecer a partir de formas novas: *a agricultura dos cerrados brasileiros é efetivamente um produto da tecnologia moderna. Ela não se modernizou; nasceu moderna*[496].

Todas essas questões parecem ter conduzido a empresa Sinop para uma de suas experiências mais importantes. Mesmo não tendo se fechado completamente para as experimentações em torno da produção de soja[497], Enio Pipino direcionou seus

---

[495] Conferir, por exemplo, o modo como o primeiro presidente da Cooperlucas narra as dificuldades para se fazer a correção do solo da região (Huber; 2010, 93-213).
[496] Cunha; 1994, 123.
[497] Em 1983, o jornal "O Sinopeano" tentava chamar a atenção para o que estava acontecendo em Sorriso: "todos sabem que o arroz, pela grande performance que vem tendo e em função da enorme produção na região, constitui-se num dos produtos de maior peso na produção agrícola e na economia regional. Agora, porém, a soja vem entrando com muita força no município de Sinop. Além da penetração da sojicultura em Sinop, podemos informar que a Gleba Sorriso, igualmente, a soja está até desbancando o arroz. Basta dizer que na Sorriso o forte era a rizicultura, com 80 a 90 por cento. Este ano deve ser soja. É mais uma alternativa da riqueza agrícola do norte mato-grossense" (Jornal O sinopeano; novembro de 1983). Em março de 1984, no mesmo jornal, foi publicada uma série de orientações para a produção de soja: "solos calcareados, aração profunda, e área bem nivelada sem pedaços de tocos ou raízes que vão atrapalhar a colheita, pois a soja é colhida bem rente ao solo; uso de semente selecionada das variedades IAC 2, IAC-6, IAC-8 no primeiro plantio e IAC-8, Cristalina, Doko no segundo ano de plantio de soja; fazer inoculação na semente com uso de bactérias específicas do gênero Rhizobium, isso na sombra e no dia do

esforços[498] para uma outra possibilidade que, por sua vez, exigiria uma maior centralização e mecanismos mais sofisticados de imposição aos agricultores. Como se pode notar nos exemplares do Jornal "O Sinopeano", a aposta maior da Sinop – e o principal símbolo de sua derrocada na agricultura – se direcionou para as tentativas de se produzir o álcool de mandioca.

Em 1976, portanto, uma alternativa para a economia local, desenvolvida pelo colonizador Enio Pipino, resultou na adesão ao Proálcool[499] por meio do programa de plantio de mandioca. O Grupo Sinop, do qual fazia parte a Colonizadora, criou a Sinop Agroquímica (SAQ), construída pela empresa alemã Becker, cuja filial brasileira era de propriedade dos colonizadores, com o objetivo de produzir álcool a partir da mandioca. Com a crise do petróleo e o lançamento do programa estatal, o Grupo Sinop não encontrou dificuldades para ter seu projeto aprovado pelo Conselho Nacional do Álcool, no dia 10 de maio de 1976, com um orçamento de 503 milhões de cruzeiros[500]: *(...) para diminuir a exasperante angústia de falta de combustíveis, lançamo-nos na direção de um objetivo: a implantação de um complexo industrial capaz de produzir álcool carburante a partir da mandioca*[501].

Segundo a Colonizadora, a verba de 500 milhões de cruzeiros, para a primeira fase do projeto, seria dividida da seguinte maneira: *recursos próprios da empresa, pelos recursos do Proálcool (já liberados pelo Banco do Brasil S.A.) e com recursos do FINAM-SUDAM.* A COMICEL participaria, também, como acionista, o que acabou por gerar uma campanha com os produtores rurais para a produção da mandioca, que segundo o planejamento da empresa de Enio Pipino garantiria a produção necessária

---

plantio, aonde deve-se usar 800g de inoculante por 50kg de semente; na adubação deverá ser usado 250 kg da fórmula 2-30-16 ou similar; deve-se plantar de 20 a 25 plantas por metro numa profundidade de 5 a 5 cm e 40-50 cm de espaçamento; a soja tem exigido cuidados especiais no controle de pragas, principalmente lagartas e percevejos, que no uso de tecnologia de controle de pragas pode-se diminuir o uso de inseticidas, observando que ela ainda tem ajuda de inimigos naturais das pragas da soja. Quanto a doenças ainda não tem demonstrado importância econômica, mas não se deve deixar de observar as que possam surgir e comunicar aos técnicos; a colheita é feita no mês de abril; a comercialização é feita para terceiros com variação de oferta de preço, variando com a bolsa de cereais, sendo esta comercialização bastante compensadora" (Jornal O Sinopeano; março de 1984).

[498] Isto pode ser explicado, em parte, justamente por conta do protagonismo da colonizadora Sinop na região, em meio a um processo que apenas a prática determinaria quais as vantagens e os melhores caminhos para a grande produção – a Colonizadora Feliz, de Sorriso, apenas chegou em seu território em 1977, e a Cooperlucas se instalaria no território de Lucas do Rio Verde no início da década de 1980.

[499] O Programa Nacional do Álcool, lançado em 1975, teve como objetivo gerar uma substituição dos combustíveis derivados do petróleo, como alternativa após a crise do petróleo em 1973.

[500] Aubertin, Bertone e Oliveira; 1984, 57.

[501] Material de propaganda da Colonizadora sem nome; 1977, tópico: O maior complexo de álcool de mandioca.

para a implementação da usina de álcool: *a ocupação dos "espaços vazios", através de uma atividade agrícola que qualquer lavrador brasileiro está habituado, será somada com moderna tecnologia químico-industrial. O objetivo a médio e longo prazo é atingir a produção de um milhão de litros de álcool carburante por dia*[502].

Anos depois, em um outro informativo, a Colonizadora divulgava, em meio a uma série de informações, sua campanha para tentar convencer os agricultores a fazer parte do projeto:

> O agricultor sabe que a produtividade da mandioca, na área, é três vezes superior à média no Brasil. O que plantar terá mercado, já que a Usina consumirá de 800 a 850 toneladas de raízes por dia, durante 330 dias de trabalho industrial por ano. O plantio é fácil e a ele o colono está, tradicionalmente, acostumado. Foram selecionadas determinadas espécies de "manivas", que apresentam bom teor de amido para a constituição do "mash". Em plena Amazônia mato-grossense, às margens da BR-163, o lavrador planta mandioca, que pode consumir dentro de seus hábitos alimentares e conseguir recursos financeiros com rentabilidade muitas vezes superiores a outras culturas no Brasil meridional, que exigem equipamentos sofisticados e grandes extensões territoriais[503].

Mesmo com todos os esforços, o projeto da Usina parecia não decolar tão facilmente. Em 1980, em discurso que recepcionou o presidente Figueiredo, Enio Pipino ainda tentava demonstrar as vantagens de se produzir o álcool derivado da mandioca, conforme reproduziu o jornal O Sinopeano: *o projeto agroquímico da Sinop é eminentemente social, disse o presidente do Grupo. Envolverá trabalho, na produção agrícola da mandioca, para 3.500 pequenos e médios proprietários da região. Some-se a esse número o contingente de 220 pessoas que trabalharão, em três turnos, na fábrica. Ora, se considerarmos que um emprego influi, economicamente, em 5 pessoas, o projeto da Sinop alcançará benefícios para 18 mil e 600 brasileiros*[504].

O discurso de Enio Pipino, por outro lado, não pode nos levar a pensar que a criação da indústria significou apenas um devaneio de sua parte. Em primeiro lugar, o projeto atendia a um incentivo que nasceu de um programa governamental. E, em segundo, o capítulo da produção de álcool em Sinop, mesmo que sem sucesso, foi importante para alicerçar a presença das agências técnicas no cerrado brasileiro, principalmente se considerarmos o caso da Embrapa.

---

[502] Idem.
[503] Um passo de conquista da Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste); 1979, tópico: Industrialização da mandioca.
[504] Jornal O Sinopeano; julho de 1980.

Em 1982, a cidade de Sinop sediou o I Encontro Técnico sobre a Cultura da Mandioca. O objetivo principal foi o de estabelecer um diálogo, sobretudo com os técnicos da Embrapa, que atuavam em Cruz das Almas, no estado da Bahia, que à época era reconhecido como principal centro de estudos sobre a produção de mandioca[505]. Este encontro não se constituiu em um evento isolado. Em agosto de 1983, o jornal da Colonizadora divulgou um relatório da EMATER-MT, elaborado em conjunto com a COMICEL, a Sinop Agroquímica e técnicos da Embrapa, intitulado "Diretrizes Técnicas para o Cultivo de Mandioca". A publicação, assim, oferecia, detalhadamente, *algumas lições para o sucesso da mandiocultura nessa parte de Mato Grosso, que tem Sinop como epicentro*[506]. O documento, por exemplo, publicou informações sobre a época para o plantio, o sistema de plantio, adubação e calagem e rotação de cultura. Esta última, por sua vez, indicava a necessidade de estabelecer uma variação, como no caso do arroz, para ajudar no controle de ervas daninhas.

Neste mesmo número de "O Sinopeano", se encontra ainda uma nota que poderíamos enquadrar nos argumentos que tentavam angariar apoio ao projeto. Segundo a publicação, o sucesso da Usina traria benefícios para o desenvolvimento urbano, por conta da possibilidade de arrecadação de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), que contava à época com um Fundo de Participação de Municípios: *a questão de plantar mandioca envolve o interesse de áreas além do lavrador e da usina. Vai muito mais longe, para atingir ao próprio progresso de toda a população, assim como o desenvolvimento municipal, urbano e social*[507].

Com o passar do tempo, as pesquisas e a campanha da Colonizadora, enfim, pareciam surtir efeito. Ainda no ano de 1983, o jornal da empresa Sinop publicou novos números

---

[505] Segundo o jornal, vários engenhos agrônomos participaram do encontro: "Participaram: João Luiz Homem de Carvalho, com formação profissional em zootecnia, com mestrado em nutrição animal. Trabalha na Embrapa/CPAC/Brasília. Flávio Luiz Carpena Carvalho, engenheiro agrícola, no ramo de especialidade de Manejo e Conservação de Solos: Embrapa/Cruz das Almas, Bahia. Paulo Cezar Lemos de Carvalho, engenheiro agrônomo. Especialidade – Nutrição Mineral-Mandioca: Embrapa/Cruz das Almas, Bahia. Haroldo Bastos da Costa. Formação profissional – engenheiro florestal, pesquisador. Embrapa/CPATU – Belém, Pará. Pedro Luiz Pires de Mattos, engenheiro agrônomo, com especialidade como pesquisador em Práticas Culturais, Embrapa/Cruz das Almas, Bahia. Alba Rejane Nunes Farias, Bióloga/entomóloga, com especialidade em entomologia/mandioca, trabalhando na Embrapa/Cruz das Almas, Bahia. Nicoulau Schaun, engenheiro agrônomo, com especialidade em Socioeconomia (Sociologia Rural), sediado na Embrapa/Cruz das Almas, Bahia. Cecília Velaica Scherer, engenheira agrônoma, com especialidade em Fitopatologia, na Emabrapa/Cruz das Almas, Bahia e Laercio Duarte Souza, engenheiro agrônomo, com especialidade em pesquisas na mandiocultura. Trabalha na Cooperativa Mista Celeste/Sinop, Mato Grosso" (Jornal O Sinopeano; julho de 1980).

[506] Jornal O Sinopeano; agosto de 1983.

[507] Idem.

que englobavam a produção dos anos de 1981 e 1982 e registravam uma estimativa de produzir 12 milhões de litros de álcool naquele ano: *informações que chegaram ao conhecimento do Sinopeano revelam que em dezembro de 1980 havia um potencial de mandiocal produtivo de 418,22 hectares. Um ano após, registrava-se uma enorme evolução, atingindo uma área de 4.464,92 hectares. Em dezembro de 82, o total alcançou 6.867,55 hectares, havendo, consequentemente, em dois anos, uma expansão na mandiocultura em Sinop de 700%*[508].

Mas, apesar dos dados otimistas mencionados no parágrafo acima, no segundo semestre do mesmo ano, o editorial do jornal da Sinop lamentava a baixa produção para atender as necessidades da Usina, ao mesmo tempo em que tentava sustentar, por meio dos números de quilos de mandioca comprados pela Sinop Agroquímica, a validade do projeto: *se é certo que o volume de matéria prima está aquém da capacidade de geração do álcool, não é menos verdadeiro que os resultados econômico-financeiros junto ao contexto sinopeano já se estão fazendo sentir na comunidade e com reflexos no norte de Mato Grosso*[509], por conta do poder de compra da SAQ da produção de mandioca na região.

Se a empresa de Enio Pipino possuía recursos para garantir a aquisição da produção local, elevando na mesma época, inclusive, o preço de aquisição da mandioca[510], no final de 1983, o jornal O Sinopeno iniciaria sua publicação de número 52, com uma intensa campanha para o aumento do plantio. Em um item intitulado "Por que mandioca?", o informativo da empresa Sinop buscou enumerar sete razões que justificaria uma aposta dos agricultores para atender a demanda da Usina de Álcool. Apelava-se, então, à vocação do agricultor brasileiro, ao fato de que a cultura da mandioca ser originária da Amazônia, que a mandioca produziria o amido mais barato, que potencializaria uma policultura agrícola, entre outras[511].

---

[508] Jornal O Sinopeano; janeiro de 1983.

[509] Jornal O Sinopeano; agosto de 1983. Na sequência, o editor Bacilla Neto tenta comprovar seus argumentos: "Vamos revelar alguns dados para comprovar o que estamos afirmando, no sentido de que o poder de compra da SAQ, em termos de madeira e mandioca, está ativando – e ativará muito mais –o perfil do desenvolvimento da região. Nos meses de junho e julho foram comprados 13.927,185 quilos de mandioca, que resultaram num volume de Cr$ 193.539.887,25. Ora, essa massa de dinheiro paga pela SAQ ao lavrador é um fenômeno financeiro cuja importância alcança, diretamente, o mandiocultor e, também, a própria comunidade, pelas vantagens direta e indiretas da circulação desses valores"

[510] Idem.

[511] Jornal O Sinopeano; novembro de 1983.

Neste mesmo volume, Bacilla Neto, em seu editorial, faria mais uma tentativa sob o título "Afinal, por que mandioca?". Ao reafirmar os motivos que levaram Enio Pipino a tal empreendimento, o editor justifica:

> Quando Enio Pipino resolveu realizar a maior obra industrial de sua vida, implantando o complexo alcooleiro da SAQ, já tinha realizado, ao longo de vários meses e com uma equipe de companheiros que selecionou, uma série de estudos que lhe permitiram tomar essa importante decisão.
> Seria mais fácil construir um complexo a partir do aproveitamento da cana-de-açúcar, com uma tecnologia dominada há muitos anos e com um parque industrial, no país, em condições de fornecer o material necessário para a montagem da indústria. Preferiu, porém, ser coerente. Coerente com seu programa de trabalho que, aliás, fora o alicerce de sua própria existência, ou seja, a colonização. Ele sabia que teria que decidir, crucialmente, entre um projeto industrial que fosse ao encontro de objetivos de seu maior projeto colonizatório, ou, então, criar uma indústria, com base numa estrita monocultura que, cedo ou tarde, agrediria, frontal e duramente, seus propósitos de fazer a colonização na Amazônia, buscando – como sempre foi seu intento – a agro-industrialização dos bens econômicos produzidos numa área de um então incipiente mercado de consumo e distanciado, centenas de quilômetros, dos grandes centros populacionais[512].

Todos os apelos, no entanto, não conduziram os agricultores locais em um envolvimento que pudesse garantir o fornecimento necessário de matéria-prima para por o projeto da Usina em andamento. Se Enio Pipino, de fato, possuía plenos poderes para por em prática suas lógicas de controle e imposição, o ambicioso projeto de produção de álcool não se tornou um capítulo da história de Sinop capaz de comprovar a fama – inclusive entre os pesquisadores acadêmicos – que adquiriu o colonizador.

Mesmo com as críticas, em estudos posteriores, indicando a exploração dos colonos por parte da cooperativa - que indiretamente os obrigaria a direcionar sua produção para atender a demanda da Usina, em um sistema de créditos e endividamentos que sujeitavam os colonos às operações predatórias da colonizadora[513] -, relatos, já do ano de 1984, demonstram que a SAQ não cativou os agricultores locais: *talvez os pequenos produtores tenham desconfiado da usina, talvez tenham encontrado outras lavouras mais compensadoras. De fato, não existem grandes plantações de mandioca nas terras de Sinop*[514]. Em uma década o projeto sucumbiu por completo[515], em um misto de

---

[512] Idem.
[513] Em 1983, concluía Oliveira: o desenvolvimento da SAQ não seria viabilizado sem a presença desses pequenos produtores, "seus operários sem salários e sem contrato de trabalho". A usina vai diretamente através do presidente do grupo, controlar e dirigir a produção e a circulação, pois que, nas condições monolíticas do capital atuando nos diversos setores e ramos da economia é que ele vai apropriar-se do sobre-trabalho dos pequenos produtores, assim, desviando os lucros e a renda fundiária para fora da agricultura, longe das mãos de quem efetivamente as produziu (Oliveira; 1983, 128)
[514] Aubertin, Bertone e Oliveira; 1984, 67.

problemas: com o financiamento da SUDAM, por conta da situação crítica causada pelas dívidas acumuladas pelo Grupo Sinop, com os problemas envolvendo a baixa produção e as dificuldades com o transporte e mão de obra, entre outros.

O empreendimento do álcool, para além de sua produção meramente material, por outro lado, demonstrava uma fina sintonia entre a colonizadora e o governo dos militares. Uma aliança entre o Estado e uma área elevada à categoria de *Prioridade A* pela burocracia e agências vinculadas ao PIN, comprovada pela efetiva participação dos técnicos e agrônomos da Embrapa. Essa aliança, contudo, fracassou em sua tentativa de produzir um combustível derivado da mandioca, a partir do momento em que o *terceiro eixo* da colonização, os migrantes, não encampou o projeto. Em 1997, o Grupo Sinop anunciou que estava negociando a reativação da usina de álcool, que ainda contava com manutenção periódica em seus equipamentos. Com a notícia, sobre uma outra tentativa que não obteve êxito, já era possível, inclusive, vislumbrar uma autocrítica sobre as experiências abortadas de produção de álcool a partir da mandioca: *a primeira tentativa foi utilizar a mandioca como matéria-prima. Com o custo do manejo relativamente alto, os produtores perderam o interesse no cultivo do produto. A falta de matéria-prima obrigou a empresa a paralisar suas atividades. Foram feitas várias tentativas no sentido de encontrar uma alternativa viável para que a empresa voltasse a funcionar, mas todas frustradas*[516].

4.3. A cidade e seus valores.

É importante ressaltar que os aspectos levantados no tópico anterior não representaram uma eliminação completa da agricultura como uma possibilidade para o desenvolvimento econômico de Sinop. Mas apontam, no entanto, para a sua gradual expansão, sem os sobressaltos antes esperados. Este caso, então, nos oferece uma demonstração dos limites encontrados pela Colonizadora em suas tentativas de guiar, controlar e impor determinadas lógicas produtivas aos colonos-agricultores. Ao mesmo tempo em que as experimentações, o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e a presença de técnicos e agrônomos das agências estatais, proporcionaram a construção

[515] Foram feitas duas tentativas frustradas de reativar a usina: em 1987, incorporando a utilização da batata doce e em 1989.
[516] Revista Nortão; 1997.

de um campo fértil para a agricultura que conhecemos hoje, este desenvolvimento obedeceu a uma lógica temporal que, não necessariamente, coincidiu com os desejos e os projetos do colonizador.

Para se ter uma ideia, em 1997, uma publicação da própria colonizadora lamentava o fato de que a agricultura era *quase inexistente, com apenas 30.400 hectares cultivados de grãos, entre soja, milho e arroz*[517]. Até pouco tempo atrás, segundo a revista, a economia local estava baseada nas indústrias madeireiras que abasteciam grande parte do Brasil. No final da década de 1990, afirmava-se à época, a agricultura seria uma área em expansão, principalmente por conta do auxílio de uma alta tecnologia importada da França[518].

Em 2002, uma outra publicação local, com claros interesses em divulgar o município, inclusive em língua inglesa, mencionou os dados da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Mato Grosso, de modo a demonstrar o crescimento paulatino da produção local, graças, novamente, *às pesquisas, aos avanços científicos e às novas técnicas testadas e geradas*[519]:

Área Plantada (em Hectares) / *Planted Area (in Ha)*

	97/98	98/99	99/2000	2000/01	2001/02*
Algodão / Cotton	450	1.500	2.000	3.500	3.500
Arroz / Raice	8.000	16.000	20.000	25.000	20.000
Milho / Corn Belt	2.500	2.000	2.000	1.500	2.000
Milho (safrinha) / Corn Belt (safrinha)	2.500	3.500	3.000	5.500	8.200
Soja / Soy Bean	11.000	12.000	15.000	20.000	30.000
Sorgo / Sorgum	-	-	-	500	500
Milheto / Maize	-	-	-	12.000	15.000

*Previsão para a safra 2002 / Prediction from 2002 crop

Fonte: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente X Eng. Agr. Roberto Knoll
Source: Agricultural and Environment Office / Eng. Agr. Roberto Knoll

Infografia: Joel Simioni

[520]

No início do século XXI, consequentemente, já era possível sustentar na imprensa local que a região de Sinop havia se tornado o *maior produtor de arroz de terras altas do país, chegando a 3.400 kg por hectare*. Este resultado, por outro lado, nos faz lembrar

[517] Revista Fatos e Imagens; 04, 1998 (publicação da Colonizadora Sinop em comemoração dos 23 anos de fundação da cidade e 18 anos de emancipação).
[518] Idem.
[519] Revista Especial Sinop – Campo fértil para investir; 22, 2002.
[520] Idem.

os primeiros experimentos no campo da agricultura durante o início da colonização: *além da quantidade, a qualidade é o referencial, uma vez que o arroz de Sinop é fruto da combinação de investimentos em tecnologia por parte do poder público, mas também da iniciativa privada*[521].

Em 2012, a cidade de Sinop receberia uma recompensa, pelas mãos do Governo Federal, agora ocupado pelo Partido dos Trabalhadores, por ter se tornado um dos primeiros campos de experimentações na modernização da agricultura em Mato Grosso: a partir daquele ano, a cidade sediaria o primeiro centro de pesquisas da Embrapa no estado. Esta seria a confirmação, mesmo que tardia, de que Sinop, desde os primórdios da colonização, teria trabalhado para se tornar em um dos centros de estudo para o desenvolvimento do agronegócio no cerrado mato-grossense.

Sendo assim, como afirmamos anteriormente, por mais que os planos idealizados por Enio Pipino para a esfera rural, como possibilidade de exercer um protagonismo econômico local e regional, tenham fracassado não se pode negar a importância daquele momento, dos anos de 1970 e 80, para o tipo de agricultura desenvolvido em Mato Grosso, ou seja, para uma produção que *nasceu moderna* – independentemente do fato de estarmos ou não de acordo com essa opção política, econômica e ambiental. Os erros na gênese desta história, no entanto, produziram consequências para o processo de formação de Sinop – e, também, das outras cidades que compõe a Gleba Celeste. Sendo assim, o ambiente urbano teria de assumir a missão de assegurar as bases econômicas para a sua consolidação, ao mesmo tempo em que estabeleceria outros modos de relacionamento entre *os três eixos da colonização*. Neste caso, as formas e tentativas para se impor condições e diretrizes na relação com os colonos, presentes no percurso de intervenções no mundo rural, de algum modo, seriam substituídas por uma participação mais "espontânea" de indivíduos que não ficariam restritos aos projetos imaginados pela Colonizadora para a agricultura.

Antes, no entanto, devemos mencionar um processo mais geral, não restrito ao caso de Sinop e região, que nos ajuda a compreender de que modo o processo de urbanização se tornou uma regra na expansão da fronteira brasileira no decorrer do século XX, ao se colocar em curso o processo de modernização da agricultura. O nascimento da

[521] Revista Notícia do Estado de Mato Grosso; 2003.

agricultura moderna, portanto, representaria, voluntária ou involuntariamente, a estaca final que instituiria a centralidade da cidade nos processos colonizadores. Esta questão não se restringiu ao norte de Mato Grosso. Ana Paula Cassago, ao analisar a década de 1960 na formação da cidade de Maringá, percebeu a relação entre modernização agrícola e a confirmação de uma *colonização urbanizadora*, cujo resultado se assemelha ao que ocorreu em Sinop e em outras formações no norte do estado: *na fase inicial da ocupação da região, a população rural superava a população urbana, mas, com o processo de modernização agrícola, houve uma transformação na distribuição espacial da população (...)*[522].

É preciso, então, ter em conta que a Gleba Celeste passou por um movimento semelhante: em 1974, segundo a Colonizadora Sinop, a área possuía uma *população de 3.500 habitantes, dos quais 1.300 [estavam] situados nas cidades de Vera, Santa Carmem e Sinop e 2.200 habitantes na zona rural*[523]. Em 1994, ano em que a cidade recebeu a visita do então candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, segundo a Prefeitura Municipal, a população urbana girava em torno de 60.000 pessoas, enquanto a área rural acumulava o número de 13.000 habitantes[524]. As mudanças, até os dias atuais, portanto, foram radicais. Ao analisar os dados do IBGE, como o Censo Demográfico de 2010, percebe-se que, ao mesmo tempo em que a população local cresceu rapidamente, ela se tornou majoritariamente urbana. Vejamos primeiro a evolução da população em Sinop segundo o IBGE[525], que possui divergências com os números oficiais do município apresentados em 1994:

Ano	Sinop	Mato Grosso	Brasil
1991	38.374	2.027.231	146.825.475
1996	53.959	2.208.665	156.032.944
2000	74.831	2.504.353	169.799.170

[522] Cassago; 2005, 113.
[523] Colonizadora Sinop – Um passo de conquista na Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste); tópico: As cidades da Celeste (1974). Em 1979, na quinta edição de um documento que possuía o mesmo nome, a Colonizadora afirmou que a área já era ocupada por um total de 36 mil pessoas.
[524] Estes dados foram divulgados por uma publicação da própria prefeitura, durante o mandato de Antonio Contini. Em relação à visita de FHC, uma de suas declarações na cidade pode ser interpretada como um exemplo de que Sinop se tornou uma unanimidade, sem interrupções, de Figueiredo a Lula, pelo menos: " em visita à cidade, o então candidato a presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou que vinha 'conhecer de perto os resultados da melhor reforma agrária que tivemos no Brasil. Sinop – Capital do Nortão; 1994 (Revista da prefeitura durante o mandato de Antonio Contini).
[525] Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

2007	105.762	2.854.642	183.987.291
2010	113.099	3.035.122	190.755.799

Em relação às diferenças do histórico da ocupação no meio rural e urbano do município de Sinop, o Censo Demográfico de 2010 identificou que entre os homens, 47.139 viviam na área urbana e, na área rural, 10.426. Entre as mulheres, 46.614 ocupavam a área urbana, enquanto que, 8.920, residiam no meio rural[526]. A superioridade da ocupação urbana, naturalmente, nos faz relembrar do clássico processo de industrialização pelo qual passaram as sociedades ocidentais e, consequentemente, possui paridade com o movimento urbanizador brasileiro, que se firmou, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, com o deslocamento de populações da região Nordeste para o Sudeste. Do ponto de vista dos casos de colonização que estamos a analisar nesta pesquisa, a lógica de ocupação dos espaços, que se confundiu com o processo de modernização no campo, não apenas conseguiu abafar o histórico projeto de reforma-agrária da esquerda nacional, como também se revelou como a única trajetória possível para a produção rural que se inseriu nos projetos de expansão territorial, tanto no norte de Mato Grosso quanto, anteriormente, no sertão paranaense.

Este processo modernizador, também conhecido por *revolução verde*, assim, acabou por conduzir muitos habitantes do meio rural para as novas configurações sociais urbanas – pequenos agricultores, arrendatários e trabalhadores rurais. Pesquisas sobre a formação do norte do Paraná, por outro lado, também chamaram a atenção para a amplitude desse movimento, pois o campo deixaria *de ser o lugar de moradia não só para aqueles grupos que dele foram excluídos, como também dos médios e grandes proprietários que passaram a morar na cidade. A propriedade agrícola passou a ser tratada como uma empresa, administrada da cidade (...)*[527].

Sinop, no entanto, foi demarcada por suas especificidades no início da colonização. Por conta de sua trajetória na questão rural, que tentamos demonstrar até aqui, a principal atividade econômica, que perdurou nessa condição até o início do século XXI, foi a

[526] Estes e outros dados podem ser averiguados na sinopse apresentada pelo IBGE: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510790&idtema=1&search=mato-grosso|sinop|censo-demografico-2010:-sinopse-. Acessado em 01/02/2015.

[527] Endilich; 2001, 04. Aqui, Ângela Maria Endilich está dialogando com Moro, que fez afirmações semelhantes em sua tese "Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no norte do Paraná". Cf. Moro; 1991, 340.

indústria madeireira que, ao lado dos setores de comércio e serviços, conseguiu garantir ao município seu acelerado crescimento. A figura que se afirma entre os migrantes, portanto, se destacando como *empreendedor*, nasce, principalmente, entre os donos de madeireiras e entre aqueles que se aventuraram no comércio local. Entre os primeiros, a relação com o campo se estabelece de forma distinta quando comparada com o agricultor tradicional: a sua atividade de extração, de fabricação de compensados, produção de materiais para a própria cidade, vendas e exportação, os aproximaria do mundo urbano, sendo este o lugar de reprodução de suas vidas e de suas famílias.

Este percurso, assim, consolidou a simbiose entre uma ideia encampada por parte dos migrantes, de que seriam indivíduos dotados de um *espírito empreendedor*, e o projeto da colonização, algo não interpretado pelos envolvidos como imposição. Isto nos leva a afirmar que este *espírito*, para o qual chamamos atenção no tópico 2.5 do capítulo 02 e no decorrer do capítulo 03, acabou por se constituir como uma base – para o bem e para o mal de quem se deslocou para a região – para a adaptação do migrante; como principal elemento de sustentação, então, do apoio e autorreconhecimento do *terceiro eixo* como parte do processo colonizador.

Entre os primeiros madeireiros, que começaram a se instalar na cidade a partir do ano de 1972, a grande maioria era originária do estado do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As primeiras empresas forneciam aos colonos o produto para as construções de casas, para a Colonizadora Sinop e ao 9° BEC, para a construção de pontes na BR-163. Posteriormente, entre 1978 e 1984, a região de Sinop chegou ao seu pico na extração de madeira, com 572 empresas. Neste período, a maioria das madeireiras que se instalaram no município não utilizava apenas uma extração rústica, atuando com uma tecnologia mais avançada e com outros objetivos em relação ao mercado, sobretudo, direcionando a produção para a exportação nacional e internacional, como no caso da Madenorte Agroindustrial[528]. O auge da extração persistiu nos anos de 1990.

Anteriormente, do ponto de vista do apoio das agências estatais, grande parte das madeireiras que se deslocaram para Sinop no decorrer da década de 1970 e meados de 1980, submetiam seus projetos de instalação à SUDAM para receber financiamentos do

[528] Os guardiões da floresta (SINDUSMAD): Oliveira, 2011, 40. O livro foi organizado e escrito pela jornalista Cristiane Oliveira.

Banco do Brasil: *pela riqueza da região em madeira, chegaram as madeireiras que vieram com incentivo do governo Federal para aproveitar os recursos, porque era preciso abrir a cidade*[529]. No livro produzido pela SINDUSMAD (Sindicato da Indústria Madeireira), "A saga dos guardiões da floresta", de 2011, Luis Erardi dos Santos afirmou: *o governo federal, inclusive, financiava a abertura. Era comum ver placas apontando para o fato de que a colonização era financiada pela SUDAM*[530].

No livro mencionado acima[531], ao mesmo tempo, é possível entrar em contato com o perfil dos primeiros madeireiros e de suas famílias em Sinop. Em um levantamento apenas dos empresários que chegaram à região durante as duas primeiras décadas de colonização – pois a parte do livro dedicada a Sinop se estende, em suas descrições, até meados da década de 1990 – é possível confirmar, em primeiro lugar, que os migrantes possuíam uma origem comum, portanto, de cidades do interior dos três estados da região Sul do país.

Neste caso, ao mesmo tempo em que podemos encontrar elementos que dialogam com a concepção de ética do trabalho sulista, apresentada na tese de Haesbaert, e com a

---

[529] Ibidem, 85.

[530] Idem. Existe uma dificuldade para obter os números à respeito dos financiamentos da SUDAM às madeireiras. A NOVA SUDAM, criada no governo Lula, não possui a documentação que, segundo a superintendência, encontra-se sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Em contato com o Ministério, recebi a resposta de que, mesmo com a Lei de Acesso à Informação, essas informações não estão disponíveis, estando classificadas como reservadas, segundo uma exceção possível na legislação.

[531] Entre os vários motivos que levaram a SINDUSMAD a publicar este livro, não se pode negar que entre eles figurava uma tentativa de melhorar a imagem da indústria madeireira, tanto pelas questões ambientais quanto pelas consequências que resultaram da operação Curupira da Polícia Federal no emblemático ano de 2005, durante o período em que Marina Silva foi ministra do Meio Ambiente. Em 2005, Operações como Terra Nostra, Curupira e Curupira II, Ouro Verde e Terra Limpa, demarcaram o fortalecimento da intervenção policial do Estado em áreas de "fronteira" do país. Para se ter uma ideia das operações da PF que atingiram a indústria madeireira de Sinop, podemos mencionar as descrições retiradas do próprio site da Polícia Federal (http://www.dpf.gov.br/agencia/estatisticas/2005): *Curupira* - A Operação Curupira deflagrada em 02 de junho desarticulou uma das maiores organizações criminosas do país, composta por madeireiros e despachantes especializados na extração e transporte ilegal de madeira mediante corrupção de servidores públicos do Ibama e da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema). De acordo com levantamentos de analistas ambientais do Ibama, a quadrilha teria transportado um volume de madeira avaliado em R$ 890 milhões; *Curupira II* - A Operação Curupira II foi desencadeada no dia 18 de agosto e foi resultado de investigações posteriores a primeira ação, ocorrida em 02 de junho. Foram presos membros de uma quadrilha composta por madeireiros, despachantes e contadores que se articulavam para corromper funcionários do IBAMA e, assim, obter vantagens indevidas no transporte de madeiras e na aprovação ilícita de planos de manejo florestal, chancelados pelo órgão com o objetivo de gerar créditos fictícios de madeira; *Ouro Verde* - A operação Ouro Verde foi deflagrada em 26 de outubro com o objetivo de desmontar uma quadrilha especializada na falsificação e distribuição de ATPFs. A ação foi um trabalho integrado da Polícia Federal, Ibama, Ministério da Justiça e do Meio Ambiente. 400 policiais cumpriram 78 mandados de busca e apreensão e 43 de prisão nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Rio Grande do Norte.

identificação entre pioneirismo e empreendedorismo, percebida por Betty Rocha, encontramos a presença de uma outra dimensão, da *resistência-superação*, capaz de alimentar e confirmar os dois elementos anteriores. Rocha, ao tratar da história dos parceleiros que conseguiram permanecer em Lucas do Rio Verde chegou a explorar o tema da persistência, o que nos ajudou a compreender a construção de uma rede de solidariedade que passou a se estabelecer entre os três primeiros movimentos migratórios. Aqui, por outro lado, a dimensão histórico-biográfica da *resistência-superação* adquire um sentido um pouco diferente, na medida em que nos auxilia a identificar os elos entre os migrantes, a colonizadora e o Estado que, entrelaçados, animam o sentido adquirido pela concepção de *missão civilizatória*.

Se nos debruçarmos, portanto, nos relatos dos pioneiros-madeireiros, mesmo correndo os riscos que povoam os jogos de (re)construção da memória, podemos perceber o modo como convergem os três elementos mencionados acima (autocompreensão de uma ética do trabalho sulista, a relação entre pioneirismo e empreendedorismo e a dimensão histórico-biográfica da *resistência-superação*).

Sendo assim, o madeireiro, e sua visão estratégica de empresário, carregaria também, com o deslocamento, o objetivo e a missão de *abridor de fronteiras: primeiro vinha a indústria madeireira, depois vinha estradas, escolas, igrejas, hospitais e o desenvolvimento (...)*[532]. A crença no protagonismo dos madeireiros, por outro lado, sustenta, em alguns depoimentos, uma relevância maior do que a da própria Colonizadora de Enio Pipino: *com relação ao setor de base florestal posso descrever que foi ele quem construiu Sinop. Se não fossem as indústrias madeireiras, os pecuaristas e os agricultores não teriam condições de construir suas fazendas (...)*[533].

O sentimento de orgulho, no entanto, é acompanhado por lembranças das dificuldades e do sofrimento, que acabam, por sua vez, por serem complementados pelo autoelogio da persistência. Assim, se a decisão de se deslocar é rememorada recebendo uma aura aventureira, (*com um jipe pouco confortável e suprimentos necessários, enfrentaram as péssimas e quase desertas estradas*[534]), a justificativa para a ação se sustenta no passado

[532] Declaração de Sergio Palmasola. A saga dos guardiães da floresta: Oliveira; 74, 2011.
[533] Relato de Terezinha Tomelin. Ibidem; 47.
[534] Relato de Maria Terezinha Trierweiler, esposa do primeiro madeireiro de Sinop, Lindolfo Trierweiler. Ibidem, 35.

(*com o espírito aventureiro, herdado de seus ancestrais que deixaram a Europa...*[535]) e nas redes que interligam a região de origem com o espaço a ser (re)territorializado, conforme nos ensinou Rogério Haesbaert: *se meus avós enfrentaram tantas dificuldades para imigrar, construindo no Sul onde tudo era selva, como não poderia eu, com muito mais recursos técnicos, não vir ajudar construir aqui?*[536].

Embora os recursos técnicos fossem superiores aos existentes *no tempo dos avós*, o deslocamento para o norte mato-grossense sofreria com limitações iniciais, como a falta de energia, de equipamentos, de experiência e recursos financeiros[537]. Neste caso, abre-se, entre os envolvidos, uma possibilidade de interpretar e enumerar os motivos que fizeram com que muitos ficassem pelo caminho. O enfrentamento das dificuldades, por sua vez, seria identificado como um misto que passaria pela resistência, sorte, condições econômicas, apoio das redes familiares e regionais e pela crença da recompensa no futuro: *os primeiros, com certeza, tiveram mais problemas por estarem descapitalizados, o que fez com que vendessem suas estruturas ou fracassassem. Ninguém imagina que isso ficaria do jeito que ficou. Tínhamos esperança, sabíamos que o futuro seria bom. Mas na velocidade como as coisas ocorreram não era de se esperar. As pessoas tinham vontade de trabalhar, uma juventude muito grande e a solidariedade naquela época era admirável*[538].

O caso das madeireiras, como demonstra o depoimento anterior, nos revelaria também que o tema da solidariedade, do modo como era então compreendido pelos migrantes e empresários, não pode ser descartado, como se fosse peça impossível de se encaixar na colonização empresarial autointeressada: *as empresas [madeireiras] evoluíram um grau de solidariedade incrível, entre os empresários do setor, havia muita troca de experiência do que deu certo ou não e o povo foi agregando esses conhecimentos, ganhando seu próprio destino*[539]. Obviamente, a possibilidade de se compartilhar

---

[535] Idem.
[536] Ibidem, 33.
[537] É possível encontrar em diversos depoimentos, este tipo de descrição: "quando chegamos não tinha nada aqui. O que precisávamos, comprávamos em Vera. As peças que eram necessárias para a madeireira, eram encomendadas de Maringá, porque nem em Cuiabá tinha os equipamentos (Declaração de Osmar Jordan. A saga dos guardiães da floresta: Oliveira; 39, 2011); "tínhamos apenas motores estacionários, mas estavam em constante manutenção, nos deixando rotineiramente sem luz (...) (Terezinha Tomelin. Ibidem, 47)"; "perdi bons negócios na época, mas fui adquirindo experiência e comecei a comprar produtos com preço mais alto, porém de melhor qualidade, o retorno foi maior" (Arcélio Kreibich. Ibidem, 61).
[538] Valdemar Bellicanta. Ibidem, 57.
[539] Idem.

sentimentos de solidariedade seria limitada pelos elementos que conformam a formação dessa nova configuração social: pela questão identitária (regional) e pela concepção de dedicação ao trabalho.

Por outro lado, talvez, seja possível afirmar que, aos olhos dos pioneiros-madeireiros, esta combinação – identidade e ética do trabalho – se tornaria uma explicação plausível para aqueles que conseguiram superar as suas limitações financeiras, recompensando-os após o processo de resistência na constituição do novo território – e não como promessa vazia do colonizador: *a situação lá [Paraná] não estava das melhores e como a minha família já trabalhava com madeira, resolvemos nos mudar. Quando chegamos, trabalhamos como funcionários em madeireiras e depois de cinco anos montamos a 'pica-pau' da família*[540].

As questões elencadas acima não representariam um completo distanciamento dos madeireiros em relação à Colonizadora, sem o estabelecimento de quaisquer vínculos e afinidades. Quando na publicação da SINDUSMAD, por exemplo, um dos primeiros madeireiros de Sinop trata do tema da destruição ambiental, não apenas faz uma defesa da empresa de Enio Pipino, mas também elege a expansão territorial por meio dos planejamentos de colonização como uma maneira de superar as dificuldades nacionais:

> Se fôssemos começar tudo de novo, penso que o que faria de diferente seria preservar a natureza. Hoje as pessoas entendem a importância de uma árvore. Na época não sabíamos, éramos inocentes na área. Creio que a forma como a colonizadora Sinop iniciou esta cidade foi correta, no entanto, com algumas ressalvas, entre elas, não deveriam ter vendido terrenos de beira de rio, mas creio que foi de forma inocente, pois na época, ninguém falava sobre a falta de água ou preservar. O importante era ocupar. Se não fosse a Colonizadora com as pessoas da época virem para abrir a Gleba Celeste e enfrentar as dificuldades de abrir o nortão, com o que o restante do país estaria se alimentando? Devemos analisar o quanto o país cresceu nesses 38 anos que estamos aqui. Teria condições de contar somente com a área que já estava aberta? Precisava ocupar, mas talvez de outra maneira[541].

Do ponto de vista pessoal e familiar, o projeto sinopense foi avaliado como o ideal para a indústria madeireira, pois, no contexto do cerrado do norte mato-grossense, forneceria uma estrutura adequada também para o círculo familiar dos empresários e de seus funcionários, de modo a atender aos desejos e necessidades dos migrantes no âmbito pessoal, além dos cálculos sobre as vantagens da cidade para os negócios[542]. Neste caso,

---

[540] Alfred Kirsch. Ibidem, 66.
[541] Osmar Jordan. Ibidem, 41.
[542] Algumas declarações ajudam a esclarecer que Sinop foi, dentre os vários motivos, uma escolha dos madeireiros por fornecer boas condições para o trabalho e para a vida cotidiana. Segundo, por exemplo, o

se estabeleceria quase que uma relação horizontal, de troca, entre empreendedores do setor e o projeto de Enio Pipino, pois, ao mesmo tempo em que a presença cada vez maior das madeireiras consolidava o projeto da Colonizadora, o sucesso da economia neste setor confirmaria o papel desempenhado por indivíduos que não ocupavam cargos nem na empresa Sinop, nem no Estado brasileiro: *os madeireiros acompanharam e ajudaram no crescimento das cidades*[543].

Neste processo, por outro lado, o Estado brasileiro assumiria uma outra fisionomia, distinta das tradicionais questões que envolvem os financiamentos destinados à Colonizadora, à produção rural e, inclusive, para a própria indústria madeireira. As instituições e agentes estatais também atuariam, ao mesmo tempo, como propagadores do chamado da expansão territorial e como apoiadores na construção da cidade; ações que resultariam no fortalecimento de relações simbólicas e afetivas entre os envolvidos. O primeiro caso, do chamado da expansão, revelaria o casamento entre um projeto estatal e indivíduos que, majoritariamente, viviam no Sul do país: *nós viemos para a região convidados pelo governo federal. Na época foi feito um programa pelo governo militar chamado "integrar para não entregar a Amazônia". Viemos com vontade de trabalhar*[544].

O segundo caso, por sua vez, compreende a presença de representantes de instituições estatais nas construções narrativas que tratam do caminho da *resitência-superação*. Nesta questão, amplia-se o escopo de análise, pois esta relação não se restringiu aos pioneiros-madeireiros. O tema da BR-163, por exemplo, nos ajuda a elucidar a força desses encontros e identificações durante o processo de colonização. Apesar de todas as dificuldades que a estrada impôs aos primeiros colonos e ao projeto da Colonizadora Sinop, o Batalhão responsável por sua construção, o 9° BEC, é relembrado como um fator positivo na memória local: *o que o BEC fez foi algo de inestimável para a comunidade amazônica. Hoje percebo a importância do trabalho desenvolvido pelo Exército na região e posso afirmar que tudo o que sou, hoje, devo ao 9° BEC. Não fosse*

---

depoimento de Evaldo Depiné, que se instalou primeiramente na cidade de Porto dos Gaúchos, "a cidade não tinha estrutura para a empresa que queríamos montar e minha esposa não aceitou ficar". Por isso, optou depois por Sinop em 1985 (Ibidem, 54). Oli Langer, por sua vez, relata os motivos que o levaram a escolher a cidade planejada pela empresa de Enio Pipino: "chegamos a Sinop no dia 15 de dezembro de 1984. Viemos para visitar familiares e conhecer a cidade e região. Escolhemos Sinop porque os filhos eram pequenos e precisavam estudar" (Ibidem, 71).

[543] Depoimento de José Carlos Hass. Ibidem, 58.

[544] Sérgio Palmasola. Ibidem, 75.

a presença do batalhão, a BR-163 teria caído no abandono[545] - afirmou um pioneiro em uma publicação comemorativa dos 40 anos de atuação deste Batalhão de Engenharia na região.

Nesta revista, ainda se encontram registradas afirmações semelhantes de outros pioneiros da cidade de Sinop[546]. Esta relação com o Exército e com o Batalhão de Engenharia, de gratidão pela ajuda nos momentos difíceis representa, para parte dos primeiros moradores da cidade de Sinop e de toda Gleba Celeste, um dos lugares centrais que tornaram possível o exercício completo do percurso que estamos tratando, aqui, como a dimensão da *resistência-superação* - sempre presente nos relatos dos pioneiros, como algo que lhes acompanhou durante a trajetória de deslocamento e ocupação da região norte de Mato Grosso.

A importância desta dimensão pode ser observada em relatos e depoimentos, como no registro de Antônio Benito Signor na mesma revista do 9° BEC: *chegar aqui não foi fácil. Muitos companheiros que viajavam comigo ficaram pela estrada. Vi também muitos colegas morrerem de malária. Para se ter uma ideia de como era precária a situação naquela época, quando estavam enterrando uma pessoa, apareciam mais duas ou três para serem enterradas na mesma sepultura. Aí tinham que aprofundar mais a cova*[547].

A conexão, portanto, entre os migrantes *vencedores* (ou "sobreviventes") e a instituição dos homens fardados se constituiria como um elemento central, não apenas no processo de ocupação em si, mas também na construção da história e da memória local; uma relação de gratidão, enfim, com o Exército brasileiro, que teria figurado como uma base de apoio durante os anos de *resistência-superação*. Este ponto não deve ser interpretado apenas como mero detalhe que ilustrou o percurso de expansão, mas, mais do que isso, está na gênese das forças que impulsionaram o processo colonizador.

Se sairmos, então, um pouco do universo que circunda a indústria madeireira, e observarmos o mundo urbano construído por moradores que lá chegaram entre os anos de 1970 e 1980, percebe-se uma semelhança e congruência com o que normalmente é

---

[545] Do Sonho à realidade – Publicação do 9° Batalhão de Engenharia de Construção; 2011, 22 e 23.
[546] Cf. paginas: 24 e 25, que relatam afirmações de mais cinco pioneiros, entre eles o primeiro prefeito, Oswaldo de Paula.
[547] Ibidem; 2011, 25.

dito pelos pioneiros-madeireiros. O caso do comércio local, que também possuiu centralidade no percurso de construção do espaço urbano, não apenas confirma as similaridades mencionadas, mas esclarece de que maneira se deu o entrelaçamento entre os objetivos da Colonizadora Sinop, em sua função de planejar e vender lotes de terras, e dos primeiros moradores que, em suas ações, iniciaram um processo que culminaria, posteriormente, na construção da ideia – sempre confirmada pelos dados econômicos - de que a cidade teria uma vocação para o comércio. A concretização da propensão ao comércio, algo que seria dotado de sentido por meio das ações dos novos moradores, resultaria, de modo semelhante ao que foi exposto acima, em uma autoafirmação do *espírito empreendedor*, aproximando, simbolicamente, aqueles que se dedicaram a esta atividade da figura do líder Enio Pipino.

A área urbana de Sinop foi projetada em três setores: comércio, indústria e residencial. Este último foi dividido em Setor Residencial Sul, Setor Residencial Norte e a Zona 02, que abrigou o Bairro Operário. O Setor Comercial foi planejado na região central da cidade, tendo como núcleo irradiador a avenida principal (Av. dos Mognos, posteriormente batizada de Av. Governador Júlio Campos), que na planta original situava-se exatamente no centro[548] (Anexo 4 e 5). Para povoar a área destinada à cidade, os primeiros compradores de lotes na zona rural recebiam da Colonizadora terrenos urbanos, inclusive no setor comercial, mas com a imposição de prazos para a construção de suas moradias[549].

O setor comercial rapidamente se tornou próspero e indicou um movimento que veio a ser comum entre os migrantes bem-sucedidos: a combinação de uma produção rural, ou na indústria madeireira, com negócios no centro urbano, ou com a especulação imobiliária e alugueis de imóveis[550]. O sucesso do setor de vendas e de serviços em Sinop derivou, também, da posição estratégica da cidade nesta região do estado de Mato Grosso, como lugar de passagem e onde se poderia encontrar produtos não existentes em outras cidades próximas.

---

[548] Um passo de conquista da Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste); 1974 (Material publicitário da Colonizadora Sinop).
[549] Aubertin; Bertone e Oliveira; 1984, 83.
[550] Ibidem, 72.

No caso, portanto, das atividades comerciais, Sinop ratificaria, posteriormente, em números, a sua qualidade de *maior polo comercial do norte de Mato Grosso*[551], como, por exemplo, afirmou o historiador e diretor do Museu Histórico da cidade, Luiz Erardi F. Santos, entre outros. Este dado corroboraria, assim, afirmações que classificam Sinop como a *cidade Shopping Center*, nomenclatura que mencionamos na introdução deste capítulo. Os números sobre o comércio local são, inclusive, incessantemente divulgados até os dias de hoje pela imprensa local e por publicações da Colonizadora Sinop[552], como um importante marcador do progresso da cidade e da região.

A vocação comercial da cidade, portanto, estaria inscrita na história de sua formação. Os dados contemporâneos mencionados no parágrafo acima, para o discurso e história local, apenas confirmariam, então, um empenho em torno de atividades iniciadas no ano de 1972: *os primeiros habitantes de Sinop vieram para se dedicar à agricultura e alguns, ao mesmo tempo, à atividade comercial*[553]. Neste caso, o planejamento e execução do projeto por parte da Colonizadora foi complementado e corroborado pela ação de homens migrantes e suas famílias no processo de urbanização da cidade. Esta história, conhecida e repetida em Sinop, faz com que a colonização empresarial se confunda com os primeiros passos e a trajetória de comerciantes locais:

Em 1972, o pioneiro Olímpio João Pissinati Guerra, instala a primeira máquina de arroz, nas margens da BR-163, no local onde mais tarde seria aberta a Rua Salvador, esquina com a Rua São Paulo, atual João Pedro Moreira de Carvalho, área industrial sul. Próximo ao local da primeira máquina de arroz de Sinop, a família Pissinati instala a primeira borracharia coberta de lona, e que tinha como borracheiro o pioneiro Antonio Sechi. No mesmo ano, o pioneiro Mauri Weirich, instala a primeira casa comercial de Sinop, armazém de secos e molhados, denominado Casa São Jorge, localizado na Av. dos Mognos, atual Gov. Júlio Campos, esquina com a rua das Primaveras. A partir daí, outras casas comerciais foram sendo instaladas na cidade: armazém de secos e molhados e distribuidora de gás de Augustinho Boing e Valentim Vandresen, na Av. dos Mognos, esquina com a rua dos Lírios; armazém de secos e molhados Santa Paula, de Osvaldo Paula, na Av. dos Mognos, esquina com a rua das Primaveras, atual loja Araguaia; farmácia Barão, de Paulo Machado da Costa, Av. dos Mognos, esquina com a rua das Primaveras, atual

[551] Santos; 2011, 91.

[552] Para se ter uma ideia, em uma publicação da Colonizadora Sinop, de 2007, os números do comércio varejista e atacadista foram divulgados com destaque, embora o protagonismo seja dedicado a agroindústria e exportação de madeira. Naquela época, segundo a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, a cidade comportava 2.744 empresas do comércio varejista e 356 empresas do comércio atacadista. Além das 4.541 empresas de prestação de serviços (Sinop Norte de Mato Grosso – Cidade-Polo. Material da Colonizadora Sinop; 2007). Nos dados divulgados pelo IBGE, apenas é possível ter acesso a números absolutos sobre as "empresas" instaladas na cidade. Neste caso, as informações são as seguintes: 3.168 empresas e 23.289 empregos, em 2006; 2.966 unidades e 24.743 pessoas ocupadas, em 2007; 3.145 empresas e 26.916 empregos, em 2008; 3.150 unidades e 28.057 pessoas empregadas em 2009; e, em 2010, 3.527 empresas e 30.796 empregos ocupados (Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas).

[553] Santos; 2011, 90.

livraria e papelaria Monalisa; Bar Pinguim, de Sebastião Sales Mendes, Av. dos Mognos, esquina com a rua dos Lírios, atual loja Pé Calçados; hotel Celeste, primeiro da cidade, de José Pareja, Av. dos Mognos esquina com Av. dos Jacarandás, onde atualmente funciona o Instituto de Línguas Wizard, defronte o Banco do Brasil; posto São Paulo, depois denominado Cacique, de Haroldo Ribeiro, na entrada da cidade, ao lado do atual prédio da revendedora de veículos Vianorte; posto Santo Antonio, de Aleixo Shenatto, também na entrada principal da cidade, no mesmo local onde hoje se encontra o posto Caiçara; casa de armarinhos Santa Catarina, de Lindolfo Trierwellier, na Av. dos Mognos; bar Santarém, de Benedito Andrade, Av. dos Mognos, esquina com a rua das Primaveras, hoje prédio da Drogaria Maria's. Neste bar funcionou por vários anos, até 1984, a primeira rodoviária de Sinop. Nesta época, o movimento maior do comércio ocorria nos finais de semana, quando os trabalhadores que estavam abrindo as estradas rurais, sítios e fazendas na região, vinham para a cidade fazer compras. Após a instalação das primeiras casas comerciais e a vinda constante de novos habitantes, a partir de 1974, outras atividades comerciais e prestadoras de serviço vão se instalando: oficina mecânica de Alcides Shimidel, Av. das Embaúbas, defronte atual Ginásio de Esportes Benedito Santiago; escritório contábil Sinópolis, de Massami Uriu, Av. das Embaúbas, esquina com a rua das Primaveras; padaria Nossa Senhora Aparecida, de Luiz da Silva Rosa, na rua das Primaveras, esquina com a rua das Castanheiras; lanchonete e panificadora Xingu, de Uilibaldo Vieira Gobbo, Av. dos Mognos; hotel Paraíso, inicialmente de José Pareja e logo depois adquirido pela família Nicolau Flessack, na rua das Primaveras, esquina com a rua das Nogueiras; armazém de secos e molhados de Aleixo Schenatto, Av. dos Mognos; foto Brasil, dos irmãos Luiz e José Vieira, na rua das Nogueiras, próximo ao atual prédio do Supermercado Machado; loja de moveis Brasília, Av. dos Mognos; Comercial Transamazônica, materiais de construção, de Gunter Neideck, Av. dos Jacarandás, esquina com a rua das Aroeiras; tipografia Pioneira, de Waldemar Brandão, rua das Nogueiras; cine-teatro Amazonas, de Ari Bianchi, Av. dos Mognos, onde hoje se encontra o estacionamento do Supermercado Machado; hospital celeste, de Adenir Alves Barbosa, Antonio Kato e Israel Mendonça, rua das Nogueiras; Barbearia Sinop, de Olimpio Dalastra, Av. dos Mognos, e outros. Estas são as raízes do maior polo comercial do norte de Mato Grosso que Sinop é hoje[554]

A origem do comércio local, assim, ao mesmo tempo em que intensificou os laços entre os migrantes e o projeto da Colonizadora Sinop, produziu uma caracterização dos pioneiros como portadores de atributos positivos: a "iniciativa empreendedora", "vontade de trabalhar" e "vencer na vida" – conforme o debate que apresentamos no capítulo anterior. Características estas que, segundo a construção histórica da *identidade sulista*, seriam mais facilmente encontradas e compartilhadas pelos migrantes da região Sul do Brasil.

As ações dos chamados pioneiros, a partir das experiências narradas e acontecimentos registrados, passam, então, a serem aglutinadas, de modo a retratar um conjunto uniforme de indivíduos e famílias. Madeireiros, comerciantes e alguns poucos agricultores resistentes, segundo a história local, compartilhariam os atributos mencionados, mas também os erros que resultariam, posteriormente, em ensaios de autocríticas a respeito do processo de colonização, como no caso da questão ambiental.

[554] Ibidem; 2011, 90-91

Assim como registramos na declaração de um madeireiro, não é raro encontrar, atualmente, relatos de pioneiros que se permitem fazer uma autocrítica sobre as primeiras intervenções no meio-ambiente local. Em uma entrevista no ano 2009, Ascânio Batista de Carvalho, irmão do sócio de Enio Pipino, João Pedro Moreira de Carvalho, lamentou as irresponsabilidades ambientais no período da colonização: *olhando para trás você pode até chorar pelas barbaridades que cometíamos*[555]. Mas, por outro lado, a degradação - geralmente descrita como resultado de uma ausência de conhecimento sobre a questão - é superada pela menção do sacrifício em nome de um bem maior e necessário, ou seja, a formação da cidade modelo no norte de Mato Grosso*: nossos pioneiros pagaram um alto preço na busca do sucesso desta cidade*[556].

O pioneiro, portanto, seria aquele que resiste, tanto em nome de seu empreendedorismo individualista, quanto do bem coletivo, que se traduz em uma certa concepção de urbanização e modernização. Por isso que, nos relatos de reconstrução da memória, sempre há referências à solidariedade, união e amizade, pois a necessidade de construção da cidade se confundiria com os objetivos imediatos do negócio particular. Na gênese de processos como o de Sinop, conforme o exemplo do comércio, o sucesso do estabelecimento individual dependeria da concretização de uma zona comercial no novo território ocupado.

Mas o pioneiro é aquele que se destaca em meio à multidão que se desloca para as regiões distantes. O ideário do pioneirismo, que vigora em lugares como Sinop, sempre faz referência aos homens e famílias que venceram, reservando o anonimato aos derrotados no processo de territorialização. Os pioneiros, portanto, que estão na base da formação do *povo ordeiro e trabalhador*[557], representam os que conseguem completar a trajetória da *resistência-superação*: *com o desespero de muitos e a perseverança da minoria, hoje Sinop venceu a mais difícil barreira de uma colonização*[558]. De tal modo, torna-se possível contar as histórias que confirmam o caminho difícil para se alcançar o sucesso, como no caso do garçom que se tornou um próspero empresário ou do primeiro

[555] Colonizadora Sinop; 12, 2009 (Material da Colonizadora Sinop).
[556] Afirmação de Ascânio Baptista de Carvalho. Revista: Em Sinop é possível ser feliz; 08, 2011 (Publicação da Igreja Batista Jardim Botânico).
[557] Declaração do pioneiro Ari Daher. Revista Eventos – Sinop 20 anos; 1994.
[558] Revista Estilo; 16, 1994 (este número da revista tratava, em sua matéria de capa, da visita de Itamar Franco para inaugurar o linha de energia).

comerciante da cidade que assumiria o papel de primeiro prefeito da cidade[559]. O migrante pioneiro, então, será sempre lembrado e chamado pelo seu nome e sobrenome[560].

Por outro lado, estes dados tornam-se munição nas mãos dos críticos que denunciam o caráter excludente da colonização: como se poderia falar de um projeto de sucesso se apenas a minoria sobreviveu? O ponto, no entanto, se quisermos compreender a construção e consolidação dos valores mais caros que são reproduzidos na cidade até os dias atuais, é que a formulação e permanência do ideal do pioneirismo apenas se fez dotado de sentido por meio do crescimento de Sinop e de sua população. Não existiria a categoria *pioneiro*, do modo como é propagada hoje, se a história fosse sobre o declínio e a derrota do planejamento urbano da Colonizadora. O pioneirismo em Sinop – ou em Lucas do Rio Verde -, portanto, é resultado de uma construção histórica que apenas pode se afirmar e vangloriar seus atributos se sustentando nos dados que confirmam o crescimento econômico e populacional da cidade.

O *ser pioneiro*, assim, é o exemplo. O enigma subsequente seria o de tentar entender de que modo deslocamentos populacionais posteriores aderiram ao ideário do pioneirismo.

---

[559] "Natural de Medianeira-PR, Jaime Luiz de Marque, 38 anos chegou em Sinop no dia 06 de julho de 1974. Trabalhou na Churrascaria Sinop e foi primeiro garçom da cidade. Atualmente é proprietário da empresa Copetral Tratores, fundada em 15 de abril" (Revista Fatos e Imagens; 08, 1997 – publicação da Colonizadora Sinop). "O primeiro comerciante de Sinop foi o Sr. Osvaldo de Paula, que adquiria os produtos de Cuiabá para serem comercializados em seu armazém. No início a Colonizadora Sinop cedia os caminhões para que os alimentos fossem transportados até a área que estava sendo aberta para a formação da futura maior cidade do norte mato-grossense. Osvaldo de Paula foi nomeado o primeiro prefeito de Sinop (Sinop em destaque – 34 anos de fundação; 13, 2008).

[560] Inúmeras publicações locais, inclusive da própria colonizadora, reproduzem os nomes daqueles que seriam os primeiros moradores da cidade. A lista mais completa que encontrei foi no livro do professor Luiz Erardi: "Nos anos de 1972-1973, começam a chegar as primeiras famílias pioneiras de Sinop, família Olímpio João Pissinati Guerra, junho de 1972, procedente da cidade de Paraná do Oeste; Stanislau Belgrovicz e Aristides Foganholi, que vieram junco com a família Pissinati; Mauri Weirich, Antonio Sechi, Braz Claro dos Anjos, Antonio Brioski, Arlindo Joanucci, Dirceu de Césaro, Osvaldo de Paula, Plínio Calegaro, Valentim Vandresen, David de Marchi, Osmar Jordan, Sebastião Sales Mendes, Lindolfo Trierweiller, José Pareja, Paulo Machado da Costa, José Montanher. Nos anos de 1974 a 1979, famílias Vicente Sales de Almeida, Alvides Schimidel, Benno Wuff Assburg, Uilibaldo Vieira Gobbo, Luiz da Silva Rosa, Valentim Dallastra, Valdir Tafarel, Bernardino Neves de Oliveira, Antonio Felizardo, Nelson Novais, Aleixo Schenatto, Roland Bonfigliolli, Arnildo Algayer, Manuel Nunes, Mario Alves Moura, Gumercindo Tomelin, Teresinha Tomelin, Inireu Martins, Israel Mendonça, Adenir Alves Barbosa, Antonio Kato, Geraldino Dal Maso, Afonso Celso Techima, Paulo Faganello, Alcides Faganello, Jaime Roveri, Valdemar Brandão, Aquilino Minetto, Jaime São José, José Inácio Enzweiler, Jacob Celestino Adams, Abel Dal Bosco, Brasiliano do Carmo de Jesus, Kaoru Yamazaki, Shigeru Nose, Nilton batista, João Fortunato de Oliveira, Paulo Cardoso de Andrade, Sebastião Brito de Souza, Benedito Andrade, João Pio Ferreira, Guinter Neideck, Anisio Valter Tenroller, Cladino Jaeger e outros. Nessa época, a chegada de novos moradores em Sinop, era motivo de alegria para os que aqui já estavam e que prestavam todo o tipo de ajuda aos recém chegados, criando-se assim fortes laços de amizade e afetividade entre as nossas famílias pioneiras" (Santos; 2011, 52).

Ou, então, em que momento, e em quais espaços, a reprodução contemporânea da vida na cidade confirma ou nega este ideal. Mas, se estamos tratando do início da colonização, o crítico deve ter em mente que a categoria em questão é uma construção posterior. Não existe um pioneiro que é pioneiro de algo que ainda não pode confirmar seu pioneirismo.

Neste caso, proponho um conceito que nos permita entender o envolvimento dos migrantes de Sinop durante as décadas de 1970 e 1980, que é mais inclusiva e anterior à *eleição* dos pioneiros, mas que fornece os atributos que caracterizam este ideário. De um modo geral, os indivíduos que migraram para Sinop e para a Gleba Celeste, lugar que pretendia reproduzir a colonização e urbanização do norte paranaense, respondiam a um chamado que prometia a propriedade privada, o ambiente pacífico e ordeiro, e a cidade moderna e planejada. Caberia aos migrantes travar em conjunto – e com a Colonizadora - a luta para a construção de um lugar que permitiria o exercício de seu empreendedorismo e a valorização da iniciativa privada. O pioneiro é aquele que permanece no local, que arrisca ou conta com a sorte, que possui maiores economias para os momentos difíceis ou que percebe a vantagem de vender seu lote rural e abrir um comércio na cidade. Mas a concepção de cidade a ser construída se situa em um lugar que é anterior, que apenas posteriormente sustenta o chamado *pioneirismo*.

Na introdução do capítulo 2, descrevemos as categorias da sociedade sinopense (disciplina, ordem, planejamento e retidão) que dialogam com as promessas da Colonizadora. Essas características, que se deslocam para uma região longínqua como Sinop, se formam e se afirmam sempre em oposição ao *outro* (o garimpeiro, o mato-grossense, os povos indígenas). *A boa sociedade*, conceito que carrega em si uma crítica, diz respeito ao modo como estas categorias se instalam nas margens da BR-163, acompanhando, obviamente, o sentido e o direcionamento dado pela Colonizadora – e seu colonizador – e pelo Estado, mas que é resultado de uma construção histórica, uma mentalidade que, no caso analisado aqui, se sustenta por meio da participação do *terceiro eixo da colonização*.

É *a boa sociedade*, pautada, sobretudo, na identidade sulista, que determina os atributos e características válidas para a vida na cidade; é ela quem fornece o receituário dos valores necessários para uma vida "decente" ou para se alcançar a vitória e o sucesso; é *a boa sociedade* que define os modos de exclusão e os parâmetros para a inclusão e

adaptação, inclusive do *outro*. Obviamente, *a boa sociedade* pode ser desconstruída, interpretada como cínica ou como sustentáculo de inúmeras formas de violência e de exploração. Pode-se, inclusive, identificar os efeitos colaterais de sua vigência, como a violência urbana e a situação precária de grupos subalternos, fenômenos que atuam hoje em Sinop. A questão, entretanto, é a de que os elementos que a conformam não nascem apenas do desejo do colonizador ou de decretos governamentais.

Sendo assim, na tentativa de formular melhor este conceito, no próximo tópico, tentaremos descrever algumas situações que permitem compreender de que modo a construção da *boa sociedade* deriva dos diálogos estabelecidos entre os *três eixos da colonização* no processo de urbanização. Neste tópico, apesar de termos mencionado as relações estabelecidas com agentes do Estado no percurso da *resistência-superação*, priorizamos os diálogos entre a Colonizadora e os migrantes, ou, em certa medida, a autonomia dos indivíduos no processo colonizador – neste último caso, sobretudo de madeireiros e comerciantes. A seguir, gostaríamos de explorar um pouco mais a participação do Estado brasileiro, por meio dos diálogos estabelecidos com a sociedade em construção, para assegurar a concretização de uma concepção de modernização que, em nossa perspectiva, é compartilhada, em alguma medida, pelos envolvidos no processo.

4.4. *A boa sociedade,* o Estado e o desejo por modernização.

Ao final do tópico anterior, apresentamos superficialmente um conceito que ainda merece uma explicação mais convincente. Agora, devemos explorar o modo como se expressa uma parte importante dos fenômenos que fornecem elementos para a consolidação da concepção de *boa sociedade*, antes de enfrentarmos uma análise crítica relevante, que se considera a detentora de uma politização necessária para o enfrentamento do tema da colonização. Sendo assim, ao explorarmos algumas relações entre o Estado brasileiro e o processo de urbanização de Sinop, tentaremos produzir uma compreensão ampliada do significado do conceito anteriormente mencionado.

Este alargamento pode ser averiguado ao abordarmos as relações estabelecidas entre o processo de colonização e o apoio concedido pelo Estado - para além dos

financiamentos e dos créditos -, que estão inscritas, portanto, em uma aproximação em torno de uma modernização não vinculada apenas à dimensão institucional ou à reprodução econômico-capitalista. Deste modo, o ponto aqui consiste na afirmação de que um outro tipo de junção, realizada no ambiente de construção da cidade, permite afirmar que *a boa sociedade* não representa apenas o *terceiro eixo da colonização*, mas também reflete um *desejo compartilhado pela modernização*.

Se, ao final do capítulo anterior, afirmamos que o ideal da modernização deveria ser compreendido a partir de suas relações e articulações com a história de grupos sociais, com suas visões e concepções de mundo, aqui, pretendemos demonstrar as formas possíveis que refletem esse compartilhamento com um pensamento que reside também na esfera estatal e no projeto da Colonizadora. De tal modo, talvez possamos dar um passo a mais em conclusões anteriores, ao incorporar, ao lado da questão da identidade regional, os diálogos que se estabelecem entre os *três eixos da colonização* no projeto, na vontade e no processo de urbanização.

Entre as inúmeras formas de apoio que o projeto sinopense recebeu de agentes e representantes do Estado para a consolidação de seu espaço urbano, podemos destacar aqueles que eram destinados, primeiro, a oferecer recursos logísticos; segundo, que demonstravam a aproximação simbólica e o reconhecimento estatal em torno dos valores que guiavam a instituição desta configuração social, algo que pode ser exemplificado pela presença em inaugurações e visitas de ministros e do presidente João Baptista Figueiredo; terceiro, e não menos importante, nas garantias efetivas para a realização da vontade local de transformar a construção da cidade em uma experiência modernizadora, permitindo, como no caso das telecomunicações, o contato com as regiões de origem dos migrantes e com os centros mais desenvolvidos do país. Estas manifestações de apoio, no entanto, não se realizam separadamente, sendo combinadas em cada um dos momentos iniciais da colonização. Sendo assim, a seguir, serão abordadas conjuntamente.

Ainda em setembro de 1974, foi realizada na cidade uma cerimônia de fundação oficial. Esta seria a primeira demonstração pública de aproximação do Estado com o projeto, por meio da participação do ministro do Interior à época, Mauricio Rangel Reis. Se, por um lado, o evento contava com um representante do Estado brasileiro, participando dos rituais de hasteamento da bandeira e acompanhando o desfile de alunos e professores

das escolas da Gleba Celeste, por outro lado, o bispo da Diocese de Diamantino, Dom Henrique Froelich realizaria a missa de fundação em uma capela improvisada pela Colonizadora. Posteriormente, Froelich se tornaria o primeiro bispo da Diocese de Sinop. A relação entre a igreja e o processo de colonização foi intensa[561]. Na ocasião, conta-nos as publicações locais, o ministro, os colonizadores e os moradores se encontrariam, após a benção do representante da igreja católica, em um almoço de confraternização.

Em junho de 1976, o governador Garcia Neto, assinou a Lei Estadual n° 3.754/76, que transformou Sinop em um distrito de Chapada dos Guimarães. Em dezembro de 1979, por meio da Lei Estadual n° 4.156/79, durante o mandato do governador Frederico Campos, Sinop obteve sua emancipação política ao ascender à categoria de município. Naquele momento, a cidade englobava também os territórios de Vera, Santa Carmem, Cláudia[562]. A Colonizadora, no entanto, continuou a administrar a cidade até março de 1981, quando Osvaldo de Paula, comerciante natural de Rolândia-PR, foi nomeado para exercer o cargo de prefeito da cidade até as eleições de 1982[563].

A proximidade entre Osvaldo de Paula e Enio Pipino se refletiria nas atividades de um município administrado pela parceria entre a Prefeitura e a Colonizadora Sinop – algo que ocorreria, também, no mandato subsequente de Geraldino Dal Maso (1983-1988), do antigo PDS (Partido Democrático Social). Não foi encontrado, nas pesquisas realizadas para este trabalho, nenhum registro de tentativas de afastar a Colonizadora dos negócios públicos da cidade após a emancipação. Pode-se dizer que este foi um processo gradual e, mesmo se ficássemos apenas com um ponto de vista estratégico, interessante para as lideranças políticas que nasceram na localidade.

Retornando ao tema da presença de agentes e representantes do governo militar, ainda durante toda a década de 1970, as visitas oficiais se repetiram. Entre outras coisas, estes eram momentos nos quais a Colonizadora e os primeiros moradores poderiam mostrar

---

[561] Um exemplo dessa relação se encontra no campo educacional. Em 1976, foi criada a primeira escola oficial de Sinop, batizada com o nome da esposa de Enio Pipino, "Nilza de Oliveira Pipino". A direção da escola, no entanto, seria assumida pela irmã Editha e pela irmã Lídia (Santos; 2011, 127).

[562] Santos, 2011, 79. Vera se tornou um município autônomo em 1986; Santa Carmem, em 1991; Cláudia, em 1989.

[563] Cronologicamente, a cidade de Sinop foi governada, depois de Osvaldo de Paula, pelos seguintes homens: Geraldino Dal Maso, PDS (1983-1988); Adenir Alves Barbosa (1989-1992); Antônio Contini (1993-1996); Adenir Alves Barbosa (1997-2000); Nilson Leitão (2001-2004 e 2005-2008); Juarez Costa (2009-2012 e 2013-atual).

as benfeitorias na região e negociar apoios e serviços. Em 1975, Sinop recebeu o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, o que resultou na entrega do armazém da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos)[564], para garantir o fornecimento de alimentos, utensílios e produtos com preços acessíveis – neste período ainda havia a dificuldade de deslocamento para a capital do estado por meio de uma rodovia não asfaltada, principalmente, na estação de chuva. Cabe mencionar também que, nos primeiros anos da colonização, o governo militar instalou um posto da SUCAM (Superintendência de Combate à Malaria) na cidade, pois a região era muito atingida pela doença que ainda é comum no espaço amazônico.

No início dos anos de 1980, a relação entre o processo de territorialização da Gleba Celeste, principalmente de Sinop, com os representantes do Estado, iria percorrer outros caminhos, sobretudo por conta do envolvimento do presidente militar à época, João Baptista Figueiredo. Neste caso, a intensificação das relações implicou em introduzir elementos que fizeram, rapidamente, coincidir o processo de formação da cidade com uma urbanização modernizadora.

Em 1980, no dia 3 de julho, o município recebeu uma visita oficial de Figueiredo. Um dos objetivos principais do então presidente militar era o de conhecer a Sinop Agroquímica e o projeto da Usina de Álcool. Em meio aos preparativos para receber João Baptista Figueiredo, Enio Pepino escreveu ao jornal O Sinopeano, com o intuito de demonstrar que a viagem do alto escalão governamental para o norte mato-grossense não era uma manifestação isolada de apoio:

É preciso salientar que o Governo Federal tem revelado um sentido de presença, no norte do Mato Grosso, que não poderíamos, jamais, deixar de referir de maneira enfática. O ilustre Sr. ministro Mario Andreazza, do Interior, que nos tem recebido tantas vezes, tem-nos estimulado nestes nossos trabalhos que ele caracteriza como "berço das investidas de ocupação ordenada da Amazônia". Quero dizer, igualmente, que o Sr. ministro Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, da alta visão com que conduz essa pasta ministerial, já decidiu a autorização para a construção de um novo e definitivo campo de aviação, na cidade de Sinop, que terá pista asfaltada de 2.100 metros. Será nesta parte da Amazônia, a única alternativa para a aviação comercial, em qualquer emergência, o que não existia, mas cuja lacuna será sanada com essa providência do ministro Délio Jardim de Mattos. Desejo dizer apenas para ilustrar, que a presença do poder público federal nos tem sido muito estimuladora. Para exemplificar basta a menção do fato de que, no dia três de julho, quando da visita do Sr. presidente João Figueiredo à

[564] A COBAL foi instituída em 1962, no governo de João Goulart com o objetivo de "participar diretamente da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo Governo, relativamente à comercialização dos gêneros alimentícios, essenciais ou em carência, e agir como elemento regulador do mercado ou para servir, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais privadas, em regime competitivo".

cidade Sinop, estaremos inaugurando, com a presença do Dr. Gil Macieira, presidente da Caixa Econômica Federal, uma dependência dessa instituição, que virá atender à crescente população brasileira que vem afluindo para esta região[565].

O ministro da Aeronáutica, mencionado por Enio Pipino, portanto, respondeu pessoalmente pela construção do aeroporto na cidade de Sinop. Em outra visita à região em 1982, o brigadeiro Délio Jardim de Mattos acompanharia os estudos da obra que ficaria a uma distância de apenas seis quilômetros do centro urbano. Na ocasião, Mattos ainda expôs a justificativa sobre a prioridade concedida ao projeto: *devido à sua relevância no processo de ocupação do norte mato-grossense, Sinop se enquadra no primeiro nível de prioridade*[566].

Após a visita em julho de 1980, antes de deixar Sinop, Figueiredo e sua comitiva teriam se deparado com um pedido local, realizado por um grupo de mulheres *representando a comunidade*[567], para que a cidade recebesse uma rede telefônica. Segundo publicações locais, como resultado da visita e do apelo das mulheres da nascente sociedade sinopense, seis meses depois, a EMBRATEL (Empresa Brasileira de Comunicações) instalou a primeira rede e central telefônica na cidade. Em meados de 1981, foram inauguradas a Radio e a TV Nacional, com a presença do ministro das Comunicações Haroldo Correia de Mattos. A rádio e a TV retransmitiam a programação veiculada em Brasília (Rádio e TV Nacional), com a inserção gradual de programas locais, até a privatização em 1988[568].

Em agosto de 1983, ao proferir sua segunda palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra na capital Cuiabá, Enio Pipino mencionou a importância desse processo de incremento das telecomunicações em Sinop:

Em 1980, S. Excelência o senhor presidente João Figueiredo, acompanhado por ministros de Estado, visitou a área, a partir do que passamos a contar com um sistema de comunicações, vale dizer, telefone urbano e serviço de DDD, além da instalação de uma Rádio FM e Televisão. A população local, que recebia a mensagem de emissoras da Venezuela, Holanda, Estados Unidos, Cuba, Argentina e, precariamente, de uma rádio de Goiânia, passou a receber informações brasileiras que, agora, foram ampliadas através da inauguração da Rádio Celeste LTDA. em AM, com informes da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) e da Agência Estado[569].

---

[565] Jornal O Sinopeano; julho de 1980.
[566] Jornal O Sinopeano; outubro de 1982.
[567] Santos; 2011, 147.
[568] Ibidem, 147-150.
[569] Jornal O Sinopeano; agosto de 1983.

Em meados de 1981, portanto, a cidade se conectava com o restante do país por meio da rede nacional de telecomunicações. Este fato impulsionaria o processo colonizador e sua integração, não com um mundo novo, desconhecido, mas com as regiões de origem (como no caso da rede telefônica) e com um ideal de progresso compartilhado pela ocupação do norte mato-grossense com as regiões mais desenvolvidas do país. O desenvolvimento do espaço urbano - de seu comércio e indústria madeireira - seria assim impulsionado pela possibilidade de se estabelecer redes comunicativas com as outras regiões, complementando um processo iniciado pelos Correios, que instalou em Sinop, a pedido da Colonizadora, um posto em setembro de 1974.

Se buscarmos, assim, a gênese do orgulho da *cidade veloz*, encontramos a centralidade dos mecanismos das telecomunicações, instalados em menos de uma década do início do processo de colonização. O diferencial em relação às análises tradicionais, que muitas vezes não problematizam a questão, tratando-a como corriqueira, é a consideração, nesta pesquisa, de que se deve entender que estes elementos resultariam de um desejo e de uma necessidade compartilhada; de uma concepção sobre quais seriam as formas primordiais de reprodução da vida – econômica, social e culturalmente[570]. Os símbolos da modernização não representam um problema, ou um entrave para uma vida digna, mas, ao contrário, comprovariam que o sentido percorrido, no deslocamento, poderia alcançar o resultado que se esperava dele: *Sinop sempre foi muito precoce. Conseguimos assistir TV por satélite muito antes que várias outras cidades já formadas. Nas várias vindas do presidente João Baptista Figueiredo, organizamos os homens para pedir estradas e infraestrutura, e as mulheres para pedir*

[570] Neste caso, poderia traçar um paralelo com uma experiência pessoal que ajudaria na compreensão do argumento. Em 1992, me mudei com os meus pais de São Paulo para Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Em 1994, nos transferimos para Cuiabá. Ainda naquele momento, a capital do estado de Mato Grosso recebia muitos migrantes paulistas e sulistas. Entre estes, era muito comum as avaliações e comparações que sempre culminavam em afirmações que definiam a cidade como atrasada. Entre os símbolos principais que confirmariam o atraso cuiabano estava a suposta preguiça da população local, que não possuiria ambição para os negócios, o fato de a cidade possuir apenas um shopping center e, curiosamente, a ausência na cidade de uma lanchonete da rede *McDonald's*. Entre crianças e adolescentes, filhos dos migrantes do Sul e do Sudeste, era muito comum, quando viajavam para as grandes cidades, trazer em seu retorno copos e embalagens do *fast food* de origem norte-americana, como se fosse um souvenir do mundo civilizado e modernizado. Não me lembro exatamente a data, mas após alguns anos, para alegria de paulistas e sulistas, foi inaugurada uma unidade do *McDonald's* no shopping Goiabeiras. Os novos moradores de Cuiabá, no entanto, reclamavam que não era a mesma coisa. Como os funcionários eram cuiabanos, afirmavam que estes eram incapazes de reproduzir a velocidade e o modo de se fazer os lanches.

concessão de rádio e TV e telefone. Ganhamos o último grampo disponível do satélite na época. Aqui tínhamos Rádio Brás[571].

Ao lado dos elementos mencionados acima, e dos apoios representados na atuação de ministros de Estado, a Colonizadora Sinop foi bem-sucedida na aproximação com a elite política local, criando, assim, uma outra ponte relevante, encabeçada, por exemplo, pelo ex-ministro, economista e mato-grossense Roberto Campos. Desde o início de seu mandato como senador, Campos foi um grande entusiasta do projeto de Sinop e um dos principais articuladores entre o norte de Mato Grosso e o cenário da elite política nacional. No jornal O Sinopeano, de agosto de 1983, um registro ilustra a atuação de Campos em favor do asfaltamento da BR-163 que beneficiaria o planejamento sulista em seu estado natal:

> Ao lado de Enio Pipino, acompanhei vários lances de bastidor da ação do atual senador Roberto Campos e senti o peso enorme de seu largo prestígio nacional e internacional, que ele jogou a favor da realização desse asfaltamento. Os contatos que teve com ministros de Estado, com figuras internacionais ligadas ao Banco Mundial em Washington jamais aparecerão por inteiro. Mas, ele fez um trabalho de "formiguinha", somando aqui, multiplicando ali, pondo o peso de seu nome para que as coisas tivessem, "lá em cima", um desfecho positivo[572].

O asfaltamento da rodovia, que teria contado com o precioso lobby de Roberto Campos, seria inaugurado, em dezembro de 1984, pelo presidente Figueiredo, em sua segunda visita a Sinop[573]. Certamente, comparado com os eventos anteriores envolvendo personalidades públicas, o retorno de Figueiredo foi aquele que deixou marcas mais profundas, sendo interpretado localmente como um momento histórico. No jornal da Colonizadora, publicado logo após as cerimônias, menciona-se a emoção de Figueiredo após uma homenagem e um pedido, para a abertura de um campus da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) na cidade, *afim de que a juventude da região não precisasse deslocar-se para Cuiabá para completar sua formação (...). O presidente chorou emocionadíssimo com o gesto de carinho das mulheres que, também, lhe agradeciam por ter atendido um pedido anterior formulado quando de sua visita, no*

---

[571] Revista da Colonizadora Sinop; dezembro de 2009.
[572] Jornal O Sinopeano; agosto de 1983.
[573] A comitiva que acompanhou Figueiredo foi a seguinte: "estavam presentes os ministros de Estado Rubem Ludwig, da Casa Militar; Mario Andreazza, do Interior; Cloraldino Severo, dos Transportes; Délio jardim de Mattos, da Aeronáutica; Octávio Medeiros, do SNI e outras personalidades do governo Figueiredo (Jornal O Sinopeano; dezembro de 1984).

dia três de julho de 1980, em termos de implantação de moderno sistema de telefonia, radio e televisão[574].

Este novo pedido, no entanto, não seria realizado pelo último presidente da Ditadura Militar, que deixou o cargo em 1985, em meio ao processo de democratização do país. O campus da UFMT em Sinop foi instalado apenas em 1990, iniciando um processo que culminaria, em uma outra face do desenvolvimento atual da cidade, na formação de um centro universitário na região, composto também por uma unidade da UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso) e por faculdades particulares. Mas, provavelmente, Figueiredo nunca perdeu o prestígio conquistado no norte mato-grossense e, até hoje, empresta seu nome ao aeroporto da cidade. Apesar da romantização do jornal da Colonizadora, que transformou o registro da visita de Figueiredo em um apelativo relato repleto de emoções, a segunda viagem do representante do governo militar ainda deixaria um interessante registro de sua identificação com o projeto em curso:

> Não estava previsto discurso do chefe da nação, em Sinop. Sob forte emoção, todavia, o presidente Figueiredo usou da palavra para sublinhar seus propósitos de voltar a ser um cidadão comum, após o término de seu mandato. Fazendo um preito à coragem, ao espírito do pioneirismo e à capacidade de trabalho da gente desse ponto da Amazônia, o presidente ressaltou o prazer com que voltava à Sinop, para consignar que gostaria, nos próximos anos, de regressar à região, para ver as conquistas consolidadas e a expansão crescente do desenvolvimento que se constituem na grande marca do progresso desta parte do norte de Mato Grosso. E houve, então, uma declaração formal e enfática, ao dizer que todos os sacrifícios por que passou na presidência eram, perfeitamente, compensados, diante do que estava vendo em coragem realizadora dos brasileiros fixados nesta área da Amazônia[575].

Todos estes eventos e obras realizadas em Sinop ressaltariam a aliança entre a empresa colonizadora e a geopolítica estatal de ocupação do espaço amazônico. Na interpretação já mencionada de João Mariano de Oliveira, inclusive, essas relações conduziriam Sinop para uma urbanização mais intensa, desvirtuando uma ideia que teria sido projetada no interior do INCRA. Realmente, a proximidade e a identificação entre João Baptista Figueiredo e o projeto de Enio Pipino sempre foi algo ressaltado por moradores e pela história local[576]. Sendo assim, as intervenções estatais sempre são descritas pelos locais como obra da proximidade de Enio Pipino com os militares e burocratas do

---

[574] Jornal O Sinopeano; dezembro de 1984.
[575] Idem.
[576] Durante o mandato de Figueiredo, Enio Pipino ainda participaria de algumas viagens internacionais ao lado do presidente e de outros empresários brasileiros.

governo; por conta de seu bom relacionamento e sua amizade, especialmente, com Figueiredo.

Inegavelmente, o líder da colonização possuía uma interessante inserção nos governos militares. Seus contatos, viagens e visitas aos órgãos do governo militar eram constantes. Essa relação estabeleceu uma aproximação simbólica e pragmática entre a Colonizadora e o Estado. Neste caso, poderíamos afirmar que, não apenas o Estado passou a se reconhecer no empreendimento da Colonizadora, mas o Grupo Sinop, e seu líder, também se reconheceriam no Estado, harmonizando o espírito do negócio e da política, em um projeto nacional. Em um outro trecho de uma passagem citada acima, publicada pelo jornal O Sinopeano, Enio Pipino, ao comentar a visita que Figueiredo iria fazer à Sinop, declarou aquilo que poderia representar esta forma de reconhecimento mútuo: *(...) o chefe da nação encontrará, aqui, uma fronteira viva de pioneirismo, de um Brasil que está realizando, no anonimato de uma gente de heroísmo, uma das grandes metas de propósitos nacionais, no sentido da ocupação pacífica e ordeira da Amazônia*[577].

Seria incompleto, no entanto, na perspectiva que guia este trabalho, reduzir a compreensão do processo de urbanização à aliança mencionada acima. Se assim o fosse, deveríamos ignorar o desejo por modernização que acompanhou os deslocamentos populacionais, como no caso do incremento das telecomunicações, base importante do desenvolvimento socioeconômico local. Isto não significaria suprimir por completo as relações de poder no âmbito da colonização. Obviamente, estamos diante de um processo de urbanização no qual o sentido e a direção da territorialização foram determinados pela Colonizadora e pelas instituições estatais, e não por indivíduos e famílias comuns. Estes seguem a determinação e as oportunidades abertas pelo planejamento e pela ação do *pensamento* estatal. No caso mencionado, das telecomunicações, a sua realização dependeu, inclusive, de prerrogativas do poder Federal. Por outro lado, como vimos no tema do desenvolvimento do comércio, o seu percurso de sucesso resultou das ações e intervenções de *homens comuns*. Talvez, se possa afirmar que a união entre essas duas coisas reside na vontade e no desejo *compartilhado pela modernização*. Este seria o lugar do reconhecimento, por parte do *terceiro eixo*, do processo de colonização. E é este o ponto intocável, inquestionável e

[577] Jornal O Sinopeano; julho de 1980.

irrefutável - mesmo para aqueles que fracassaram na tentativa de buscar a ascensão social e a riqueza em Sinop –, e que reside no cerne da concepção de *boa sociedade*, formada tanto pela experiência de vida nas regiões de origem, quanto pelo diálogo com os entes detentores do poder político e empresarial.

Compartilhar o desejo pela modernização, aqui, significa que há uma construção de diálogos estabelecidos, entre os *três eixos da colonização*, pautado, em primeiro lugar, em um acordo a respeito da validade dos pressupostos e diretrizes que descrevemos, no início, como resultado da mentalidade da Colonizadora, seja ela a CTNP/CMNP ou a Sinop. Mas, no percurso da história da colonização, percebe-se, como relatamos a pouco, que o ambiente pacífico e ordeiro, a defesa do direito de propriedade, uma concepção específica de dedicação ao trabalho e o elogio à iniciativa privada, seriam interpretados como elementos instituidores da cidade planejada e modernizada. São essas características que formariam, portanto, os valores últimos da *boa sociedade*, que se assentou, com toda a sua força e violência, no norte de Mato Grosso a partir dos anos de 1970.

O desenvolvimento do conceito de *boa sociedade*, por outro lado, apresenta questões problemáticas a serem enfrentadas, que decorreriam do perigo de se entregar e aceitar a *história oficial*. Este tipo de acusação geralmente é direcionada àqueles que, segundo uma interpretação crítica, assumem sempre um tom elogioso ao descrever as ações de colonizadoras e seus colonizadores. Neste caso, alguns especialistas (vinculados, principalmente, a interpretação hegemônica da colonização), ao denunciar a construção arbitrária de um discurso, produzirão um exercício de desconstrução da *história oficial*, que seria, por sua vez, tão somente um produto da criação e invenção do *mito da colonizadora* ou do *mito do progresso*.

4.5. A história oficial e seus críticos.

Como mencionamos anteriormente, os argumentos expostos no decorrer deste capítulo ainda precisam enfrentar uma importante crítica, que resulta de um dos principais desdobramentos em torno da interpretação hegemônica da colonização. Os elementos apresentados nos dois tópicos anteriores, como se sabe, foram, sobretudo, retirados de

publicações locais e do jornal da Colonizadora. A reconstrução da história da colonização apresentada aqui, portanto, dialoga, em diversos momentos, com uma série de eventos que são, até os dias atuais, repetidos constantemente em Sinop, como se fossem retalhos que, reunidos, formariam uma versão oficial da história local. Sendo assim, o livro que citamos diversas vezes, do professor Luiz Erardi dos Santos, é a obra que produz a organização e junção desta *história oficial*, inclusive, mencionando em seu início os grupos indígenas que ocupavam a região e os problemas enfrentados no campo da agricultura.

Mas, o que estamos chamando de *história oficial*, carrega em si a necessidade de fechamentos e exclusões, aos moldes das construções histórico-oficiais sobre a formação das nações, que ignorariam propositalmente a violência e dizimação de outros grupos no interior de um território nacional. Ou, então, que seriam denunciadas por seu caráter artificial, sendo resultado de imposições culturais por meio das instituições estatais ou como resultado de projetos elitistas. De modo análogo, então, a *história oficial* de Sinop, poderia ser criticada e denunciada por conta de seu conteúdo artificial ou, pelo menos, incompleto, que excluiria alguns grupos, como no caso de trabalhadores negros, povos indígenas, posseiros mato-grossenses tradicionais e etc. Não por acaso, para ficarmos em um exemplo, certa vez fui alertado para o fato de que não encontraria nos materiais disponíveis da história local, os nomes de trabalhadores negros da Colonizadora que estavam entre os primeiros 400 homens que abriram o terreno para a construção da cidade ou que atuaram na Usina de produção de álcool de mandioca.

A crítica que acompanha de perto o que nós denominamos de interpretação hegemônica, embora denuncie a questão da exclusão e violência sobre outros grupos no processo de colonização, concentra-se, principalmente, no tema da artificialidade. Sendo assim, a *história oficial* venderia uma imagem falsa, baseada numa ideia de progresso que, na verdade, seria inalcançável. Desta crítica, nem o revisionismo tímido, operado por Luiz Erardi dos Santos, poderia escapar. De tal modo, a artificialidade da *história oficial* é identificada como a construção de um mito que esconderia as verdadeiras intenções e fatos envolvendo os colonizadores e suas empresas. A reprodução deste mito, ao longo do tempo, responderia ao objetivo de reiterar a crença e a legitimidade na concepção de colonização que se sagrou vitoriosa no Brasil.

Este argumento crítico não nasce com as análises sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso. Poderíamos, inclusive, neste caso, encontrar um dos pontos de contato entre interpretações sobre a colonização paranaense e aquelas que se dedicaram a estudar os processos que ocorreram no Brasil após o golpe de Estado de 1964. Este exemplo de fio condutor é apenas uma das várias possibilidades que conectam as abordagens da história, da geografia e da sociologia brasileira no tema da expansão territorial.

Nelson Tomazi, por exemplo, ao analisar os discursos presentes em publicações e documentos da paranaense CTNP/CMNP, construiu o argumento crítico que equiparou a história contada pela Companhia a um processo de formação de um discurso mítico, no caso, o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná[578]. A construção desse mito, operada pelos líderes ingleses e, depois, brasileiros, da colonização, teria o objetivo deliberado e consciente de *internalizar valores e atitudes que visam, no limite, dar base e sustentação para a manutenção de uma determinada estrutura social desigual e de uma estratégia de poder sempre referida ao passado*[579].

Assim, ao pesquisar os documentos da Companhia de Terras Norte do Paraná e os discursos proferidos pela própria colonizadora, buscou desconstruir aquilo que em seu conjunto expressava *o que a Companhia quis fixar na mente das pessoas sobre os seus objetivos e sua ação de 1925 a 1975*[580]. Este conjunto, por sua vez, poderia ser traduzido nas diretrizes da Companhia que apresentamos no tópico 4.1: o ambiente pacífico, direito de propriedade, o bom colono, livre iniciativa e a certeza de lucro. Além, é claro, de pontos fundamentais que seriam transmitidos com o passar do tempo: *aí estarão presentes as ideias da ação civilizatória e progressista da burguesia, do espírito público da empresa privada que sempre visa o bem coletivo, bem como a ação empreendedora de determinados personagens, que por suas características pessoais conseguem abrir novos caminhos para os outros que vierem depois, além de colocar a sua ação como um exemplo a ser seguido*[581].

---

[578] A afirmação consta logo no subtítulo de sua dissertação: Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná (Tomazi; 1989).
[579] Tomazi; 1989, 08.
[580] Ibidem, 10.
[581] Ibidem, 6.

Pelas mãos, portanto, da Companhia colonizadora, o discurso mítico seria elevado à categoria de instrumento de formação de uma memória coletiva, obtendo sucesso, posteriormente, no objetivo de operar como um mecanismo de dominação e poder. Diante desse diagnóstico, segundo Tomazi, caberia ao pesquisador recorrer a um exercício de desconstrução, ora trazendo eventos e discursos ocultos, como no caso de mencionar os grupos indígenas que ocupavam anteriormente a região[582], ora apresentando aqueles que seriam os *verdadeiros* objetivos da Companhia e dos colonizadores.

No segundo caso, o verdadeiro e principal objetivo estaria inscrito na ideia de lucro, dos homens de negócios, que seria responsável por orientar toda a ação da Companhia. Este seria o *caráter real da ação dos homens*[583], escamoteada pela difusão do mito da missão civilizatória. A desconstrução de Nelson Tomazi, portanto, se assenta na dicotomia entre uma *dimensão real da ação*, que visa tão somente atender a interesses imediatos, como o lucro, e a *ideia* que é transmitida pelo mito do bem coletivo, como no caso da missão civilizatória.

Sendo assim, quando o pesquisador trata da noção de empreendedorismo, seguindo a definição schumpeteriana[584], vinculada às ações dos pioneiros[585], estaríamos diante de algo que poderia ser classificado como um dos elementos principais da construção do mito, pois apenas transmitiria uma *ideia falsa* que falaria a respeito de indivíduos possuidores de características especiais, como se fosse possível pensar na existência de homens com *uma visão antecipada da história*, e que *conseguem abrir os novos*

---

[582] Este é um dos exercícios realizados por Nelson Tomazi em sua tese de doutorado: "'Norte do Paraná': história e fantasmagorias", de 1997.

[583] Tomazi; 1989, 156.

[584] Tomazi menciona a definição de Schumpeter de empreendimento: "chamamos 'empreendimento' à realização de combinações novas; chamamos 'empresários' aos indivíduos cuja função é realizá-las. Esses conceitos são a um tempo mais amplos e mais restritos do que no uso comum. Mais amplos porque em primeiro lugar chamamos 'empresários' não apenas aos homens de negócios 'independentes' em uma economia de trocas, que de modo geral são assim designados, mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados 'dependentes' de uma companhia, como gerentes, membros de diretoria etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual; muitos 'financistas', 'promotores' etc. não são e ainda podem ser empresários no sentido que lhe damos. Por outro lado, nosso conceito é mais restrito do que o tradicional ao deixar de incluir todos os dirigentes de empresas, gerentes ou industriais que simplesmente podem operar um negócio estabelecido, incluindo apenas os que realmente executam aquela função (...)". (Schumpeter; 1997, 83).

[585] Um dos problemas da abordagem de Nelson Tomazi consiste no fato de que, em sua análise, a categoria "pioneiro" remete tão somente aos dirigentes da Companhia. Sendo assim, difere completamente da noção apresentada neste trabalho e, por exemplo, da definição de Betty Rocha.

caminhos para os outros que não possuem aquelas características[586]. Neste caso, portanto, o empreendedorismo funcionaria como uma *ideia* capaz de transformar as verdadeiras ações dos homens em uma outra coisa, mais agradável e defensável, ou seja, uma suposta ação que visa o bem do coletivo.

Toda a construção arbitrária da história por parte da colonizadora, teria então, como objetivo, criar uma interpretação capaz de dotar de um outro sentido as ações que originalmente visavam interesses individuais e particulares. Estas conclusões, que embasaram todo o seu exercício de desconstrução, levaram Nelson Tomazi a comparar o Mito da Companhia com definição de *tradição inventada*, do historiador Eric Hobsbawm: *por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado*[587].

Deste modo, quando o pesquisador, por exemplo, ao analisar os documentos e publicações da Companhia, se deparar com discursos, fotos e ilustrações que remetem ao processo de colonização, estará diante de mais um recurso do mito, de uma invenção que visa fixar a ideia de *progresso e civilização no caminhar da ação imobiliária*[588]. Este seria, então, um dos pontos de contato com outras pesquisas que analisaram a colonização no território da Colonizadora Sinop no norte de Mato Grosso.

Este é o caso de Edison Souza, que em sua dissertação sobre a colonização em Sinop, também trabalhou com a noção de mito – no caso, do progresso -, ao contrapor a dimensão da *ação real* à construção da *ideia falsa*. Ou, então, o modo como o *caráter real das ações dos homens* encontraria na criação do *mito do progresso* a possibilidade de manutenção da reprodução de sua vontade sem declará-la abertamente. De tal modo, assim como Tomazi, para Souza, em sua pesquisa, o mito também seria um *instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes*[589].

---

[586] Tomazi; 1989, 173.
[587] Hobsbawm e Ranger; 1997, 9.
[588] Tomazi; 1989, 15.
[589] Souza; 2006, 23.

Assim, ao analisar e demonstrar os modos utilizados pelos colonizadores[590] para a construção deste mito, Souza defende o argumento de que estaríamos diante de um instrumento de dominação que determinou a fisionomia que a cidade assumiu posteriormente: *a sociedade sinopense é extremamente conservadora, produz um discurso vencedor, ufanista, construindo o mito do progresso, da verdade inquestionável, dogma social, principalmente transmitido para a classe trabalhadora que é a grande maioria da população. O que interessa é quem inventou este modelo de verdade e com que propósito? Certas "verdades" foram produzidas, foram construídas e se tornaram historicamente uma prática cultural*[591].

É por isso que em um determinado momento de seu trabalho, Souza analisa *as falas e escritos das pessoas* que revelariam *a construção do mito do progresso*[592]; recurso semelhante ao que utilizamos neste capítulo para expor conclusões diferentes, a respeito dos pontos de contato entre *os três eixos da colonização*. Se retornarmos, portanto, ao cerne da crítica que aqui nos importa diretamente, os eventos da *história oficial* que apresentamos anteriormente, nada mais seriam do que exemplos daquilo que Hobsbawm definiu como *tradição inventada*, segundo Nelson Tomazi, ou do *mito do progresso*, inventado por alguém ou por um grupo, segundo Edison Souza.

O problema, no entanto, é que a concepção de *tradição inventada*, em Hobsbawm, ou de um *mito do progresso* que nos permite perseguir aquele que o inventou, não admite trabalhar com uma noção de processo histórico, perspectiva que adotamos nessa tese. Se pensarmos em processos e não em invenções, a oposição entre missão e interesses privados pode ser considerada uma falsa dicotomia. De modo semelhante, entender o empreendedorismo como uma ideia desvinculada de ações que resultam de um processo parece se constituir apenas em um novo mito para a desconstrução daquele suposto mito que não agrada os nossos interlocutores.

Em nossa perspectiva, após narrar os eventos que tratam da formação de Sinop, parece ser mais factível falar em um processo que envolveu uma vontade compartilhada pela modernização, do que sobre a criação do *mito da modernização*. É por isso que a

---

[590] "Os colonizadores afirmavam que era necessário limpar o espaço para que houvesse de imediato um enorme progresso (havia pressa). Assim cria-se o mito da terra prometida, do futuro para todos, da prosperidade, sonhando com grandes realizações, oportunidades de desenvolvimento para suas famílias, crescer e ganhar dinheiro. É importante entender o significado dessa história" (Souza; 2006, 221).
[591] Ibidem, 220.
[592] Ibidem, 228.

história contada pela *história oficial* nos importa. Isso não significa desconsiderar as suas formas de fechamento, exclusão e violência, mas expandir ao máximo possível seu alcance, de modo a contemplar todos os envolvidos na sua construção.

A questão que se segue, portanto, é a de perguntar quais foram aqueles que recusaram ou, então, apoiaram uma concepção de cidade pautada pelo desejo de modernização. No decorrer deste capítulo, tentávamos, assim, compreender como o projeto de urbanização da Colonizadora Sinop foi complementado pela ação de outros grupos envolvidos no processo, no sentido de realizar este planejamento. Sendo assim, um questionamento válido a respeito da construção da *história oficial* deveria se dedicar a averiguar e demonstrar qual o lugar capaz de registrar uma oposição às diretrizes e pressupostos que apresentamos anteriormente, divulgados pela CTNP/CMNP e, de modo semelhante, por Enio Pipino e sua Colonizadora: ambiente pacífico, propriedade privada, uma concepção específica de indivíduo trabalhador, a busca do sucesso econômico e a defesa da livre iniciativa.

Por outro lado, se retomássemos nosso diálogo com a perspectiva que prioriza a relação entre territorialização e identidade regional, não deveríamos, neste caso, ignorar o fator do protagonismo sulista. Ao longo do processo de colonização a presença majoritária dos sulistas foi sempre registrada em números. Ainda no início da década de 1980, com o auxílio de outros pesquisadores, João Mariano de Oliveira fez um levantamento entre um grupo de entrevistados e constatou: *da população pesquisada 58% são procedentes do Paraná, 20% dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, e 22% de outros estados onde destacam-se Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Bahia, Sergipe e um do Paraguai.*

No relatório divulgado por Aubertin, Bertone e Oliveira, de maio de 1984, registrava-se que *a maioria dos moradores urbanos de Sinop é originária do Paraná, ou teve ali sua última residência, como seria de esperar, visto que a colonização se destinava a eles e que a Colonizadora e Imobiliária Sinop exerceu, durante longos anos, suas atividades neste estado.* Ainda segundo o documento dos pesquisadores da UNB, naquela época era possível encontrar *contingentes significativos de migrantes oriundos de São Paulo,*

Mato Grosso do Sul e do próprio Mato Grosso. Goiás, estado limítrofe, é muito pouco representado, assim como dos estados do Norte e Nordeste[593].

Mesmo em documentos e informativos do poder público local, que sempre buscam registrar, assim como Enio Pipino, uma experiência de *encontro de culturas* que teria seu início já nos estados da região Sul, é possível sempre encontrar menções a predominância da expressão cultural da maioria sulista: *os migrantes sulistas trouxeram para cá a mistura de etnias que se verifica no norte e sudoeste do Paraná, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas também vieram nortistas, nordestinos e outros. Os sulistas, predominantes, têm naturalmente maior expressão cultural, já mesclada, entretanto, pelo que vivenciaram em Mato Grosso e outras regiões*[594].

Em sua dissertação de mestrado, de 1992, Circe da Fonseca Vidigal, registraria a origem dos 101 primeiros colonos que compraram terras em Sinop, segundo a listagem da própria colonizadora*: 67,33% eram do Paraná; 16,83% de São Paulo; 10,89% de Santa Catarina; 2,97% do Rio Grande do Sul; 0,99% do Mato Grosso do Sul e 0,99% do Espírito Santo*[595]. No caso do chamado *encontro de culturas*, Vidigal - mesmo tendo produzido uma pesquisa cujo interesse maior era a tradicional questão da geopolítica de ocupação da Amazônia - produziu algumas conclusões. Em entrevistas realizadas no ano de 1986, entre funcionários da Usina, da Administração Municipal e membros da igreja, a pesquisadora percebeu a *existência de grande preconceito contra "baianos" e "cuiabanos", apontados como inferiores aos colonos vindos do sul, à luz da ideologia da eficiência*[596].

Mas, ao contrário da interpretação que propomos nesta tese, Circe da Fonseca Vidigal registraria que os colonos vindos do sul passariam por uma *óbvia adequação ao discurso* do espírito empreendedor, *daquele que quer progredir*[597]. De modo oposto a esta afirmação, com a concepção de processo, que envolveu de alguma forma os *três eixos* da colonização na constituição da *boa sociedade*, defendemos que princípios como este, do espírito empreendedor, não resultam de uma simples imposição ou, então, uma adaptação a algo que lhes é exterior.

---

[593] Aubertin, Bertone e Oliveira; 1984, 86.
[594] Ver, por exemplo, Sinop: a capital do Nortão (publicação da prefeitura de Sinop; 1994).
[595] Circe; 1992, 89.
[596] Ibidem, 173.
[597] Ibidem, 171.

Quando narramos os problemas enfrentados pela Colonizadora em suas tentativas de impor uma produção rural na região, chamávamos a atenção para o lugar de destaque que assumiria os empreendimentos madeireiros e do comércio, de modo, inclusive, a determinar novos rumos no projeto colonizador, como no caso de sua dimensão urbanizadora. Estes movimentos "mais espontâneos" fortaleceram de uma maneira não necessariamente esperada, a ideia de que a construção de Sinop e da Gleba Celeste também foi resultado das ações de indivíduos comuns não atrelados oficialmente à empresa colonizadora e às instituições estatais.

Nesta pesquisa consideramos que, ao seguir esta trilha, conseguimos identificar o lugar que foi capaz de fortalecer o elemento da livre iniciativa e do empreendedorismo na colonização; e não como resultado de uma invenção, da criação de um mito por parte de líderes colonizadores e/ou políticos. De modo semelhante, poderíamos tratar dos valores do progresso e da modernização que imperam nessa região: embora carreguem em seu cerne a necessidade de exclusão e da violência (social, econômica e cultural) destinada aos outros, principalmente quando esse *outro* não consegue se vincular e se adaptar, o desejo pela modernização do modo como se reproduz hoje em Sinop, foi resultado de um diálogo intenso entre os *eixos* responsáveis pela colonização.

Na formação da *boa sociedade*, por outro lado, é curioso perceber, mesmo quando identificamos os diálogos com os agentes do Estado durante as décadas de 1970 e 1980, que a construção histórica da concepção de livre iniciativa acaba por assumir uma conotação positiva diante das ações da esfera política, que quase sempre são avaliadas como negativas. Não é raro encontrar relatos de pioneiros que, ao contar suas histórias sobre o percurso da *resistência-superação*, terminam com a tradicional afirmação: *e tudo isso sem depender do governo*[598]. Nesta afirmação, é como se se estabelecesse uma diferença entre as ações do 9° BEC, dos subsídios da SUDAM ou da colaboração de João Baptista Figueiredo e seus ministros, e um conceito de *governo* que representa uma esfera pública incompetente e onerosa.

Geralmente, quando os processos de colonização são avaliados em Sinop, o *governo* representaria projetos destinados ao fracasso, em contraposição aos planejamentos de ordem empresarial, que possuiriam características e elementos que garantiriam o seu

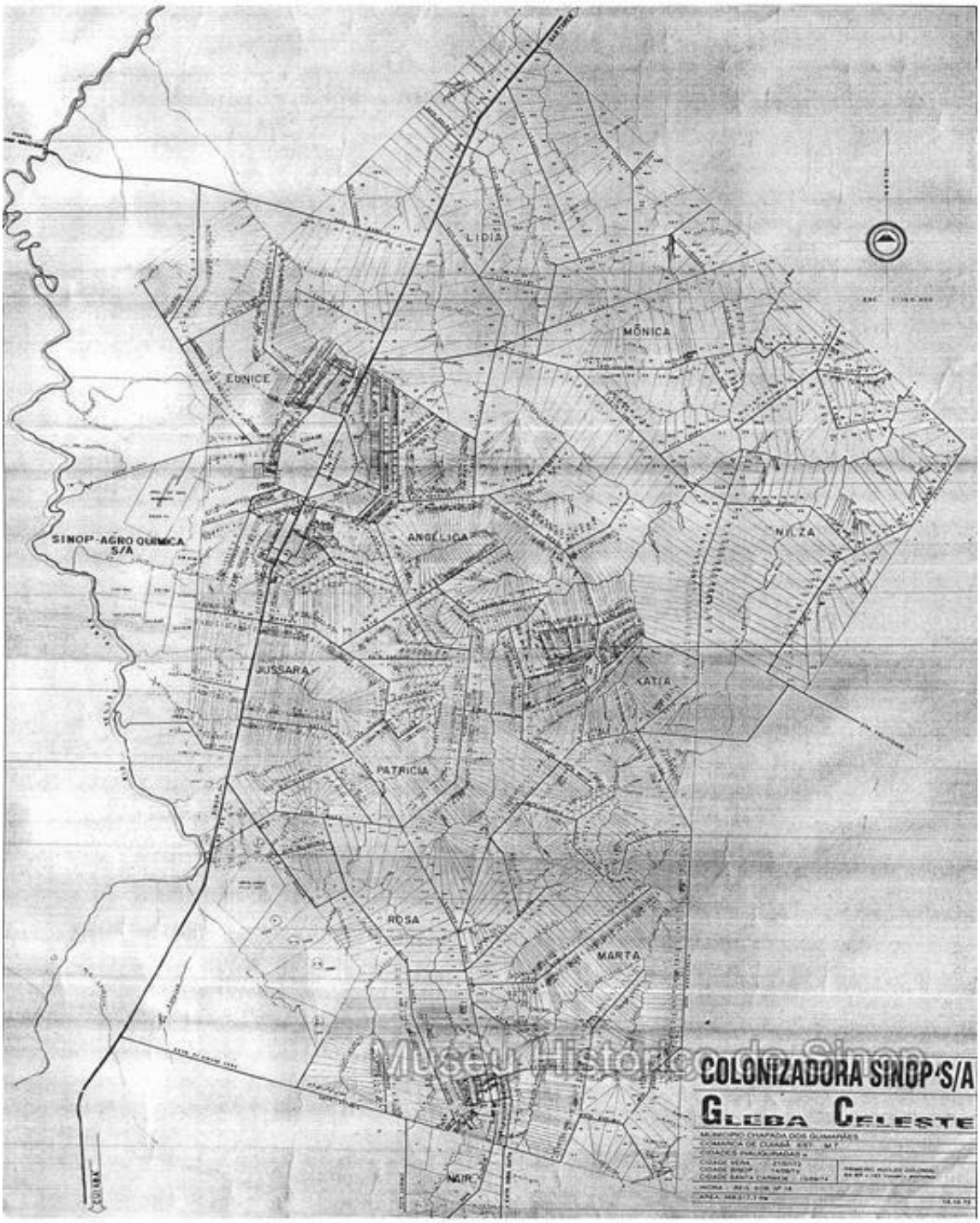
[598] Afirmação de Osmar Jordan em "A saga dos guardiães da floresta: Oliveira; 2011, 41.

sucesso: *enquanto os projetos oficiais, mais onerosos, paternalistas na maioria dos casos, acabaram fracassando quase todos, o rigor no planejamento e na execução exigido da iniciativa privada resultou em sucessos entre os quais Sinop é o exemplo mais cabal*[599]. Em um outro sentido, quando Adenir Barbosa, prefeito da cidade no início da década de 1990, explicou para a opinião pública local qual receita utilizou para enfrentar a crise econômica que atingiu Sinop no final dos anos de 1980, foi taxativo em revelar sua maior qualidade: *administrar um município como se fosse uma empresa*[600].

Estamos diante, portanto, de uma configuração social que é resultado de um processo que elegeu como valor basilar a iniciativa privada e o espírito empresarial. Talvez, não seja mais o caso de repetirmos, incessantemente, Sergio Buarque de Holanda e uma das suas mais famosas definições sobre a nossa experiência e formação cultural: a de que seriamos resultado de uma *concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa do que a contemplação e o amor*[601]. Talvez, agora, nossos inimigos e demônios sejam outros.

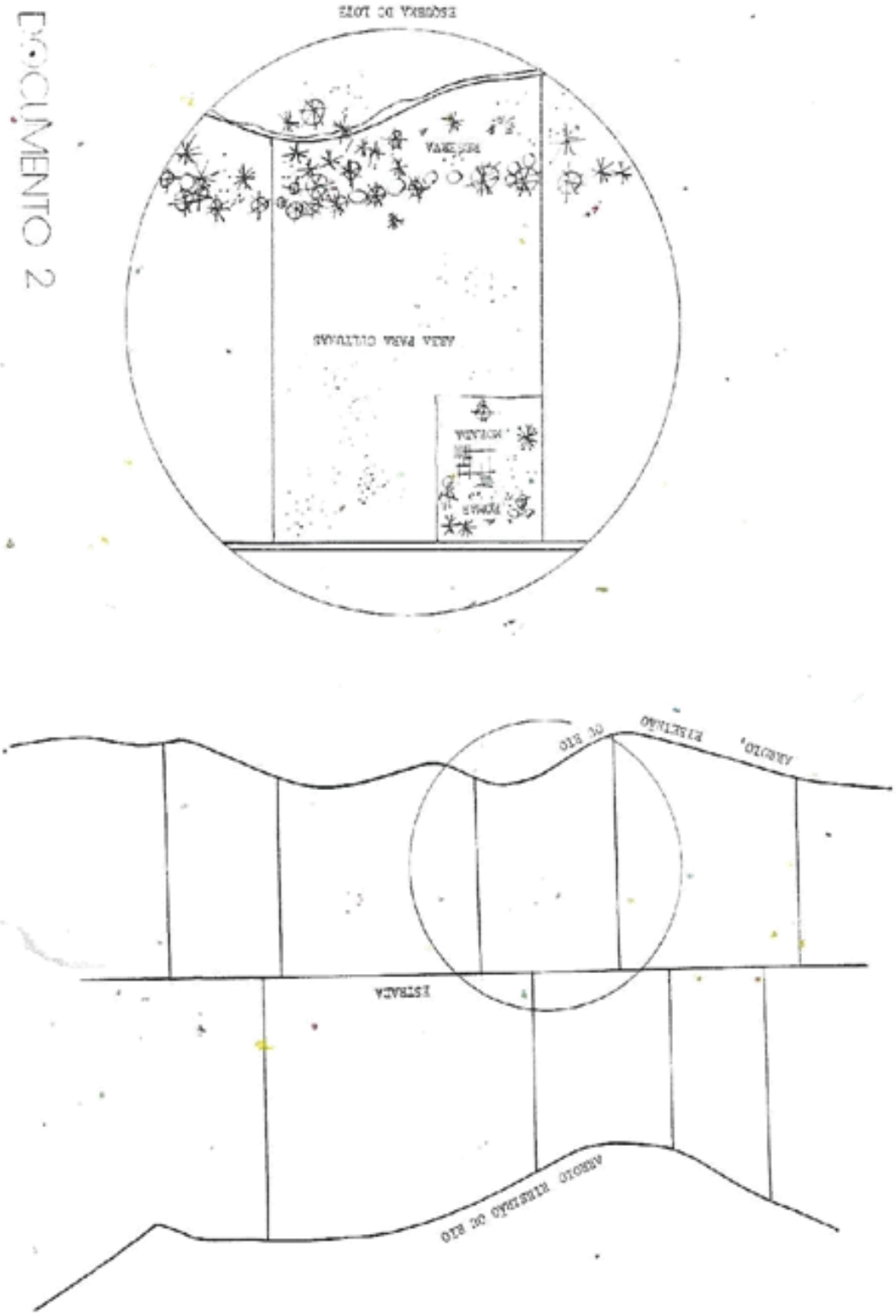
[599] Sinop: a capital do Nortão (publicação da prefeitura de Sinop; 1994).
[600] Revista Sinop: a metrópole do Nortão – Edição especial 13 anos (1992).
[601] Buarque de Holanda; 1995, 38.

Anexo 1

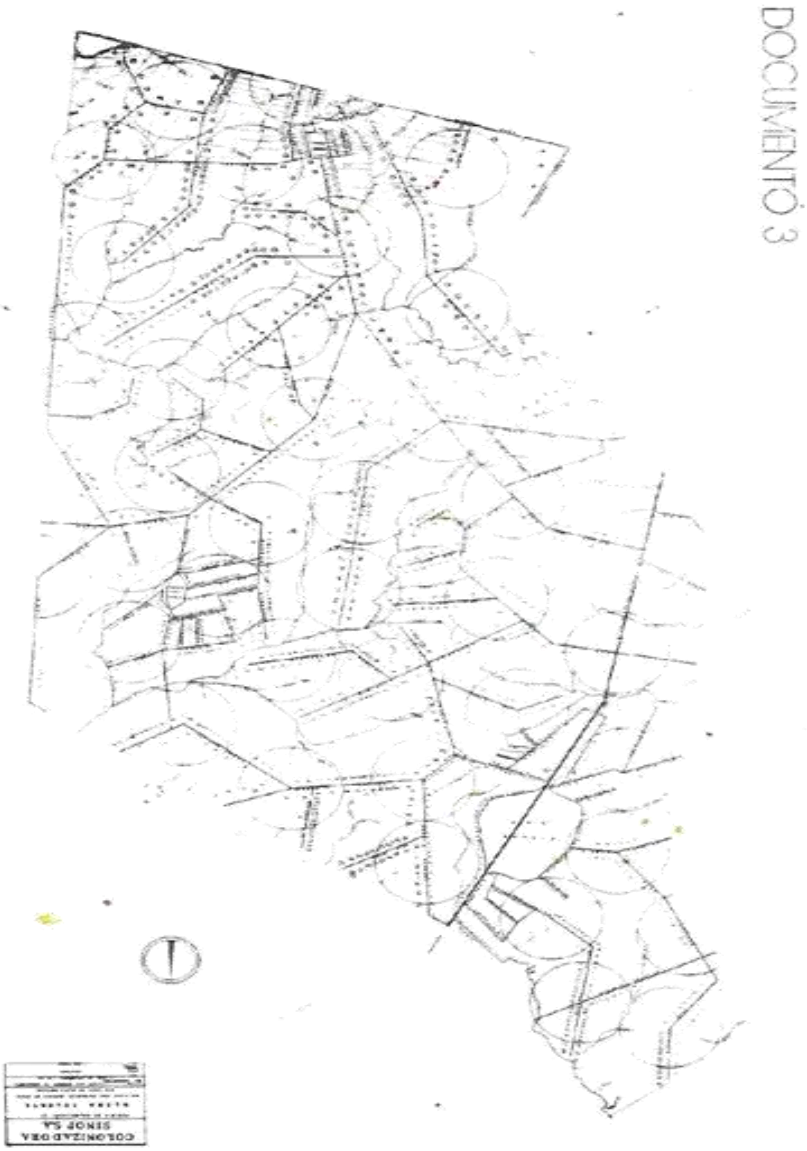


- Data da foto: 1971.
- Local: Sinop/MT.
- Descricao física: Mapa da Gleba Celeste – 1971.
- Arquivo Digitalizado do Museu Histórico de Sinop (http://www.sinop.mt.gov.br/museu/?p=1262)

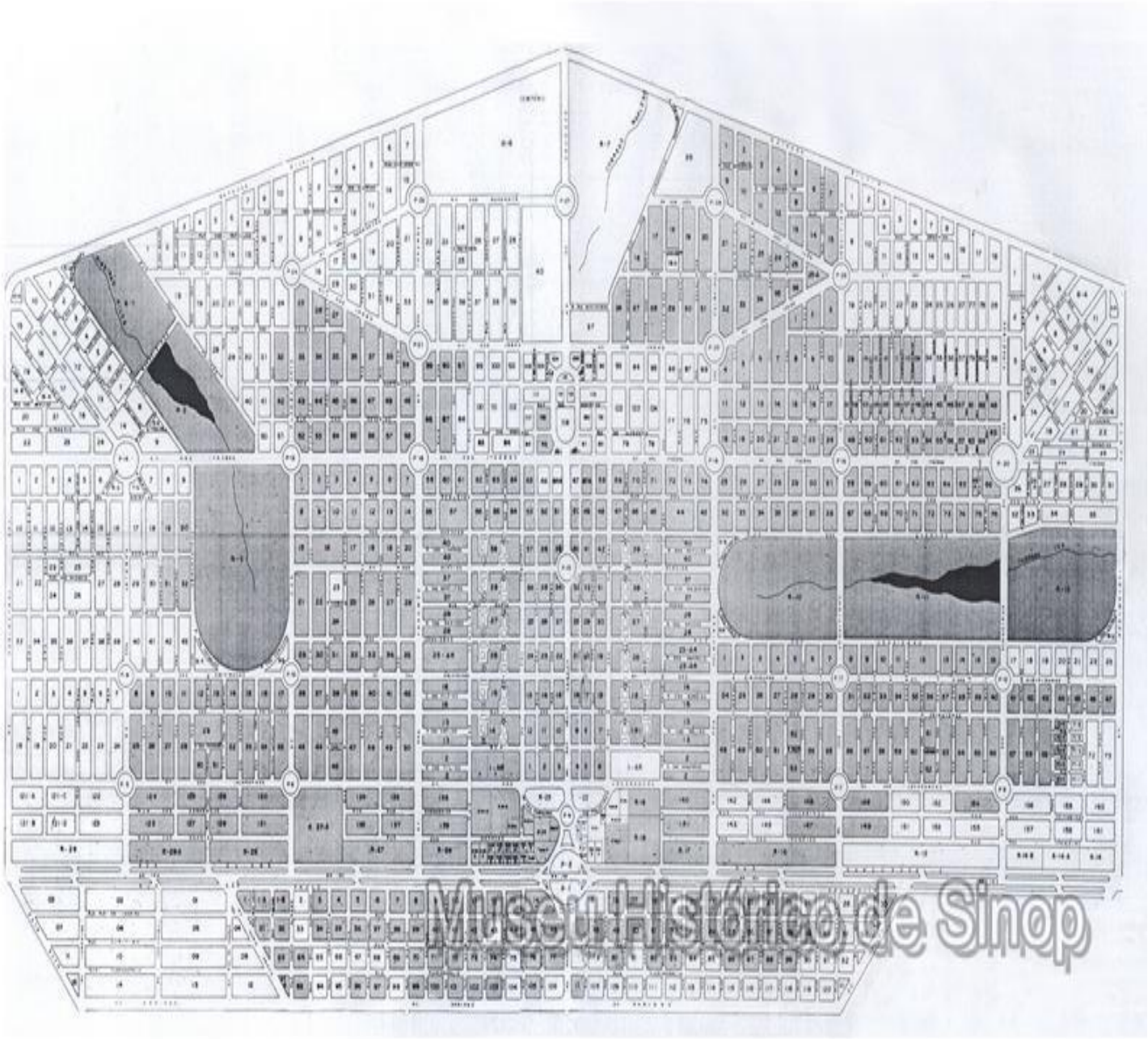
Anexo 02 – Material da Colonizadora Sinop: Um passo da conquista da Amazônia, 1974.



Anexo 03 – Material da Colonizadora Sinop: Um passo da conquista da Amazônia, 1974.



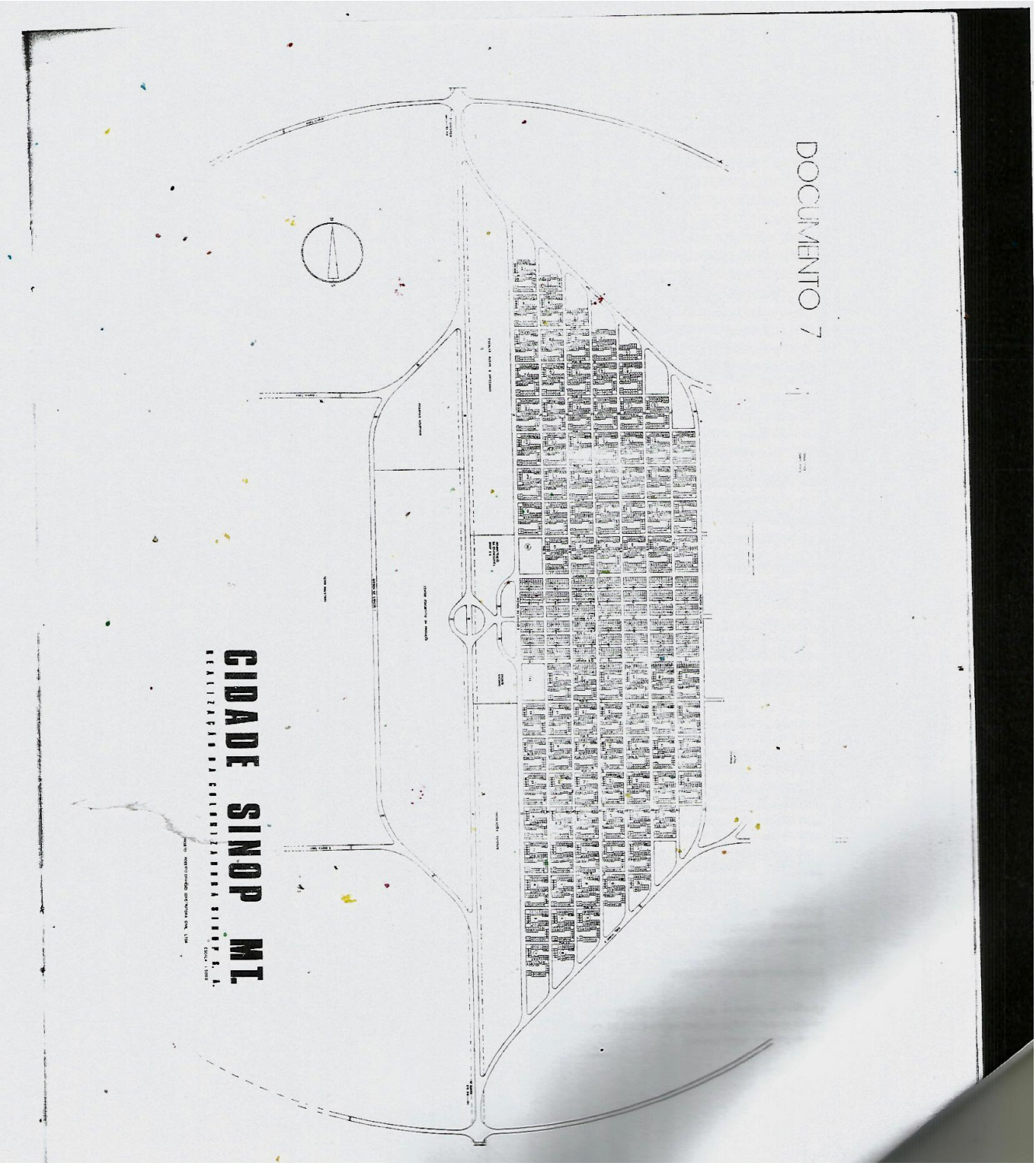
Anexo 4 - Projeto Original da cidade de Sinop – 1971



- Data da foto: 1971.
- Local: Sinop (MT)
- Descrição física: Projeto Original da Cidade de Sinop – 1971

  Arquivo Digitalizado do Museu Histórico de Sinop (http://www.sinop.mt.gov.br/museu/?p=1265)

Anexo 5 - Material da Colonizadora Sinop: Um passo de conquista da Amazônia, 1974.



Considerações finais

Ao final do capítulo 02, chamávamos a atenção para o modo como o diagnóstico da *coesão impossível* determinou os principais contornos da tradição do pensamento político brasileiro. Diante da ausência de *sociabilidades em movimento* capazes de formar e adequar territórios e mentalidades, como no caso dos bandeirantes de Sérgio Buarque de Holanda na leitura de Robert Wegner, o Estado seria alçado à posição de único ente capaz de guiar e criar *o nacional*, mesmo que isto resultasse em tentativas fracassadas de impor sua vontade perante a sociedade. Esta certeza, no entanto, não produziu um consenso, no campo intelectual e político, sobre os benefícios de um caminho pavimentado pela superioridade estatal.

A relação, portanto, entre Estado, território e povo (ausente), no Brasil, marcada pela eterna dualidade entre um mundo mais moderno e o sertão, entre a barbárie e a civilização, conforme apresentada por Ivo Coser em sua tese sobre Visconde do Uruguai, orientou pensamentos e projetos políticos, reiterados constantemente na história brasileira, que sempre possuíram em comum, como um ponto de partida, a confirmação da patológica condição nacional assentada na ausência de um *sujeito brasileiro*. Sendo assim, esta carência brasileira, denunciada em comparações com supostos processos bem-sucedidos no Ocidente, embasaria e animaria a chave explicativa pautada na história da formação territorial dependente do protagonismo estatal. No debate político-intelectual, consequentemente, diante da ausência de uma coesão e homogeneidade nacional, duas visões seriam constantemente reatualizadas.

O debate envolvendo o caso brasileiro em seu processo de modernização, relacionado à sua constituição enquanto Estado nacional, portanto, solidificou duas posturas interpretativas que resultariam em receituários políticos distintos: ou seja, na relação entre Estado e sociedade no Brasil, principalmente no tema da consolidação de um capitalismo orientado politicamente, o protagonismo estatal foi defendido por alguns, enquanto que, para outros, constituía uma visão e uma realização que deveria ser recusada.

Estas duas posturas, a afirmação e a negação do Estado, podem ser compreendidas através de um enquadramento esquemático que as organize da seguinte maneira: por meio de uma oposição entre uma perspectiva centralizadora e uma descentralizadora;

entre uma de matriz ibérica, cujo ideal de comunidade deveria sobrepor-se ao mundo rebaixado dos interesses, e outra que esperava encontrar na formação do mundo dos interesses o surgimento de uma sociedade civil autônoma e capaz de realizações, se desvencilhada das garras opressoras do Estado; da junção, para uma vertente, e da oposição, para outra, portanto, entre Estado e sociedade.

A primeira vertente, nesta relação entre Estado e sociedade, devido à impossibilidade de recorrer a um passado capaz de se constituir como marco legitimador, elege o Estado centralizado como única instituição hábil para formar, empiricamente, a categoria de *povo brasileiro*. Assim, podemos pensar em uma tradição que se formou sob a justificativa de que o federalismo, por exemplo - a descentralização, a autonomia das províncias, dos estados -, defendido pelos liberais, como possibilidade para o Brasil, sofreria, para a sua consolidação, com a ausência de características formadoras que propiciassem ao povo o exercício da política sob o arranjo deste modelo político-institucional. Ou seja, contra o *idealismo dos liberais*, inspirados no exemplo norte-americano, aquilo que poderíamos denominar *tradição do iberismo* (Visconde do Uruguai e Oliveira Vianna, por exemplo[602]), com a crítica da *ausência de povo*, elaborou um pensamento que apenas considerava o Estado centralizado como o guia da incorporação, no Brasil, do movimento *modernizante*.

De tal modo, ao invés de pensar em uma oposição entre Estado e sociedade, esta perspectiva concebia a segunda, a sociedade, como decorrência necessária do primeiro, o Estado. Esta relação, necessariamente, fora pensada em seu aspecto positivo, onde a ação do Estado na formação da nação conduziria a sociedade brasileira aos benéficos desígnios da civilização. Assim, a influência desta linhagem passou a revestir as intenções daqueles que vislumbravam na ação do Estado a conquista da cidadania, do mundo dos direitos e da nacionalidade.

Guerreiro Ramos, por exemplo, em "O problema nacional do Brasil", de 1960, narra a efetivação da concepção de povo em contexto brasileiro. Segundo o autor, este trajeto é dificultado por uma característica local: *fomos, até recentemente, um país sem povo*[603].

---

[602] Ver, por exemplo: Visconde do Uruguai; 2002 e Oliveira Vianna; 1999. Sobre o debate entre a tradição do iberismo e a tradição liberal, conferir o texto de Werneck Vianna "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos, publicado no livro "A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil", de 1997.
[603] Guerreiro Ramos; 1960, 228.

Esta afirmação que, para o autor pertencia ao passado, mesmo que recente, era consequência de ausências que ele considerou superadas. Estas deficiências anteriores, decorrentes de um não compartilhamento, da impossibilidade de unidade, seriam, então, resumidas na obra de Guerreiro Ramos como aspectos que impediam a reprodução das *relações materiais de interdependência*, condição necessária para a formação de um povo. Isto significaria, considerando a fase capitalista de desenvolvimento, a constituição de um mercado interno. O mercado interno, portanto, como produtor de condições materiais específicas era a exigência necessária para a formação da nação em seu significado moderno: *na fase capitalista do desenvolvimento econômico-social os povos só se formam ao constituírem um mercado interno, seu substrato material. Nessa fase, o povo, do ponto de vista objetivo, é um conjunto de pessoas integradas num mercado próprio. Foi justamente esse requisito que faltou ao Brasil, para que no passado pudesse ter verdadeiramente um povo*[604].

A superação da condição de ausência de uma unidade definida como *povo* foi produto, segundo Guerreiro Ramos, do desenvolvimento dessas condições materiais, de um mercado interno que alterou as relações entre as regiões brasileiras, antes em completa desarmonia para um intercâmbio e comunicação que constituíram um sistema econômico nacional. Para o sociólogo, as alterações que conduziram o país a este rumo foram obra do que posteriormente ele próprio denominou de a *inteligência de 1930*, dos intelectuais que promoveram a crítica ao período da Primeira República, que seria incorporada pelo presidente Getúlio Vargas: *na década de 1930, muito do que constituiu o arcabouço institucional do país foi fruto da prática daquela ciência social cujos elementos rudimentares são visíveis nos estudos de Oliveira Vianna, Martins de Almeida, Azevedo Amaral e outros. (...) estes homens eram continuadores de um esforço multigeracional de construção da nacionalidade brasileira*[605].

A outra vertente, da recusa, por sua vez, analisou a relação entre Estado e sociedade de modo oposto. Teria em seus primeiros movimentos a posição liberal de Tavares Bastos[606], por exemplo, seguida, em meados do século XX, por Raimundo Faoro e sua conceituação do Estado brasileiro como *estamento burocrático*: a denúncia de uma apropriação privada da esfera estatal, de reprodução de uma elite política vinculada ao

[604] Ibidem, p. 228.
[605] Guerreiro Ramos; 1982, 540.
[606] Tavares Bastos; 1975.

Estado, distante da sociedade civil; e de reprodução e formação da sociedade civil, por parte do Estado, que transmitiria seus vícios e malefícios à população. A sociedade brasileira, enquanto comunidade nacional teria apenas seu vínculo firmado por meio dos danos e prejuízos causados pelo Estado no processo de sua formação.

A interpretação de Raimundo Faoro sobre o Estado brasileiro, não sofre uma alteração com o advento da elite política e sua inteligência nos anos de 1930, como em Guerreiro Ramos. Uma fisionomia e estrutura perenes moldam a esfera estatal, constituída em traços permanentes, definindo-se, assim, a singularidade da formação da autoridade em território nacional. A junção concebida pela outra vertente, entre a sociedade e seu Estado, é denunciada aqui como falsa: o *estamento burocrático* é definido pelo autor de "Os donos do poder", não como *uma camada móvel, que se renova e morre, com as variações sociais. Possui estrutura própria que, embora condicionada pelas forças sociais e econômicas, eleva-se acima da nação, a qual, pobre de recursos, não logra dominá-lo e aniquilá-lo*[607].

A sociedade que acompanha distante este Estado, no processo histórico brasileiro, é formada em sua maioria por um *povo inculto e de costumes primários*[608]. Esta relação longínqua entre a sociedade e seu Estado formou, para Faoro, ao longo da história brasileira, duas sociedades justapostas: uma letrada, preparada e educada para ingressar na descolada esfera estatal; e outra não civilizada e iletrada, formando uma nação ausente dos negócios e das coisas do mundo público. Este diagnóstico, portanto, seria prolongado pelo Estado brasileiro, apenas interessado em agir para a sua autorreprodução.

A solução proposta por Faoro para a modificação deste quadro estaria em um esforço para superar a tradição de um capitalismo de Estado que, ao orientar politicamente a economia, sufocou o possível desenvolvimento de uma sociedade civil a contrapor seus interesses aos do Estado. A questão subsequente encontra-se, para a superação do drama brasileiro, em um incremento cultural do povo (intelectualmente e na esfera dos costumes), capacitando-o a agir autonomamente em relação aos negócios de um poder político que apenas minou as possibilidades de sua emancipação.

---

[607] Faoro; 1958, 261.
[608] Ibidem, 264.

Estes são os argumentos fundamentais de Raimundo Faoro, um dos nomes mais importantes da vertente da recusa, sobre as relações entre capitalismo, modernização e esfera estatal: a modernização conduzida pelo alto não haveria de contemplar os pressupostos da modernidade, da cidadania. Os *saltos modernizantes*, segundo o argumento de Faoro em um outro texto[609], por sua vez, conduziram a sociedade brasileira ao fracasso, acentuando a sua condição de miserável periferia do mundo.

Nesta perspectiva, entretanto, instala-se o impasse sobre qual o modo possível para "encaixar" o Brasil nos trilhos da modernidade. A ideia contida nos argumentos de Faoro, da impossibilidade de um projeto conduzido pelo Estado alcançar os ditames da modernidade ocidental, passaria por uma reformulação das instituições políticas. Mas, o reformismo de Faoro parecia pressupor uma sociedade (ou civilização) inexistente até então. Assim, seu argumento necessitava da existência de algo possível apenas em poucas regiões – e camadas sociais - capazes de operar, estrategicamente, sob a lógica da oposição entre Estado e sociedade. É por isso que o lamento - e a solução - de Faoro consistiria em compartilhar do mesmo herói de Simon Schwartzman[610] contra o Estado Nacional: *sampaulizar* o Brasil[611], como escape e, por outro lado, como possibilidade de se ver emergir um mundo mais ampliado dos interesses diante da *herança maldita de um Estado parasitário*[612].

Guerreiro Ramos e Raimundo Faoro, portanto, servem como ilustração – entre tantos outros autores não mencionados -, dos modos distintos de se operar uma compreensão sobre a relação entre Estado e sociedade no Brasil, mas que compartilhariam do mesmo diagnóstico da *ausência*. No caso do primeiro, mesmo se desconsiderarmos as suas certezas históricas sobre a formação do *povo nacional* no contexto pós-Estado Novo, encontramos um importante exemplo daqueles que transitam por meio de uma análise que sempre reclama por um protagonismo criativo da esfera estatal.

---

[609] Faoro; 1992.
[610] Schwartzman; 1975.
[611] Faoro; 2001, 701.
[612] Lima; 2014; 222. Para uma melhor – e atual - descrição sobre o pensamento liberal brasileiro assentado na relação entre sociedade inerte e Estado parasitário, recomenda-se o artigo mencionado de Pedro Lima: "O elo perdido, em três movimentos: o (não-)lugar da sociedade civil em Tavares Bastos, Oliveira Viana e Raimundo Faoro".

Se operássemos um exercício de aproximação com o tema desta tese, que combinou expansão territorial, colonização e fluxos migratórios, é como se a interpretação que apresentamos no capítulo 02 (*controle e imposição*) compartilhasse, em parte, do olhar de Guerreiro Ramos sobre a capacidade do Estado, mas elaborando uma conclusão em chave negativa: o Estado possuiria a capacidade de criar sujeitos e lugares, mas teria como questão problemática sua aliança com o capital, que apenas se movimenta com o intuito de reproduzir a exclusão.

O problema, portanto, não seria a modernização em si, mas o fato da exclusão. Consequentemente, a denúncia em torno da criação de uma mentalidade – capitalista – empreendedora, como em Laudemir Zart, possui como aspecto problemático principal o de se assentar em uma violenta seleção natural. Em relação à Faoro, esta perspectiva compartilharia da concepção central que trata da distância entre Estado e sociedade, mas com uma diferença crucial: agora, o Estado, ao lado do capital, revelaria sua força em fazer decantar seus projetos, desejos e mentalidades, forjando, assim, um mundo dos interesses que produz a violência e a exclusão; movimento que faz com que o argumento retorne a sociologia de Guerreiro, não como elogio, mas como crítica.

Um dos problemas apontados nesta perspectiva no decorrer desta tese, sobretudo no capítulo 03, é o de não perceber a articulação entre o ideal modernizador e a história de grupos regionais no Brasil. Sendo assim, o movimento que inunda de civilização o sertão dependeria de valores, condutas de vida e concepções de mundo que são compartilhados socialmente. No caso do município de Barreiras (BA) e de Lucas do Rio Verde (MT), nos trabalhos de Rogério Haesbaert e Betty Rocha, o processo de urbanização e modernização seria também resultado de uma ação dos sulistas migrantes que, no deslocamento, desempenhariam papel fundamental na criação de novos territórios. O efeito subsequente, conforme tentamos abordar no tópico 3.5, seria um movimento peculiar de integração, por meio dos impulsos homogeneizadores que compõem o processo. Por outro lado, a dimensão da violência e exclusão, que caracteriza essas transformações, não ficaria restrita às esferas estatal e do capital, pois seria elemento facilmente identificado no âmbito onde se reproduz as sociabilidades. Aqui, portanto, perde-se a tradicional percepção do pensamento social brasileiro, de uma eterna absolvição do cidadão comum, pois identifica-se sua relevância nos processos modernizantes que marcam a colonização.

Deste ponto de vista, consequentemente, o argumento da *coesão impossível* perde sua força, pois são os grupos regionais, por meio de uma autocompreensão de que fazem deslocar pelo território nacional uma ação civilizatória e uma missão modernizadora, que animam e dão sentido aos processos de colonização e urbanização. O Estado territorialista, assim, como aquele que justifica suas ações por conta de uma ausência de coesão moral e cultural, apenas poderia ser dotado de sentido explicativo se percebido como dependente de um entrelaçamento e sustentação fornecido por um *centro irradiador de processos civilizatórios*, mais difuso e popular – ou, como mencionamos acima, pelas *sociabilidades em movimento*.

A perspectiva que combina a territorialização com a identidade regional revela, igualmente, as limitações dos diálogos com a tradicional ideia de nação europeia: a insistência nessa comparação, que sempre olha para produtos finais, estáticos, não é capaz de apreender o movimento brasileiro. Ao contrário da narrativa na perspectiva modernista – e estruturalista - de Ernest Gellner, por exemplo, sobre as formações nacionais na Europa, parece que assistimos as ações de grupos sociais que, se por um lado, não representam a – inexistente - totalidade brasileira, por outro, dão vida e definem os rumos do processo. "Dar vida" e definir caminhos, aqui, significa afirmar e reproduzir relações de poder e dominação, guiando uma integração hierarquizadora, mesmo que combinando dimensões intencionais e não intencionais.

Se retornássemos, mais uma vez, aos nossos clássicos, é como se estivéssemos a observar um processo que se assemelha a proposta de parte dos liberais do pensamento político, da necessidade de *sampaulinização* do Brasil, mas realizada pelos chamados sulistas – ou seja, um movimento de *sulinização* do território e das cidades brasileiras. Esta mudança, obviamente, não é de pouca monta, pois abre um leque de questões históricas e teóricas que não foram abordadas em sua completude nesta tese. Este movimento, entretanto, que se acentua em algumas regiões no interior do Brasil nas últimas décadas do século XX, apresenta questões e problemas que não fazem parte do receituário de nossos tradicionais defensores do mundo dos interesses contra o legado e ações circunscritas à dimensão estatal.

Mas, mesmo que o percurso da tese, sobretudo no decorrer do capítulo 03, tenha apontado para estas questões de longo alcance, um dos pontos defendido - e percebido – durante o percurso da pesquisa era o de que os casos de colonização e as histórias

desenvolvidas em cada localidade mereceriam ser analisados em seus detalhes, antes de ceder à tentação da generalização. Na comparação entre o exemplo sinopense e os processos analisados pelos autores que enquadramos na perspectiva da *territorialização e identidade regional*, por exemplo, a colonização liderada por Enio Pipino parecia possuir aspectos que poderiam, em uma primeira observação, ser mais facilmente explicados segundo a interpretação do *controle e imposição*.

Neste ponto, mesmo quando se restringe o debate aos processos de colonização, se faz necessário observar as especificidades e singularidades de cada caso, para que seja possível apontar alguma resposta. Por isso que, no capítulo 04, se utilizou como recurso longas descrições históricas e de detalhes sobre eventos determinantes no processo de colonização em Sinop (MT): a história da colonizadora, partindo do legado paranaense; os fracassos e as mudanças de rumo em meio às tentativas da Colonizadora e do colonizador em impor diretrizes e mecanismos de controle, principalmente em âmbito rural; e a análise das ações de migrantes sulistas, sobretudo na indústria madeireira e na formação do comércio local, que contribuíram para determinar os principais contornos da colonização e, consequentemente, da urbanização da cidade de Sinop; e, neste último caso, o modo como os valores e concepções de mundo de indivíduos-migrantes sustentou a formação da cidade e a construção posterior do ideal do pioneirismo.

Não se pode negar, portanto, que o processo de modernização e urbanização dependeu das articulações, diálogos e desvios envolvendo os *três eixos da colonização*. A formação de Sinop, como produto da técnica e da tecnologia de colonização também não pode ser pensada apenas a partir de uma imposição que resultaria da aliança entre a Colonizadora (e seu líder colonizador) e o Estado (e suas agências e agentes). Diferentemente do conceito de modernização presente nos argumentos de Raimundo Faoro e Guerreiro Ramos, se quisermos insistir neste diálogo, os elementos da técnica e da tecnologia não seriam coisas totalmente externas aos indivíduos, impostos de modo a atender a vontade do Estado e da empresa de colonização. O ideal modernizador, aqui, é afinado e realizado, também, pelas características e desejos dos migrantes que afirmam a superioridade de determinados elementos e valores considerados essenciais para a formação da cidade (ordem, organização e planejamento; uma concepção específica de trabalho, o valor da conquista da propriedade, o empreendedorismo e a livre iniciativa como atributo essencial na busca da felicidade, entre outros).

Assim, no processo que caracteriza a colonização de Sinop, não é mais possível pensar a oposição entre sociedade e Estado do modo como é estruturada na interpretação de Raimundo Faoro, pois um elemento central que impulsiona a urbanização, como ponto fundamental do diálogo entre os três eixos, é o desejo compartilhado pela modernização. O curioso, no entanto, como foi mencionado no final do último capítulo, é constatar que o discurso faoriano, de uma interpretação negativa do Estado, permanece presente naquela sociedade, em afirmações que relatam o sucesso individual *apesar do governo*. "O governo", categoria do senso comum que retrata o Estado brasileiro, geralmente é pensado como uma instituição onerosa e incompetente para acompanhar a velocidade e as exigências de um desenvolvimento econômico e social pautado no empreendedorismo. Neste caso, consequentemente, se reconheceria as vantagens de escolher fazer parte de um projeto de colonização particular/empresarial.

Isto não nos impede de defender a ideia de que a relação tradicional entre Estado e povo ausente deva ser relativizada. A atuação de grupos sociais/regionais, dividindo com o Estado militar projetos semelhantes, apontam os limites determinantes para a interpretação que sempre apela para uma totalidade, tanto de Estado quanto de povo e nação. Este dado, consequentemente, demonstra dois problemas centrais em perspectivas semelhantes à de Faoro: em primeiro lugar, o de pensar como algo imutável a separação entre Estado e sociedade no Brasil. Em segundo, a pressuposição de que o mundo dos interesses será formado como coisa pura, sem se relacionar com uma conjunção de valores, inclusive aqueles que apontam para concepções de vida que exercem um conservadorismo social e político.

No caso analisado de Sinop, portanto, um conteúdo simbólico, também manuseado no diálogo entre os *três eixos*, informou as dimensões da tecnologia da colonização, urbanização e modernização, formadoras da cidade e da sociedade local. Neste ponto, *a boa sociedade*, que resulta destas combinações e interações, constituidoras do próprio processo, parece produzir um fechamento que, por outro lado, determina as formas de entrada e adaptação do *outro*, conforme apresentamos no final do capítulo 03 quando tratávamos da definição de processo civilizatório.

Justamente por conta destas questões que, neste trabalho, priorizamos um olhar que tentasse desvendar a formação desta sociedade, em detrimento de uma denúncia sobre a violência e adaptação dos excluídos. Tentamos argumentar, assim, que as explicações

em torno da territorialização no Brasil devem promover um olhar mais dilatado, que não fique restrito à dimensão estatal e das instituições capitalistas. Esta postura, por outro lado, não representa uma despolitização da análise, mas, certamente, uma politização mais profunda e intensa, que pretende compreender o enraizamento, por exemplo, de uma mentalidade capitalista e do ideal do empreendedorismo que se expande pelo interior do Brasil.

É por isso que uma proposta desta tese consiste em afirmar que o *nosso Weber*, em um Brasil mais urbano e modernizado, deve ser o *próprio Weber*. Em nossa análise, assim, a questão territorial brasileira não deve ser compreendida por meio de suas supostas ausências, mas nos conteúdos que combinam o mundo dos valores e das instituições que são determinantes para os processos estudados aqui. A construção da *boa sociedade*, deste modo, é resultado de um percurso mais complexo, que as explicações sobre formas simples de imposição não são capazes de apreender.

No caso, portanto, da *boa sociedade*, entender a gênese de seu processo de formação talvez nos ajude nas tentativas de explicar a sua reprodução. Hoje, os elementos que compõem a cidade de Sinop, parecem possuir uma lógica própria que passa a determinar a vida dos próprios indivíduos que colaboraram – ou de seus filhos e daqueles que chegaram à região posteriormente, mas que compartilham de valores e sentimentos semelhantes - na construção do espaço urbano. A imagem de carros e motos a circular velozmente, em um território criado na divisa entre o cerrado e a floresta amazônica, e a definição de um único caminho que garantiria aos cidadãos sinopenses alcançar a felicidade e a vitória, ao que tudo indica, nos permite parafrasear Raffestin: a cidade, assim como o território, se constitui em uma *prisão que os homens constroem para si*[613]. Ou, então, se desejarmos mencionar, mais uma vez, o nosso/próprio Weber, *a boa sociedade*, como uma *jaula de ferro*[614], parece ser tomada de tamanha força e autonomia, de tal modo que passa, como algo acima das partes – ou

[613] Raffestin; 1993, 144

[614] No clássico trabalho de Weber: "o puritano queria ser um profissional – nós devemos sê-lo. Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [como sua parte] para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem – não só dos economicamente ativos – e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil. Na opinião de Baxter, o cuidado com os bens exteriores devia pesar sobre os ombros de seu santo apenas 'qual leve manto de que se pudesse despir a qualquer momento'. Quis o destino, porém, que o manto virasse uma rija crosta de aço {na célebre tradução de Parsons: iron Cage = jaula de ferro}" (Weber; 2004, 165).

dos eixos -, a determinar a vida das pessoas que residem neste espaço urbano e em seu entorno.

Diante desta configuração que determina o que é, atualmente, a cidade, pelo menos no entendimento construído a partir da análise do processo de colonização de Sinop neste trabalho, convém afirmar que assistimos a emergência de outros desafios, tanto para a política quanto para a sociologia. No final do último capítulo, ao mencionar que, talvez, agora, convivemos com novos inimigos e demônios, o ponto era o de chamar a atenção para questões que se (re)colocam em outras bases. Ou seja, diante da reprodução da *boa sociedade*, a política deve ser mobilizada de modo a produzir fissuras; a sociologia, por sua vez, deveria produzir explicações sobre como essas mesmas fissuras se manifestam ou, no pior dos casos, compreender os motivos que garantem às sociedades modernizadas e urbanizadas no interior do país barrar as aberturas de novas formas de contestação e resistência.

No diálogo com os nossos clássicos, neste caso, a mudança de paradigma residiria em abandonar a perspectiva da construção – da formação do povo ou de um mundo dos interesses - e buscar elementos que formulassem uma análise oposta. De tal modo, ao contrário de acompanhar a premissa euclidiana, de que *somos o único caso de uma nacionalidade feita por uma teoria política*[615], o melhor caminho seria o de desenvolver uma teoria brasileira que aponte para a desconstrução, revelando e fazendo estremecer as bases que alicerçam *a boa sociedade*.

[615] Euclides da Cunha; 1967.

Referências bibliográficas

1) livros, teses, dissertações e artigos.

Adum, Sônia Maria Sperandio Lopes. Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960. Assis: Dissertação-Unesp, 1991.

Alencar, José de Alencar. O gaúcho. São Paulo: Ática, 1998.

Amado, Janaina. Região, sertão, nação. Estudos históricos vol. 8 n. 15: Rio de Janeiro, 1995.

Andrade, João Correa de. A colônia esperança: o japonês na frente pioneira norte-paranaense. Curitiba: Dissertação-UFPR, 1975.

Arias Neto, José Miguel. O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná – 1930/1975. São Paulo: Dissertação-USP, 1993.

Arrighi, Giovanni. O Longo Século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Arruda, Zuleika. Sinop: território de múltiplas e incompletas reflexões. Recife: dissertação-UFPE, 1997.

Barboza Filho, Rubem. Tradição e Artifício: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2000.

Barnabé, Marcos Fagundes. Organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná. São Carlos: Dissertação-USP, 1989.

Barrozo, João Calos (org.). Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX). Cuiabá: Editora UFMT/Editora Unisinos/Oikos, 2010.

_____. Mato Grosso: do sonho à utopia da terra. Cuiabá: Editora UFMT/Carlini & Caniato, 2008.

Becker, Bertha K. Fronteira e urbanização repensadas. In: Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território (Becker, Bertha; Miranda, Mariana; Machado, Lia Osório). Brasília: Editora UNB, 1990.

_____. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Bomfim, Paulo Roberto Albuquerque. Fronteira Amazônica e planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a hiléia de civilização: Goiânia. Boletim goiano de geografia, vol. 30 n. 1, 2010.

Buarque de Holanda, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Canavarros, Otávio. O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752). Cuiabá: UFMT, 2004.

Cassago, Ana Paula. Cidades de fronteira: Londrina, Maringá e o norte do Paraná. São Carlos: Dissertação-USP, 2005.

Cassiano Ricardo. Marcha para Oeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Cardoso, Fernando Henrique; Müller, Geraldo. Amazônia: expansão do capitalismo. Brasiliense: São Paulo, 1978.

Cernev, Jorge. Liberalismo e colonização: o caso do norte do Paraná. Dissertação-Universidade Gama Filho: Rio de Janeiro, 1988.

Coser, Ivo. Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866). UFMG: Rio de Janeiro, 2008.

Cunha, Aércio S. Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados. Brasília: IPEA, 1994.

DaMatta, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Davidson, David. How the brazilian west was won: freelance and State on the Mato Grosso frontier, 1737-1752. In. Alden, Dauril. Colonial roots of modern Brazil. Berkeley, Los Angeles, London: University of Califórnia Press, 1972.

_____. River and Empire: the Madeira route and the incorporation of the brazilian far west, 1737-1808. Yale University, 1970.

Desconsi, Cristiano. A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

Domingues, César Machado. A comissão de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a integração do noroeste. Rio de Janeiro: Anais ANPUH-RIO, 2010.

Doula, Sheila Maria e Kikuchi Mario Yasuo. A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: a cidade planejada de Sinop. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Anais. Campinas: PUC, 2005.

Elias, Norbert; Scotson, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Elias, Norbert. O processo civilizador Vol. 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. O processo civilizador Vol. 2: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Endilich, Ângela Maria. O consumo produtivo rural, a modernização agrícola e o conteúdo urbano: a região noroeste do Paraná, Brasil. Santiago-Chile: Trabalhos do 8° Encuentro Latino Americano de Geografos, p. 358-366, 2001.

Erbella, Inocêncio. Rabiscos históricos de Presidente Venceslau. Presidente Venceslau: Editora Artes Gráficas Pedriali, 2006.

Euclides da Cunha. A margem da história. São Paulo: Lello Brasileira, 1967.

Faoro, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. Rio de Janeiro/ Porto Alegre/ São Paulo: Editora Globo, 1958 e 2001.

_____. A questão nacional: a modernização. Estudos Avançados. São Paulo, 6 (14): 7-22, 1992.

Ferreira, Eudson. Posse e propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso. Campinas: dissertação-UNICAMP, 1984.

Ferreira, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá: Buriti, 2001.

Foweraker, Joe. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zaha, 1982.

Galetti, Lylia da Silva Guedes. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese FFLCH/USP: São Paulo, 2000.

Gellner, Ernest. Nações e nacionalismo. Edições Gradiva: Lisboa, 1993.

Golbery do Couto e Silva. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

Grandin, Greg. Fordilândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

Guerreiro Ramos, Alberto. A inteligência brasileira na década de 1930 à luz da perspectiva de 1980. In. A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília: UNB, 1982.

_____. O Problema Nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1960.

Guimarães Neto, Regina. A lenda do ouro verde. Campinas: Dissertação-UNICAMP, 1986.

Habermas, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Haesbaert da Costa. “Gaúchos” no nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. São Paulo: Tese-USP, 1995.

_____. O mito da desterritorialização e as ‘regiões-rede’. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. Revista Território, ano III, n° 4, 1998.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.

_____. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. Terra Livre n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011.

Heredia, Leite, Palmeira, Moacir e Leite, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. Anais ANPOCS, 2009.

Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Huber, Anton. Tempestade no cerrado. Cuiabá: Calini & Caniato, 2010.

Ianni, Octavio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Joanoni Neto, Vitale. Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: UFMT/ Carlini & Caniato editorial, 2007.

Lima, Maria. Garimpo e ocupação territorial: efeitos sociais provocados pela atividade garimpeira em Peixoto de Azevedo/MT (1978-1990). Cuiabá: Dissertação-UFMT, 2009.

Lima, Pedro Luiz. O elo perdido, em três movimentos: o (não-)lugar da sociedade civil em Tavares Bastos, Oliveira Viana e Raymundo Faro. Londrina: Revista Mediações, V. 19 N. 2, P. 205-225, Jul./Dez. 2014.

Lima, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Revan: Rio de Janeiro, 1998.

Linardi, Maria Cecília Nogueira. Pioneirismo e modernidade: a urbanização de Londrina-PR. São Paulo: Tese-USP, 1995.

Lopes, Ana Yara Dania Paulino. Pioneiros do capital: a colonização do norte novo do Paraná. São Paulo: Dissertação-USP, 1982.

Lovato, Deonice Maria Castanha. O Estado de Mato Grosso na subjetividade do território da esperança. Curitiba: Anais – I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, 2009.

Kroetz, Lando Rogério. As estradas de ferro do Paraná (1880-1949). São Paulo: Tese-USP, 1985.

Maia, João Marcelo Ehlert. Estado, território e imaginação espacial: o caso da fundação Brasil central. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____. As idéias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. Rio de Janeiro: Dados, Vol. 53, n 3, 2010.

_____. A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro. Zahar: Rio de Janeiro, 2008.

Magalhães, Marisa Valle. O Paraná e as migrações – 1940 a 1991. Belo Horizonte: Dissertação-UFMG, 1996.

Martins, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.

Mattos, Carlos Meira. Brasil: geopolítica e destino. Rio de janeiro: Editora Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 1975.

Maxwell, Kenneth. A devassa da devassa. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Moraes, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

Moreno, Gislaine. Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

Moro, Dalton Aureo. Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná. Rio Claro: Tese-UNESP, 1991.

Munhak, José Dario. Políticas de migração: Lucas do Rio Verde. Cuiabá: especialização-UFMT, 2012.

Oliveira, Cristiane. A saga dos guardiães da floresta: uma viagem emocionante à história do setor de base florestal de Mato Grosso. Sinop: SINDUSMAD, 2011.

Oliveira, João Mariano. A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop. São Paulo: dissertação-USP, 1983.

Oliveira Vianna. Populações Meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. Instituições políticas brasileiras. Brasília: Editora Senado Federal, 1999.

Oliven, Ruben George. A fabricação do gaúcho. São Paulo: Cadernos Ceru (2° série) N° 1, 1985.

Pedraca, Célio. O universo ideológico de Dom Aquino e os anos Vargas: entre a igreja e o Estado (1930 – 1945). Cuiabá: UFMT – dissertação, 2007.

Péricles Melo Carvalho, "A concretização da Marcha para o Oeste", Cultura Política nº 8, outubro de 1941.

Povoas, Lenine. A história geral de Mato Grosso vol 1 e 2. Cuiabá: Editora Resenha, 1995.

Raffestin, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Rocha, Betty. A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT. Rio de Janeiro: Tese-UFRRJ, 2010.

Santos, José Vicente Tavares dos. Matuchos: exclusão e luta. Petrópolis: Vozes, 1993.

Santos, Luiz Erardi F. Santos. Raízes da história de Sinop. Sinop: Editora do Autor, 2011.

Schaefer. José Renato. As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do Sul do país em direção ao norte do Mato Grosso: São Paulo: Edições Loyola, 1985.

Schmitt, Carl. O conceito do político. Petrópolis: Vozes, 1992.

Schumpeter, Joseph. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

Schwantes, Norberto. Uma cruz em Terranova. São Paulo: Scritta, 1989.

Schwartzman, Simon. São Paulo e o Estado nacional. São Paulo: Difel, 1975.

Silva, Jovam Vilela. Mobilidade populacional na fronteira oeste de colonização.Cuiabá: KCM, 2005.

Silva, Silvana Cristina. A criação de municípios no *front* e a formação da elite do agronegócio: faces do *uso* do território brasileiro. Florianópolis: Geosul, v. 24, n. 48, 2009.

Siqueira, Elizabeth, Costa, Lourença e Carvalho, Cathia. O processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1990.

Smith, Anthony. O nacionalismo e os historiadores. In: Balakrishnan, Gopal (org.) Uma mapa da questão nacional. Contraponto: Rio de janeiro, 2000.

Souza, Edison. Sinop: história, imagens e relatos – um estudo sobre a colonização. Cuiabá: dissertação-UFMT, 2006.

_____. O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Rio de Janeiro: tese-UFF, 2008.

_____. Capitalismo e agricultura numa área de expansão da sociedade brasileira – o norte de Mato Grosso. Anais – Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006.

Tavares Bastos, Aureliano. A província. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

Tomazi, Nelson Dacio. Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Assis: Dissertação-UNESP, 1989.

_____. "Norte do Paraná": história e fantasmagorias. Curitiba: Tese-UFPR, 1997.

Turner, Frederick Jackson. The frontier in american history. Bremen: Europaeischer Hochschulverlag, 2010.

Velho, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.

Vianna Moog. Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo: Editora Globo, 1961.

Vidigal, Circe da Fonseca. Sinop: a terra prometida – geopolítica de ocupação da Amazônia. São Paulo: dissertação-USP, 1992.

Vieira, Ildeu Manso. Jacus e Picaretas. Maringá: Bertoni, 1999.

Visconde do Uruguai. "Ensaio sobre o Direito Administrativo", in J. Murilo de Carvalho (org.), Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.

Volpato, Luiza Rios Ricci. A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira Oeste no Brasil (1719-1819). HUCITEC: São Paulo, 1987.

Weber, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Wegner, Robert. A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. Sertões desvendados. Rio de janeiro: Dados V.43 n.3: 2000b.

Werneck Vianna, Luiz. Weber e a interpretação do Brasil. São Paulo: Revista Novos Estudos, N°53, 1999.

_____. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

Xavier, Lídia de Oliveira. A fronteira Oeste brasileira: entre o contraste e a integração. Brasília: Tese/UNB, 2006.

Zart, Laudemir Luiz. Encantos, caminhos e desencontros: migração-colonização na Amazônia mato-grossense. Cáceres: Editora UNEMAT, 2005.

2) Jornais, reportagens, documentos e materiais de propaganda.

Albertin, Catherine; Bertone, Leonor; Oliveira, Marilia Peluso. Relatório de viagem – maio 1984. Brasília: Departamento de Geografia-UNB, 1984.

CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná). Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná. CMNP, 1975.

Folha de São Paulo. Mudou a música ou mudaram os caipiras? (André Barcinski). Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://andrebarcinski.blogfolha.uol.com.br/2012/06/04/mudou-a-musica-caipira-ou-mudaram-os-caipiras/comment-page-2/ Acessado em 08 de junho de 2012.

Folha de São Paulo. Traidores do MST enriquecem com a soja. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2611200624.htm. Acessado em 20 de março de 2014.

O Estado de São Paulo. O Nortão de Mato Grosso (artigo de Xico Graziano). Disponível em: http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,nortao-de-mato-grosso-imp-,1147609. Acessado em 17 de julho de 2014.

3) Jornais, reportagens, documentos e materiais de propaganda – Colonização de Sinop.

A Sinop nos caminhos do futuro – a um passo de conquista da Amazônia. Colonizadora Sinop (material de propaganda), 1977.

Colonizadora Sinop. Edição 02, dezembro/2009.

Conferência de Enio Pipino. A Sinop na Amazônia. 1° Semana da Amazônia. Universidade Mackenzie, São Paulo. 31 de maio de 1979 (versão impressa).

Do Sonho à realidade – Publicação do 9° Batalhão de Engenharia de Construção, 2011.

Especial Sinop – Campo fértil para investir. Sinop/2002.

Fatos e Imagens. Ano 1, n° 1. Colonizadora Sinop.

Jornal O Sinopeano. N° 11, Julho de 1980.

Jornal O Sinopeano. N° 22, junho de 1981.

Jornal O Sinopeano. N° 39, outubro de 1982.

Jornal O Sinopeano. N° 41, dezembro de 1982.

Jornal O Sinopeano. N° 42, janeiro de 1983.

Jornal O Sinopeano. N° 43, fevereiro de 1983.

Jornal O Sinopeano. **N**° 49, agosto de 1983.

Jornal O Sinopeano. N° 52, novembro de 1983.

Jornal O Sinopeano. N° 56, março de 1984.

Jornal O Sinopeano. N° 65, dezembro de 1984.

Material de Propaganda da Colonizadora Sinop – sem título. 1977.

Palestra de Enio Pipino aos estagiários da Escola Superior de Guerra. Cuiabá, 09 de agosto de 1982 (Versão impressa).

Revista É Possível. Sinop, Junho/2011.

Revista Estilo. N° 01. Dezembro/1994.

Revista Eventos – Sinop 20 anos. 1994

Revista Nortão. Edição n° ?, Ano ?. 1996.

Revista Nortão. Edição n° 02, Ano 1. 1997.

Revista Notícia do Estado de Mato Grosso. Edição n° 55, ano 07. Setembro/2003.

Revista Notícia do Estado de Mato Grosso. Edição 106, Ano XVII. Outubro/2011.

Revista Notícia do Estado de Mato Grosso. Edição 108, Ano XVII. Março/2012.

Sinop – Capital do Nortão (Revista da prefeitura durante o mandato de Antonio Contini), 1994.

Sinop – Edição especial – 13 anos. Setembro/1992.

Sinop em destaque – 34 anos de fundação. 2008.

Um passo de conquista da Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste). Colonizadora Sinop (material de propaganda), 1974.

Um passo de conquista da Amazônia (ou a realidade da Gleba Celeste). Colonizadora Sinop. (material de propaganda), 1979.